



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

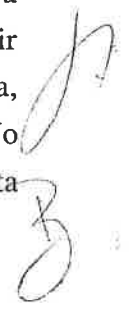
Ata da 12ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia catorze de outubro de dois mil e treze, às doze horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Chico do Uberaba, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Geovane Fernandes, Professora Josete, Paulo Rink, Mauro Ignácio Cristiano Santos, Tiago Gevert, Chicarelli e Noernia Rocha.- O Senhor Presidente discorreu sobre audiência que será marcada com o Doutor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça do Estado do Paraná, para pedir medidas de caráter preventivo, tendo em vista as ameaças que a CPI vem sofrendo; informou, ainda, que a presente reunião foi especialmente convocada para deliberação de pauta pelos Membros da Comissão, ficando aprovado o seguinte: sobre o comportamento da Senhora Cássia Ricardo de Aragão, funcionária da Urbs, foi aprovado requerimento para que seja indagado oficialmente, ao órgão de lotação da referida senhora, se a mesma encontrava-se dispensada de suas funções no dia e hora em que veio acompanhar os trabalhos da CPI, ocasião esta da postagem desrepeitosa em sua página pessoal da rede social Facebook, aos membros deste Parlamento e/ou aos funcionários da Urbs, e para qual já houve retratação nesta CPI; convocação de Reunião Extraordinária para terça-feira, dia 15 de outubro, às 14 horas, para que a CPI receba o Movimento de Luta pela Tarifa; a pauta para as próximas duas reuniões ordinárias: dia 17/10, às 9 horas, Senhor Renato Rodrigues de Almeida, ex-Presidente do ICI; às 10h e 30, acareação e, às 14 horas, Senhor Celso Bernardo, ex-Controle Interno da Urbs; dia 24/10, Senhor Lubomir Ficinski, ex-Diretor de Transportes da Urbs e o Senhor Alberto Abujamra da Empresa Dataprom, de acordo com a Proposição nº 410.00097.2013, aprovada pela CPI.- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Extraordinária, para amanhã, dia quinze de outubro, às 15 horas.- Do que para constar, nós, Erminia Claudino, Regina Ayres, Rosimeir M. Baglioli e Soeli R. Bieszczad, Redatoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(c) ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 11h50min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi; Bruno Pessuti; Serginho do Posto; Paulo Rink; Professora Josete; Cristiano Santos; Mauro Ignácio; Tiago Gevert; Chicarelli; Valdemir Soares; Chico do Uberaba, e Vereador Geovane Fernandes.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Inicialmente gostaria de informar a esta CPI que na última sexta-feira estive, na condição de presidente da CPI, na Procuradoria de Justiça do Estado conversando com o Procurador, Dr. Vali, e com o Promotor de Justiça, Dr. Paulo Sérgio. E naquela oportunidade me fiz acompanhar dos procuradores desta Casa, Dr. Nelson Scarpim e Dr. Paulo Kisinkowski. Da conversa que tivemos com eles ficou acertado que na próxima quarta-feira, dia 16, à 14h, o Dr. Gilberto Giacoia vai receber a CPI e os vereadores desta Casa, para tratarmos de assuntos referentes a ameaças que a CPI vêm sofrendo por parte de forças poderosas que desejam que esta CPI não atinja seus resultados. E também combinamos que entraremos com uma petição junto ao Ministério Público solicitando medidas de caráter preventivo de defesa desta CPI, ou seja, medidas que venham fazer que essa CPI tenha o apoio do Ministério Público. E nesse sentido então, quero já convidar a todos os senhores vereadores desta Casa e principalmente os membros da CPI para essa reunião com o Dr. Giacoia. Já conversei com o Presidente da Câmara, Vereador Paulo Salamuni, e ele também estará presente. Será uma reunião nos moldes daquelas que fizemos na Associação Comercial do Paraná, na Ordem dos Advogados do Brasil e também em outras instituições de relevância da sociedade paranaense. O segundo tema que temos que debater hoje diz respeito ao comportamento da Sra. Cássia Aragão que, durante o dia em que foi ouvido o Sr. Marcos Isfer, no seu Facebook informou ao seu público que estava em uma reunião na Câmara Municipal de Curitiba e que estava ouvindo "um bando de salafrários". O Vereador Valdemir Soares perguntou se ela estava se referindo aos vereadores desta Casa - ela dizia ainda, acrescentava que estava enojada -, ou se ela estava (n) se referindo aos funcionários da Urbs. No final da sua conversa, ele disse que se entendêssemos que estava envolvendo os Vereadores desta



Casa, ela se retratou e pediu desculpas a este Plenário. Ficou aquela indagação do Pastor Valdemir. Concedo a palavra ao Pastos Valdemir.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, é importante ressaltar o que realmente aconteceu na totalidade, pela seguinte questão, infelizmente no momento não estavam presentes todos os integrantes da Comissão. O que aconteceu foi identificado a própria imprensa, nos enviou naquele dia a postagem do facebook da interrogada, Cássia Aragão, uma colocação e uma colocação de total desprezo a este Parlamento ao alguém que estava neste Parlamento. A colocação foi que ela se sentia enojada, estava na Câmara Municipal, e não aguentava a colocação dos salafrários que estavam presentes naquele momento. Identificamos primeiro, a data, era a mesma data do depoimento, Marcos Isfer. Verificamos o horário da postagem, era 09h23min. Já havia começado a interrogatório do Sr. Marcos Isfer e, primeiro comprovamos se realmente ela estava aqui, participou desse interrogatório, até chegarmos no momento que contestamos sua colocação. Entendemos pelo menos a maioria dos Vereadores que aqui estavam, entendeu que ela estava se dirigindo de forma pejorativa aos Parlamentares dessa CPI, que ela estava desdenhando dos Parlamentares dessa CPI. Conversado já com alguns Vereadores que já tinham essa postagem. Percebi que todos tinham esse entendimento, colocamos no nosso interrogatório se a mesma fazia aquele "elogio", usou a palavra, salafrários se dirigindo aos Vereadores ou interrogados. Ela se assustou com a situação, não esperava que a CPI trouxesse a situação e ela de início fez apenas uma colocação que sua página do facebook ou qualquer rede social era algo particular dela, que não deveria explicações que era de uso pessoal dela. Depois colocamos que ela não estava aqui naquele dia apenas como uma cidadã. Mas, estava aqui como uma pessoa que fazia parte de uma investigação dessa Comissão e iria ser investigada, ouvida e teve participação relevante no processo licitatório, porque era Presidente da Comissão Permanente de Licitações na época. Então, não consideraríamos aquilo, apenas uma expressão de uma pessoa comum. Outra coisa, uma pessoa no momento da Comissão Parlamentar de Inquérito, uma pessoa que faz parte do processo licitatório, faz parte da investigação, uma pessoa que naquele momento está usando a rede pública da Câmara Municipal, dentro das dependências da Câmara, chegar e desqualificar pessoas dentro da Câmara, naquele momento, na Sessão Parlamentar de Inquérito. Então, eu estou fazendo todo esse histórico para que os senhores que estão aqui entendam que não é uma coisa tão pequena ou tão simples, desdenhar de um Legislativo, de parlamentares é você desrespeitar autoridades constituídas. E você desrespeitar autoridades constituídas quando você faz parte de uma investigação onde você é interrogado por essas autoridades, entendemos que entra até pro lado de uma ação de calúnia, crime de calúnia. Porém, Sr. Presidente, se for de entendimento dos demais vereadores que estão aqui, ela se reportou uma segunda vez, pediu desculpas novamente, deixou bem claro que não se referia aos vereadores mesmo, a maioria não acreditando na sua declaração, mas é algo a se pensar se movemos ou não movemos qualquer tipo de ação administrativa ou jurídica em relação a Sra. Cássia de Aragão. Eu deixo por conta de outros comentários. Se for do entendimento de todos, tiramos o pedido. Se for do entendimento de todos permanecemos com o pedido. Deixando aqui tranquilamente a minha posição em deliberar junto com a maioria.

O SR. PRESIDENTE:- Só encaminhar que deveríamos encaminhar um ofício à Urbs relatando esses fatos para que conste na ficha profissional dela, e também à Secretaria onde ela

está atualmente, que é uma Secretaria estratégica, a Secretaria das Comunidades. Uma mulher que tem essa visão do Poder Legislativo não pode permanecer nessa Secretaria. O que o senhor acha?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Olha, eu entendo, Sr. Presidente, que devemos deliberar em conjunto porque é uma questão que vai ser despachada em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito. Estou, não poderia deixar de defender este parlamento naquele momento. Outros vereadores pontuaram a mesma questão, o Vereador Geovani Fernandes, que fez publicamente, outros vereadores que também nos questionaram, a própria imprensa questionou, a própria imprensa viu que houve um desrespeito da própria funcionária, mas enfim, por ser um processo que envolve o nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, vou estar aqui apenas somando com as nossas colocações, somando com as informações do que aconteceu, até porque nem todos estavam presentes naquele momento. O que V. Exa deliberar com a CPI, seja um perdão, seja uma ação administrativa, seja um pedido de ação judicial, seja uma notificação administrativa à instituição a qual ela presta serviços, deliberarei com a Comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Continua em discussão. (Pausa). Estamos propondo então que, ao invés de entrarmos com uma ação penal contra essa senhora, uma vez que a mesma se retratou aqui, que façamos um comunicado, um protesto administrativo através de um ofício encaminhado ao Presidente da Urbs, ao Prefeito Municipal, relatando esses fatos e pedindo que ele tome medidas administrativas contra a violência que essa senhora praticou contra o Poder Judiciário de Curitiba.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Encaminho pedido a V. Exa para que este requerimento seja deliberado aqui na Sessão Plenária, porque no momento em que ela possa ter se dirigido a um ou mais parlamentares dentro da instituição Câmara Legislativa, ou estaria se dirigindo a toda Instituição. Então, só peço que seja deliberado não apenas pela CPI, mas CPI Câmara Municipal, Urbs ou partes interessadas.

O SR. PRESIDENTE:- Então, queremos colocar em discussão a proposta que a própria Câmara encaminhe essas medidas administrativas contra essa senhora que ofendeu este parlamento. Em discussão. (Pausa).

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu teria uma outra sugestão.

O SR. PRESIDENTE:- Então, vamos ouvir a sua sugestão, Vereadora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Na verdade, a Sra. Cássia fez uma afirmação dizendo que naquele dia que ela estava aqui na Câmara acompanhando os depoimentos por ter envolvimento na questão do processo licitatório como membro daquela comissão. Como ela afirmou que foi dispensada para acompanhar, porque era um assunto de interesse dela, será que antes de tomar alguma medida não era interessante encaminharmos um ofício para a direção da Urbs, para verificar se de fato houve essa dispensa dela?

O SR. PRESIDENTE:- Seriam duas coisas então. Uma a agressão à Câmara Municipal, outra à Urbs para se naquele horário ela estava dispensada.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Se houve uma dispensa do trabalho para que ela acompanhasse. Não sei, a partir da retratação que ela fez, pois fez uma retratação pública aqui, por mais que tenhamos elementos que levam a crer que ela postou no Facebook uma crítica aos

Vereadores da Casa, ela fez uma retratação. Aí eu tenho dúvidas. Em que medida cabe essa cobrança ao Executivo, ou a Urbs, uma vez em que ela se retratou. Eu tenho uma dúvida em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE:- Nobre Vereadora, uma injúria, uma calúnia, o Professor João Feder, que faleceu semana passada, foi Conselheiro do Tribunal de Contas, dizia o seguinte: "é como você pegar um saco de penas, subir em cima da torre da catedral e lá abrir esse saco de penas". Evidentemente que o vento vai espalhar as penas por toda parte. Mesmo que você recolha uma por uma dessas penas, provavelmente algumas vão ficar de serem recolhidas. Então, nesse caso, ela se retratou aqui, mas lançou essa ofensa ao Poder Legislativo no Facebook. Ou seja, onde milhares e milhares de pessoas tiveram acesso e ainda têm acesso. Então, o correto seria que ela retirasse e também se retratasse lá naquela rede social. Mas então vamos acrescentar esse pedido de V. Exa., de forma que solicitemos a Urbs. O Vereador Paulo Rink tem uma observação a fazer?

O SR. PAULO RINK:- Observação, Sr. Presidente, primeiramente sobre o assunto. Acho que temos que deliberar uma questão rápida: ou vamos fazer uma coisa ou não. Ficarmos discutindo uma questão de uma senhora que já veio aqui. Vamos perder, não digo o respeito, com a questão com que ela fez a esta Casa, mas como ela já fez a retratação pública, cabe-se um ofício, faz o ofício e decidida a questão. Aí vamos para o próximo assunto, para podermos obter sequência no trabalho, e não ficarmos parando num comentário de Facebook, que infelizmente foi feito mas que já foi retratado. A que ponto levaria a efetividade dessa carta, desse ofício? É questionável, na minha opinião. Então, acho que estamos perdendo força, estamos perdendo tempo aqui, dos Vereadores, nessa questão. Mesmo tendo o nosso respeito pelo trabalho da Casa. Estaremos defendendo melhor a Casa trabalhando com mais efetividade.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Sr. Presidente, peço a palavra. (Assentimento). Concordo com a avaliação do Vereador Paulo Rink. Dizer que a proposta da Vereadora Professora Josete pode ser incluída na sua solicitação. Acho que numa coisa só se faz, e vamos à votação de maneira objetiva.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, gostaria da palavra. (Assentimento). Eu na Sessão em que essa senhora veio prestar depoimento não estava presente; estava enfermo. Mas de qualquer forma não gostei da atitude dessa senhora. No mínimo que ela se retratasse perante aos meio das redes sociais. Vou junto com os demais, mas tem que tomar muito cuidado, porque estão tentando desestabilizar esta CPI, e não vão conseguir. Não vão conseguir! Tem que respeitar esta CPI, ninguém está para brincar. Ou nós perdemos o nosso horário, o nosso espaço para vir aqui falar para Curitiba, com um milhão e oitocentos mil curitibanos... Ninguém aqui está para brincadeira. Também não vamos aceitar qualquer tipo de deboche. Por mais que ela tenha se retratado, temos que tomar muito cuidado, pelo que está por vir nos próximos dias. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Em votação o requerimento coletivo, de encaminharmos um ofício à Urbs, perguntando se essa senhora estava dispensada para acompanhar os trabalhos desta CPI. Como também manifestando o nosso protesto em nome da Casa, que seria aprovado pelo Plenário da Casa, pelo comportamento dessa senhora, com todas emendas que foram feitas aqui. (K).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Só queria emendar também, Sr. Presidente, a seguinte

situação: ela hoje não está mais na Urbs, pela informação que foi dada...

O SR. PRESIDENTE:- Sim, mas a Secretaria competente.

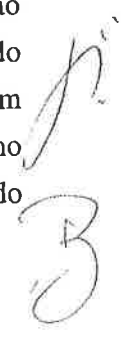
O SR. VALDEMIR SOARES:- A Urbs ou a Secretaria competente, porque nós não sabemos realmente a data, se ela estava ainda prestando serviços à Urbs ou se ela já havia sido transferida.

O SR. PRESIDENTE:- Faremos um requerimento aos dois órgãos. Encerrada a discussão. Em votação. (Pausa). APROVADO. Outro ponto que nós temos é que amanhã, a pedido do Presidente desta Casa, nós teremos uma reunião extraordinária da CPI, quando nós ouviremos o Movimento de Luta pela Tarifa. Então, a partir das 14h nós estaremos ouvindo esses movimentos sociais nesta Casa e peço a presença de todos.

O SR. MAURO IGNACIO:- Sr. Presidente, para esclarecimento. (Assentimento). Esse pessoal do Movimento de Luta é o mesmo da torta na cara?

O SR. PRESIDENTE:- Não, parece que não. São outros movimentos que fizeram os protestos durante aquelas manifestações. Não é o da torta. E a terceira questão, eu gostaria de informar que nós temos ainda duas reuniões ordinárias. Uma no dia 17, próxima quinta-feira, quando pela manhã nós convocaremos o Presidente, Sr. Renato Rodrigues de Almeida, do ICI, que até hoje está evitando de vir aqui prestar esclarecimentos, e na parte da tarde nós convocaremos o Sr. Celso Bernardo, da Urbs, que era pessoa que cuidava dos aspectos financeiros. E na próxima reunião, no dia 24, a última ordinária, nós teríamos ainda que ouvir o Sr. Lugomir Ficinski, que foi o Diretor da Urbs que comprou todos aqueles ônibus, e o Procurador do Município na época, Sr. Ivã Bonilha. Então, temos só essas datas. Ficaria mais ou menos agendado a data do dia 24 com essas duas pessoas, e assim nós encerraríamos os trabalhos voltados à questão das audiências. Nós recebemos hoje um documento da Enterhelp, e pelo documento que já foi passado ao Vereador Relator, acredito que até poderíamos dispensar a acareação, porque a questão do código-fonte já foi resolvida. Então, vamos estudar esse documento corretamente e daí, na quinta-feira, nós deliberaremos se faremos uma reunião extraordinária para acareação. Assim, nós encerraríamos no dia 24 a última reunião relativa aos trabalhos abertos da CPI. Teríamos só o prazo para o relatório final, que será apresentado pelo nosso Relator e pelos demais membros.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Para encaminhar a seguinte situação, Sr. Presidente. (Assentimento). Nós temos que olhar agora pelo grau de importância de toda discussão essas duas reuniões ordinárias que nós vamos ainda realizar pela CPI. Pelo jeito V.Exa. vai ter que fazer alguma dispensa, porque V.Exa. deu a entender que nesses dois dias, nessas duas reuniões ordinárias, não vamos conseguir alcançar todos aqueles convocados ou convidados que já foram aprovados aqui. Mas, eu gostaria de pedir a V.Exa. para manter a acareação, até porque ainda não foi definida essa questão da prestação de serviço da manutenção. Nós tivemos uma informação por alto que foi feito um adendo para prorrogação mínima de um trabalho que estava sendo executado para o Município de forma informal. Se nós tivermos que fazer outras deliberações em relação a dispensa de alguma das testemunhas, temos que rever no grau da importância. Eu acho que nós devemos deixar essa acareação ainda para quinta-feira, em aberto, com a presença do



Presidente do Setransp. Nós temos que entender o seguinte, houve também duas ausências, do Sr. Abujamra, da Dataprom, e do Sr. Dante Gulin, Presidente do Setransp, e nós não podemos apenas anular (m) por causa dessas ausências.

O SR. PRESIDENTE:- Sim. Correto. Então, esta Mesa acata a sugestão do Vereador Valdemir Soares. Acredito que deveríamos marcar uma reunião extra para a semana que vem, para resolvermos esse problema da acareação. Com a palavra o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Vou formular um requerimento, depois, por escrito, pedindo que nós façamos mais uma reunião extraordinária, para aproveitar o conhecimento que adquirimos, inclusive eu, e acho que todos os Vereadores aqui, para que apresentássemos, nessa reunião, ou cada Vereador trouxesse, inclusive eu e o Vereador Chico do Uberaba estamos elaborando uma proposta em conjunto, desde alteração de leis, que é a lei do FUC, a questão de uma lei que isenta o ISS também, a exemplo do prefeito do seu partido, do PDT de Porto Alegre, e já está em vigor naquela cidade, e desde até a brilhante ideia do Vereador Paulo Rink na questão da propaganda, para que nós, cada Vereador apresentasse a sua sugestão, e o ilustre relator levasse em consideração isso. Ele que, numa brilhante matéria da Gazeta do Povo, que ele colaborou, tenho certeza disso, e a comissão anterior, que a Josete participava, também colaborou muito nesse sentido, para tentar cobrar e diminuir aquele "retorno morto", não sei como é, o Bruno sabe melhor o nome do ônibus que faz até a garagem. Que nós apresentássemos, nessa reunião, então. Presidente, já estou formulando e vou apresentar o requerimento por escrito a V.Exa. para colocar em votação mais uma reunião extraordinária, para que sejam apresentadas para a sociedade as alternativas para se baixar a tarifa do transporte coletivo de Curitiba, seja agora ou em fevereiro, como o Prefeito tem se adiantado nessa questão. Então, esse é o meu pronunciamento. Mas vou formular o requerimento.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Presidente, só para esclarecimento. (Assentimento). Amanhã, está convocada uma reunião ou audiência pública, gostaria até de uma informação melhor, do movimento Frente de Luta pelo Transporte com a CPI; então gostaria de saber como que será a participação dos membros junto com esse movimento, o horário definido, parece-me que vai ser aqui neste local. Se o senhor pudesse passar essas informações.

O SR. PRESIDENTE:- Pelo que me foi transmitido pela Mesa Executiva, pelo Presidente, será neste local, a partir das 14h. E, segundo o Presidente Paulo Salamuni, seria uma reunião extraordinária da CPI. Não sei se isso foi deliberado na reunião da Comissão Executiva.



O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na verdade, queria saber se vai ser deliberado pela CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Sim. Isso é o que estamos propondo aqui, para ser deliberado aqui, que seria uma convocação extraordinária da CPI para ouvir os movimentos populares.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Gostaria também de deixar claro aqui que na semana retrasada foi encaminhado por esta CPI uma correspondência ao presidente da Urbs, o Sr. Roberto Gregório, para que nos informassem qual o conteúdo e o critério adotado na prorrogação do contrato com a Dataprom. Para essa acareação é muito importante essas respostas, e até o momento o Sr. Gregório não apresentou uma resposta. Eu pergunto se a Mesa tem conhecimento de alguma resposta da Urbs para a CPI.



O SR. PRESIDENTE:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ou o que está acontecendo, porque estamos aí já quase nos finalmente e eles estão nos empurrando de uma forma muito difícil, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Até este momento esta Mesa não recebeu nenhuma resposta da Urbs. Agora, o Vereador Pastor Valdemir Soares, vice-relator, sugeriu que fizéssemos também na próxima quarta-feira pela manhã, mas pela manhã acho um pouco complexo; eu queria propor quinta-feira, dia 17, a partir das 16h, fazermos a acareação. Porque pela manhã será muito curto, Pastor. Daí, convocaríamos todos novamente a partir das 16h.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Todos que o senhor está falando?

O SR. PRESIDENTE:- Os da acareação. Eu pergunto ao Vereador Tiago, que foi o autor do pedido (1) de acareação, o que acha do próximo dia 17, às 16h? Porque daí teríamos mais tempo para fazer acareação. O Celso Bernardo viria às 14h e a acareação às 16h.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, eu queria encaminhar pela seguinte situação: porque eu gostaria de fazer pela manhã? Porque pela manhã nós já vamos ter um ex-Presidente do ICI, é claro que esse ex-Presidente do ICI não era o Presidente no momento da contratação, mas ele fez parte da máquina do ICI e poderia também estando aqui no momento da acareação, ser interrogado, nós poderíamos fortalecer essa acareação, Sr. Presidente. Nós teríamos aqui acareação pela manhã, teríamos o ex-Presidente do ICI com a presença do Presidente do Setransp. Eu acho que nós poderíamos até fortalecer.

O SR. PRESIDENTE:- Então, nós alteramos a sugestão para às 10h e 30min da manhã da quinta. Das 9h às 10h nós ouviríamos o ex-Presidente do ICI, às 10h e 30m convocaríamos o pessoal para acareação e, à tarde, ficaria o Celso Bernardo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Sr. Presidente, me permite, mesmo não sendo membro da CPI? Quero tirar uma dúvida, eu acho que deve ser mesmo do jeito que o Chicarelli falou, até parabéns por pedir que seja estendido o assunto por ser de tanta importância. Presidente, eu quero tirar uma dúvida e dar uma sugestão. No relatório vai ser colocado já a diminuição da tarifa ou algo assim?


O SR. PRESIDENTE:- O relatório vai ser feito pelo relator, pelo Vice, pelos Vereadores. Ainda nesses temas não chegamos. Agora nós estamos na fase de colher as informações.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Qual a questão que eu quero chegar? Devido a um projeto da dupla função que está em debate, voltou ao meu gabinete a indicação de onde vai sair o custo financeiro aí para isso. Como já foi demonstrado que são quatro, cinco centavos, eu quero saber se eu, Vereador Rogério Campos, posso enviar à CPI que nessa diminuição de tarifa conste já o impacto dos quatro ou cinco centavos a menos na tarifa para que seja cumprida a lei e nós tenhamos um transporte de mais qualidade.

O SR. PRESIDENTE:- V.Exa. pode contribuir e deve, porque o senhor é um especialista, trabalha no setor e todos os Vereadores desta Casa votarão o relatório, então, será muito útil a sua contribuição.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Eu tenho certeza que Curitiba vai ganhar, o transporte coletivo de Curitiba vai melhorar e, mesmo assim, a tarifa vai ficar mais barata do que é hoje.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço e muito obrigado pela sua contribuição. Então, não tendo mais assuntos a tratar, ficou acertado que às 9h da manhã nós ouviremos o Sr. Renato



Rodrigues de Almeida, às 10h e 30min faremos acareação e, às 14h, ouviremos o Sr. Celso Bernardo, no dia 17, quinta-feira.

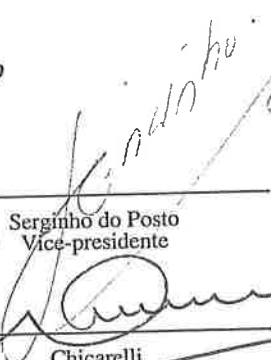
O SR. VALDEMIR SOARES:- Com a presença do Presidente do Setransp na acareação.

O SR. PRESIDENTE:- Vamos fazer os ofícios e convocá-los. Com a palavra o Vereador Bruno Pessuti.

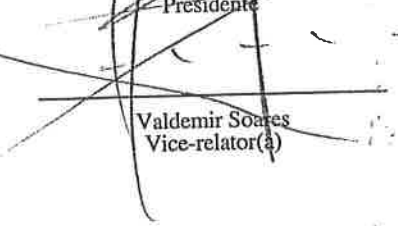
O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento 41097/2013 da Vereadora Professora Josete.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa) Em votação. (Pausa). APROVADO. Alguém mais deseja fazer uso da palavra? Não. Então, damos por encerrada a presente reunião.


Jorge Bernardi
Presidente


Serginho do Posto
Vice-presidente


Bruno Pessuti
Relator(a)


Valdemir Soares
Vice-relator(a)


Chicarelli
Membro


Chico do Uberaba
Membro


Cristiano Santos
Membro


Geovane Fernandes
Membro


Mauro Ignacio
Membro


Noemia Rocha
Membro


Paulo Rink
Membro


Profª Josete
Membro


Tiago Gevert
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 12ª/2013 de 14/10/2013

Data / Hora da Notificação: 24/10/2013 - 10:10

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA QUINTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia vinte e quatro de outubro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente - Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Tiago Gevert, Noemia Rocha, e dos Vereadores: Rogerio Campos e Felipe Braga Cortes.- O Senhor Presidente solicitou que o Relator da CPI, Vereador Bruno Pessuti, nominasse as autoridades presentes e, a seguir, colocou em votação a 14ª Ata da reunião da CPI do Transporte Coletivo, já disponibilizada por meio eletrônico aos Vereadores, a qual foi **aprovada**.- Ato contínuo, concedeu a palavra ao Senhor Anderson Teixeira, Presidente do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana - Sindimoc, que discorreu sobre o fundo assistencial aos trabalhadores do transporte coletivo de Curitiba, que é um dos itens que compõem a planilha de custos da tarifa, manifestando sua preocupação com a possibilidade de esse fundo ser retirado do cálculo e repassado diretamente ao Sindimoc pelo Setransp continuando, enfatizou a transparência das ações do Sindicato, e entregou aos Vereadores integrantes da CPI a documentação referente à prestação de contas sobre a aplicação do fundo assistencial nos últimos seis meses.- A seguir, usaram da palavra os Vereadores: Chico do Uberaba procedeu a leitura do relatório da diligência à Urbs, realizada no dia dezoito de outubro do corrente.- Chicarelli demonstrou sua preocupação com o valor atual da tarifa do transporte público e a necessidade de baixá-la, enumerando algumas sugestões para que isso ocorra.- Professora Josete informou que nos próximos dias a Urbs lançará edital para contratação de empresa que realizará auditoria externa para avaliar o sistema de transporte coletivo.- Valdemir Soares enalteceu a ação dos parlamentares que participaram da diligência à Urbs, e solicitou a publicização dos resultados e respostas alcançados com a mesma.- O Senhor Presidente informou que o documento com respostas da Urbs aos questionamentos dos Vereadores que realizaram a diligência será disponibilizado na íntegra, por meio eletrônico e, a seguir, convidou o Senhor Lubomir Ficinski, ex-Diretor de Transporte da Urbs, para fazer parte da Mesa.- Com a palavra, o Senhor Lubomir Ficinski fez um breve relato das suas atividades na Urbs, onde ocupou o cargo de Diretor no período compreendido entre janeiro e outubro de 2011, empenhando-se na melhoria do transporte coletivo; finalizou, fornecendo sugestões que podem ser usadas como medidas para reduzir o valor da tarifa do transporte coletivo. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto,

Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Rogerio Campos e Noemia Rocha.- O Senhor Presidente colocou em votação a ata da 13ª Sessão Extraordinária da CPI do Transporte Coletivo, já disponibilizada por meio eletrônico aos Vereadores, a qual foi **aprovada**.- A seguir, informou que às 14 horas deste dia está prevista a oitiva do Senhor Ivan Bonilha, ex-Procurador Geral do Município.- Foi suspensa a Sessão.- Às 14 horas, havendo número legal, foi reaberta a Reunião.- O Senhor Presidente informou que o convidado, Doutor Ivan Bonilha, ex-Procurador Geral do Município está participando de Sessão Plena no Tribunal de Contas do Estado do Paraná, motivo pelo qual não compareceu nesta CPI.- A seguir, fizeram uso da palavra os Vereadores Jorge Bernardi, Chico do Uberaba, Serginho do Posto, Bruno Pessutti, Chicarelli, Professora Josete e Geovane Fernandes, que agradeceram ao Presidente da CPI, Vereador Jorge Bernardi, Membros, funcionários e servidores deste Legislativo, imprensa e a todos que contribuíram para que os trabalhos da CPI fossem concluídos.- O Senhor Presidente justificou a ausência da Vereadora Noemia Rocha e convocou Reunião Administrativa para a próxima quarta-feira, dia 30 de outubro, após a Sessão Plenária, esclarecendo que a CPI do Transporte Coletivo realizou 15 Reuniões Ordinárias, 13 Extraordinárias, 4 diligências e 110 horas de depoimentos onde foram ouvidos 26 convidados, informando, também, que o Relatório final será apresentado dentro de 15 dias, o qual será encaminhado ao Ministério Público e à Prefeitura Municipal de Curitiba para medidas cabíveis.- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos desta Comissão que investigou as irregularidades no Transporte Coletivo de Curitiba.- Do que para constar, nós, Erminia Claudino, Regina Ayres, Rosimeri M. Baglioli e Soeli Rocha C. Biesczad, Redatoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA O TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI.

Às 09h15m dá-se início à reunião.

O SR. PRESIDENTE:- Com a presença dos Vereadores Bruno Pessutti, Serginho do Posto, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Valdemir Soares, Noemia Rocha, Professora Josete, Rogério Campos, Geovane Fernandes, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta a presente reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Transporte Coletivo de Curitiba. Passo a palavra ao nosso Relator, Bruno Pessutti, para que faça a leitura das autoridades que acompanham esta reunião.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Bom dia a todos. Registramos a presença do Sr. Anderson Teixeira, presidente do Sindimoc; Kleiton Luiz Rodrigues, motorista de ônibus do Sindimoc; Roberto Aparecido Viveiros, Sindimoc - delegado de base; Cleunice Maria Monteiro, secretária do Sindimoc, João Carlos dos Santos, supervisor do Sindimoc, Paulo César Damata, motorista de

ônibus, Sindimoc, Ricardo Ribeiro, motorista de ônibus Sindimoc, Cleverton Camargo, motorista da empresa Glória também do Sindimoc, José Pereira de Satelis, cobrador de ônibus Sindimoc, Rafael Lorenzoni, Advogado do Sindimoc, Edilson Marenda, 2º Secretário do Sindimoc, Luiz Carlos de Oliveira, diretor de relações sociais do Sindimoc, Luciane Elias, telefonista do Sindimoc, Jeferson Inácio Upiek, motorista de ônibus Sindimoc, João Cristiano, delegado Sindimoc, Valdomiro Bonfante, supervisor do Sindimoc, Osiris de Deus, cobrador de ônibus pelo Sindimoc, Nilton José de Lima, motorista de ônibus, Sindimoc, Fabrício Neves, conselho fiscal do Sindimoc, Valdomiro Maceme, supervisor do DAT - Departamento de Atendimento ao Trabalhador do Sindimoc, João Batista Fernandes motorista do Sindimoc, Adriano Goesmotoristaaa do Sindimoc, Isidoro de Oliveira, relações públicas do Sindimoc, Denise do Rocio Furtado, Secretária do Sindimoc, Roderlei Jesus Pereira, diretor geral do Sindimoc e Luiz Fernando Rodrigues, diretor sindical do Sindimoc. Também gostaríamos de agradecer a presença do Sr. Lubomir Firsinsk, ex-diretor de transporte da Urbs, Sr. Sidney Rogério, diretor financeiro do Sindimoc, Eglesio Santana diretor sindical do Sindimoc, assessor do Sindimoc, Fábio da Costa, encarregado do RH do Sindimoc.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao nosso Vice-presidente Serginho do Posto. Temos uma Ata para deliberarmos.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. Sr. Presidente, a Ata é da 13ª reunião Ordinária da CPI. Já está disponível aos membros da CPI e aos demais membros. Colocamos em deliberação.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão (Pausa) Em votação. (Pausa). APROVADA Esta é a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito. Já realizamos treze reuniões extraordinárias. Então, no total são vinte e oito reuniões desta CPI. Agora eu gostaria de passar a palavra ao Sr. Anderson Teixeira, Presidente do Sindimoc, que têm alguns documentos para serem entregues a esta CPI

SR. ANDERSON TEIXEIRA:- Bom dia Presidente Jorge Bernardi, e demais vereadores componentes desta Mesa, senhoras e senhores. Venho, mais uma vez, frente à Tribuna aqui na Câmara. Agradeço desde já ao presidente pela oportunidade, mais uma vez defender o direito da minha categoria, à qual fui eleito para representar. Durante a CPI, em nome de todos os trabalhadores, fizemos uma grande denúncia numa audiência pública no Mercado Municipal, onde levantamos todos esses fatos que hoje brilhantemente a CPI tem trazido à tona, publicado, investigado e, com um brilhante trabalho, vem mostrando à sociedade de Curitiba o que vem acontecendo, o que acontece no transporte coletivo de Curitiba. Naquela mesma oportunidade, lembro bem que comentei que, após fazer aquelas severas denúncias com relação ao transporte coletivo, o Sindicato também viria a ser atacado por pessoas, provavelmente com o intuito de desviar o pensamento dos nobres Vereadores, com o objetivo de não ressaltar e enaltecer a verdade do transporte coletivo. Mas acredito no trabalho que esta CPI vem fazendo, pela postura tanto do relator, como do presidente e dos demais Vereadores. E por isso hoje tenho a ~~tranquilidade de falar da questão do fundo assistencial que é repassado ao Sindicato. Esse fundo~~

assistencial, na tarifa, representa aproximadamente 1,4 centavos. Esse dinheiro hoje, aproximadamente trezentos e vinte mil reais/mês, é investido diretamente a todos os trabalhadores do transporte coletivo. Eu trouxe para comprovar a todos os Vereadores e à CPI, deixar aberto, para mostrar a transparência com que é administrado hoje o Sindimoc, toda a documentação dos últimos seis meses do que entrou do fundo assistencial e onde ele foi empregado; não só do fundo assistencial, mas aproveitei também para colocar da assistência médica, que também é incluída na tarifa. Então, hoje, o Sindimoc, como falei ao Vereador Jorge Bernardi na primeira sessão, que tínhamos total consciência de tudo o que vinha acontecendo e que iria trazer essa documentação aqui para a CPI, e, se for preciso, abrir as portas do Sindicato para que seja feita uma auditoria. Toda documentação está ali, a auditoria inclusive pode ser feita através dessa documentação. Só queria ressaltar que esse fundo assistencial, como ele está na tarifa, os empresários hoje já atrasam constantemente o fundo assistencial. E temos certeza de que, a partir do momento que não tiver provisionado na tarifa, os empresários também não irão pagar. Ou, se retirado da provisão da tarifa, com certeza os empresários terão uma grande moeda de troca na negociação, enfraquecendo os trabalhadores, dificultando ainda mais as negociações e trazendo para a categoria, que já vem há muito tempo sendo explorada, como já relatei diversas vezes aqui mesmo nesta Tribuna a questão das estações-tubo, a questão dos micro-ônibus, a questão dos horários, enfim, vários outros pontos que tornam a vida hoje dos meus companheiros motoristas e cobradores cada dia mais estressante. Quando vim aqui na Câmara pela primeira vez, o número de afastamento por estresse era de aproximadamente 7% da categoria, está chegando aos 12%, Jorge Bernardi. Está chegando aos 12% o número de afastados por estresse dentro da nossa categoria. Dados que vocês poderão comprovar pelo número de consultas que temos com psiquiatras e psicólogos nesse relatório. Então, só queria mostrar esse trabalho, aproveitar a oportunidade para parabenizar o trabalho da CPI, entregar a documentação e falar que, caso esse fundo assistencial saia do provisionamento da tarifa, estarão cerceando direito a os trabalhadores, porque os empresários não vão honrar com o pagamento (a) direto, sem provisionamento. Meu muito obrigado a todos e esperamos que seja atendido. Obrigado, Vereador Jorge Bernardi.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Sr. Anderson Teixeira e convidamos os Vereadores para virem aqui a frente para recebermos os documentos (Pausa). Passamos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba que vai nos relatar o trabalho da diligência, realizada na Urbs na última sexta-feira.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente e Srs. Vereadores; senhores visitantes; motoristas do Sindimoc que estão juntos com o Sindicato, sejam bem vindos; Roberto Aparecido Vivera, meu grande amigo que estou revendo hoje aqui, sejam bem vindos você e todos os motoristas e cobradores que estão juntos conosco no dia de hoje. Sr. Presidente, na sexta-feira estivemos juntos com esta Casa, a assessoria de imprensa, toda a equipe da Casa junto com os Vereadores Chicarelli e Tiago Gevert fazendo uma diligência na Urbs. Marcaram para às 9h., pensávamos que o Sr. Gregório estivesse nos esperando. Infelizmente, aquela hora não estava, mas fomos recebidos pelo Sr. Edson, assessor, que nos atendeu, nos colocou numa sala e queriam fazer um contato com o presidente para que retornasse de onde estivesse para nos responder. Por

volta de 10h, 10h15min. ele apareceu. A diligência ocorrida na Urbs, a Urbanização de Curitiba S/A, no dia 18 de outubro, tinha objetivo único de obter a resposta a ofício supracitado, cujo teor transcrevemos abaixo "o alvo da diligência nos questionamentos. Uma das perguntas: Foi realizado algum aditivo para prorrogar o contrato vencido em 29 de agosto de 2013? Se afirmativo, solicitamos a cópia do referido aditivo. A segunda pergunta: houve resposta ao ofício enviado em 26 de setembro de 2013 pela Setransp sobre o protocolo 04045967/2013, visto que os ofícios enviados em 21 e 23 de agosto de 2013 não foram respondidos? É correto afirmar que sem a liberação de alguns acessos ao sistema de bilhetagem eletrônica, de domínio exclusivo da Urbs, as empresas não podem contratar nenhuma empresa para prestar os serviços de manutenção dos sistemas de bilhetagem eletrônica? Como está sendo feito os pagamentos dos serviços realizados pela Dataprom sem contrato? A Urbs realizou os pagamentos integrais ao contrato firmado com o ICI? Chegamos à Urbs pontualmente às 9h e fomos recepcionados pelo Edson, que mencionei, que nos informou que o Gregório não se encontrava nas dependências da Urbs e que havia saído há pouco para uma reunião na Prefeitura de Curitiba. Assim o Vereador Chico do Uberaba questionou se, porventura, o Sr. Gregório não sabia da diligência. E o próprio assessor de comunicação disse que desconhecia prontamente e foi questionado pelos vereadores se a Urbs não acompanha as Sessões da CPI diariamente como parte envolvida no processo. Em seguida fomos encaminhados para uma sala de reunião e informados que estavam entrando em contato com o Sr. Gregório para saber se o mesmo voltaria para a Urbs para atender a diligência. Contatado, o Sr. Gregório pediu um pouco de paciência aos Vereadores e que já estava a caminho da Urbs, assim como o Sr. Rodrigo Grevetti - Diretor de Transportes, também estava a caminho para acompanhar a reunião. Por volta das 11h. o Presidente e o Diretor de Transportes da Urbs chegaram e teve início os trabalhos da diligência. Primeiramente o Sr. Gregório desculpou-se pela demora e já estava de posse da cópia do ofício em questão e salientou que teria quinze dias para responder a referida correspondência. E apesar do ofício ser datado em 03 de outubro de 2013 o mesmo só foi protocolado na Urbs no dia 10 de outubro de 2013. Em resposta a esta indagação, o Vereador Chico do Uberaba, esclareceu ao Sr. Gregório que a CPI estava em fase final e as informações contidas no referido ofício são de suma importância no processo de investigação. Desta forma, o Sr. Gregório relatou que providenciaria a resposta o mais breve possível. E a pedido do Vereador Chico do Uberaba informou que enviaria a resposta, se possível, ainda na próxima segunda-feira, dia 21, até às 12h. para ser apreciada em reunião administrativa da CPI. Disse também que dos questionamentos apontados no referido ofício o item que trata de contrato de manutenção do sistema de bilhetagem eletrônica SB, se fosse responder de pronto responderia que a Urbs não tem nada a ver com isso, considerando que a CPI deveria cobrar do ICI, Dataprom e Setransp. Então, pergunto, qual é o papel da Urbs? Não é da Urbs a responsabilidade pela gestão do sistema de transporte coletivo de Curitiba, ao qual inclui o sistema de manutenção de bilhetagem eletrônica? Os 4% recebidos mensalmente sobre a tarifa técnica não é para a Urbs administrar, acompanhar e cobrar o processo de gestão do sistema de transporte coletivo de Curitiba num todo? Senão, vejamos, a Urbs contratou o ICI para desenvolver o sistema de bilhetagem eletrônica, o ICI subcontratou, terceirizou a empresa Dataprom para realizar os serviços. A origem nos pagamentos do contrato do sistema de bilhetagem eletrônica paga ao ICI é da tarifa técnica via FUC - Fundo de Urbanização de Curitiba que é gerenciado pela Urbs. Pelo fato do ICI ter subcontratado outra

empresa para desenvolver os sistema de bilhetagem eletrônica não exime a Urbs de acompanhar o seu desenvolvimento, tanto na aquisição dos equipamentos de bilhetagem como do desenvolvimento do software do sistema. Entendemos que a Urbs é a gestora do negócio, ela tem a obrigação e o dever de exigir e cobrar a funcionalidade operacional do sistema de bilhetagem eletrônica do sistema de transporte coletivo de Curitiba, tanto do ICI quanto da subcontratada Dataprom, visto que tem que zelar e fiscalizar o destino dos recursos provenientes da tarifa técnica paga pelos usuários do transporte. Em suma, acreditamos que a Urbs tem que se posicionar a respeito. A resposta do alvo da diligência, segundo informações do suporte técnico da CPI, até a tarde de ontem dia 23 a resposta não havia sido protocolada por essa CPI, um compromisso assumido com essa CPI, que entregaria até segunda-feira às 12h..."

O SR. PRESIDENTE:- Vereador Chico do Uberaba, chegou agora pela manhã e eu passo as suas mãos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Antes tarde do que nunca. Estou abrindo a discussão com os demais integrantes dessa Comissão Parlamentar de Inquérito para as devidas liberações. "24 de outubro de 2013. Assina o Vereador Chicarelli, o Vereador Tiago Gevert e o Vereador Chico do Uberaba". Era isto que eu tinha que apresentar, Sr. Presidente, estou entregando em suas mãos o relatório (m) da nossa comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Pergunto aos Srs. Vereadores se tem mais alguma colocação a fazer. Ai vamos ouvir o Sr. Lubomir Ficinski. Passamos a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia a todos. Gostaria de comunicar à Mesa e a Presidência, que eu junto com o vereador Chico, vou passar para suas mão. Inclusive eu tinha protocolado um requerimento, para abriremos mais uma sessão para discutir quais propostas a CPI, pode contribuir para redução da passagem. Face ao adiantado e a possibilidade de apresentar os relatórios e sugestões para o Relator. Eu vou abrir mão desse requerimento hoje se ele vier em votação, estou abrindo mão. Mas, não posso deixar de mostrar a minha preocupação e do Vereador Chico, onde concentramos alguns esforços para que efetivamente a passagem baixe. Acho que a CPI, está fazendo seu papel. Então, acho que V.Exa., foi além do que eu pensava, está de parabéns. Mas, o que eu entrego em mãos da relatoria, algumas coisas que eu acho que podem contribuir para baixar a passagem. A primeira coisa, assistindo e aprendendo nesta CPI, eu vi a cobrança de várias pessoas que vieram aqui o que o Legislativo pode participar e colaborar para abaixar a passagem. Nós colocamos e já está em tramitação nesta Casa uma lei de desoneração do ISS. É uma prerrogativa do executivo, mas em muito entendimento esta Casa pode avançar a discussão. A exemplo de Porto Alegre, onde se reduziu cinco centavos a passagem. Retirando a cobrança do ISS de 2%, nós podemos levar a redução da passagem até de seis centavos. Criar uma política permanente já de subsídio que garanta, para não termos o que está acontecendo atualmente, o jogo de empurra, empurra e, não se sabe quem vai dar o subsídio ano que vem. Já estamos apresentando. Também protocolo com o Vereador Chico do Uberaba outra lei, que modifica o FUC, onde torna mais transparente. Eu mesmo fui conferir o FUC, na Urbs e vi o quanto é difícil acompanhar todas as saídas e entradas. Passam pelo FUC, ~~muitas despesas e pagamentos com~~

fontes diferentes. Então, com a apresentação dessa lei, vamos tirar todas as despesas de infraestrutura e compra de equipamentos. Sendo uma prerrogativa ou de uma secretaria a ser criada. Então, pela reencontramento do FUC, ficariam só as despesas do transporte coletivo. Poderiam reduzir até três centavos. Para adiantar alguns assuntos bem debatidos aqui na CPI, como o Vereador Valdemir Soares debateu bastante e o Vereador Chico do Uberaba, a troca do sistema de bilhetagem, também colocamos aqui no nosso relatório, que pode reduzir em dois centavos, da Dataprom para a Interhelp como os vereadores polemizavam bastante aqui. A adequação da taxa de administração da Urbs. Nem estamos seguindo a orientação do Tribunal de Contas que pede para tirar. Pedimos para adequar, ou seja, para que seja cobrada na tarifa do usuário e não de uma forma absurda que encarece o sistema se cobrada da tarifa técnica, também uma redução de dois centavos. A questão do seguro muito bem explorada pelo Vereador Chico do Uberaba, que pode depois comentar alguma coisa também, a adequação do seguro, o Segbus, que também pode dar uma redução de dois centavos. E por último, presidente, alertar que o pagamento da compra dos equipamentos e do software pelo ICI Dataprom, o contrato já está na finalização, o que também pode dar uma redução de quinhentos e cinquenta e um mil de reais na planilha técnica. E para finalizar de vez, salientamos ainda que essa é apenas uma pequena contribuição desses vereadores. Consideramos ainda que podemos ter outras fontes de redução da tarifa técnica, itens como depreciação, combustível, peças e acessórios que se diz no contrato de licitação. A questão do fundo assistencial que está sendo discutido agora, também a contribuição patronal, que falta investigar se não entraria para a tarifa técnica e outras condições. Então, vou passar às mãos do relator essa contribuição, espero que seja levada em consideração na confecção do relatório. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Chicarelli. Está entregue o documento ao nosso relator.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Para informe à Casa, Sr. Presidente. (Assentimento). Só queria colocar da participação junto à comissão de auditoria da Urbs. Já falei isso na sessão da segunda-feira, mas gostaria de reforçar que provavelmente entre dez a quinze dias será lançado o edital para a contratação de empresa de auditoria externa que vai averiguar desde o contrato até fazer na verdade um estudo técnico acerca da tarifa com todo o detalhamento necessário. Acho que esse é um aspecto importante uma vez que teremos toda a condição de ter elementos técnicos adequados para apontar prováveis percentuais em redução a vários elementos da tarifa. E também acho que é importante ressaltar que dentro dessa comissão de auditoria já foram designadas duas pessoas que vão estar fazendo um levantamento sobre a questão do sistema de bilhetagem eletrônica. São dois componentes da comissão, representantes do Fórum Popular de Transporte, Sr. Valter Fanini, e também da diretoria do Sindiurbano, o Sr. Iverton, que vão fazer esse levantamento. Então, acho que é importante que os vereadores tenham essa informação porque acho que são elementos que poderão nos ajudar também na sequência nos debates desta Casa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a V.Exa. e passamos a palavra ao Vereador **Valdemir Soares.**

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito bom dia, Sr. Presidente, bom dia senhores e senhoras, todos os presentes. Sr. Presidente, gostaria de enaltecer aqui a ação desses parlamentares que estiveram nessa diligência última na Urbs S.A.. A importância da informação que veio a esta Casa através dessa diligência chefiada pelo Vereador Chico do Uberaba com a presença do nobre Vereador Chicarelli e do Vereador Tiago Gevert. Gostaria, Sr. Presidente, de reduzir a minha fala e pedir que pudéssemos publicizar essa resposta porque é uma resposta que todos nós já há algumas semanas estávamos aguardando. Uma resposta do porquê estava de maneira informal o trabalho de manutenção do sistema de bilhetagem do transporte coletivo de Curitiba. Acredito, pela quantidade de papéis que aqui estão, que deve-se ter uma resposta contemplando todas as nossas dúvidas em relação a essa prestação de serviço. E essa extensão de contrato, ou formalização de outro tipo de contrato para que pudesse legalizar e formalizar esse serviço que tão importante para o sistema. Então, gostaria até de pedir à V. Exa. se V. Exa. assim entender, colocasse para esta CPI, neste momento, a leitura desse documento enviado em resposta ao pedido, feito por ofício através do Vereador Chico do Uberaba.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço a sugestão do Vereador Valdemir Soares. Pediria então, Vereador Chico do Uberaba, para ler somente a primeira parte então, da resposta, aí o restante nós disponibilizaremos na Internet.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, não é tudo isso aqui que é da minha diligência, o meu é só isso aqui. (Mostra).

O SR. PRESIDENTE:- Leia a primeira página então, depois disponibilizaremos na Internet, como fazemos com todos os documentos que chegam a esta CPI.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ok. (Lê documento). Só para dizer que segue aqui uma correspondência da CPI, que foi encaminhado no dia 06 de setembro; tem também ao Sr. Dante Golin, Presidente do Setransp, no dia 29 de agosto; e para CPI novamente em 26 de setembro de 2013 a cópia dos documentos que o Sr. Roberto Gregório nos repassou, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a leitura do Vereador Chico do Uberaba e da sua comissão que fez a diligência. Perguntamos à Vereadora Noemia Rocha, que foi procurada por um empresário que pretendia participar da licitação, e que queria conversar com V. Exa. a respeito das ameaças que sofreu, para não participar desse processo de licitação. A senhora conseguiu conversar com o empresário?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Marcamos agenda para amanhã, Sr. Presidente, porque ele tinha uma viagem, mas qualquer informação eu trago à CPI sem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE:- Embora segunda-feira seja dia do funcionalismo público, mas se a investigação de V.Exa. for efetiva, redundar em resultados, solicito que nos comunique, que daí nós comunicaremos a todos os membros da CPI e ouviremos esse empresário, nem que seja no final de semana. Então, não havendo mais ninguém para fazer uso da palavra, quero convidar o Sr.

Lubomir Ficinski para se sentar à Mesa e começarmos a audiência. Queremos esclarecer a esta Casa que o Sr. Lubomir Ficinski estará sendo ouvido como informante dessa CPI, como convidado, então, dessa maneira, ele não precisará prestar o compromisso legal. Dr. Lubomir nós concedemos a palavra para que o senhor possa fazer as suas considerações iniciais a respeito do transporte coletivo de Curitiba.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Sr. Presidente, Srs. Vereadores membros desta CPI, demais Vereadores presentes, pessoas presentes a essa audiência. Eu tenho acompanhado através da imprensa, de alguma maneira, a ação dessa CPI no sentido de elucidar alguns fatos relativos ao sistema de transporte. Eu quero dizer que quando entrei na Urbs, minha nomeação ocorreu em janeiro de 2011, e todo esse problema de contratação, tudo isso estava resolvido, não estava sendo contestado. E eu novo na área não olhei, não me ocupei desse tipo de problema. Eu me preocupei e muito com a melhoria possível no transporte. Eu tenho lido que é necessário baixar os custos dos pneus, que é necessário verificar o custo de óleo, uma série de coisas que podem diminuir realmente o valor da tarifa. Claro que eu gostaria que isso acontecesse, agora, eu não vi uma abordagem macro, ou talvez eu não tenha percebido isso na imprensa, mas medidas que realmente baixam a tarifa. A primeira delas, infelizmente para os senhores presentes do Sindimoc, é que a discussão a respeito do aumento do pessoal tem que ser mais racional. Você não pode ter uma aumento de 6,7% da inflação e dar 10% de aumento, mais aumento de cesta básica, etc...

(manifestação da plateia)

O SR. PRESIDENTE:- Eu peço a) aos nossos colegas do Sindimoc, em respeito a essa CPI, vamos ouvir o Sr. Lubomir Ficinski. Depois terão as perguntas para que possamos ter essa audiência com harmonia. Os senhores podem confiar no trabalho da CPI. Temos que ouvir todos os lados e todas as posições, embora, muitas vezes, não concordemos com elas, como é o caso da manifestação que os senhores acabaram de fazer. Com a palavra o Sr. Lubomir Ficinski.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Então, para uma inflação acumulada de 19,99%, foi concedido um aumento de 34,38%, isso em três anos. Eu não sou contra que se pague um pouco mais do que a inflação, mas isso tem que ter um limite, evidente. Quanto à cesta básica, houve um aumento de 203%. Lamento muito, mas são fatos que contribuem. Isso representa entre quinze e vinte centavos na tarifa. Outro ponto muito importante para o rateamento do custo seria aumentar a velocidade média do sistema. A velocidade média do sistema, se aumentasse 10%, nós teríamos 10% de abatimento na tarifa.

(manifestação da plateia)

O SR. PRESIDENTE:- Eu peço mais uma vez aos colegas que estão acompanhando a CPI, eu sei que tem muitas situações que causam indignação. Senão, teremos que suspender essa reunião. **Peço um pouco de calma, tranquilidade, para que possamos ouvi-lo. O Sr. Lubomir vai**

responder as perguntas dos senhores vereadores. No final, faremos um relatório de tudo o que investigamos aqui. Entendo a indignação dos senhores, são trabalhadores. E o objetivo dessa CPI, além de evidentemente baixar a tarifa ao usuário, é melhorar as condições de trabalho e a renda dos motoristas, cobradores, e todos os demais operadores que fazem esse sistema de transporte coletivo. Podem ter certeza de que o empenho de todos os vereadores dessa CPI é no sentido de que efetivamente boa parte desse lucro que hoje vai para as empresas fiquem com os trabalhadores, que são os que movimentam esse sistema de transporte coletivo.(Palmas). Obrigado. Só peço a atenção de todos para que possamos continuar ouvindo o Sr. Lubomir.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O terceiro ponto seria achatar os picos. Achatar os picos seria estudar uma maneira de entrada e saída do trabalho, entrada e saída das escolas, para que os picos ficassem achatados. Achatando os picos, o serviço fica mais igual durante o dia. Esses três pontos podem baixar certamente, necessariamente, um valor muito importante na tarifa. Essa é a minha opinião. Eu lamento se os senhores discordam. Terminei. Tenho outras coisas que certamente virão nas perguntas.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor pode continuar.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Terminei.

O SR. PRESIDENTE:-Então, passaremos agora às indagações. Senhor Lubomir, o senhor foi Diretor de Transportes da Urbs em que período?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Meu período começou no dia 25 de janeiro de 2011 até 16 de outubro de 2011. mas já me licenciei, mandei minha carta de demissão no dia 04 de outubro e antes disso eu já não tomava mais conhecimento das coisas.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor ficou praticamente dez meses?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu realmente comecei a trabalhar na Urbs, já convidado pelo Prefeito, antes da posse oficial. A posse só veio depois da assembleia. Eu trabalhei muito nesse período de um mês que eu fiquei praticamente ligado a área técnica da Urbs do projeto da linha Norte/Sul, o projeto das estações, que devia ficar pronto em junho/julho de 2012. Está rolando aí está hoje, uma coisa incrível e não está definido, não se sabe onde isso vai parar, como isso vai parar, como isso realmente vai ajudar a população. Então, eu trabalhei antes mas eu não assumi, inclusive não usei o gabinete que não era meu ainda , tinha dono e eu trabalhei só nesse projeto. Depois com a ideia do Prefeito em começar a falar novamente em metrô, eu ajudei a fazer o projeto até a Praça do Japão, que era onde viria. Agora parece que isso vai até o Portão, não sei, seria bom que fosse.

O SR. PRESIDENTE:- Antes de trabalhar na Urbs o senhor trabalhou um bom período no IPPUC, foi Presidente por algumas oportunidades, gostaria que o senhor expusesse.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu fui Presidente do IPPUC em duas ocasiões, no

Governo Jaime Lerner do qual eu contribui para a formação do desenvolvimento de Curitiba e depois no Governo do Saul Raiz. Quando fui nomeado em 2010, o Presidente da Urbs me convidou e eu dei uma assessoria junto com outros colegas e ficamos trabalhando nesse assunto do metrô, onde descobrimos que as canaletas poderiam resolver o problema de forma melhor.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar ao senhor quais eram as suas atribuições na Diretoria de Transporte da Urbs, nesse período de 2011, em que o senhor trabalhou lá?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- As minhas atribuições se referiam evidentemente ao dia a dia do transporte, se referiam também a pontos pendentes como cumprimento dos indicadores, esses tipos de coisas.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de saber se o senhor tomou conhecimento do processo de licitação que ocorreu alguns meses antes, praticamente alguns meses antes da sua posse, o senhor tomou conhecimento de todo aquele processo de licitação?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não tomei.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Eu gostaria de saber também se em relação à aquisição de novos ônibus, o senhor lembra quantos ônibus foram adquiridos pelas empresas a partir do momento que o senhor foi nomeado Diretor de Transporte da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, não lembro não. Quantos ônibus novos, eles foram encomendados, os Ligeirões, foram encomendados antes da minha entrada. Eu sei que os empresários (e) adiantaram para 2011 a compra dos ônibus que deveria durar três anos.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor encaminhava às empresas as orientações técnicas do modelo, do tipo do ônibus que deveria ser adquirido pelas empresas?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não porque os ônibus que estavam sendo adquiridos e os novos foram encomendados antes que eu assumisse. E o ônibus híbrido também foi posterior a minha gestão.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tem conhecimento, sabia em que empresas as operadoras, as concessionárias do serviço mandavam fazer as carrocerias? O senhor acompanhava essa área?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, eu não acompanhava. Eles mandavam fazer e sei que esses últimos ônibus grandes foram fabricados no Rio Grande do Sul as carrocerias. Isso também foi uma encomenda que antecedeu a minha gestão: inclusive estive lá para ver o ônibus.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor esteve na Neobus, em Caxias do Sul?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Estive uma vez com o Prefeito para ver o ônibus pronto.

O SR. PRESIDENTE:- Em que época o senhor esteve lá?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Deve ter sido ali por março ou coisa assim.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor sabia que essa Neobus vendeu mais de quinhentos ônibus para o sistema de Curitiba e antes desses quinhentos ônibus ela nunca tinha feito nenhum tipo de carroceria para o sistema de Curitiba?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, não sabia.

O SR. PRESIDENTE:- Foi o senhor que determinou a aquisição dos ônibus híbridos?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, foi posterior a minha gestão.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de saber qual foi o motivo que levou o senhor a pedir a exoneração da Diretoria de Transportes da Urbs.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu tenho uma carta de exoneração que gostaria de ler.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor pode ler.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- (Lê) Carta de exoneração

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Lê carta de exoneração. Vou entregar esta carta em mãos Srs. Vereadores. Para mostrar que ameaças de greve, não tem efeitos desejáveis. Seria importante neste momento para uma posição de força, para as discussões do próximo ano, os novos salários para evitar abusos que refletidos na tarifa levariam novamente a Urbs à condição de pedinte. Essa pressão toda sofrida pela Urbs está gerando na empresa uma verdadeira síndrome de insegurança. Podemos fazer isso? É preciso consultar os marqueteiros? É discutível isso para resolver problemas técnicos e administrativos. Essas seriam, Sr. Presidente, as razões do meu pedido de demissão. Espero que as considerações que fiz ajudem à melhor compreensão dos objetivos da Urbs com os da população de Curitiba. Para a sua consecução necessita de todo o apoio de V.Exa.. Sinceramente, Lubomir Ficinski".

O SR. PRESIDENTE:- O senhor pode entregar esta carta para a CPI? Podemos disponibilizá-la no site da CPI? (Assentimento). Sr. Lubomir, o senhor notou que a tarifa técnica, resultado da licitação, estava acima da média histórica da tarifa de Curitiba durante o período em que o senhor foi diretor de transportes da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Notei sim. Eu tinha um histórico dessas tarifas todas. Essas tarifas variaram, mas tinham um histórico em relação ao poder aquisitivo do salário mínimo. E elas foram crescendo realmente e isso me incomodou.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor chegou a alguma conclusão a respeito dos fatores que levaram a esse aumento bem acima do salário mínimo e do histórico de Curitiba da tarifa técnica?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, eu não li evidentemente o relatório do Tribunal de Contas. O senhor está me dizendo agora que há sugestão para transformarmos isso em uma secretaria. Não concordo com isso não. Não concordo por uma razão muito simples: você teria que demitir todos os funcionários da Urbs, contratar novos funcionários, ter uma área técnica extremamente treinada, de grande qualidade. Então, isso aqui é mais um assalto à Urbs. Quero dizer que para mim seria muito mais fácil chegar aqui e não dizer nada disso. Era muito fácil para mim levar isso em água morna, mas alguém precisava dizer. Lamento que os senhores discordem, mas alguém precisava dizer. E eu quando aceitei o convite, aceitei para dizer a verdade.

O SR. PRESIDENTE:- Só peço aos companheiros que permitam. Nós temos aqui o Vereador Rogério Campos que fará as perguntas em nome dos senhores. Que possamos continuar aqui. Então, uma última pergunta, o senhor ficou decepcionado com a lentidão da administração pública, as licitações que não saíam, todo o processo licitatório confuso da Secretaria de Obras, enfim, que a administração municipal não consegue acompanhar as demandas mais simples. Mais ou menos foi isso que eu entendi. E que o senhor também reclamou do desprestígio que a Urbs vinha sofrendo na época em que o senhor era diretor da Urbs. A que fator o senhor atribui esse desprestígio da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Realmente reclamei muito, fiquei muito decepcionado, isso é absoluta verdade. A Prefeitura não conseguia andar nesse período ou talvez um período eleitoral ou por outras razões, e era mais fácil de roubar em cima da Urbs. Todo o problema que afetava a Prefeitura ligado ao transporte, derrubavam em cima da Urbs. Joga pedra na Geni, era isso que estava acontecendo.

O SR. PRESIDENTE:- Uma última pergunta. O senhor tem declarado constantemente que o senhor é contra a construção do metrô em Curitiba. Gostaria que o senhor aproveitasse esta oportunidade de expor a esta CPI os motivos que lhe levam a se posicionar contrário à construção do metrô em Curitiba e pudesse contribuir com o debate nesta Casa

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Sou contra sim. Sou contra a construção do metrô. Se invocam muitas razões, o custo, etc. Eu sou contra porque o metrô não é necessário. Se nós investirmos no sistema de transporte existente, ele supre muito bem as necessidades. O problema é que não se investe nesse sistema há muitos anos. O único investimento que foi feito foi no trecho Boqueirão e iria começar a ser feito agora no desalinhamento Norte/Sul. Durante doze anos não houve investimentos nesse sistema. Se o senhor jogar o bilhão prometido para o metrô, se jogasse no sistema atual teríamos o melhor sistema do mundo. Não tenho dúvida nenhuma. O que é necessário é aumentar, ampliar esse sistema, aumentar a sua velocidade, criar novos eixos e fazer uma estação central, de maneira que esses eixos se encontrassem para possibilitar o transporte para toda população de Curitiba, em qualquer sentido.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço as contribuições do Sr. Lubomir Ficinski. Passo a palavra ao relator, Vereador Bruno Pessuti, para suas perguntas. Muito obrigado.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia Sr. Lubomir, é uma honra tê-lo aqui, o senhor que

representa muito no planejamento urbano da Cidade de Curitiba. Inclusive foi um dos idealizados do sistema de canaleta no passado, da Cidade. É muito importante a sua participação para que possamos ter a sua contribuição no sentido do que precisa ser feito para melhorar o transporte coletivo na Cidade de Curitiba como um todo. O transporte não é somente o ônibus, é uma integração multimodal. Quero perguntar para o senhor, justamente no início: de que forma o senhor pensa hoje em que a integração multimodal pode melhorar na Cidade de Curitiba? Como: ônibus, carro, bicicleta, pedestre.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Ah, isso é necessário. O transporte se compõe de muitos modos: bicicleta, carro, ônibus. Quanto ao carro não vejo muita coisa que possa ser feito na Cidade de Curitiba. Vai continuar entupindo as vias, vamos fazer obras e vai continuar entupindo as vias. Quanto ao carro só há duas maneiras de solucionar: ter o transporte de rápido e de qualidade. Segundo, as ciclovias seriam muito importantes. Não é só o problema das ciclovias, é o problema de incentivar as pessoas a andarem de bicicleta. Se algum dia os senhores fossem a Xangai, iriam ver três milhões de pessoas andando de bicicleta, misturados com ônibus, carros. Criar alguma coisa porque o ciclista tem que ser protegido. Isso é uma forma de transporte muito importante. Então, se tivermos ciclovias é bom, mas uma hora a pessoa tem que sair da ciclovia, porque você não pode ter ciclovia em todas as ruas da Cidade de Curitiba, pode ter em alguns eixos, mas depois terá que sair da ciclovia. Em Curitiba existe um problema, se for para fazer um projeto de ciclovias sério, Curitiba é cortada de norte a sul por diversos rios, então é um cabelo. O ciclista para passar de um lado ao outro tem que pedalar forte. Então, tinha que ter maneiras de cruzar, de interligar. Passar dos vales, de um vale a outro e etc. Mas isso é questão de estudo e eu estou absolutamente de acordo que se faça isso.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Vou pedir licença ao Vereador Valdemir Soares, já que é um projeto dele, mas quero perguntar para o senhor antes: o que o senhor acha da exclusividade das linhas exclusivas para os ônibus nas ruas da Cidade?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu acho muito importante, acho que isso deveria estar sendo feito. São Paulo já fez duzentos quilômetros disso, e é mais difícil.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor acha que essa poderia ser uma solução imediata?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Poderia. Tinha que ser feito uma solução de imediato. Isso era estudado e tem quatro, cinco eixos onde isso é absolutamente possível.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Outra pergunta relacionada à melhoria: o senhor acha que a construção de estacionamentos nos terminais poderia favorecer a utilização de modal?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- É, aquele esquema americano. Pode melhorar para estacionamentos próximos aos terminais, para o pessoal sair do automóvel e passar para o eixo. Mas na verdade os eixos foram construídos para uma faixa de seiscentos metros. Você anda trezentos metros facilmente, para tomar um ônibus. Aí os ônibus, eixos intermediários poderiam **cobrir essa lacuna. Estacionamento exige espaço e dinheiro.**

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor acha que as calçadas deficitárias da Cidade de Curitiba prejudicam até mesmo a mobilidade?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Prejudicam. As calçadas são uma vergonha. Eu sei que são uma vergonha porque eu quebrei o pé, tenho problema no pé direito porque cai. Tenho dificuldades em andar em Curitiba. Tenho muita dificuldade, principalmente onde tem toquinhos de granito. Essas calçadas são completamente desarrumadas. Até uma vez eu sugeri que se fizessem faixas de asfalto em cima dessas calçadas. Onde existe perto da minha casa funciona muito bem, há anos. Paris faz isso, porque Curitiba não pode fazer. (Manifestação contrária ao assunto).

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor poderia dizer que o fato das calçadas não serem adequadas até prejudica...

(Manifestação da plateia fora do microfone; inaudível)

O SR. BRUNO PESSUTI:- Por que que é sem relevância? (Dirigindo-se a uma pessoa da plateia).

(Manifestação da plateia fora do microfone; inaudível).

O SR. BRUNO PESSUTI:- Rogerio! O senhor (Dirigindo-se a uma pessoa da plateia) não anda a pé na Cidade de Curitiba?

(Manifestação da plateia fora do microfone; inaudível)

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Senhores! Senhores!

(Manifestação da plateia fora do microfone; inaudível)

O SR. BRUNO PESSUTI:- Rogerio, por favor, poderia tomar uma...

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Pedimos ao Vereador Rogerio Campos, só para que tenhamos a oportunidade de ouvir a pessoa que está hoje falando. E a oportunidade de vocês também estarem aqui conosco.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Estou formulando algumas perguntas até dos próprios colegas aqui, que os represento e luto...

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito, Vereador. É isso aí. Agradeço. Vereador Bruno Pessuti, com a palavra.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu vou terminar as perguntas. Nós temos acompanhado nos últimos anos a redução do número de pessoas utilizando o transporte coletivo. O senhor tem acompanhado que nos últimos anos cada vez menos pessoas usam o ônibus?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Sim, tenho acompanhado. Há uma queda de utilizadores do sistema. Isso se deve a duas coisas, na minha opinião. Primeiro, as tarifas foram aumentando. Isso é uma coisa. Mas se deve principalmente ao fato da classe média, da classe emergente, ter automóvel. Não há nada melhor do que um automóvel, mesmo com o problema de trânsito.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Na sua opinião, as calçadas na Cidade podem evitar que algumas pessoas deixem de andar os quinhentos metros para pegar um ônibus?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Podem sim. As calçadas são muito ruins e isso é geral, isso é absolutamente geral, isso desanima as pessoas até de fazerem percursos curtos, porque é desagradável. A substituição do... Bom, afinal, o centro está um pouquinho melhor, mas nos bairros, na periferia, é muito ruim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor disse que não estava presente na Urbs quando foi introduzido o Megabus BRT; o senhor estava presente quando...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Quando introduziram o?

O SR. BRUNO PESSUTI:- O Megabus de vinte e oito metros.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O ligeirão?

O SR. BRUNO PESSUTI:- É.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Estava. Isso já foi e eu inclusive, na minha carta, acertei problemas de curvas para que ele pudesse andar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas não foi uma solicitação sua a introdução?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não. A encomenda desses ônibus antecedeu, foi de 2010.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E o senhor disse que foi antecipada a entrega desses ônibus?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eles anteciparam não só estas, como a entrega de outros ônibus, eles anteciparam para o primeiro ano.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor sabe explicar as razões para essa antecipação?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eles resolveram isso, não sei explicar as razões, é uma decisão dos empresários.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Dos empresários ou foi uma solicitação do Prefeito ou de outros?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não. Foi uma decisão dos empresários. Bom. Se houve

solicitação do Prefeito, não sei.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E a introdução desse ônibus, o Megabus BRT, o senhor, que é um conhecedor do transporte coletivo, saberia informar se haveria outra empresa capaz de fazer ele à época?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Com certeza.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Com as mesmas especificações?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Para "encarroçar" ele?

O SR. BRUNO PESSUTI:- É.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Com certeza.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A introdução dele na Cidade de Curitiba de alguma forma prejudicou a Cidade, visto que algumas obras tiveram que ser feitas?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, não prejudicou nada. Essas obras que foram feitas foram obras baratas; foi só ineficiência da Prefeitura.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eram essas as perguntas.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Sr. Lubomir, primeiramente, também queria dar bom dia ao senhor, a todos os convidados hoje participando desta reunião da CPI, é a última reunião. E é muito importante a sua vinda aqui no sentido de fazer algumas ponderações para que a CPI feche o seu relatório final, conclusivo, dando encaminhamento aos órgãos competentes, a) para fazer uma análise talvez criteriosa de todos os dados que serão levantados pela comissão. Mas eu gostaria de fazer três perguntas, numa das suas entrevistas o senhor também fazia uma observação ao modelo de integração do transporte coletivo do sistema da Região Metropolitana. Gostaria de saber se existe um outro modelo que poderia dar impacto e fazer com que houvesse a redução de fato na tarifa para que esse modelo de integral, qual seria o ideal e se contempla principalmente no que diz respeito ao valor da tarifa. Então, essa seria a primeira pergunta.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, a integração é de fundamental importância. Ela deve continuar, porque as pessoas entram em Curitiba e têm que usar o sistema. Se você romper a integração vai baratear, o passageiro de Curitiba vai pagar menos; mas você vai ter uma invasão de ônibus metropolitanos em Curitiba. O sistema integrado tem um bando de ônibus e isso vai interromper, vai invadir Curitiba e vai criar problemas sérios de trânsito, de mobilidade em Curitiba. Outra maneira será uma tarifa dupla, quer dizer, você paga tanto até um determinado ponto, mais "x" para ir a outro ponto. Isso acontecia no tempo dos bondes da força e luz, isso acontecia, e muitos bairros que cresceram, o Juvevê é um exemplo, as pessoas vinham ao Juvevê para pagar dez centavos naquela época a menos. Porque pegavam o bonde no Juvevê, porque se ~~pegassem lá no Bacacheri, havia um acréscimo de dez centavos.~~ E isso fez com que o Juvevê,

aquela área do hospital, criasse uma zona comercial que as pessoas iam lá para tomar esse ônibus. Então, isso é possível, difícil, mas possível.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na sua visão, o senhor tem uma visão macro do sistema de transporte que o senhor foi um dos precursores que ajudou a implantar o sistema, tem uma visão, em alguns momentos percebemos que é uma visão crítica, até mesmo de alguns órgãos da Prefeitura naquele momento em que o senhor fez sua demissão, demonstrando uma lentidão por parte de algumas secretarias em colaborar com a Urbs quanto à aceleração das licitações, das obras, isso faz com que o senhor entenda que a Urbs hoje ampliou muito as suas competências, ou seja, a Urbs hoje tem o sistema de transporte, que é a principal preocupação, a responsabilidade de gerir e gerenciar o sistema, mas também, a Urbs tem a questão da comercialização de espaços, como a rodoviária, Rua 24h, serviços que são prestados. O senhor acredita que a Urbs deverá de fato separar, apenas cuidar do sistema de transporte coletivo e outras atribuições que a Urbs hoje também tem? Na sua visão, elas poderiam ser destacadas para outras secretarias ou criar outros departamentos que não confundissem muito? Porque a diretoria abrange outras áreas que, às vezes, acredito, o foco do transporte talvez não tenha, nós acreditamos muito nos profissionais que estão lá na sua competência, mas pelo fato de agregar muitas tarefas e atribuições talvez deixe de se planejar juntamente com outros órgãos algo no sentido que venha melhorar a dinâmica do trabalho, a dinâmica do estudo do dia a dia da melhoria do transporte coletivo. Eu faço isso, porque quando o senhor colocou que algumas secretarias eram lentas para dar respostas, às vezes, nós também sentimos a lentidão de algumas secretarias para responder um ofício de um vereador para determinadas informações, uma ação mais direta para o cidadão. Acredito que algumas secretarias são secretarias fim e deixam de acontecer. Na sua visão, a Urbs deveria cuidar só do transporte e deixar outras atribuições, principalmente comerciais para outras secretarias? Ou o senhor entende que é possível tratar de todas essas questões no dia a dia e o transporte também?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, há muita pouca coisa que a Urbs faz além do transporte. Hoje em dia ela perdeu a Rodoferroviária, uma infelicidade isso, que realmente era uma fonte de renda. Ela tem, talvez, essas televisões que vão instalar nos ônibus, esse tipo de coisa, mas é muito ligado ao transporte. Agora, o problema das secretarias, não havia má vontade em atender. O problema da SMOP é que todo o seu material foi descentralizado para as diversas regionais. Então, ficou um pouquinho em cada uma, e que não consegue fazer o serviço. Na minha opinião foi um erro estratégico. Enquanto o SMOP tinha esse material ela era capaz de intervir muito rapidamente. O problema das licitações que ocorrem em ruas, em obras, são fatalmente feitas pela SMOP, ninguém pode fazer isso. O que a Urbs pode manter é o projeto e o modelo de licitação. Agora, as licitações não andaram, e eu não sei lhe explicar porque, deviam andar.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeitamente. Gostaria que o senhor pudesse nos apontar algumas melhorias, do ponto de vista econômico, que pudessem impactar para baixar a tarifa do transporte em relação aos custos dessa planilha. O senhor pode nos colocar três pontos que seriam essenciais para baixar o transporte, e três pontos que o senhor acha que são pontos fracos e que o transporte coletivo ainda precisa avançar.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu dei a minha visão sobre os três pontos que eu acho importantes, o achatamento na hora do pico; o aumento da velocidade média, se aumentar 10% , isso baixa 10% na tarifa; e pode aumentar nos eixos, se aumentar nesses eixos existe incorporar, porque esses eixos, 30% são dentro da canaleta, e 20% são os ligeirinhos. Se isso se incorporar dentro da canaleta, você já vai ter uma economia de no mínimo 5% na tarifa. E mais o problema salarial, que não é simpático. São três pontos importantes, na minha opinião. Além disso, temos um sistema troncal alimentador. Às vezes, o sistema troncal anda muito, e as pessoas tem que esperar... (manifestação da plateia). O sistema troncal alimentador tem um problema, você despeja as pessoas nos terminais e elas tem que esperar muito tempo pelos alimentadores. Agora, com essa capacidade eletrônica que está surgindo, você tinha que ter horário nos alimentadores. O alimentador vai passar aqui às 10h05min, às 10h06min. Isso tinha que estar avisado para que esse problema diminuísse. Melhorar a quantidade de alimentadores dentro da possibilidade da tarifa, e fazer com que esses alimentadores andassem praticamente com a mesma exigência do horário (a) que se faz em outro local. Isso ajudaria muito as pessoas, a pessoa sairia de casa sabendo que ela não vai ter que esperar dez minutos, ela sai de casa um pouquinho depois para pegar aquele alimentador que vem. Isso é absolutamente possível hoje com os meios eletrônicos que estão sendo implantados, aliás São Paulo já está fazendo isso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Era essas as perguntas, agradeço a sua colaboração. Vou passar a palavra ao nosso Presidente Jorge.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais uma vez bom dia a todos, senhoras, senhores. É importante, Sr. Presidente, destacarmos aqui que o ofício feito pedindo a presença, a convocação do Sr. Lubomir Antônio Ficinski, para que ele pudesse prestar informações e de uma forma até com um potencial e a gente acredita capacidade técnica que o tem contribuir com os trabalhos. É importante também, além disso, a presença dos trabalhadores do Sindimoc, porque ninguém sente, ninguém vive mais a questão do transporte coletivo do que os próprios trabalhadores do transporte coletivo. E a gente até entende o clamor, a angustia e a insatisfação dos senhores e dos usuários em alguns temas, em alguns questionamentos e em algumas questões que são pontuadas aqui nesta CPI, não só hoje pelo Sr. Lubomir, mas cotidianamente. Há questões que têm ser citadas, que têm que ser faladas, têm que ser pelo menos colocadas para um peso para um balanço e é importante que nesse peso, nesse balanço tenha a opinião, a participação e até a contestação de vocês, desde que de forma pacífica, como os senhores estão fazendo. Então, é importante a presença dos senhores aqui. Dr. Lubomir, estamos para receber nos próximos dias, nas próximas semanas o Projeto de Lei do Passe Livre para que o mesmo seja inserido no nosso sistema, aqui na nossa capital. O senhor já deve ter estudado muito essa possibilidade, já deve ter analisado muito essas possibilidades, esse custo operacional para o sistema. O que o senhor acha neste momento, até porque estaremos aqui recebendo vários técnicos, de repente o senhor pode ser até convidado a vir aqui novamente para nos ajudar a debater esse assunto. Estaremos nos debruçando na possibilidade de viabilizar essa discussão e futuramente se for de interesse público do município, da sociedade em geral a gente poder discutir

aqui em plenário e votar esse projeto. O que o senhor tem a falar? O senhor poderia contribuir nesse sentido?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Qual o alcance do Passe Livre?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Seria, a princípio, a pedido do Movimento do Passe Livre seria para estudantes e também para os empregados. Nós ainda não entendemos tecnicamente como seria feito esse procedimento para os desempregados, mas foi um dos compromissos que essa Casa teve em poder avaliar essa possibilidade.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Os estudantes hoje, que podem comprovar uma renda familiar até três salários mínimos, tem até 50% de desconto. Isso já existe. Estender isso é possível, desde que se veja quem paga, infelizmente não tem almoço de graça. Alguém vai ter que cobrir essa despesa, ou a prefeitura; ou a tarifa, vai ter que cobrir essa despesa. Os trabalhadores, o trabalhador de carteira assinada hoje já recebem do seu empregador o passe. Estender isso, poderia se estender um estudo muito bem feito para aquele trabalhar realmente pobre, para aquela pessoa que é realmente pobre, mas precisava tomar muito cuidado com as desonerações. Hoje já temos duzentos mil idosos que não pagam, temos os estudantes que pagam 50% da tarifa. O resultado disso que é para um movimento de dois milhões e tantos passageiros dias, tem novecentos mil pagantes, por quê? Porque estamos falando em viagem, não em passageiros, não em pessoas. Tem pessoas que fazem mais de uma viagem no sistema com a mesma tarifa. Isso somado as desonerações de idosos e estudantes, você faz dois mil e duzentas viagens por dia e só novecentas e oitenta mil ou alguma coisa assim pagam. Isso é um encarecimento brutal da tarifa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor conhece o sistema em outras grandes cidades e o que o senhor acha que deu certo em outras cidades para a inserção do passe livre, que no decorrer dos últimos anos não se encaixou aqui na questão da tarifa técnica ou da administração do transporte para que isso pudesse ter acontecido em Curitiba?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Estou com dificuldade de ouvir, o senhor poderia repetir a pergunta?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Pois não. No entendimento do senhor, o que deu errado na questão do transporte coletivo para que em anos atrás outras cidades tivessem o passe livre em seus sistemas e Curitiba não conseguisse administrar essa possibilidade. Eu vim de uma cidade que já tem passe livre desde o tempo em que eu estudava no ginásio e outras cidades também conseguiram inserir o passe livre para estudantes. O que Curitiba não fez ou deixou de fazer para que não conseguisse adequar isso de formas que pudesse atender essa petição que hoje é nacional?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não sei lhe responder essa pergunta. Não conheço as outras cidades, como eles resolve isso, como subsidiam isso e se de alguma forma isso tem que ser subsidiado. Curitiba desde o começo, desde o tempo do Ney Braga, no Decreto Lei nº 500 que estabeleceu realmente a estrutura do transporte de Curitiba nunca considerou esse problema. **Talvez isso aqui tenha contribuído a que não se considerasse problema. Ultimamente o**

estudante com renda familiar até três salários mínimos passou a ter 50%. É um problema de saber como subsidiaríamos, mas onde está o nosso furo eu não sei lhe responder.

O SR. PRESIDENTE:- Peço aos senhores que façam as perguntas através dos Vereadores. O Vereador Chicarelli pode anotar as perguntas e fará em nome dos senhores que estão acompanhando.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Inclusive até citando o pedido que foi feito e por quem foi feito. Dr. Lubomir, o senhor falou na questão da diminuição do pico para melhorarmos a questão do transporte. Fizemos uma sugestão a Prefeitura de Curitiba sobre a possibilidade de tarifas econômicas em horários estratégicos. Claro que teríamos que fazer um trabalho juntamente com a Associação Comercial, com as escolas, enfim, e tentar adequar, otimizar saídas e entradas de funcionários em horários alternativos, se isso for de interesse de todos os seguimentos. O senhor não acha que isso seria estratégico para poder melhorar o trânsito em alguns horários e também para diminuir o pico? Essa alternância de entrada e saída de trabalhadores feito em conjunto com a Prefeitura, com Sindicatos, com a Associação Comercial. O que o senhor acha dessa possibilidade de tarifas econômicas em horários estratégicos para o transporte coletivo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- É correta a posição. É correta porque mesmo se achatar o pico a tarifa cai certamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor poderia falar mais a respeito disso (A)?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Na hora em que achatarmos o pico, a utilização da frota é muito mais homogênea durante o dia, tem utilização homogênea, tem carregamento menor, é melhor do ponto de vista de carregamento, o senhor não tem aqueles momentos em que o ônibus está entupido, melhora muito. E quando isso melhora, esse uso racional da frota acaba fatalmente reduzindo a tarifa.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E na questão desse impacto financeiro, o senhor já chegou a avaliar isso, essa possibilidade de termos durante um dia dois, três valores diferentes atendendo essa questão da tarifa econômica em horários alternativos?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Até pode, isso pode ser estudado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Voltando a questão do edital, que é o que mais discutimos nesta CPI, a questão da licitação, a questão da concorrência. Tivemos um relatório do Tribunal de Contas que apontou diversas irregularidades, indícios de irregularidades, apontou a possibilidade de cartelização, apontou a possibilidade de favorecimentos para as atuais empresas que hoje administram o transporte coletivo na Cidade de Curitiba, o que o senhor achou desse relatório e qual realmente a posição técnica que o senhor tem em relação a esse relatório? O senhor acredita que esses auditores foram coesos e acertaram no relatório? O senhor acha que há exageros?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não li o relatório, como lhe disse eu tomei

conhecimento através de manchetes de jornal. Agora, se for provado que houve esse caso, só tem uma solução, anula isso com as consequências que vem aí. Não tem outra solução, se for provado que é isso tem que anular essa licitação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse foi um dos apontamentos do relatório do Tribunal de Contas, anulação total da licitação.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não li o relatório, mas se for provado que a licitação foi viciada, essa licitação é ilegal. Agora, vai ser um grande problema para a atual administração.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E o impacto que isso pode gerar a estrutura do transporte.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O impacto será muito grande. Você tem um ano para fazer uma nova licitação, tem que aparecer candidato, tem uma frota que existe, se não ficar perfeitamente provado na justiça pode ter muitas muito grandes que a prefeitura tem que pagar. É um abacaxi.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Pelo que o senhor conhece, o senhor acha que houve erro no edital. Da forma como foi conduzido o edital, o senhor acha que houve erro, acha que pode ter havido ações de favorecimento para que as atuais empresas continuassem operando o sistema?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não sei lhe explicar porque o edital não é do meu tempo, eu só tomei conhecimento que eventualmente haveria algum problema agora durante a implantação da CPI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, tendo em vista que hoje o convidado veio mais para trazer informações técnicas e ver a possibilidade de continuar, não está aqui como um dos investigados, pelo menos não tomamos conhecimento, são estas as perguntas, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Valdemir Soares. Com a palavra o Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Lubomir, sabemos que com sua experiência o senhor tinha plenas condições de participar dos estudos técnicos da licitação do transporte coletivo, qual foi especificamente a sua participação nessa licitação?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não é do meu tempo, é anterior a minha entrada na Urbs, foi um ano ou seis meses antes. Como disse, só tomei conhecimentos que podia haver vícios (m) nessa licitação, agora.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Do transporte.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não é do meu tempo, é anterior a minha entrada na Urbs. Foi um ano antes, ou seis meses antes.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Como o senhor vê a condição do transporte coletivo na atual gestão.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Agora, no momento não está acontecendo nada, tem uma CPI que está tomando tempo do Governo. O Governo está com esse problema de anular licitação, não anula. No momento não está acontecendo nada.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Ela continua atuando de forma divergente da forma como o senhor entende como deve ser a gestão do transporte coletivo, o que o senhor mudaria nesse sistema?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não mudaria, eu ampliaria e melhoraria a qualidade do transporte para tentar tirar alguém do automóvel.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como o senhor vê essa CPI de transporte coletivo, acha que estamos atingindo o que deve ser alcançado ou não?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Acho a CPI correta, está levantando muitos problemas. Acho que existem problemas, alguns vão ser respondidos. Mas, a CPI, está fazendo as perguntas corretas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor trabalhou junto com o Dr. Seneviva, o Jaime, vocês fizeram uma transformação de Curitiba.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Isso foi no meu período junto com o Jaime.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Onde levou a qualidade do transporte coletivo de Curitiba a qualidade de primeiro mundo? O senhor reconhece que ainda continua na qualidade de primeiro mundo? Como o senhor vê hoje?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Nós temos vinte e oito Cidades no Mundo que copiaram o transporte da Cidade de Curitiba. Tinham melhor condições. Caracas que é muito citada, tem desde o início tem o desalinhamento, porque ele tem quatorze metros de pista. Tem sete metros de ida e sete metros de volta. Então, todo mundo fala o sistema basicamente é o de Curitiba que incorporou a ideia do metrô. É basicamente um metrô que foi tirado para cima do solo. O sistema decaiu, o sistema de uma velocidade inicial de vinte e seis, vinte e sete quilômetros de velocidade comercial. O sistema passou a utilizar dezessete, dezoito, dezenove quilômetros, porque aumentaram muito as intercessões do sistema. E os ônibus não ganharam a precedência que tinham direito. São essas coisas que tem que se arrumar. Eu digo aumentar 10% a velocidade da frota. Eu estou pensando nisso também. Hoje isso com meios eletrônicos é possível. O ônibus avisa que está vindo. Mas, ele diminui o tempo de ver, o vermelho, já se ganha muito. Esses meios existem hoje, isso acho que tem que ser melhorado. Se Curitiba voltar a ter o sistema que ganhe em 10% de dezenove quilômetros, isso já dá 5% a 10% da tarifa. Se voltasse aos vinte e seis, vinte e sete quilômetros por hora, como tinha no início, hoje a tarifa seria muito mais baixa.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Então, o senhor, reconhece que o sistema de transporte decaiu?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Ele teve problemas, com intercessão que foi surgindo com o tempo. Com o tempo, o automóvel começou a ganhar do ônibus. O automóvel começou a ter precedência sobre o ônibus. Transporte individual, sobre o transporte coletivo. Isso aparece em todas as ações. O senhor durante muito tempo não teve ação em cima do sistema de ônibus. Mas, os binários foram criados, tudo com cheiro de gasolina.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor com toda experiência no transporte coletivo. Eu lhe acompanho há alguns anos, inclusive, o Dr. Seneviva, uma pessoa que eu pude ver seu trabalho de grande relevância para Curitiba. Será essa decaída foi por incompetência da Urbs, ou pela forma dela contratar uma tal ICI, que iria terceirizar (c) para uma Dataprom, que iria contratar uma outra empresa. Onde será que está o erro, doutor? O senhor que é um especialista no transporte coletivo, onde Curitiba está pecando? Porque temos que dar uma resposta para Curitiba. A passagem está cara, o sistema está decaído e o dinheiro está saindo. Então pergunto, será que é incompetência da Urbs essa contratação, fazer o dinheiro rodar para um monte de entidades que, de repente, vão acabar. Até concordo com o Vereador Rogério Campos, vamos acabar com a Urbs. Criamos uma secretaria de transporte. (Palmas). Talvez essa possa ser a solução. Devemos estudar. Mas na sua opinião, onde estamos pecando, doutor?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, a culpa não foi da Urbs, foi do governo da cidade. (manifestação da plateia). Quem estabelece o sistema viário não é a Urbs. Quem estabelece o sistema viário é a Prefeitura. E isso foi acontecendo ao longo do tempo. Um pouquinho agora.. A teoria do salame, uma fatia de cada vez. E foi piorando, piorando, piorando o sistema de Curitiba. Especialmente no FUC.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Dr. Lubomir, ouvi no início de uma conversa sua com o Vereador Bruno Pessuti, e uma coisa que me preocupa muito, não sou contra os ciclistas, não sou contra bicicleta na rua, mas essa prática está sendo feita e não sei de que forma pensada, se existe um projeto ou não, mas está atrapalhando o transporte coletivo, está atrapalhando os usuários, está atrapalhando o sistema de funcionamento de Curitiba. Um exemplo, a Marechal Floriano. Fizeram uma ciclovia que matou o comércio do Hauer e Boqueirão e não foi visto. O senhor acha que esse sistema da ciclovia usando as principais ruas é a solução para Curitiba?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, eu não sei. Isso aqui deve ser estudado num projeto global. Isso está sendo feito aos pedaços. O que precisa é um projeto global que eu espero que o Ippuc esteja fazendo.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Obrigado pelas respostas. Sr. Presidente, é o que tinha para o momento.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Chico do Uberaba e passamos a palavra para o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia a todos novamente. Vereador Chico do Uberaba, parabéns pelas palavras! Permita-me, presidente, vou contar um pouquinho da minha história quando vim para Curitiba em 1980. Morava com meu tio, que era caminhoneiro e já tinha aproximadamente 70 anos, e o meu tio naquela época já falava mal da Urbs. (risos e palmas da plateia). Fui aprendendo e observando as coisas. Vou sempre nas pessoas que locam estabelecimentos na Urbs, as pessoas também falam mal. Veja agora a Rodoviária, o pessoal também falando mal em gênero e grau da forma como a Urbs e a atual administração vêm conduzindo a conversa com o empresário. Poderia até estender mais, mas não vou fazer isso porque reclamações não faltam. Exemplo disso, o colaborador do transporte coletivo, o Edilson, acabou de falar de uma atitude absurda - vou fazer a pergunta para o Ficinski, ele não é da Urbs e vai poder dar a opinião dele, acredito - de se cortar o vale transporte ou o cartão na hora que o empregado, o funcionário mais precisa. Aliás, nesse sentido, Sr. Presidente, encaminhei e estou batalhando há quase um ano aqui, foi o primeiro projeto que eu fiz, não foi um projeto pela Câmara, fiz como mensagem ao Executivo, que revisse as gratificações, que é tema agora desta CPI, e que não deixasse de incluir a principal coisa na gratificação, que é a gratuidade para pessoas que estão em tratamento. É um absurdo! Não estou me aproveitando (v) do discurso do Edilson agora porque isso está já protocolado aqui na Câmara e também está na mão do Prefeito. Aidéticos, tratamento de fígado, doenças ocupacionais como o caso, isso tem que ter isenção. Não importa se tiver que até subir a passagem. Não importa se tiver que cortar ou rever carteiros, guardas, policiais. Desculpe. E que venha um guarda aqui em cima de mim. Desculpe, eu não estou sendo populista, estou sendo realista. Pessoas que realmente mais precisam mesmo. Então, Sr. Ficinski, eu gostaria de saber a sua opinião a respeito da questão da gratuidade para pessoas doentes, especialmente na questão do trabalhador do transporte coletivo. O senhor teria algum comentário? Eu queria saber de V.Sa. a sua opinião referente à pergunta do Edilson, que ele questiona a questão da gratuidade para pessoas que fazem tratamento de saúde, no caso tratamento de saúde funcionários motoristas, especialmente, que é um tratamento para atender toda a população de Curitiba.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, evidentemente que isso deveria ser levado em consideração. Esse é um problema de gratuidade e fica provado que é para tratamento de saúde, isso é um problema muito pequeno e pode ser resolvido.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Presidente, para encerrar, já aproveitei muito do meu tempo com os comentários, que acho que foram até longos, mas Sr. Edilson, se o senhor quiser, aliás me permita Rogério, até fui pedir permissão, e não fiz isso para provocar nada porque eu sei da tua liderança e sua posição que tem na Casa em defesa dessa classe. Então, eu me intrometi nesse sentido, pedir permissão para o senhor, vou me intrometer de novo e só vou fazer esse trabalho se o Vereador Rogério fizer. Estou disposto a conversar com o Rogério e estou disposto a mobilizar, junto com o sindicato, até o Ministério Público do Trabalho nessa questão, para garantir essa isenção, que também pode ser feita pelo sindicato. Garantir essa isenção de tratamento de saúde, porque são pessoas que atendem o transporte coletivo e dirige vidas. Então, estou à disposição se **assim o sindicato e o Rogério quiserem a minha contribuição. Não vou mais me prolongar.**

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra a Professora Josete.,

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Obrigada, Sr. Presidente. Bom dia a todos. Acho que muitas das perguntas que iria fazer já foram realizadas. Eu só gostaria de perguntar para o Sr. Lubomir, o senhor disse que quando o senhor entrou na Urbs, teve um período no início que teria outra pessoa ocupando o seu espaço, sua sala. Não entendi isso exatamente.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O Guignone ainda era oficialmente o diretor técnico. Eu só fui nomeado depois de uma assembleia. Apesar do convite do Prefeito eu só fui nomeado em uma assembleia que ocorreu no dia 25. Nomeação formal. Até lá, o Dr. Guignone era o diretor. Inclusive nunca entrei na sala dele, porque não considerava minha.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então o senhor entrou em janeiro.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu entrei em janeiro. Extraoficialmente eu trabalhava lá embaixo, preparando a licitação, que eu achava muito importante e o Prefeito me pediu isso, mas não me metia em outros assuntos. Porque existia formalmente um outro diretor técnico.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor assumiu formalmente em...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- No dia 25 de janeiro.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, foi um período de um mês mais ou menos. Obrigada. Outra coisa. O senhor obviamente tem uma experiência, o senhor foi servidor do Ippuc?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Fui presidente do Ippuc duas vezes.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas naquela época o senhor não tinha relação funcional, o senhor não era servidor de carreira (B)?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sou servidor de carreira, eu trabalho há cinquenta anos por esta Cidade e não tenho aposentadoria.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu gostaria de saber, não sei se o senhor recorda, porque às vezes são detalhes de planilha, mas hoje o senhor falou que em torno de idosos seriam duzentos mil idosos. Esse número é dia?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Duzentos mil idosos que tem direito a andar. Eram duzentos mil idosos no meu tempo, em 2011. Hoje não sei quantos seriam.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ah época não existia um estudo para saber desses duzentos mil qual era a média diária disso? Não existia estudo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei, porque eles entram pela porta de trás, esse controle não existia muito. Era importante que se fizesse, a senhora tem toda razão. Mas eram

duzentos mil.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Duzentos mil isentos, mas varia •

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Usavam muito o sistema.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Nós sabemos que existem outras isenções, como o meio passe, carteiros, policiais militares, enfim. O senhor lembra mais ou menos em percentual, ou em valores o que representava na tarifa? Porque todas essas isenções, na lógica, como é composta hoje a planilha, na verdade é o usuário quem paga. Então, o senhor lembra do percentual que isso significava no valor da tarifa?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, o único número que eu tenho, é que tinha dois milhões e duzentos mil deslocamentos dia, e só novecentos e oitenta mil pagavam. Então, uma parte é por causa da organização do sistema que usam alimentador, outro alimentador. Ou seja, uma pessoa fazia mais de uma viagem dentro do sistema. A outra parte se deve às isenções.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Quantas então eram que utilizavam o sistema, diariamente?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Dois milhões e duzentos mil viagens por dia. É viagens, não é pessoas. Porque às vezes uma mesma pessoa faz mais de uma viagem.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Na verdade essa pessoa que utiliza o sistema integrado, ou que vem da Região Metropolitana usa dois, três ônibus, então essa pessoa faria três viagens.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Exatamente. Novecentos e oitenta mil pagantes.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. Outra questão que eu gostaria de perguntar: o senhor afirmou que quando o senhor esteve a frente da diretoria de transporte da Urbs, percebeu que não conseguiria avançar nessa melhoria do sistema.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu percebi isso. Havia resistências, tanto de fazer as coisas, como havia resistências do Setransp também. O Setransp tinha que ter de acordo com o contrato, teria que ter aumentado em 10% o número de passageiros, mas o número de passageiros caiu.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, do próprio sindicato das empresas havia uma pressão, digamos, constante.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Como vem pressão de qualquer lado. Como há hoje.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O que o senhor avalia? Internamente na Urbs o senhor tinha esse sentimento de resistência em relação a funcionários da Urbs também?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não. A área técnica era muito boa, orgulho-me de ter trabalhado com eles.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Essa resistência que o senhor sentia era então por parte das empresas do transporte coletivo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Das empresa, um pouco do sindicato dos trabalhadores e da Prefeitura. A própria Prefeitura que naquele instante estava com os olhos em outra coisa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Outra questão que acho importante esclarecer. O papel da Urbs é gerenciar, ministrar o sistema •

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Exatamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, quando o senhor comentou que tem coisas que não dependiam da Urbs, são opções que muitas vezes são, digamos, feitas ou são ordens que vem a partir do Executivo. Por exemplo: os híbridos, sei que o senhor não acompanhou há época, os ônibus híbridos não era da sua época (m)

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não eram da minha época.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas uma das coisas que foi trazida aqui à CPI é que houve uma pressão por parte da administração municipal à época para a implantação dos híbridos. Os próprios técnicos da Urbs disseram que na verdade foi uma determinação da Prefeitura.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu me lembro, depois já que isso estava resolvido, eu estava fora já da Urbs, eu me lembro que vi que encomendaram trinta e eu pensei comigo mesmo: "Se era para fazer uma experiência, que encomendassem dez."

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Está certo. Porque o custo é mais alto.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- A experiência é necessária a experiência é importante, ouviu?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim. Mas talvez não um número tão grande de ônibus.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- A experiência resultou que eles são mais caros.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Exatamente. Isso já está comprovado também, né?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Mas precisava fazer uma experiência.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim. Eu acho que temos que modernizar o sistema, né? Mas aí, nesse aspecto, eu concordo com o senhor, eu acho que se é para de fato fazer um estudo, de repente, não precisaria ter comprado um número tão grande de ônibus que tem um **valor muito superior a outros. Na verdade, existe uma relação que o senhor coloca, Secretaria de**

não cobre nem o custo da implantação. Mas os franceses fizeram um imposto para transporte, essa coisa é clara.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O dinheiro tem que sair de algum lugar.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Sobre salários, em que os mais ricos pagam mais. Isso é uma solução, aí pode ser até de graça o transporte, se você quiser, desde que você ache uma solução geral no País.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E aí concordo que não tem que ser o usuário que vai pagar essa isenção. Nesse sentido, um dos aspectos que temos debatido é criarmos mecanismos, obviamente, para reduzir o valor da tarifa técnica, porque hoje a diferença entre a técnica e a efetiva é razoável e nós temos um subsídio, a partir do ano passado do governo do Estado, que depois de muita negociação, esse ano negociou novamente e agora temos o subsídio oficial da Prefeitura, que até então existia, pelo que o senhor relatou, em 2011 o subsídio, mas que não era oficial.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Era escondido. São sete centavos na tarifa, na diferença da tarifa técnica para tarifa real, essa diferença de sete centavos, seis, virgula nove alguma coisa, representava um milhão e oitocentos. Para a senhora ver um centavo quanto custa

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Lógico, porque multiplique isso pelo número de usuários do sistema, dia, mês, ano. Outra questão que eu acho importante nós refletirmos, acho que está sendo importante seu depoimento porque quando nós assinamos a CPI um dos aspectos que tínhamos preocupação era como buscar elementos para fazer um estudo. E nós, ao final e ao cabo, apontamos aspectos que poderiam levar à redução da tarifa. Então, acho que isso é muito importante a partir do seu depoimento. Nós temos uma planilha e uma das críticas que sempre tivemos por parte de sindicatos, Dieese, que é uma entidade de respeitabilidade em relação a determinados índices dentro da planilha, que vai desde a questão do óleo diesel e desgaste de pneus, etc., o que eles apontam é que vários índices desses vinham da década de oitenta e até da década de noventa e, que no momento em que foi realizada a licitação, esses índices, vários deles não foram revistos.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Exatamente, eles foram confirmados.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, esse é o seu entendimento também.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- É o meu entendimento, mas pode ser revisto, isso acho bom. Não tem problema, pelo menos para deixar claro.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Exatamente, porque eu acho que essa sempre foi uma dificuldade que nós tivemos.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Fazer isso sem paixão, mas está claro, isso está certo, isso não está certo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E aí o senhor entende que, na verdade, não sei se concorda comigo, vou fazer a pergunta para ver se o senhor concorda. Pelo menos do que acompanhamos nesse período onde tivemos mais acesso à documentos da Urbs, que foi a partir do início desse ano, planilhas, explicações, uma série de coisas e mesmo questionamentos ao atual Presidente, uma das coisas que foi levantada é a dificuldade em obter informações das empresas de transporte coletivo. E que essa dificuldade faz com que alguns elementos da planilha, não verdade, não tenham condições de saber se aquele índice é justo ou não, se ele pode ter uma redução n).

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O plano contábil padrão. Eu exigi isso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- O senhor exigiu?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Claro, isso era da minha alçada. Em 8 de abril eu fiz uma carta a todos os consórcios exigindo esse plano padrão. Eles responderam em 27 de abril, e fizeram uma série de considerações.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Isso em 2011?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Em 2011, pedindo noventa dias. Um mês depois, no início de junho, eu dei sessenta dias para eles.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mais sessenta.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Mais sessenta. E daí essa coisa caiu que nem uma pedra na água, não se falou mais no assunto. E eu levantei. Estão estudando, estudando. Eu pedi.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E eles nunca deram retorno em relação a isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Como eu exigi também, que eles pagassem o custo dos índices. Eram cinco índices iniciais. Um não podia ser cobrado, porque ainda não tinha o sistema eletrônico que possibilitasse, mas os demais podiam ser cobrados. Quando eu cheguei na Urbs havia um consenso que o contrato era novo e que se devia dar um período de seis meses de adaptação. Eu aceitei esse negócio. No fim dos seis meses eu comecei a me mexer. Então, tem uma ata da diretoria, de 30 de agosto, dizendo o seguinte: (Lê Ata) No dia 29 de setembro, um dia antes da penalização, houve uma carta das empresas dirigida a mim na qual eles faziam uma série de considerações que impediam eles de pagarem, etc. Mas eu aí já estava escrevendo a carta ao prefeito. Simplesmente eu repassei. Mas a minha obrigação eu cumpri.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Essa documentação que o senhor tem aí, o senhor poderia tirar uma cópia?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Poderia.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Acho que esse é um dado muito importante para a CPI. Pode contribuir muito com as nossas ações. Na verdade, quando o senhor fala do cumprimento, daquilo que é exigência do contrato, o senhor já apontou ali que as empresas não estavam cumprindo com parte do contrato.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não estavam.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E qual foi a atitude? Essa cobrança que o senhor fez às empresas, todo esse encaminhamento (a), o senhor conversou com o Presidente da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu conversei com cada representante de consórcio. Avisei eles: Olha, de agora para adiante é para valer, acabou a época de ...

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- De vista grossa.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- De moleza, vocês vão ter que pagar. Então, levei isso à Diretoria e a Diretoria estabeleceu uma data, a partir de 1º de setembro. No dia 28 de setembro eles mandaram um calhamaço que está aqui, uma série de ponderações, etc., e eu fui embora. Nessa altura dos acontecimentos eu já estava por aqui.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas o senhor comunicou o Presidente da Urbs desses encaminhamentos?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu mandei para ele a carta. A carta veio em meu nome.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E qual o posicionamento dele em relação a isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ele não lhe deu nenhum retorno em relação a isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas ele oficialmente não deu nenhum retorno em relação a isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, porque eu li a minha carta de demissão antes de mandar para o Prefeito. Eu li numa reunião de Diretoria da Urbs para os colegas saberem porque eu estava me demitindo. Isso foi nessa época, no começo de setembro, começo de outubro, foi nessa época. Ai mandei a carta para a prefeitura e praticamente eu não apareci mais na Urbs, tanto que fui substituído no dia 16 de outubro. Foi feita a assembléia do Conselho e eu fui substituído.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E quem foi a pessoa que lhe substituiu?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O Araújo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ah, o Sr. Araújo, e anteriormente ao senhor era o Sr. Ghignone.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Era o Ghignone.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o Ghignone participou de todo o processo licitatório, quando o senhor chegou já tinha sido concluído o processo licitatório e depois da sua saída quem assume a Diretoria de Transporte é o Sr. Araújo.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Se ele participou não sei, afinal eu não participei.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Só para ficar muito claro, o Sr. Marcos Isfer teve conhecimento desses ofícios e desses encaminhamentos que o senhor fez.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu mandei isso para o meu sucessor, à Presidência, porque a carta veio para mim, protocolada no dia 29 de setembro de 2011. indicadores de qualidade, isso evidentemente não ficou comigo, se isso chegou na mão dos Isfer eu não sei, mas eu mandei embora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. O senhor despachou para a Presidência.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu devo ter entregue no protocolo, alguma coisa assim.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, seguiu os trâmites adequados para chegar às mãos do Presidente. Eu agradeço o seu depoimento, Sr. Lubomir.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- A senhora quer ficar com essa documentação?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A gente pode pedir para um funcionário xerocar e aí devolvemos ao final da CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Se o senhor permitir xerocaremos todos os documentos. Passamos a palavra à Vereadora Noemia Rocha. A Vereadora Noemia Rocha não se encontra presente, então passamos ao Vereador Rogerio Campos.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Bom dia. Obrigado, Presidente. Bom dia, Sr. Lubomir. Bom dia!

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Bom dia.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sr. Lubomir, quais cargos o senhor teve dentro da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Diretor Técnico.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Somente esse?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Só.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Foi num período curto, o senhor disse?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Heim?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Foi em pouco tempo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Foi. De 26 de janeiro a 16 de outubro.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Somente isso? Tá. O salário do senhor também era vindo da tarifa?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Provavelmente.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Qual era o salário do senhor, já que vinha do dinheiro público?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu recebia onze mil por mês.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Onze mil por mês. Certo.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Limpo!

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Quanto recebe de auxílio alimentação os funcionários da Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Naquele tempo era quatrocentos e cinquenta reais.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Estou perguntando a questão do auxílio-alimentação e do salário que foi o ponto que o senhor tocou da categoria de motoristas e cobradores. O senhor citou o aumento salarial dos motoristas e cobradores e isso sempre é jogado na mídia, a Urbs sempre diz quando vai falar do aumento salarial, que vai jogar em cima da tarifa. O senhor concorda que isso é jogar a população de Curitiba contra os motoristas e cobradores, falando que a tarifa vai aumentar devido ao salário deles?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não concordo. Eu fiz um depoimento e disse o que tinha que dizer sem nenhum objetivo de jogar a população contra os cobradores e motoristas. Eu lhe dei um fato, o fato é esse.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- E o que eu dei para os senhores também é um fato e a categoria de motoristas e cobradores sofrem no dia a dia cada vez que vê um depoimento desses da Urbs na TV.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu lamento. Era muito mais fácil para mim não tocar no assunto. O senhor concorda comigo? Era muito mais fácil pular isso, tem uma reação enorme, o

senhor está me fazendo essas perguntas...

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Mas aí se fosse para o senhor fazer isso, seria melhor não ter vindo.

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Se eu não tocasse no assunto não teria problema nenhum.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Estamos tocando no assunto citado até pelo senhor. O senhor responsabilizou os contratantes, que às vezes não fornecem o que os trabalhadores precisam, certo?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Correto. No caso do frio nas estações tubo, acho que o problema foi passado para a Urbs indevidamente, porque isso que acontecia. Surgia uma discussão, isso estourava lá no Prefeito, havia uma encrenca enorme e a Urbs pagava.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- E quem eram as pessoas que faziam a notificação? Eram funcionários de quem que faziam a notificação desses trabalhadores? Quem multava era funcionário de quem?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Da Urbs. De que notificação se trata?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Contra os trabalhadores.

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- A Urbs tem uma fiscalização.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor não acha que a Urbs se omitiu como gerenciadora e como responsável pelo transporte coletivo na questão dos trabalhadores, do kit inverno?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Não, não se omitiu. Não se omitiu porque não era obrigação dela, era obrigação dos empresários.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor dá a responsabilidade na mão de um gerente para cuidar daquilo que o senhor vai cobrar de quem?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Dos empresários.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Mas e a gerenciadora, cadê o papel dela?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- E é muito mais fácil criar um problema político para o Prefeito e a Urbs pagar.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não culpamos nem Prefeito "a" e nem Prefeito "b", estamos falando dos trabalhadores.

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Estamos falando disso. Estamos falando de um momento de uma situação.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Que se repetiu. Então o senhor quer falar de Prefeito vamos falar, que aconteceu na legislação passada e aconteceu este ano de novo.

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Esse aumento aconteceu sim na legislação atual e estranhei muito.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor concorda que nenhuma administração está dando atenção necessária aos trabalhadores do transporte coletivo?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Eu acho necessário pagar os trabalhadores, acho necessário pagar um pouco mais do que a inflação do ano, acho isso necessário, mas não acho necessário exagerar.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Isso vem ao encontro com o que aconteceu durante vários anos em gestões anteriores, tanto sindical quando do governo municipal. O que o senhor me fala sobre a defasagem que aconteceu durante anos no transporte coletivo aos trabalhadores?

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Não sei o que aconteceu no passado, eu assumi em 2011. Sei a partir desse momento e fiz o cálculo a partir desse momento.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- É um fato muito engraçado, porque quando deram aumento menor que a inflação não abaixaram a tarifa porque o aumento foi menor.

O SR. LUBOMIR FICINKSI:- Não tenho conhecimento disso.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- A Urbs faz determinações aos empresários, é isso? Por exemplo, compra de ônibus, modelo.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Faz.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Por que a Urbs não deu determinações aos empresários para mudar a situação das estações-tubos de Curitiba? O senhor fez parte do sistema.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não vejo razão para mudar.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor acha justo um trabalhador ficar de madrugada lá tomando chuva, passando frio? Uma situação que o Ministério Público já disse que é desumana. O senhor acha desnecessário mudar isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Ele deve estar vestido para o problema de chuva e de frio.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Mas a partir do momento em que ele coloca uma roupa diferente ele é multado.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Se ele não estiver na estação-tubo, vai estar numa outra

estação, alguém tem que estar lá.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Com os mesmos defeitos da outra que ele estava. O problema é o sistema, não é a roupa. Quem passou dentro da Urbs que tem que mudar esse sistema.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não vi necessidade.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Porque o senhor não sentou de madrugada numa estação-tubo, por isso não vê necessidade.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu era usuário de ônibus, até quebrar a perna eu era usuário de ônibus, sempre usei ônibus. Eu embarcava no Wall Mart e descia no Correio, ia para o meu escritório que era na Barão do Rio Branco, voltava às 17h. ou às 19h. para não pegar o pico e ia para casa que fica na Rua Vitória, a 300m da estação. Eu era usuário, sim senhor, e vi muita barbaridade também.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- E o senhor como responsável que ficou por um período não tentou mudar isso? O senhor se omitiu?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, eu não me omiti. Não vi necessidade, é diferente.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor viu bastante barbaridade, o senhor acabou de falar.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não vi necessidade. Eu acho que os empresários tinham que vestir decentemente os cobradores, da mesma maneira que eles dão uniforme aos outros, tinham que fazer isso. Era um problema do empresário e que foi transferido para a Urbs injustamente.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Por isso que perguntei se a Urbs faz determinações ou não aos empresários, como onerar a tarifa com ônibus de um milhão de reais, isso não tem problema?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Quando a coisa estourou em junho ou julho por causa do frio, a Urbs fez a determinação, só que esse problema foi contornado de outra forma e eles devem ter recebido.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Aí é que está o problema, a outra forma não beneficia o trabalhador.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Só que a Urbs pagou por isso.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Pagou, mas não solucionou os problemas. Enquanto isso o trabalhador continua sofrendo até hoje.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei lhe dizer.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor falou que quando vieram os biarticulados, eles vieram no estilo metrô, eu não entendi essa parte.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O sistema de Curitiba é um sistema de metrô sobre pneus, porque tem terminais, tem estações, você pode fazer coordenação. Eu disse que o sistema era um sistema de metrô sobre pneus.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Então, vamos pensar juntos, se é um sistema estilo metrô, o senhor falou que o transporte coletivo hoje vem perdendo passageiro para o automóvel.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Vem perdendo, porque vem perdendo qualidade.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Vem perdendo qualidade por irresponsabilidade de pessoas que fazem a gestão, porque se vem como estilo metrô, o metrô quando para ele abre todas as portas para embarque e para desembarque, e hoje um biarticulado quando para ele abre uma porta na estação-tubo de embarque e duas para desembarque.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O senhor tem razão nisso e nesse ponto eu levantei, que os tubos tinham que ser maiores. E os tubos que foram fabricados agora são maiores. Os tubos que eu mandei fabricar (c). (manifestação da plateia). É sim, eu mandei fabricar. Foi uma decisão minha dentro da Urbs.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor falou que discorda da situação dos trabalhadores que estão em más condições nos tubos, certo? Então o senhor acha que o Ministério Público do Trabalho •

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Eu estou falando que o Ministério Público do Trabalho deu um parecer dizendo que é um local desumano.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor discorda do Ministério Público do Trabalho ou concorda?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei disso.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Estou lhe fazendo uma pergunta, não se o senhor sabe, se o senhor concorda?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não concordo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não concorda? O Ministério Público está errado, o senhor está certo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não concordo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Então vamos falar sobre investimento. Foi falado sobre investimento no transporte coletivo. Quais investimentos, com toda a experiência que o senhor tem, pode-se fazer para o trabalhador do transporte coletivo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Só duas cidades no Brasil têm seis horas de trabalho. Tem mais isso. As outras cidades do Brasil são oito horas.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor falou que não quer falar do passado e agora está voltando ao passado?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Os trabalhadores daqui têm essa vantagem. E não vejo outra coisa. Deve vesti-los direito? Deve dar condições...

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- É importante esse registro, que ninguém vê uma melhoria de dentro da Urbs para os trabalhadores. Quanto tempo era e quanto tempo é a vida útil de cada ônibus novo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Dez anos.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Continua sendo dez anos?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Dez anos. A frota como um todo tem a idade de cinco anos. Ou tinha, no meu tempo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O que o senhor me diz sobre o desrespeito da Urbs com o cumprimento de leis municipais?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei do que o senhor está falando.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- A Urbs demonstra enorme desrespeito em relação a Lei 14.150 que acaba com a dupla função.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Qual é a lei?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- A lei que acaba com a dupla função.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- E qual é a dupla função da Urbs?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Motorista de ônibus dirigir e cobrar, Sr. Lubomir.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Dos ônibus pequenos? Não vejo problema também.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor não vê problema nenhum? Essa Urbs! Olha!

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- No mundo inteiro é assim. Nova York é assim. Não vejo problema. (manifestação da plateia).

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor não vê problema nenhum em a Urbs desrespeitar uma lei municipal? O senhor está me falando isso? Por isso essa Urbs é uma droga! (manifestação da plateia). É revoltante escutar isso de um diretor da Urbs que não vê problema nenhum em a Urbs desrespeitar uma lei. Por que não baixou a tarifa, Sr. Lubomir, já que a Urbs começou a economizar dinheiro com compra de ônibus pequeno, com a demissão de cobradores do transporte coletivo?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Isso foi feito para manter a tarifa, senão iria subir.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor está falando como diretor da Urbs ou como político?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não sou político. O único político que tem aqui é o senhor.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não. Se o senhor olhar tem vários. Aqui é uma casa política.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O senhor é político, eu não sou.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Se o senhor não sabe, o senhor entrou numa casa política.

A SRA. NOEMIARROCHA:- Só uma intervenção, por favor. Presidente. (Assentimento). Eu tenho uma preocupação com o Sr. Lubomir, uma pessoa já de idade. Acho que daria para dar um tempo, se expressar de uma forma diferenciada. Estou preocupada com a pressão dele. Talvez um intervalo para tomar uma água.

O SR. PRESIDENTE:- Eu pediria ao Vereador (v), é muito importante a esta CPI, uma pena que não seja um membro, Vereador Rogério, que eu gostaria e até acredito que nós aqui na Mesa estejamos com a pressão um pouco levantada em função da firmeza de seu interrogatório. Então, nesse sentido eu pediria que o senhor fizesse pausadamente as perguntas para que pudéssemos manter um clima de tranquilidade, de serenidade nesta reunião, tendo em vista que o Sr. Lubomir Ficinski está contribuindo muito com esta CPI e todos devemos concordar. Ele trouxe informações importante., ele não está entre os investigados. Saiu de lá, pelo que todos nós pudemos entender, porque ele não concordava com muitas irregularidades que haviam lá, mas também ele tem o seu ponto de vista que devemos respeitar. Então, continua com a palavra Vereador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:-Obrigado, Presidente. Concordo perfeitamente com a colocação da Vereador Noemia Rocha e com a sua colocação. Mas gostaria de registrar que também estou muito preocupado, não somente com a saúde do Sr. Lubomir, mas sim com a saúde de vários e vários mil motoristas e cobradores que também estão com a sua vida e saúde em risco,

a partir do momento que estão trabalhando em um transporte coletivo que está sendo gerenciado de uma maneira totalmente errada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Concordamos plenamente com o que V.Exa está dizendo.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Mas farei sim pausadamente as perguntas. Obrigado pela sugestão. Sr. Lubomir, o que o senhor me diz sobre a diferença da tarifa que a Urbs arrecada na domingueira para o usuários que utilizam o cartão transporte.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O que tem isso? A Urbs arrecada um real não é?

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não, ela arrecada um valor a mais no domingo quando o usuário usa seu cartão. Esse dinheiro, o que o senhor me fala desse dinheiro. Tem um sistema tão inteligente, um sistema tão bom, mas que não faz essa diferenciação quando o usuário paga a tarifa e paga hoje um e vinte a mais, que sai à toa do bolso do usuário.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não sei como resolver esse problema. A sua pergunta, neste caso, é justa. Mas não sei como resolver esse problema. Talvez agora, com a melhoria da situação, talvez, realmente melhore a situação desse controle eletrônico, isso seja possível. Seja possível por exemplo, tirar da conta do cartão, uma coisa assim.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- É um sistema tão inteligente, tão bom, mas ele não ajuda o usuário.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O sistema não está implantado.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- O senhor sabe de quem foi a ideia de começar a criar multas absurdas que diminuam muito o salário de motoristas e cobradores?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Não também?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não.

O SR. ROGÉRIO CAMPOS:- Tá. Sr. Lubomir, eu respeito toda e qualquer profissão, não me interessa se é do mais engravatado que chega aqui ou se é a pessoas que limpa o chão desta Câmara ou de qualquer outro lugar. Toda e qualquer profissão eu respeito. Mas eu gostaria que o senhor me falasse quais profissões no mundo tem mais responsabilidade do que um motorista de transporte coletivo.

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- É evidente que o motorista do transporte coletivo tem muita responsabilidade, ninguém nega isso. Agora, se é a profissão mais destacada não sei lhe dizer.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Como falei, todas tem suas responsabilidades. O médico se

pagantes de tarifa só tem menos de um milhão.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Discordo totalmente disso, mas como o Presidente da CPI falou, todos tem as suas respostas e temos que respeitar. Qual o tipo de pressão dos empresários contra a Urbs? O senhor falou que tem muita pressão e tal, qual o tipo de pressão dos empresários contra a Urbs?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Como o sindicato que defende os chofer e os cobradores, os empresários também têm o sindicato que procura de defender, que procura não pagar as coisas. Uma série de coisas. Essa é a regra do jogo.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Essa é a pressão. Ou seja, o direito dos trabalhadores, seria isso?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- O que tem o direito dos trabalhadores?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Se torna uma pressão quando é cobrado?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Não entendi.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando é cobrado o direito dos trabalhadores, isso se torna uma pressão para a Urbs também?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Quando não é cobrado o direito do quê?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Quando é cobrado o direito dos trabalhadores, isso também se torna também uma pressão para Urbs?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Quando é cobrado o direito dos trabalhadores?

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sim.

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Mesmo justo ou errado, é uma forma de pressão que tem que resolver.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- O senhor concorda ou não que os trabalhadores do sistema hoje, os motoristas e cobradores, que são atendidos na clínica médica do sindicato. Se eles forem para o SUS, a mão de obra do transporte coletivo pode perder a qualidade hoje, já que o SUS está inchado?

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Não sei, não saberia responder.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Não sabe.

O SR. LUBOMIR FACINSKI:- Não, não sei.

O SR. ROGERIO CAMPOS:- Sr. Presidente, diante de tantos não sei, não mexi, não quis, isso representa como era o tratamento, como é o tratamento da Urbs com os trabalhadores do transporte coletivo, e com o transporte coletivo em si. Num modo todo, sugiro sim que a CPI indique o final da Urbs em Curitiba, porque essa Urbs é um câncer dentro de Curitiba. Era o que tinha para falar. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Agradecemos a contribuição do Vereador Rogerio Campos. Passamos a palavra à Vereadora Noemia Rocha, que é a última inscrita. (m).

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Sr. Lubomir, fiquei preocupada, mas é natural, o senhor lembra o meu pai, então deu uma sensação assim de cuidado. Mas, enfim, quero cumprimentar aqui o pessoal do Sindimoc, que está aqui participando desta CPI, e as demais pessoas aqui, Vereadores e Vereadoras. Eu tenho algumas perguntas, Sr. Lubomir. Como a Urbs fazia o controle, fiscalização de depreciação dos ônibus e das garagens? Pelo menos no período que o senhor trabalhou, como era feito?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Tem uma área técnica, e a depreciação dos ônibus tem uma fórmula que leva em conta a idade; se a idade da frota é dez anos, tem um custo de depreciação e tem um saldo de xis por cento. Esse é um saldo que é deduzido dessa depreciação. No caso dos ônibus, desses grandões, biarticulados, como não tem mercado, a depreciação é 100%.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E das garagens?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Hein?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A fiscalização das garagens.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- O problema das garagens?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Fiscalização da depreciação.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Isso é feito. Agora, a situação das garagens, a senhora quer perguntar?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Umhum.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Quando houve a licitação, isso que me falaram, as garagens tinham que ter um local indicado. As garagens misturam muito o transporte metropolitano com o transporte urbano. É difícil separar e devia ser separado, metropolitano é uma coisa, urbano é outra. E isso devia ser separado. Não foi separado, disseram-me, não foi separado porque o governo do estado ia fazer naquele ano já uma licitação para a quarta parte do transporte, que é o transporte metropolitano. Então, não se quis tomar essa atitude antes de saber quais firmas iam entrar, quais iam sair, só por uma questão de bom senso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- No período de trabalho do senhor era feita essa fiscalização?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Era feita sim, era feita sempre.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- E nunca houve nenhuma irregularidade?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Há irregularidades, e essas irregularidades fazem parte dos índices. Há irregularidade nas estações, há irregularidade quando quebra um ônibus, quer saber por que o motor estragou, por que os ônibus não saíram, isso tudo é controlado; ou era.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Outra pergunta: como eram escolhidos os ônibus da frota? Havia alguma pressão para alguma empresa em específico?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Havia o quê?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Pressão política, pressão para serem escolhidos os ônibus de alguma empresa específica.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei. Porque foram escolhidos antes da minha entrada. Todos os ônibus comprados, foram comprados antes de eu entrar. Só foram entregues a partir de março, quando eu já estava lá. Então, não posso lhe informar a respeito disso. A única coisa que eu sei, que me disseram, é que os empresários adiantaram a compra dos ônibus daquele ano.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Na carta, o senhor leu a carta, o senhor dá uma ênfase à pressão política e ao aumento do salário como impacto na tarifa, do Sindimoc. E os empresários? O lucro dos empresários o senhor não se refere; não impacta também?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Claro que impacta. O lucro dos empresários impacta, mas o lucro foi definido no contrato. Eu não sei qual é.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O lucro foi definido? Então, o senhor se refere ao impacto só com o aumento do salário do Sindimoc?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não! O lucro dos empresários está claro, está definido.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Sobre a sua carta, a insatisfação pessoal do senhor em relação, o senhor diz que foi contratado para fazer um projeto de desalinhamento...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Para que eu fui contratado está muito claro na minha carta de admissão, eu fui contratado para avançar o sistema, para fazer o sistema de desalinhamento, porque não se pensava mais no metrô. Naquele momento, o Prefeito me disse que não estava mais pensando no metrô e que, portanto, (u), o sistema de desalinhamento tinha que ser feito. Eu iniciei o problema do desalinhamento da norte/sul, fiz os trabalhos e comecei a fazer o projeto de desalinhamento leste/oeste. E mais, fiz o anteprojeto do terminal que iria ficar aqui do antigo

terminal de ônibus onde os senhores têm hoje estacionamento, o antigo terminal de ônibus da Prefeitura em que todos os troncos se encontrariam. A senhora poderia fazer uma baldeação da linha norte/sul para linha centro cívico, leste/oeste, o que quisesse. Tudo isso eu fiz. Aí, as coisas começaram a não acontecer. Quando começaram a não acontecer, eu peguei o meu chapéu e fui embora.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O que começou a acontecer? O senhor poderia esclarecer para nós?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Norte e sul tinha que ficar pronta em doze meses, não está pronta hoje, três anos depois. O projeto aqui ninguém mais fala. O desalinhamento leste/oeste ninguém fala. Isso melhoraria muito o transporte de Curitiba. Se a senhora colocasse o milhão que se pensa em colocar no metrô, que seria parte da Prefeitura, não sei se um milhão ou mais agora, se a senhora injetasse isso no sistema de ônibus a senhora teria o melhor sistema de ônibus do mundo. Não tenha dúvida nenhuma.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor acredita que isso tem prejudicado o transporte coletivo de Curitiba, por questões políticas, não é nem por questões técnicas?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- A questão do metrô está rolando aí há oito anos. Eu sempre digo que tem uma peça clássica de teatro, chama-se Esperando Godot. Eu digo? Nós estamos esperando Godot há oito anos. Nada avança porque talvez seja feita o metrô. Será que vai ser feito?

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Eu gostaria de saber, pelo menos no período em que o senhor trabalhou, o senhor percebeu a influência do Setransp na Urbs?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, que eu saiba não, pelo menos comigo não. Da minha área nunca, eu não permitiria.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Então, não tem nenhuma influência no seu ponto de vista da gestão?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- No meu setor não. E lhe digo mais, o Setransp odeia a área técnica do Ippuc, odeia, tem ódio, porque pisaram muito neles. O Setransp tem ódio da área técnica do Ippuc, que agora está passando também para outro sindicato, não sei o porquê.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor diria que a comunicação de abertura que é dada na Urbs é aberta tanto para o Setransp quanto para o Sindimoc?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- É a mesma, os dois fazem exigências.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Que influenciam?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Um no sentido de não obedecer e outro no sentido de

ganhar. Aliás, o Sindimoc é muito bem dirigido, meus parabéns, ganharam tudo que quiseram.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- O senhor falou, não só o senhor, mas nós temos debatido muito sobre a passagem gratuita, foi falado do impacto nas passagens, a gratuidade, tanto dos idosos quanto dos policiais. É um impacto grande. O senhor falou em valores, foi falado aqui em 14% da passagem. O senhor confirma isso? Foi falado aqui em outros momentos que esse impacto na tarifa é de 14% de gratuidade.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei, se alguém falou sabe mais que eu e, provavelmente, é verdade.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas o senhor sabe que é alto.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Quem falou? Eu não sei. Então, é isso.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- A própria Urbs. Considerando que o senhor foi duas vezes presidente do Ippuc, o que levou a extinção do departamento do CPD do Ippuc, e o empréstimos dos seus funcionários especialistas ao ICI, considerando que é uma empresa...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Olha, disso eu não sei, eu não emprestei ninguém. O ICI foi criado depois que eu saí do Ippuc.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Mas o CPD foi extinto no período em que o senhor trabalhou lá?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- No Ippuc, não. Quando eu era o presidente do Ippuc, não. Foi criado depois. Eu usava o CPD.

A SRA. NOEMIA ROCHA:- Essas eram as perguntas, obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos à Vereadora Noemia Rocha. Algum vereador tem mais alguma pergunta a fazer? Quero lembrá-los que às 14 horas deveremos receber aqui o Sr. Ivan Bonilha, que foi procurador geral do município na época da reunião em que se fez a licitação. Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sr. Presidente, gostaria de fazer um convite. Gostaria que tanto o Rogério como toda a direção e o pessoal do Sindimoc ficasse aqui hoje à tarde. Acho que o depoimento do Sr. Ivan Bonilha é muito importante. Acho que a presença de vocês aqui pode fazer com que, de repente, ele diga algumas coisas de verdade. Existe uma regra dentro da CPI, por isso que vocês não podem perguntar. Essa regra é para todos, não é só para vocês. Por isso que está aqui o Vereador Rogerio, que lhes representa. Teve todo o espaço e a possibilidade para fazer todas as perguntas que ele quis. E a função dessa CPI é garantir a transparência e que todo mundo, de fato, tenha condição de ter as informações que deseja. Eu reafirmo, porque não concordo com tudo o que o Sr. Lubomir disse, principalmente porque eu também sou sindicalista, **fui da direção do sindicato, mas creio que tem outras pessoas com maior responsabilidade que**

estiveram aqui, e infelizmente nesse dia não teve esse questionamento, que foi o Sr. Marcos Isfer e o Sr. Fernando Ghignone. Eu acho que eles teriam que ter sido muito mais pressionados aqui para que eles de fato respondessem. Porque algumas coisas que o Sr. Lubomir apresentou aqui eles negaram em vários momentos e não nos responderam, e foram omissos. Por isso que eu faço essa fala, porque eu acho que o Sr. Ivan Bonilha tem muita responsabilidade sobre o processo de licitação, e acho que ele tem que ser cobrado por isso também.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Vereadora Professora Josete. Eu tenho mais algumas perguntas, Sr. Lubomir. O senhor disse que o Setransp, que é o sindicato das empresas, odeia a área técnica do Ippuc, e o senhor dirigiu o Ippuc por muitos anos.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Odeia sim.

O SR. PRESIDENTE:- Eu pergunto: e a área técnica da Urbs, qual a relação dela...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não é a área técnica do Ippuc, ele odeia a área técnica da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- É da Urbs. Porque o senhor falou do Ippuc.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Agora não é só ele, o outro sindicato também.

O SR. PRESIDENTE:- Então, é da Urbs, não do Ippuc.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- É da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Uma outra pergunta, o senhor disse, respondendo questionamentos da Vereadora Professora Josete, que havia um furo nas contas do FUC, Fundo de Urbanização de Curitiba, depois daquele reajuste da tarifa técnica, de em torno de um milhão e setecentos por mês. A semana passada nós constatamos de que tem cento e setenta milhões de reais de tarifas, de vales transporte vendidos, e esse dinheiro não está no FUC. O senhor confirma para nós que houve um subsídio camuflado por parte da Urbs naquele período em que o senhor trabalhou?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Um milhão e oitocentos houve. Claro que houve. Custou um milhão e oitocentos por mês. Esse dinheiro saiu de algum lugar.

O SR. PRESIDENTE:- Então saiu do próprio FUC.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Deve ser do FUC, não posso lhe precisar exatamente, mas a lógica manda dizer que foi do FUC.

O SR. PRESIDENTE:- Do FUC. Certo. No período em que o senhor trabalhou na Urbs, o senhor sentiu por parte da direção da Urbs, seus colegas de direção se havia certo corpo mole, alguma coisa assim que eles não estavam muito interessados nessa política de implantar as

medidas que o senhor queria implantar?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Ou eles se omitiram, como foi o relacionamento?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não posso dizer isso, porque o senhor vai ver que eu disse isso, na própria Ata diz que eles concordaram que iam cobrar a partir de 1º de setembro.

O SR. PRESIDENTE:- Sim.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Porque esse era um ponto muito importante das empresas pagarem. Isso representava alguma coisa como 2,4% sobre o recolhimento das empresas por mês. Isso era um número grande, era um número que poderia fechar os furos da Urbs. Eu exigi isso. Quando recebi a carta e sai, depois não sei o encaminhamento que foi dado.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor evidentemente assumiu a Diretoria de Trânsito depois da licitação, o senhor não sentiu um clima, um ambiente, um grande esquema que foi feito durante esse processo de licitação e depois as empresas, alguns setores, da prefeitura, não estavam interessados em implantar essas medidas rigorosas que o senhor procuravam implantar em benefícios do sistema?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não senti. A única coisa que houve quando eu cheguei é que havia um consenso de dar seis meses às empresas para elas se adaptarem ao novo ritmo. Isso foi feito inclusive na limpeza que tinha que ser feito nos terminais, que não estava sendo bem-feita. Houve esses problemas, se deu seis meses. Depois de seis meses eu agia, a própria Diretoria disse que sim, que ia mandar recolher.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O senhor não chegou a analisar a questão do processo de licitação, Dr. Lubomir?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Porque há certo consenso que o valor da outorga foi o que impediu que muitas empresas que pudessem participar do sistema, da licitação, não participasse. O senhor não chegou se debruçar sobre esse problema?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, eu só perguntei qual era o valor da outorga.

O SR. PRESIDENTE:- E o senhor acha que foi um valor razoável, exagerado?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não vou discutir isso, era duzentos e poucos milhões.

O SR. PRESIDENTE:- Duzentos e cinquenta e dois milhões.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Menos cento e onze milhões que era da frota...

O SR. PRESIDENTE:- Isso, frota reversível...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- E a Urbs recebeu quarenta...

O SR. PRESIDENTE:- Isso. Na verdade foi cinquenta milhões.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Esse foi o número que me deram, como ano era decidido eu só me informei.

O SR. PRESIDENTE:- Aonde foi que o senhor sentiu mais dificuldades, na prefeitura para implementar e por isso que o senhor disse: não, não fico mais aqui.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não, na Urbs eu não tive dificuldades não, foi na prefeitura.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor sentiu uma má vontade por parte da prefeitura?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Ah, claro, porque aí é questão de preservação do metrô.

O SR. PRESIDENTE:- Sim, mas isso partiu da Procuradoria, do Município, do setor de...

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não sei lhe dizer, provavelmente isso ficou na cúpula...

O SR. PRESIDENTE:- Eram forças ocultas.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Nunca ninguém me disse: Olha, fulano mandou fazer isso.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor pediu a conta quando o senhor percebeu que o senhor era o patinho feio nesta história? Foi mais ou menos isso?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não percebi, foi simplesmente, pela primeira vez na minha vida eu não tinha o que fazer, ia bater com a cara na parede, então fui embora.

O SR. PRESIDENTE:- E isso partiu da cúpula da prefeitura, do ex-Prefeito, do quê?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- De certa forma eu entreguei a carta na prefeitura, não publiquei a carta por uma questão de respeito, hoje eu fui obrigado a lhe dar, por uma questão de respeito eu não publiquei esta carta, mas... sabe, não tinha o que fazer. Quer dizer, a via não andou. Primeiro ia até o Pinheirinho, depois ia até a Praça do Japão (P). Depois a licitação estava presa, eu fui reclamar que não fizeram a licitação com o diretor da SMOP e disse olha eu não tenho autorização do Secretário de Finanças. O meu presidente me disse que o Governo do Estado não deu o dinheiro que devia, então fazer o quê? Ficar olhando o horário do ônibus?

O SR. PRESIDENTE:- Nos últimos cinquenta anos o senhor dedicou a sua vida ao planejamento urbano e a Cidade de Curitiba. A forma como lhe trataram nessa última gestão,

durante esse período, esses dez meses que o senhor ficou na Urbs, foi desrespeito a todo o seu passado profissional e a toda a sua histórica como urbanista?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Da parte da Urbs não, mas dessa coisa que você não pode identificar sim.

O SR. PRESIDENTE:- Muito obrigado pelas suas respostas e pergunto se mais algum Vereador tem questionamentos. Concedemos a palavra ao Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Gostaria de parabenizá-lo pela coragem, pois a questão é polêmica mas tem que ser discutida. O senhor trouxe aqui os temas. O senhor participou do projeto de governo do atual Prefeito?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Eu não participei do projeto, eu tive muitos contatos mas não participei da equipe que fez o projeto.

O SR. CHICARELLI:- Se o senhor fosse convidado novamente pela atual gestão para participar da Urbs, no caso gestão Urbs, o senhor aceitaria?

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Não!

O SR. PRESIDENTE:- Antes de passarmos a palavra ao Dr. Lubomir, temos duas atas para serem votadas. Em votação a Ata da 12ª reunião extraordinária. (Pausa). APROVADA. Em votação a Ata da 13ª reunião extraordinária. (Pausa). APROVADA. Passo a palavra ao Dr. Lubomir Ficinski para as suas considerações finais.

O SR. LUBOMIR FICINSKI:- Agradeço a consideração dos Srs. Vereadores. Estive muito a vontade hoje. Peço desculpas ao Sindimoc pelas minhas posições, mas são as posições de verdade e eu não poderia negar isso e os senhores tem que entender. Acho que os senhores estão no caminho certo, vão encontrar um caminho certo para terminar essa CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos ao Dr. Lubomir Ficinski. Agradecemos a todos os funcionários desta Casa. Pedimos a eles para que no final venham aqui na frente para que tirássemos uma fotografia. Essa é uma das últimas reuniões da CPI. Queremos agradecer a todas as pessoas que participaram, a todos os Vereadores, as pessoas que vieram contribuir hoje nessa manhã, os representantes do Sindimoc. Queremos agradecer essa empresa Eventos Live, no seu evento ao vivo na internet, que transmitiu todo esse trabalho na CPI, nas últimas semanas. Queremos agradecer a Guarda Municipal que tem colaborado muito com essa CPI, queremos agradecer ao setor de Cerimonial desta Casa. Queremos agradecer também a todas as áreas, a Redação, a Comunicação, ao Setor de Taquigrafia, Setor de Som, Departamento de Segurança Queremos agradecer a todos vocês que de uma forma ou de outra contribuíram e estão contribuindo com essa CPI. A tarde teremos a última reunião e espero que todos estejam aqui às 14h, para que possamos encerrar esses depoimentos. Posteriormente o nosso Relator terá quinze dias, mais quinze, para preparar o relatório. Também agradecemos muito ao Dr. Lubomir Ficinski,

que com a sua sinceridade, com a sua disposição, contribuiu muito para os trabalhos dessa CPI. Muito obrigado, está encerrada a reunião às 12h30min.

(Segunda parte da CPI)

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta a segunda parte da 15ª Reunião Ordinária da CPI que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Na reunião desta tarde nós deveríamos ouvir o Sr. Ivan Bonilha, Ex-procurador Geral do Município de Curitiba. O servidor Robson, desta Casa, que nos assessoria na CPI, acabou entrar em contato com a chefe de gabinete do Sr. Ivan Bonilha, no Tribunal de Contas do Paraná, e a mesma nos informou de que ele está participando de uma sessão do Pleno daquele Tribunal de Contas e que não tem hora para terminar. Diante disso, uma dedução nossa, dos membros esta Comissão, já que ele estava convocado para às 14h, é que ele não virá nesta tarde. Então, vamos encerrar esta reunião. Pergunto aos Srs. Vereadores se têm alguma colocação a fazer, se não, vamos encerrar esta reunião e depois, em uma reunião administrativa, decidiremos se convocaremos ou não novamente o Sr. Ivan Bonilha. Com a palavra Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como essa é a última reunião, gostaria imensamente de agradecer a sua presidência desta CPI, por esta oportunidade de participar, haja visto que é superimportante esta CPI. No início, quando nós iniciamos, muitas pessoas disseram que esta CPI acabaria em pizza. E hoje, graças a Deus, todos os membros da Comissão estão de cabeça erguida com resultados para Curitiba, dizendo que temos resposta para Curitiba. E Curitiba merece ser tratada com muito carinho e respeito. A passagem dá para baixar. E isso nos estudos, todos nós vamos sentar junto com os vereadores para rever isso aí. Mas só quero dizer que fiquei muito contente em participar desta CPI, peço desculpas a alguns companheiros, de repente, se em alguma hora falhamos com alguém, com a imprensa, com os amigos, até com a própria equipe, com a assessoria. Aos nossos pares, vereadores, mas só tenho a agradecer a toda nossa equipe e senti que fizemos parte da história de Curitiba. Pela primeira vez em sua história pudemos chegar e abrir essa tão misteriosa caixa preta. Então, quero agradecer a todos os presentes aqui, em especial aos nossos membros da CPI em seu nome, Vereador Jorge Barnardi. Muito obrigado. Agradeço por fazer parte desta CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos ao Vereador Chico do Uberaba. Pergunto se mais algum vereador gostaria de fazer uso da palavra. Vice-presidente, Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Só gostaria de deliberar, acredito que temos quorum para isso, que na próxima semana pudéssemos de fato efetivar essa reunião administrativa para

que o relatório conclusivo, com as opiniões e mais os subsídios que os vereadores, neste período longo de CPI, puderam encaminhar ao relator Vereador Bruno, para que possa se fazer de fato o relatório final, conclusivo, e trazer a Plenário para votação. Então, pediria, se possível, que agendássemos essa reunião administrativa na próxima semana, tendo em vista que o importante para o cidadão, para aqueles que acompanharam as entidades também, é muito importante frisar aqui que tiveram efetiva participação, várias entidades vieram colaborar com a CPI, também abriram suas portas para que a CPI estivesse em alguns momentos levando as informações a elas, demonstrando que dessa forma se construiu algo que possa de fato ter um resultado positivo ao cidadão, que é o objetivo esta CPI. Então, todos os fatos apurados, aprofundamos muito o estudo sobre o sistema de transporte de Curitiba, tendo em vista vários questionamentos que foram feitos pelos membros da CPI. Gostaria de parabenizar V.Exa pela presidência e todos os membros que, de fato, puderam efetivamente estar participando nesse período. Então, só faria esse encaminhamento de reunião administrativa. Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:-... Eu que agradeço as palavras de V.Exa. Dizer que já convocaremos uma reunião na próxima terça-feira para tratarmos do relatório final que está sendo elaborado pelo Vereador Bruno Pessuti. Concedo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti para que faça as suas colocações.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sr. Presidente, primeiramente gostaria que a reunião fosse transferida para quarta-feira, porque na terça-feira estarei em Brasília com a presença do Líder Pedro Paulo e também com o Prefeito Gustavo Fruet, na audiência pública na Câmara Federal referente a uma nova metodologia de financiamento público da tarifa do transporte coletivo, muito defendida pelo Prefeito e só retornarei na quarta-feira. Mas, primeiramente, agradecer a toda a Casa pela oportunidade e a CPI, a todos os membros, pela oportunidade de estar sendo o relator de uma CPI que deixou o sistema de transporte coletivo mais transparente. Percebemos que a sociedade está muito ansiosa com referência ao transporte coletivo, qual será o resultado dessa CPI. E nós também estamos muito ansiosos, tanto que já iniciamos a redação do relatório visando apresentá-lo até aproximadamente o dia 20 de novembro, porque temos a necessidade de colocar na lei orçamentária do ano que vem as mudanças que iremos sugerir no relatório, pois há muitas incoerências na planilha, nos custos, isso acarreta num valor excessivo que não é justo para o trabalhador e para o empresário que compra o vale-transporte para os seus funcionários. Os indícios que tínhamos no início de remuneração excessiva são constatados, um deles sempre cito, o imposto de renda das empresas que é provisionado na tarifa. E mesmo se fosse justo, elas não pagam o imposto de renda porque alegam ter prejuízo, e só isso acarreta em onze centavos a mais na planilha. E, entre outros, como hoje foi falado, passado pelo Vereador Chicarelli e pelo Vereador Chico do Uberaba, que também já foram considerados nos cálculos que estamos fazendo. É uma oportunidade muito boa para a cidade pensar o que queremos para o futuro do transporte coletivo. Hoje cedo percebemos que muitas pessoas não entendem as questões que envolvem o transporte coletivo, quando falávamos em calçadas, por exemplo, muitas pessoas não percebem que calçadas são necessárias para que as pessoas se locomovam de forma sustentável na cidade, isso tudo engloba outros quesitos, como, a bicicleta, o próprio carro é relacionado ao

transporte coletivo, pois se nós sugerirmos e vamos sugerir uma proposta do Vereador Valdemir de vias exclusivas para os ônibus, isso também afeta o transporte dos carros. Então, eu dedico a minha profissão, Engenheiro Mecânico, nos cálculos, um trabalho técnico, político, estudei para isso, me aperfeiçoei para isso e tenho certeza de que será um relatório condizente, ainda mais depois de tantos relatórios que foram apresentados, não só pela comissão da prefeitura, em que a nossa Vereadora Josete participa, mas também os sindicatos das universidades e o próprio relatório final das comissões do Tribunal de Contas que nos enriqueceram com subsídios jurídicos, tão fundamentais para que pudéssemos ter certeza de estarmos fazendo a coisa certa. Visto que até mesmo eles vibravam com a nossa CPI. Então, o papel nosso foi importantíssimo para a sociedade curitibana, mostra a nova cara da Câmara de Vereadores de Curitiba, o futuro da cidade passa aqui por dentro. Às vezes somos minimizados no nosso papel, mas fazendo trabalhos como estes de investigação, técnicos, trabalhos sérios, com certeza iremos ter o reconhecimento que a sociedade tem e deve ter de nós, assim como reconhecemos o papel da sociedade em nos auxiliar a chegar num preço mais justo e mais sustentável, vamos dizer assim, para a cidade como um todo. E lembrar que, claro, nós sabemos que muitas pessoas pediram uma nova licitação, isso podemos adiantar, iremos solicitar uma nova licitação, porém, não podemos fazer isso de forma unilateral, solicitaremos à justiça que faça como fez em Brasília, o cancelamento, para que seja aberto e ampliado, um processo mais justo e mais amplo que, como apresentam os indícios, foram constatados que não ocorreu. Mas antes que isso aconteça também pediremos um Termo de Ajuste de Conduta, para que se elimine alguns gastos excessivos da planilha por parte das empresas e por parte da própria Urbs, para que se reduza a tarifa na Cidade de Curitiba (c). Porque não queremos ter subsídio. O subsídio é dinheiro de todos os curitibanos, paranaenses, brasileiros que poderia ser aplicado em creches, escolas, hospitais, segurança pública como um todo. E a pergunta que fica é, será que teremos sempre que recorrer ao subsídio para ficar uma briga política a cada ano, uma briga que passa a ser eleitoral, com valores estratosféricos, sem ter a transparência devida se esse dinheiro está sendo ou não utilizado para o bem daquele que utiliza o transporte público todos os dias como uma necessidade, como uma vontade? Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente. Agradeço mais uma vez a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos as suas palavras, Vereador Bruno Pessuti. Também agradecemos a sua contribuição e o seu trabalho nesta CPI e deixaremos para a próxima quarta-feira fazermos a reunião administrativa. Concedo a palavra ao Vereador Chicarelli para suas considerações.

O SR. CHICARELLI:- Queria fazer meu depoimento em duas linhas de pensamento. Primeira linha é agradecer as pessoas com quem tive a oportunidade de conviver aqui, os vereadores. Cada dia eu aprendo, estou realmente num processo de aprendizado. E agradeço a todos, sem exceção. Foram companheiros, amigos, trabalhadores, exaustivamente estiveram aqui. E cumprimentar a todos da imprensa, os funcionários, todos que nos dão apoio aqui. A segunda linha de raciocínio é comentar sobre a CPI que não terminou e não vai terminar em pizza. Antes de ser vereador, Jorge, me permita falar assim, é carinhoso, eu assistia muito na tevê as CPIs. Via, Jorge Bernardi, aqueles embates entre situação e oposição, barrando um questionamento ou outro,

uma convocação ou não, defendendo às vezes interesses partidários, políticos e coisas que denegriam a CPI e denigrem até hoje. Mas aqui não, Jorge. Confidencio e isso faço não para, desculpe usar essa palavra aqui, puxar teu saco, mas são palavras minhas, do meu jeito de ver as coisas, você conduziu essa CPI não colocando nenhum, de forma alguma, obstáculo a um requerimento, a uma posição, a um depoimento. Você jamais, em condição alguma, mesmo nos bastidores, tentou um conchavo para que se modificasse alguma coisa. É nesse sentido, Jorge, que eu trago e sou testemunha viva disso, acho que os outros vereadores são, em momento algum, algumas questões polêmicas que a Josete levantou, o Geovane, o Chico, você não repreendeu em nada. Aliás, deu coragem, nos entusiasmo a ir adiante. E nesse momento, Jorge, poderia falar de muito mais coisas, vitórias do código fonte, o Tribunal de Contas que veio atrás de nós, enfim, e várias coisas que eu tive o prazer de ver. Mas, Jorge, vou citar essa como a minha principal observação do que vi nessa CPI, a forma como você conduziu e deixou os membros dessa CPI. Quem não fez mais, mas todos fizeram o possível, não fez realmente porque não deu ou porque a pessoa não quis. Você deu toda a liberdade de uma democracia. Esta Casa deu também, resalto o presidente, sou testemunha disso, ampla liberdade de vasculhar, procurar, falar, denunciar. Então, Jorge, finalizo as minhas palavras novamente parabenizando você. Parabéns por como você está conduzindo e conduziu essa CPI até agora! Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Eu é que agradeço o Vereador Chicarelli. Dizer que, como já disse em outras oportunidades aqui, V.Exa. foi quem iniciou esta CPI e posso dizer que o seu trabalho, como o trabalho de todos os treze vereadores, foi um trabalho que tem me orgulhado muito porque confiamos plenamente nos membros dessa CPI. E se tem algum sucesso essa CPI, devemos agradecer a todos. A todos os Vereadores, aos funcionários, a equipe, a imprensa, que tem divulgado todas as nossas ações. Napoleão Bonaparte costumava dizer que com coragem se consegue muito (v), mas apenas com integridade se consegue tudo". Então, quando nós estamos imbuídos desse espírito público de esclarecer, de buscar as questões relacionadas ao transporte coletivo, como esta CPI, como esta Câmara está, não tenho dúvidas que estamos cumprindo com o nosso dever constitucional. Muito obrigado a todos. Com a palavra Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Obrigada, Sr. Presidente. Só confirmando o horário: então seria a tarde a reunião?

O SR. PRESIDENTE:- Vamos deixar para o final da manhã, da Sessão.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Final da Sessão né? Só reforçando o que já foi dito por alguns Vereadores: gostaria de parabenizá-lo pela lisura com a qual o senhor conduziu todo esse processo. Não poderia ser diferente, pois conhecemos a sua história, conhecemos o compromisso que o senhor tem e sempre teve em todos os seus mandatos, aqui pela Câmara Municipal de Curitiba. Dizer que eu acho que o relatório final é que vai retratar de fato tudo o que debatemos e discutimos aqui. Então, que todos nós temos que nos empenhar no sentido de auxiliar de alguma forma o Vereador Bruno Pessuti, para que a gente possa de fato colocar todos os elementos que julgarmos pertinentes e que devem compor esse relatório, para que nós possamos **apontar os possíveis caminhos ao final de toda esta CPI e dos estudos que aqui foram realizados.**

Acho que essa a expectativa dos cidadãos e das cidadãs de Curitiba. Espero que a gente consiga apontar o melhor caminho, no sentido de pensar não somente na redução da tarifa, mas também de apontar elementos técnicos. Claro que aqui ninguém é especialista em tarifa e planilha. Mas existem estudos, existem contribuições que foram feitas ao longo dos depoimentos e que eu acho que podem nos ajudar a pontuar cada um desses elementos para serem revistos mesmo. Acredito que esse contrato precisa ser revisado. Acho que a anulação é um caminho, mas temos que pensar no melhor encaminhamento. Não é anulação a partir de amanhã, existe uma responsabilidade, o sistema tem que operar. Mas assino embaixo do que o Vereador Bruno Pessuti coloca, da possibilidade de um termo de ajuste de conduta. Talvez seja o primeiro encaminhamento para que tenhamos minimamente uma redução, que talvez não seja os dois e vinte e cinco, porque há elementos ali para questionar no próprio relatório do Tribunal de Contas, mas que pode haver uma redução sim a partir de alguns elementos que levantamos e que outros, como disse o Vereador Bruno Pessuti, tanto o relatório dos sindicatos a partir de uma avaliação jurídica do contrato com as empresas, operadoras, e também a partir de elementos técnicos que a comissão da tarifa e a comissão de auditoria apontaram. Acredito que nós vamos ter ao final um relatório que pode contribuir muito para que a gente garanta maior transparência no sistema, na Urbs e a diminuição da tarifa. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é quem agradecemos à Vereadora Professora Josete que foi uma das grandes participantes desta CPI, junto com os demais Vereadores. Com a palavra o Vereador Geovane Fernandes, a grande revelação desta CPI.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Não. Sr. Presidente, também vou junto com todos amigos desta CPI, com todos Vereadores e Vereadoras. Dizer da minha satisfação de em primeiro mandato poder participar de uma CPI. Estou muito feliz com todos. Sei da sua lisura, sei do seu encaminhamento, como o senhor tratou esta CPI. Sei sim que ela terá avanço, terá como indicar onde pode ser baixada a passagem. Enriquece também. Vamos citar a reengenharia do transporte de Curitiba que há vários anos nunca foi feito. O sistema de ida e vinda do transporte coletivo, sim. Aí é outro ponto que pode ser baixada a tarifa de ônibus, porque vai levar os ônibus aonde hoje não alcança, que pode pegar mais passageiros para o sistema de ônibus de Curitiba. Fico feliz. Mais uma vez cumprimento V.Exa. pela sua lisura, pelo seu encaminhamento desta CPI, pela sua presidência; cumprimento os relatores, demais membros que participaram, todos amigos, não se furtaram de participar das reuniões, todos compareceram, deixando alguns compromissos que tinham nos bairros, vários compromissos esses Vereadores deixaram de cumprir, mandando seus assessores, e agora podemos retomar as idas aos bairros, aos caminhos do bairro, que estava difícil para nós. Agradecer pela participação de todos. E tenho certeza de que algum resultado vai sair desta CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Nós é que agradecemos pelas palavras do Vereador Geovane Fernandes. E, mais uma vez, gostaria de lembrá-los de que não recebemos nenhum comunicado do Sr. Ivan Bonilha, ex-procurador geral do Município, que também assumiu como Prefeito de Curitiba durante um certo período, como procurador do Município. Mas, em contato com a **diretora do gabinete dele, a Sra. Daniele, ela nos informou que o Sr. Ivan Bonilha estaria**

participando de uma sessão do pleno do Tribunal de Contas. Lamentamos que ele não tenha encaminhado pelo menos um ofício a esta CPI, uma vez que estamos realizando um trabalho de relevante interesse público e dois milhões de usuários por dia, do transporte coletivo, acompanham esta Comissão Parlamentar de Inquérito, mesmo sabendo que o Sr. Ivan Bonilha tem livros publicados sobre CPIs municipais. Mas, de qualquer forma, acredito que deveremos receber pelo menos um comunicado de que ele não poderia participar desta reunião uma vez que está numa sessão do pleno do Tribunal de Contas. Quero só, para concluir, •

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, antes que o senhor conclua.

O SR. PRESIDENTE:- Pois não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Eu só gostaria de saber de V.Exa. se tem algum encaminhamento a respeito da denúncia que a Vereadora Noemia Rocha nos passou pela manhã, de um certo empresário que gostaria de vir prestar informações nesta Casa e recebeu um telefonema sendo ameaçado de morte, o que acabou impedindo a sua presença aqui. Vai ter algum encaminhamento dessa presidência ou não, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE:- Esclarecendo ao Vereador Chico do Uberaba e aos demais Vereadores, a Vereadora Noemia Rocha encaminhou para nós uma justificativa de que não participaria da reunião da tarde, que ela estaria fazendo exames de saúde e que depois ela teria uma reunião com esse empresário, que ligou para ela durante esta semana querendo dar um depoimento a respeito da ameaça que ele sofreu quando manifestou o interesse em participar da licitação do transporte coletivo. Conversando com a Vereadora Noemia Rocha, disse a ela que, se efetivamente ele confirmar essa denúncia, se ele estiver disposto a prestar esclarecimentos a esta CPI, daí nós convocaremos, talvez na segunda, na terça ou na quarta, enfim, solicitaremos um prazo adicional para ouvirmos esse empresário. Se efetivamente isso se confirmar, nós informaremos a todos os Srs. Vereadores. Se ele desejar uma reunião reservada, nós chamaremos o Ministério Público também para acompanhar o depoimento desse empresário. E agora, para concluir, gostaria de dizer que durante esse período nós realizamos quinze reuniões ordinárias, 13 reuniões extraordinárias, ou seja, vinte e oito reuniões da CPI. Foram mais de cem horas de depoimentos, em torno de cento e dez horas de depoimentos, com vinte e seis pessoas que foram ouvidas. Também fizemos quatro diligências durante esse período, sendo duas na Urbs, uma na Prefeitura e uma terceira na empresa Dataprom. Os encaminhamentos da CPI, o Relator a partir do dia 28 de outubro ele terá quinze dias para apresentar seu relatório, podendo ser prorrogado por mais quinze. O relatório deverá ser encaminhado ao Ministério Público, naqueles aspectos que digam respeito aos crimes que foram apurados e apontados pela CPI, deverá ser encaminhado também ao Prefeito municipal, em relação aquelas medidas administrativas que devemos ser tomadas e se ficar caracterizado a formação de Cartel, também ao Conselho de Ordem e Econômica do nosso País que analisa a formação de Cartel. Esse a partir daí o trabalho da CPI de encerra e evidentemente que dentro do Estado Democrático de Direito, o Poder Executivo e Judiciário estarão com a missão de dar continuidade aos trabalhos que aqui foram investigados. **Agradeço mais uma vez a presença de todos, Agradecer aos treze Vereadores que participaram**

ativamente. Nossos funcionários, das Comissões, Assessoria Legislativa, Redação, Taquigrafia, Segurança, Cerimonial, Som. Enfim, agradecer a todos os assessores dos Srs. Vereadores e todas as pessoas que aqui participaram a imprensa de um modo geral. Encerrada esta reunião que investigou o Transporte Coletivo de Curitiba. Muito obrigado pela presença de todos.

15h.

Jorge Bernardi
Presidente

Valdemir Soares
Vice-relator(a)

Geovane Fernandes
Membro

Tiago Gevert
Membro

Serginho do Posto
Vice-presidente

Chicarelli
Membro

Noemia Rocha
Membro

Bruno Pessuti
Relator(a)

Chico do Uberaba
Membro

Professora Josete
Membro



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 15ª/2013 de 24/10/2013

Data / Hora da Notificação: 04/11/2013 - 11:21

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA QUARTA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 14ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia dezessete de outubro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio, Paulo Rink, Tiago Gevert, Cristiano Santos e Noemia Rocha.- O Senhor Presidente nominou as autoridades presentes e colocou em votação as seguintes atas da CPI do Transporte Coletivo: 8ª Extraordinária, 11ª Extraordinária, 12ª Ordinária e 13ª Ordinária, que já foram disponibilizadas por meio eletrônico aos Vereadores, as quais foram **aprovadas**. Em seguida, convidou o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues, Ex-Presidente do ICI e seu Advogado, Doutor Francisco Mesquita, a fazerem parte da Mesa.- O Vereador Chico do Uberaba mostrou seu descontentamento com a demora nas respostas referente ao Ofício enviado ao Senhor Roberto Gregório, Presidente da Urbs, questionado a respeito do Contrato de Manutenção do Sistema de Bilhetagem Eletrônica do Transporte Coletivo de Curitiba, firmado com a Dataprom, que foi expirado em 29 de agosto.- Valdemir Soares somou-se as colocações do Vereador Chico do Uberaba quanto à lentidão da Urbs em encaminhar as respostas a esta Casa que precisa das informações, com urgência, pois a CPI tem prazo para concluir seus trabalhos; mencionou, também, a ocupação deste Parlamento pelos manifestantes da Frente de Luta Pelo Transporte Coletivo, na data de ontem, relatando que o movimento ocorreu de forma pacífica.- O Senhor Presidente registrou que nesta Reunião será ouvido, em condição de testemunha, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues, Ex-Presidente do Instituto Curitiba de Informática, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal.- Com a palavra, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues fez um breve relato das suas atividades no ICI, registrando que trabalhou durante oito anos na instituição e que, no ano de 2011, assumiu a presidência; finalizou, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignacio e Geovane Fernandes.- Em suas considerações finais, o Senhor Renato José de Almeida Rodrigues parabenizou o trabalho desenvolvido pela Comissão, agradecendo a oportunidade de estar neste Legislativo e esclarecer os questionamentos a ele dirigidos, desejando que suas **colocações tenham contribuído no elucidar da situação em questão.- Foi suspensa a**

Reunião, com previsão de retorno às 14 horas.- Reaberta a Reunião com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Chicarelli, Chico do Uberaba, Geovane Fernandes, Professora Josete e Paulo Rink, o Senhor Presidente convidou o Senhor Celso Bernardo, Gerente Financeiro da Urbs, a fazer parte da Mesa, registrando que o mesmo será ouvido, na condição de testemunha, tomando-lhe o juramento, nos termos do Artigo 203 do Código de Processo Penal.- Com a palavra, o Senhor Celso Bernardo declarou que é funcionário da Urbs há trinta e seis anos e afirmou que responderá a todos os questionamentos a ele dirigidos. Foi arguido pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Chicarelli e Professora Josete.- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a Reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia vinte e quatro de outubro, às 9 horas.-Do que para constar, nós, Maria Inês Wrubel, Patricia de Andrade e Rosely Sauberlich Kuchanovicz, Redatoras, lavramos a presente Ata, que depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA O TRANSPORTE COLETIVO NA CIDADE DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI.

ÀS 09H10 dá-se início à reunião.

O SR. PRESIDENTE:- Com a presença dos Vereadores Chico do Uberaba, Valdemir Soares, Bruno Pessuti, Chicarelli, Professora Josete, Cristiano Santos, Geovani Fernandes, Mauro Ignacio, Noemia Rocha, Serginho do Posto, Paulo Rink, Tiago Gevert, invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declaramos aberta a reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo na Cidade de Curitiba. Solicito ao Vereador Valdemir Soares que faça a leitura das pessoas presentes aqui.

O SR. PASTOR VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente registrar aqui a presença do assessor técnico do Setransp Henrique Credídio, e também Francisco de Mesquita que acompanha o SR. Renato José na Comissão de hoje

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Relator Vereador Bruno Pessuti, para que proceda a leitura das Atas que temos para deliberar..

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ata da 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de

Inquérito, já foi encaminhada aos gabinetes dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, também já encaminhada ao gabinete dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ata da 12ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, também já encaminhada ao gabinete dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Ata da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, também já encaminhada ao gabinete dos Srs. Vereadores.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADA Eu queria convidar o Sr. Renato José de Almeida Rodrigues, Ex-presidente do ICI - Instituto Curitiba de Informática, para tomar assento à Mesa e seu advogado Dr. Francisco de Mesquita. Gostaria de perguntar aos Vereadores se têm algum tópico para tratarmos?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr Presidente, eu só gostaria aqui de comentar sobre a diligência que não ocorreu no dia de ontem. Estamos conversando com os demais Vereadores para ver se poderá ocorrer ainda hoje, na Urbs com a finalidade *in loco*, para ver quais os motivos que o Sr. Roberto Gregório da Silva Júnior não respondeu ainda ofício emitido por este Vereador, Chico do Uberaba. Nesse documento eu peço alguns esclarecimentos aqui, e um deles é: (Lê documento). Até agora só vimos através da mídia e ninguém viu documento nenhum. Então, eu peço para que o Sr. Roberto Gregório faça os esclarecimentos de que forma foi feita a prorrogação desse contrato. Curitiba quer saber, a CPI quer saber. Precisariam inclusive ter essa resposta para podermos discutir nesse momento. Mas, infelizmente, o Sr. Presidente da Urbs não deu retorno ainda. (Lê documento). Como estão sendo feitos esses pagamentos, se não existe documentação? Então, é mais uma pergunta que eu gostaria que o Sr. Gregório nos respondesse, a esta CPI. (Lê documento). Então, essas foram as perguntas feitas para o Sr. Presidente Gregório que, infelizmente, até este momento não prestou nenhuma informação a esta CPI. Fica aqui minha preocupação do por que a Urbs não dar esse retorno a esta CPI. Ouvimos muitos comentários aí que a CPI vai acabar em "pizza". A CPI não vai acabar em "pizza" gente. Temos motivos suficientes hoje para dar uma resposta para Curitiba, de que passagem pode ser sim baixada. O Tribunal de Contas deu o seu parecer e muita gente está questionando, se é correto ou não, se é legal ou não. Claro que tem legalidade. Próprio TC diz que há possibilidade de baixar o preço da passagem de ônibus de Curitiba. Por que Curitiba não baixou ainda? Por que o Prefeito vai na televisão dizer que não vai baixar a passagem? Espera aí, está existindo alguma incoerência aí,

alguém está falhando nesse processo. O Tribunal de contas? É a Prefeitura? Quem está falhando? Então, são algumas preocupações nesse momento, Sr. Presidente. Reforço: por que o senhor Gregório não deu ainda informação a esta CPI das nossas solicitações? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Chico do Uberaba. Então, amanhã V. Exa. estará junto com os demais Vereadores fazendo a diligência que já foi aprovada aqui por esta comissão. Com a palavra Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, não poderia como vice relator da CPI deixar de comentar dois assuntos: primeiro, dizer que é extremamente relevante essa posição do Vereador Chico do Uberaba, quando se diz da demora que a Urbs tem para responder os ofícios desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Temos tempo, temos prazo. Pasmee, Sr. Presidente, o Presidente Gregório chega aqui e diz que está a total disposição da CPI, que a Urbs está à disposição da CPI para prestar informações, relatórios, documentos, esclarecimentos e sempre assim. Todos os ofícios que esta Casa manda para a Urbs, seja por intermédio da CPI, ou por nossos mandatos, nas tribunas, apresentando aqui, durante as Sessões Plenárias, tem demorado excessivamente, tem ultrapassado até mesmo os prazos regimentais que esta Casa tem, que a Urbs tem, que a instituição pública deve a este Parlamento. Nossa maior preocupação é que até por uma questão lógica, uma questão coletiva, a Urbs teria que ser mais ágil nesses procedimentos. Até por uma questão de respeito à população, de respeito a esta Casa, de respeito à CPI. Acredito que o bom administrador neste momento, estando nessa situação, pensaria e daria prioridade a responder esses documentos, a esta Comissão, de pronto, de imediato. Até porque esta Comissão tem prazo. Estamos já às portas do relatório. Nós já temos a consciência de que 70%, 80% desse relatório já é de entendimento e de consciência de toda nossa população, porque é claro, eu tenho certeza, o nosso relatório vai apontar indícios que mostram realmente erros no processo licitatório, indícios de favorecimento, relações escusas durante a manutenção desse e lital. Sr. Presidente, nós não podemos fazer bem o nosso trabalho se uma das partes, que inclusive se colocou à disposição para atender qualquer reivindicação desta CPI, continuar agindo com essa morosidade. Isso é um desrespeito a comissão parlamentar de inquérito. Não é um desrespeito ao Vereador Chico do Uberaba, ao Vereador Valdemir Soares que também já teve ofícios extremamente demorados, ao Vereador Chicarelli, ao Vereador Rogerio Campos, isso aí é um desrespeito à Cidade de Curitiba, à população, não somente à Comissão Parlamentar de Inquérito. Então, deixamos aqui publicamente a nossa insatisfação com a lentidão que a Urbs está tendo, principalmente na pessoa do seu Presidente Roberto Gregório, ao qual nós respeitamos, mas ao qual não aceitamos tamanha falta de eficiência. Nós precisamos dessa reciprocidade, dessa rapidez em resposta desses documentos que a Comissão pede à Urbs. Outro assunto, quero parabenizar Sr. Presidente a forma que V. Exa. e que os membros aqui da comissão conduziram e tem as negociações com o movimento do passe livre, que durante 24 horas ocupou o Plenário da Câmara, de uma forma democrática, ordeira, de forma organizada. No final do dia, conforme haviam se comprometido de sair após 24 horas, saíram. Não tem um arranhão sequer, Sr. Presidente, em uma das mesas, não tem uma cadeira sequer danificada, não tinha nenhum espaço sujo. Pelo contrário, fizeram questão de deixar bem limpo, de arrumar bem aqui o Parlamento que foi do mitório deles, durante a noite

de terça-feira para quarta-feira. Nisso tudo mostramos para a sociedade que o nosso interesse aqui é apoiar a população e apoiar os principais objetivos da luta por um transporte melhor, que é desta comissão, é do Movimento Passe Livre e de toda a sociedade. Então, Sr. Presidente, parabenizá-lo. V. Exa. teve que ir, no período da tarde, ao Ministério Público e gostaria que V. Exa., antes de começarmos os interrogatórios falasse dessa ida, por é muito importante. Parabenizar. Estava lá a Vereadora Professora Josete da CPI, o Vereador Geovane Fernandes, Vereador Chico do Uberaba, Vereador Chicarelli, Vereador Serginho do Posto, Vereador Bruno Pessuti, Vereador Cristiano Santos. Ficamos o dia todo de plantão no outro prédio, inclusive sempre cuidando da integridade dos manifestantes que aqui estavam. Ficamos muito felizes. Recebemos os representantes durante a tarde, fizemos um compromisso de dinamizarmos o projeto do passe livre nesta Casa, darmos toda atenção legislativa, toda atenção técnica, política também para que possamos futuramente discutir esse projeto nesta Casa e recebê-los aqui novamente para votação desse projeto. Sr. Presidente, não poderia deixar de citar essas duas situações, não poderia deixar de parabenizar a Câmara Municipal, o Presidente Vereador Paulo Salamuni, V. Exa. Presidente desta CPI, Vereador Jorge Bernardi, o relator Vereador Bruno Pessuti, e todos os componentes, todos os membros que já citei aqui, que estiveram durante todo o dia ontem de uma forma extremamente técnica, coerente, acima de tudo humana, fazendo essa relação que só fortaleceu a Câmara Municipal. A ocupação dos manifestantes só fortaleceu a Câmara Municipal para a Cidade de Curitiba. Só mostrou o quanto a Câmara Municipal tem portas abertas e é democrática para receber qualquer tipo de manifestação. Parabéns também aos manifestantes que em momento algum danificaram o patrimônio público, e que em momento algum vilipendiaram a instituição Câmara Municipal de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço as considerações tanto do Vereador Chico do Uberaba, quanto do Vereador Valdemir Soares. Em relação a visita deste presidente com o Vereador Bruno Pessuti, mais a Vereadora Professora Josete e o vice Presidente desta Casa, Vereador Tito Zeglin, ao Ministério Público, farei um relatório numa reunião administrativa para que não precisemos nos estender mais nesta fase inicial. Passo a palavra ao Vereador Bruno Pessuti e posteriormente à Vereadora Professora Josete.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Só uma ressalva. Os manifestantes não eram do Movimento Passe Livre, mas sim da Frente de Luta pelo Transporte, que é um movimento politizado, muito bem esclarecido. As manifestações ocorrem de forma pacífica como foi bem explicado pelo Vereador Valdemir Soares.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Gostaria de um esclarecimento. Em que data foi encaminhado esse requerimento do Vereador Chico do Uberaba à Urbs?

O SR. PRESIDENTE:- No dia 03 de outubro. Hoje estamos no dia 17. Pois bem, então vamos passar a ouvir o Sr. Renato José de Almeida Rodrigues, ex Presidente do Instituto Curitiba de Informática - ICI. Sr. Renato, o senhor será ouvido na condição de testemunha. Vou ler aqui o

Art. 203 do Código de Processo Penal, que diz: (Lê) Nós já solicitamos a sua qualificação, e não vamos expor porque esta Sessão está sendo transmitida via Internet e via rádio web. Então, pergunto a Vossa Senhoria: o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade e nada mais do que a verdade?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Juro.

O SR. PRESIDENTE:- Quero só informá-lo que a partir deste momento Vossa Senhoria está sob juramento, e faltar com a verdade poderá ensejar um processo por falso testemunho. Deixo a palavra a V. Sra. para que possa fazer as suas considerações.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Bom dia. Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras. Quero dizer de início que é um prazer estar aqui contribuindo para os trabalhos da CPI. Durante oito anos trabalhei para Instituto (K) Curitiba de Informática, sendo que os primeiros seis anos, entre 2005 e dezembro de 2010, eu atuava como Diretor Técnico do Instituto, ou seja, trabalhando diretamente com a execução dos projetos na área de tecnologia para a Cidade de Curitiba e demais órgãos públicos que eram atendidos pelo ICI. Passei para a posição de Presidente já no início de 2011, e permaneci no Instituto até os primeiros quatro meses da gestão Gustavo Fruet. Então, eu tive o prazer de trabalhar durante a gestão de três prefeitos, na verdade Prefeito Beto Richa, Prefeito Luciano Ducci e Prefeito Gustavo Fruet. E pretendo contribuir com os senhores no que for necessário, para esclarecimentos nesses assuntos.

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço. Eu gostaria de perguntar se atualmente o senhor trabalha em algum órgão público, em alguma empresa pública, em que área o senhor está atuando atualmente, Sr. Renato?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, eu não trabalho em nenhum órgão público agora. Não tenho nenhum vínculo direto com a gestão pública nesse momento. Eu saí do ICI no dia 30 de abril de 2013 desse ano, e passei a atuar diretamente com a iniciativa privada e, também, em atividades acadêmicas. Eu quero lembrar aos senhores, a título até de contribuição, e para exatamente para qualificar um pouco o meu depoimento a partir de agora, que eu tenho formação eminentemente técnica. Eu fui trazido para o ICI por questões técnicas, visto que o Instituto tem o seu papel muito voltado para o desenvolvimento da tecnologia e desenvolvimento institucional do Município. Eu me formei como Engenheiro Eletrônico numa das melhores escolas de engenharia do Brasil, que é o ITA, fiz pós-graduação em uma das melhores universidades nessa área de desenvolvimento de software, que é a Carnegie Mellon, e hoje sou mestrando da Universidade Politécnica de Madri.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor disse que trabalhou durante oito anos no ICI. Primeiro como Diretor Técnico, depois como Diretor Presidente. Então, o senhor participou de todo processo de negociação de contratação, por parte da Urbs, de um sistema de bilhetagem eletrônica?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sr. Presidente, eu não diria que é

correto, adequado dizer que eu participei desse processo de contratação. No ICI, a título de esclarecimento, a responsabilidade pelo processo de contratação de um fornecedor, ou mesmo assinatura de contrato junto ao poder público, que são os clientes do ICI, é da Presidência. O Diretor Técnico, que era o meu caso na época, em 2009, se não me engano, que foi a contratação da bilhetagem, tem a atribuição de receber a encomenda, o compromisso contratado e executá-lo adequadamente, através do uso das equipes técnicas do Instituto.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor é formado em Engenharia Eletrônica, no ITA, que é uma das maiores instituições do Brasil, se dedica à parte acadêmica agora, e faz mestrado na Espanha. Eu gostaria de perguntar ao senhor quem foi que lhe convidou para que fosse trabalhar no ICI, já que o cargo de diretor técnico é um cargo de confiança.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu tinha amigos em comum com o Presidente de então, que era o Dr. Eduardo Heichenger, o Presidente em 2005, mas eu participei de um processo de contratação. Naquela época eu morava em São Paulo, trabalhava numa multinacional, na Tata, e devido amigos comuns acabei sendo recomendado para ocupação desse cargo. Esse foi o encaminhamento. No ICI, a título também de esclarecimento aos senhores, quem tem a chancela de nomear, vamos colocar nesses termos, o diretor técnico, o diretor presidente, diretor administrativo-financeiro, que são as três diretorias de Instituto, é o conselho de administração. Lembrando que o conselho de administração é formado por membros da iniciativa privada, personalidades eminentes da iniciativa privada e acadêmica, e também por quatro representantes do Município, quatro secretários que representam os interesses do Município dentro do conselho de administração do Instituto. Esse conselho é que efetivamente nomeia a diretoria. (M)

O SR. PRESIDENTE:- Quais são as entidades da iniciativa privada que fazem parte desse Conselho de Administração?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu vou tentar, faz um certo tempo, Vereador, vou fazer força para lembrar direitinho aqui. Mas, veja, temos ali um representante da Sucesu, que é uma associação de usuários de tecnologia em nível Brasil; um representante da Assespro, que é uma associação de empresas de TI, nível Brasil também; um representante acadêmico; um representante dos funcionários do ICI, se me lembro... Eu preciso consultar aqui para ver se tem uma referência. Realmente faz um certo tempo que...

O SR. PRESIDENTE:- Pode ficar à vontade.

(O entrevistado faz a consulta)

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Realmente, Vereador, eu não tenho esse detalhe aqui; queria lhe pedir para, caso o senhor permitir, que eu possa lhe encaminhar esse documento depois.

O SR. PRESIDENTE:- Então, posteriormente o senhor poderá responder por escrito. O

senhor disse que deixou de uma grande multinacional, eu não entendi direito, é Tata?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Tata. É uma empresa indiana.

O SR. PRESIDENTE:- Ah! Uma empresa indiana?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Isso.

O SR. PRESIDENTE:- Mas o que fez o senhor deixar um alto cargo de executivo numa multinacional para vir trabalhar no ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, as razões são bastantes. Mas a principal, que impactou realmente, foi qualidade de vida. Naquele momento, eu procurava trazer à minha família uma qualidade de vida melhor do que trabalhar em São Paulo. Naquele momento, a condição pessoal não condizia com a questão profissional.

O SR. PRESIDENTE:- Creio que uma grande multinacional como a Tata, que talvez seja a maior empresa da Índia, se não me engano,...

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE:- ...deva pagar muito bem os seus executivos. Quando o senhor veio para o ICI, o senhor só era remunerado pelo próprio ICI ou havia, digamos assim, o senhor recebia algum tipo de comissão adicional por parte das empresas que são parceiras do ICI, pelos serviços prestados? Havia alguma coisa nesse sentido?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Vereador.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Eu gostaria de perguntar ao senhor: qual a participação do Sr. Haroldo Jacobowski no ICI? Ele tem alguma participação, ele tem algum programa que fornece para o ICI? O senhor poderia nos situar?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Ok. Veja, então, eu vou explicar num contexto mais amplo, para chegar até essa resposta que o senhor me solicita. O ICI, hoje, tem, quando eu digo hoje, eu estou dizendo com o status que eu tinha no final de abril. Ok? Eu não acompanhei mais amiúde como é que está o trabalho no ICI hoje. Mas o ICI tinha, à época, algo em torno de duzentos a duzentos e cinquenta fornecedores atuando ativamente no processo de trabalho conjunto com o ICI. O Sr. Haroldo era um dos fornecedores do ICI. Ele tem realmente soluções para atendimento de algumas necessidades do Município.

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar que ele, as empresas que ele comanda e dirige, é o maior fornecedor desses duzentos, duzentos e cinquenta fornecedores de soluções de informática para o ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu acho que sim. Eu diria que,


nos contratos que existem, de fornecimentos que envolvem tecnologias, serviços e aquisições de software, sim, ele ocupa um papel importante nesse processo.

O SR. PRESIDENTE:- Qual o programa mais utilizado que esse senhor e as suas empresas, o Sr. Haroldo Jacobowski, fornece ao ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O Sr. Haroldo, veja, eu vou tentar trazer um paralelo, como eu entendo que é o objetivo aqui da CPI falar a questão do transporte coletivo, eu vou fazer um paralelo para já aproveitar o gancho e explicar aos Srs. Vereadores também. No caso do transporte coletivo, por exemplo, do sistema de bilhetagem eletrônica, o que é que acontece? O Instituto trabalha de uma forma bastante integrada (a) com o Município, em parceria, no sentido de levantar e entender adequadamente todas as necessidades que o Município tem dentro de um determinado cenário. Veja bem, na questão da bilhetagem eletrônica como é que o ICI trabalhou para desenvolvimento da solução de bilhetagem eletrônica? Semelhante como era feito para o sistema de saúde, por exemplo, que é um dos sistemas fornecidos pelo Sr. Haroldo. Diferentemente do que algumas pessoas acreditam, o trabalho do ICI é extremamente próximo à equipe técnica da Prefeitura. O caso da bilhetagem eletrônica da Urbs, no momento em que a Urbs encomendou ao Instituto o provimento de uma solução integrada, e o termo certo é solução integrada mesmo, voltada para atender as suas necessidades, a necessidade de uma frota que é bastante diferenciada de outras do Brasil, nós temos hoje, se me lembro bem, algo em torno de dois mil ônibus, dois mil veículos rodando aí na frota, algo em torno de vinte mil quilômetros percorridos por dia, a Urbs tinha necessidade de monitor, acompanhar e fiscalizar a qualidade do serviço que é disponibilizado pela Urbs, pela frota, junto à população, junto aos usuários da RIT. Então, o que aconteceu? A equipe do ICI, os técnicos do ICI que estão qualificados para isso com cursos em gestão de projetos, vários com MBA, com mestrados voltados à gestão de projetos pagos pelo próprio ICI para qualificá-las adequadamente, essas pessoas compuseram uma equipe conjunta com a Urbs, levantaram todos os requisitos necessários para o atendimento específico da necessidade da frota da Urbs e, a partir daí é que foi desenhado um projeto, a partir daí é que foi procurado no mercado as melhores soluções para atender as necessidades do Município de Curitiba. Não foi o inverso, eu vi em alguns depoimentos, em algumas reuniões que não houve o entendimento, e eu até agradeço a oportunidade de poder esclarecer isso aos senhores.

O SR. PRESIDENTE:- E o que entra, digamos, as empresas do Sr. Haroldo Jacobowski nessa equação toda? Ela é sócia da Dataprom nesse processo também?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu só queria chegar ao seguinte ponto: no caso da saúde, por exemplo, que é uma das soluções fornecidas pelo Sr. Haroldo, pela empresa dele, a abordagem junto ao Município é a mesma, nós fizemos todo um levantamento de uma solução específica para a necessidade de Curitiba. O ICI mapeou todos os processos de saúde que são necessários para atender nossa realidade, eu quero lembrar aos senhores que esse trabalho do sistema de saúde, que hoje é fornecido em Curitiba pelo ICI através até de uma parte desse processo por uma empresa do Sr. Haroldo, foi reconhecido até pelo Ministério da Saúde como **uma referência. Então, só queria chegar ao ponto, quando eu traço o paralelo é exatamente isso,**



nós fizemos todo um levantamento específico de um sistema complexo voltado a atender especificamente as necessidades da população de Curitiba e foi feito um levantamento de empresas capazes, suficientemente qualificadas com as condições de fornecimento adequado para essa solução e, nesse caso específico, o Sr. Haroldo foi selecionado.

O SR. PRESIDENTE:- Pelo seu relato, então, o ICI é mero intermediário entre as soluções que tem para o mercado e o Poder Público, tendo a vantagem de que o ICI por ser uma organização social não precisa participar de licitação? Seria correto afirmar isso?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, Vereador, estou tentando exatamente mostrar o contrário. Veja bem: se o ICI fosse um mero repassador de tecnologia, vamos dizer assim, de contrato, Curitiba não teria atingido o status de qualidade e reconhecimento em nível nacional que nós temos hoje. Eu só quero lembrar aos senhores o seguinte: no ano passado Curitiba recebeu o reconhecimento do Ministério das Comunicações como a Cidade mais digital do Brasil, (n) e perdura assim. Exatamente porque o ICI soube ao longo dos seus quinze anos de história desenvolver um trabalho de qualidade de excelência com gente qualificada. Na minha época havia setecentas e cinquenta pessoas do mais variado grau de qualificação, mas todos eles voltados a atender as necessidades específicas da cidade de Curitiba, e dos seus clientes também. Prova disso é que na minha época também não éramos só contratados pela cidade de Curitiba. Somos contratados, por exemplo, pela Justiça Federal, para fornecer soluções de gestão para a Justiça Federal. O Ministério Público do Trabalho também foi nosso cliente. Outras prefeituras. O próprio Tribunal de Contas do Estado do Paraná nos contratou. Todos eles num modelo reconhecendo o papel do ICI e a qualificação como organização social.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor como presidente do ICI, evidentemente soube o quanto foi o faturamento do ICI no ano de 2012. O senhor lembra quanto foi que faturou nesse ano de 2012?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Aproximadamente cento e setenta milhões.

O SR. PRESIDENTE:- O faturamento global do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Exatamente.

O SR. PRESIDENTE:- E a prefeitura de Curitiba, desses cento e setenta milhões, ela pagou quanto?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Algo em torno de cento e dez, cento e quinze milhões.

O SR. PRESIDENTE:- E as empresas do Sr. Haroldo Jacobowski levaram quantos milhões desses cento e setenta milhões?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu diria que uma parte, dentro do

processo de fornecimento, não sei como precisar isso, mas eu diria que é uma quantidade, algo em torno de sessenta milhões.

O SR. PRESIDENTE:- Sessenta milhões. O programa E-Government é da empresa do Sr. Haroldo Jacobowski?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não posso...

O SR. PRESIDENTE:- Qual é o principal programa? Todo o sistema de gestão da prefeitura é da empresa do Sr. Haroldo Jacobowski, não é?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vou explicar caso a caso para facilitar o entendimento dos senhores. Temos o sistema de saúde.

O SR. PRESIDENTE:- É do senhor Haroldo Jacobowski.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Isso. Temos o ICI atendendo a saúde, vamos começar por esse aspecto. Dentro do atendimento à saúde temos vários fornecedores. Por exemplo, temos fornecedores que fornecia impressão de laudos, de receitas, assim por diante. Temos o sistema que controla o laboratório municipal. Temos o sistema de gestão da saúde, que sim esse pertence ao Sr. Haroldo. Temos um sistema de (inaudível) inteligente, que é o sistema de apoio a tomar decisão. Temos o serviço de atendimento ao cidadão, o 156. Temos contrato de conectividade com operadoras de telefonia, e assim por diante. Ou seja, não é o Sr. Haroldo quem fornece a saúde em Curitiba. É um dos fornecedores que foram contratados como um insumo do ICI para atender as necessidades do município de Curitiba com relação à saúde. Essa eu acho que é a melhor perspectiva de análise desse processo.

O SR. PRESIDENTE:- São sessenta milhões que as empresas do Sr. Haroldo Jacobowski recebe por ano no município de Curitiba. Cinco milhões por mês. Ou seja, um terço do valor do faturamento do ICI. Isso tudo, evidentemente que esses serviços não passam por um processo de licitação, porque quem escolhe as empresas é o ICI, e ela vende o serviço para a prefeitura. Seria isso?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, veja, eu também quero resgatar o seguinte processo. Vou tentar traçar um paralelo com a questão do transporte coletivo que é um dos focos que eu vim mais preparado. O resto estou tentando tirar teia de aranha da cabeça. O ICI, baseado na lei 8666, é uma previsão legal, tenho certeza que os senhores tem conhecimento disso. Nós temos a lei de publicitação, a lei das OS e a lei 8666 que embasa essa relação do ICI com relação a ser contratada pelo poder público. Se não me engano é um artigo 24, ou inciso 24 da lei 8666. Esse é o embasamento legal que permite ao setor público contratar uma organização social. Ou seja, ele obedece a lei 8666. Não é uma burla a 8666. Pelo contrário, é uma previsão legal.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar ao senhor, Dr. Renato, se nessas

entidades em que nós temos a participação da iniciativa privada, ou seja, SESU e outras entidades, se a empresa do Sr. Aroldo Jacobowski são sócias dessas entidades que nomeiam os Diretores do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Poderia repetir?

O SR. PRESIDENTE:- O senhor explicou para nós que a prefeitura tem quatro Diretorias no ICI, quatro membros no Conselho de administração e os outros seis são de entidades da administração, entidades da sociedade civil organizada, entre elas a SESU que são as empresas de informática e outras empresas que o senhor não conseguiu lembrar ali na hora, se nessas outras, nessas seis instituições que decidem quem será o Presidente do ICI, o Diretor Técnico, o Diretor Financeiro, se as empresas do Sr. Aroldo Jacobowski são sócias dessas entidades. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não posso afirmar com certeza. Creio que não.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor Aroldo Jacobowski ficando um terço do faturamento do ICI poderíamos afirmar que ele é um fornecedor preferencial do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu diria o seguinte, Vereador. Vamos olhar um outro exemplo. Em 2008, em 2009, nós implantamos, o ICI implantou no município de Curitiba o chamado CIMEC - Centro Integrado de Monitoramento da Cidade. Vou traçar um paralelo para responder a pergunta do senhor. Naquele momento, o que acontece? Naquele momento tivemos que implantar uma solução que envolvesse câmeras, conectividades, uma central de monitoramento e assim por diante. Naquele momento, por exemplo, o investimento foi totalmente focado em um determinado projeto. Naquele momento aquele era o projeto mais importante para a inauguração, por exemplo, no aniversário da cidade em 2008. E eu diria à pergunta do senhor, se é mais importante ou menos importante, acho que depende do contexto e da solução. Não dá para afirmar, porque tem momentos que ele tem efetivamente um projeto que é importante para aquela necessidade pontual e tem outras situações que a prefeitura pontuou projetos mais prioritários, a própria bilhetagem eletrônica.

O SR. PRESIDENTE:- Qual é a participação do Sr. Cássio Taniguchi no ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Nenhuma, que eu saiba.

O SR. PRESIDENTE:- O ICI trabalhou em Brasília durante esses oito anos que o senhor foi Diretor e Presidente. Teve um período que o ICI estava em Brasília, não estava?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não que eu me recorde. Não me lembro.

O SR. PRESIDENTE:- Não estava fornecendo... não se associou com uma empresa de Brasília?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI? Não. Honestamente não me recordo disso, posso falar no momento que não administrei, gerei nenhum projeto com Brasília.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar se antes de adquirir esse sistema de bilhetagem da Dataprom qual era a participação do ICI junto a Urbs no sistema anterior de bilhetagem, já que o senhor ficou oito anos, talvez o senhor lembre desses fatos.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- É uma pergunta muito interessante, me permito dar os detalhes.

O SR. PRESIDENTE:- Sim, o senhor pode fazer o esclarecimento.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI e a Urbs, como todos os órgãos da administração direta e indireta do município mantinham um contrato de gestão com o ICI, cada um dando as suas regras, as suas especificidades, as suas condições e as necessidades de atendimento. O que o ICI sempre manteve com a Urbs, que é uma questão prevista no contrato de gestão maior entre ICI e município, é o contrato de gestão com a Urbs. O sistema de bilhetagem não era... o ICI não tinha nenhuma relação com o sistema de bilhetagem antes da entrada no ar do sistema atual.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor poderia me informar se o Sr. Gustavo Taniguchi possuía uma empresa, ou tem uma empresa que está em seu nome, onde ele é sócio e que trabalha, é um dos fornecedores do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu desconheço, aliás eu afirmo que em nenhum dos projetos do período que eu estive no ICI, tenha passado pela minha mão qualquer empresa do Sr. Taniguchi.

O SR. PRESIDENTE:- Eu tenho mais perguntas, mas em respeito aos colegas que também têm muitas perguntas - eu só gostaria, sob sua ótica seria correto afirmar que a contratação do ICI para fornecer o sistema de bilhetagem eletrônica foi uma forma indireta de contratar a Dataprom sem licitação?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, vou responder isso de uma forma bastante contundente e até dando exemplo do porquê da escolha do ICI nesse contexto todo. Veja bem, antes de 2005 e início do ano 2000 Curitiba tinha a frota reconhecida nacionalmente como o melhor sistema de transporte do Brasil, mas na prática o que acontecia? Naquele momento, se me lembro bem, a fiscalização que a Urbs fazia sobre o transporte coletivo era baseada somente em quilometragem. Ok? Bem, tecnologicamente falando a Urbs não tinha mecanismo suficiente para controlar adequadamente a frota e isso causou preocupação e gerou a necessidade de modernizar o sistema. Exemplos: os validadores, vamos chamar assim, eles tinham um sistema de comunicação totalmente ultrapassado naquela época. Era feito a base de rádio.

Totalmente ultrapassado! A ponto de naquela época estar vencendo a homologação dos equipamentos junto à ANATEL, por exemplo. Era urgente a necessidade de se fazer um estudo e de um trabalho de modernização. Outra coisa, o hardware, os equipamentos que eram instalados nos ônibus totalmente ultrapassado, já se alertava que em pouco tempo haveria necessidade em controlar as gratuidades e invenções do sistema. Ou seja, era possível que houvesse fraudes. O sistema não estava imune à fraudes. Por que o ICI foi acionado pela Urbs para trabalhar junto com esse processo? Pela credibilidade que o ICI já criado até aquele momento com relação ao provimento de soluções integradas de tecnologia para a gestão pública. Então, nada mais natural envolver o ICI que é o grande parceiro hoje e continua sendo, mesmo agora na gestão Gustavo Fruet, eu acompanhei os primeiros meses. A prefeitura percebe que é importante ter um parceiro, uma organização que dê credibilidade, respeitabilidade e consiga fornecer soluções de tecnologia da maneira que Curitiba precisa. Repetindo: Curitiba é a cidade mais vital do Brasil e não é à toa. Então, nada mais natural que o ICI alocasse as suas equipes próprias de especialistas junto com a gerência técnica da Urbs no sentido mapear todas as necessidades e, por conseguinte, mapear todas as novas tecnologias que poderiam ser implantadas na cidade de Curitiba. E foi isso que aconteceu. Eu quero até fazer uma menção aqui, uma citação. Nosso sistema de bilhetagem eletrônica está entre os melhores do Brasil, nós temos pleno controle de toda a operação, porque em especial os recursos movimentados são públicos diferentemente do que temos observados em outras capitais e até em outras cidades da região metropolitana. Então, esse controle público dos recursos financeiros movimentados e todo o controle de bilhetagem o nosso entendimento é fundamental. Esse é um patrimônio que a sociedade de Curitiba tem e que deve ser preservado. E aqui eu cito uma entrevista do Presidente Roberto Gregório da Urbs, no dia 23 de agosto, que acredito que tenha feito (inaudível) em um das Sessões da Câmara. Eu nem o conheço pessoalmente, mas trouxe a situação do meu depoimento, porque achei interessante. Apesar de ser um gestor que entrou com essa gestão do novo prefeito Gustavo Fruet teve a leveza, vamos dizer assim, de fazer essa menção ao sistema de bilhetagem eletrônica dessa maneira tão positiva.

O SR. PRESIDENTE:- Tenho mais duas perguntas, eu ia encerrar mas vou fazer mais duas. Qual é a comissão que o ICI recebe desses parceiros, desses fornecedores? Começando pela Dataprom, qual o percentual do valor do contrato que o ICI repassa?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Comissão, não sei se é o termo certo, Vereador.

O SR. PRESIDENTE:- Taxa de administração, então.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI, na verdade, nem tem essa questão de taxa de administração. Ele cobra pela prestação de serviço executado. Então, se o projeto requer tantas horas de desenvolvimento, tantas pessoas com o perfil tal, tanto desenvolvimento de tecnologia, consultoria e assim por diante, é isso que o ICI cobra. O ICI, lembrando, é um instituto sem fins lucrativos. Ao final do exercício fiscal no final do ano, o excedente financeiro, é redistribuído para a qualificação de servidores municipais e de servidores do próprio instituto.

O SR. PRESIDENTE:- Então, eu gostaria de perguntas, a CPI tem a informação de que foram trinta e dois milhões pagos à Urbs e desses trinta e dois milhões que acabaram se tornando trinta e três milhões e alguns quebrados em função da correção, vinte e nove milhões foram pagos para a Dataprom. Esses 10% não seria uma espécie de uma comissão, uma taxa de administração?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- É uma boa pergunta, obrigado por me dar a oportunidade de esclarecer veja, de novo, eu insisto, o ICI ele até trabalhou muito mais do que isso, mas como sempre tivemos uma relação de parceria, o município o mínimo que tínhamos que deixar era o suficiente para recolher os impostos. Inclusive a Urbs recolheu ISS, PIS e Cofins e assim por diante. Mas dentro do contrato de gestão o ICI tenha obrigações a cumprir e isso a gente fazia até dada a importância de uma solução adequada para o transporte coletivo de Curitiba, porque não se configura uma taxa de administração.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Então, eu agradeço a contribuição do senhor e passo a palavra ao relator, Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia. Iniciando as perguntas, o senhor é engenheiro elétrico ou eletrônico?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eletrônico.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então, o senhor entende bastante de programação de software também.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Estou enferrujado um pouco neste aspecto, mas entendo um pouco.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então, no seu entendimento é possível confiar 100% em um sistema de software? Ele pode ser passível de falhas, invasões, hackeamentos, ou coisa do gênero?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Boa pergunta. Sim! Nada com relação ao software é perfeito, só que quanto mais a gente quer proteger mais caro fica. Existe sempre uma relação de compromisso entre o nível de qualidade que você precisa ter e o custo que você paga por isso. É fácil de entender, é como carro. Se você quiser comprar um carro infalível, quer comprar uma BMW você paga tanta; se você quiser comprar um carro popular, você paga tanto. O que acontece é isso? Software também requer um investimento forte e principalmente no sistema de bilhetagem que é chamado de sistema de missão crítica. O sistema de missão crítica é um sistema que não pode falhar. Existem métricas que estipulam qual o grau de qualidade que você tem que manter para o seu sistema. Por exemplo, o Data Center do ICI onde são armazenado sistema, dados e assim por diante opera acima de 99,5% de disponibilidade. Isso significa 0,05% permitido para eventualmente ao longo do ano ter uma parada programada, por exemplo. É

altíssimo nível. E mesmo assim situações como empresas que trabalham com o software público como o Serpro, por exemplo, eles tiveram falhas e ficaram quinze dias fora do ar, passaporte em nível nacional isso é crítico. Isso é uma coisa que nunca aconteceu com o ICI, por exemplo.

O SR. BRUNO PESSUTI:- É do seu conhecimento que existe algum acesso remoto ao sistema de bilhetagem no sistema de Curitiba? É possível existir um sistema remoto?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Existem protocolos de segurança quanto ao armazenamento. Quando o sistema é armazenado ao Data Center do órgão, por exemplo o caso da Urbs, ele segue os procedimentos de segurança da Urbs. Quando está no Data Center do ICI segue os procedimentos de qualidade do ICI. Não. Só existem ferramentas para impedir invasões, com certeza.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Se fosse realizada uma auditoria em algum código fonte qualquer, onde o senhor recomendaria que essa auditoria fosse realizada? Qual instituto o senhor recomendaria?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Existem algumas empresas do Brasil vinculadas às universidades que são especializadas em auditoria de código fonte e assim por diante. Mas não sei se isso é a melhor (inaudível) no meu ponto de vista técnico. Ok. E eu já vi também vários comentários com relação ao código fonte e assim por diante. Veja, acho que a melhor de se acompanhar a qualidade do sistema. O sistema de bilhetagem em si é um sistema de fiscalização. É ele que audita e ele tem total pelos gestores da Urbs. São os gestores da Urbs, o movimento diário dos ônibus e assim por diante. E eu vou lhe dar mais um exemplo. Existe um indicador dentro do sistema que talvez já tenha sido comentado em alguma reunião aqui, chamado encerrante. Como o próprio nome diz, é o fechamento diário do movimento da frota. Ok? Antes do sistema de bilhetagem o encerrante demorava aproximadamente 48 h para fechar o movimento de um determinado dia. Ou seja, eram dois dias para você saber o movimento dos ônibus daquele dia. Depois da implantação do sistema de bilhetagem, no início de 2012 quando efetivamente todo o processo foi implantado, consolidado e assim por diante, o encerrante era feito em torno de 98,5% em até 6h. Aí vocês vão me perguntar o que é o outro 1,5%? Esse outro 1,5% tem a ver com questões operacionais das garagens. Em um ônibus que teve falha e teve que ser recolhido para garagem e lá demorou-se para fazer o download daquele validador ou o motorista que esqueceu de fechar o movimento dele e aí demorou algumas horas para ele fechar o movimento, mas, enfim, atingia-se, naquela época, algo em torno de 100% do encerrante em até 8h. Então, é uma evolução muito grande para fazer a fiscalização aqui no município.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Foi citado na reunião passada de um dos representantes do ICI que o ICI tem funcionários públicos trabalhando lá dentro. O senhor recorda se existiam funcionários públicos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Na criação do ICI, em 1998, antes do ICI ser criado, operava no município o CPD do IPPUC. Ok? Com a criação do instituto o quadro de pessoal de servidores municipais que trabalhavam com informática passou para o

instituto e o quadro foi extinto, o quadro de servidores de informática dentro do município foi extinto e eles passaram para o instituto dentro da organização social. Uma questão totalmente prevista dentro da Lei das OS.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E eles recebiam salário através da prefeitura ou através do ICI, quando estão fazendo as funções deles?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Na verdade eu não sou especialista na Lei das OS. Aí eu me permito em não entrar muito nesse detalhe, porque realmente eu não sou advogado. (P) Mas sim, pelo fato de serem servidores municipais eles têm um recebimento pelo Ippuc, para trabalhar em função do Município. E também têm uma complementação, uma função gratificada paga pelo Instituto, para o desempenho e inclusive para o nivelamento salarial dos profissionais do ICI.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Só para complementar a pergunta, qual exatamente é o papel do ICI no sistema de bilhetagem? Ele é o distribuir de trabalhos, ele é o organizar do plano de trabalho? Qual é exatamente a função do ICI, visto que pelo que tem se demonstrado, todo o sistema pertence a Dataprom, ou pertencia até agora, quando o código fonte será público. Qual é o papel do ICI nesse sistema de bilhetagem eletrônica?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Veja Vereador, eu só discordo da abordagem que o sistema pertence a Dataprom, não é. Vou começar a explicação do começo. Como já havia dito antes, a Urbs dentro de um contexto de necessidade real, de modernização do sistema, foi atrás do seu principal parceiro de tecnologia do Município de Curitiba, ou seja, o ICI. Fomos lá, conduzimos inúmeras reuniões de validação, de levantamento de requisitos, de levantamento em campo. Eu não mencionei, mas fizemos um estudo de sombreamento na cidade inteira para ver a questão da conectividade, para ver se tinha sinal 3G na cidade inteira, porque concebemos um sistema que se comunica por 3G, o primeiro do Brasil. Fizemos um levantamento de engenharia mecânica, de engenharia de software, de engenharia eletrônica e todo esse processo junto com a Urbs. Esse é o primeiro papel do ICI: entender a necessidade. O segundo papel é fazer todo um levantamento de mercado para ver qual é a melhor solução que atendia. Terceiro processo, fazer, trabalhar, reunir os insumos necessários para o atendimento das necessidades da Urbs. Eu diria que essa é a abordagem que tínhamos com a Dataprom. A Dataprom não é dona, se vocês observarem o contrato, no modelo de locação e para aquela época era o melhor modelo para se compatibilizar os recursos a disposição para efetivamente tocar o projeto logo. Como eu disse, existia uma necessidade urgente de modernização, estávamos com situações de fraude. A Urbs não estava preparada para efetivamente operar esse modelo misto de quilometragem de passageiros e era necessário se ter essa abordagem. Vou pegar um gancho com os senhores, esse sistema de bilhetagem não é só limitado a controlar passageiros no dia a dia, ele provém informações que permitem ao município, por exemplo, implantar a central de controle operacional na Rodoferroviária. Os senhores devem conhecer e sabem que lá há um telão que mostra exatamente a situação de cada ônibus da frota, se ele está atrasado, quantos passageiros tem, se ele não desviou rota, que é o que a Urbs chama de "pula ponto". Tudo isso é obtido através do sistema

de bilhetagem, adequadamente instalado. Naquele momento também se imaginava a necessidade de se colocar câmaras nos ônibus. Para colocar câmeras nos ônibus, senhores, precisamos de uma plataforma tecnológica suficiente para garantir essa transmissão dos dados em tempo real e isso só poderia ser feito com computador de bordo, que foi colocado nos ônibus.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu me referia ao pertencimento, a posse dele somente ao código fonte, os hardwares sabemos que ficam de posse da Urbs. Mais uma pergunta, a Urbs tem capacidade técnica (A) para fazer uma avaliação no software, fazer uma auditoria?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu não posso falar, eu não sei como está hoje o quadro de servidores da Urbs, honestamente. Se falássemos na Urbs no começo do ano, acredito que sim. Agora, realmente não sei se houve mudanças no quadro.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Na sua opinião, agora uma opinião pessoal, a liberação da catraca através de formas que não sejam absolutamente única e exclusivamente com o cartão transporte, através de um botão por exemplo, na sua opinião isso é um ponto passível de falhas no sistema, que podem entrar pessoas a mais do que identificada, é um ponto de melhoria?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, eu não me sinto a vontade de responder informação sobre catraca, a catraca não fez parte do processo de avaliação do ICI, não está vinculada a questão da bilhetagem. Eu não me sinto a vontade para responder, porque não tenho informações suficientes para responder ao senhor.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Agradeço as informações. Passo a palavra ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Serginho do Posto, Vice-Presidente da CPI.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos, bom dia, Sr. Renato. Na verdade, Presidente, farei algumas perguntas neste momento, talvez no final eu possa elaborar outras perguntas, até me baseando em alguns levantamentos apontados pelo Tribunal de Contas. Dr. Renato, o senhor comentou que a Prefeitura, o faturamento do ICI até o ano de 2012 foi em torno de setenta milhões, cento e dez milhões, a Prefeitura contratava os serviços. Destes cento e dez não há essa inclusão da Urbs, ou já está incluso esses cento e dez milhões?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu estou olhando sempre a contabilidade do Instituto como um todo, acredito que esteja sim dentro do faturamento do município, como conta município.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Pergunto isso porque como a Urbs é um autarquia e temos diversos institutos na prefeitura, IPCC e fundações, todas essas também utilizam serviços do ICI. Então, acredito que o valor desse montante cento e dez estavam inclusas todas as fundações, institutos ou apenas os serviços das secretarias.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Administração direta e indireta.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. No relatório do Tribunal de Contas o ICI no ano de 2012 fez uma transferência pelo serviço que a Dataprom forneceu de cinco milhões duzentos e sessenta mil duzentos e trinta e um reais e quarenta e um centavos, este foi o pagamento no período de 2009 a 2012. E também não sei se o senhor poderia nos informar, que no ano de 2010 e 2011 o FUC repassou direto à Dataprom. Ou seja, teve um momento em que o pagamento de cinco milhões foi feito do ICI à Dataprom e teve um período em que o próprio Fundo fez a transferência. O senhor tem alguma informação a dar sobre esse repasse de pagamento a empresa Dataprom desta forma?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, eu não entendo o funcionamento do FUC. Agora me parece que são dois contratos distintos. A relação para bilhetagem eletrônica era Urbs ICI. Se houve pagamentos diretos para a Dataprom provavelmente é algum outro contrato direto, eu não tenho essa informação.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eu entendi assim, a partir do momento em que foi estabelecido o contrato da Urbs com o ICI, trinta e dois milhões, sendo que o ICI tem a taxa de administração...

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, eu diria que é prestação de serviço.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Prestação de serviço, perfeito. Repassando isso. Os pagamentos para a Dataprom, a partir do momento em que ela quartearizou o serviço, ou melhor, o ICI apenas terceirizou o serviço da Dataprom, o Instituto fez um pagamento referente a... que na verdade o histórico de empenho é um pouco resumido, manutenção preventiva, ajuste de software, manutenção de equipamentos, prestações, processamento de dados, esses cinco milhões o ICI pagou e num determinado momento o Fundo pagou. O senhor não sabe nos esclarecer por que o Fundo pagou à Dataprom os seis milhões cento e setenta e oito e, no período de 2009 a 2012 o Instituto pagou, cinco milhões. O senhor não tem essa informação?


O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Vereador, eu não tenho.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Uma outra pergunta, o senhor conhece a empresa Recours Tecnologia a Informação. Ou melhor se essa empresa Recours, ela presta serviços ao ICI ou já prestou, é fornecedor?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu acredito que não.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Essa informação que o senhor tem dessa empresa, a sede dela é em Curitiba, é paranaense ou curitibana?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não posso afirmar que seja curitibana. Eu nem conheço realmente os diretores.



O SR. SERGINHO DO POSTO:- A pergunta que eu estou fazendo, Sr. Renato é só para a gente tirar uma dúvida que a Urbs, através de um pregão eletrônico, nº013.2012, contratou essa empresa Recuors, não sei se estou pronunciando corretamente, Tecnologia da Informação, para gerenciamento de bancos de dados da Urbs. Ou seja, um contrato de quinhentos e dez mil reais, um contrato que foi feito através de um pregão e para gerenciar os bancos de dados. Eu pergunto, o banco de dados, não era fornecido pelo ICI, da Urbs?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Veja, num momento inicial a Urbs preferiu, até que ela montasse o seu próprio datacenter, ela solicitou e fez uma contratação pequena com o ICI, para que o ICI hospedasse os dados até que ela tivesse tempo de organizar seu próprio datacenter. Nessa época quando ela se estruturou para isso, ela adquiriu as licenças do gerenciador do banco de dados chamado Orecon. E resolveu tocar por lá mesmo a gestão do dia a dia do banco de dados.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O ICI deixou de atender nesse quesito. Para mim algumas informações na área tecnológica, elas são difíceis de compreender. Eu tenho muitas dúvidas em relação a preço, porque outro dia fazendo uma pesquisa para atualizar meu site, fiz pesquisas em cinco empresas para que fornecesse, atualizasse, elas tem um preço muito próximos uma das outras. Ou seja, você consulta um produto. É imensurável às vezes, um programa. Então, por exemplo, nós soubemos que este ano o Governo do Prefeito Gustavo Fruet, ele teve uma redução nos contratos com o ICI. Ou seja, o valor parece-me que sofreu em torno de desconto de 25% aos serviços prestados do ICI para a Prefeitura. Pergunto ao senhor. Essas negociações, esses descontos, foi feito ao ICI ou aos empresas como o senhor já havia explicado ao Presidente, são empresas que fornecem os serviços ao ICI e o ICI repassa esses serviços ao Município e Secretarias do Município de Curitiba. O senhor acredita que esses descontos anteriormente, esses valores eles não tinham sobre preços. O senhor acredita que o valor que o ICI cobrava pelos serviços da Prefeitura, eram preços justos, de mercado. Como se poderia medir esses preços em que o município vai lá e contrata o ICI para determinada tarefa exclusiva, porque nós temos desde o controle do sistema tributário do município, como Secretarias Saúde, Educação, essenciais, para o funcionamento do município. Eles têm esses contratos. O senhor coloca que a empresa do Sr. Aroldo é que desenvolve o sistema para atender esse serviço. O senhor acredita que esses preços que eram fornecidos pela Prefeitura, dos serviços, os preços eram justos, o mercado cobrava isso, ou o ICI tinha um sobre preço com os contratos da Prefeitura?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, veja, vou reforçar um ponto que na verdade já comentei duas vezes aqui durante essa sessão. Não podemos partir do particular para o geral. Vamos começar do geral para o particular. O ICI tem a sua competência. O ICI é uma organização reconhecida nacionalmente pela sua qualidade técnica. Tem setecentos e cinquenta servidores lá, setecentos e cinquenta pessoas trabalhando no ICI. O que acontece? É claro, para situações específicas, sistemas especialistas, bilhetagem eletrônica, por exemplo, o ICI não vai se propor a fazer um projeto de câmera, por exemplo, ele vai comprar no mercado. Vai na Bosch e compra a câmera, vai na Siemens e compra a câmera ou vai em qualquer outro fornecedor para complementar os insumos necessários à execução do projeto. O ICI não é um repassador de

contrato da iniciativa privada. O ICI tem a sua competência instalada e presta o seu serviço com qualidade. De novo, o ICI tem hoje, o município de Curitiba tem mais de trezentos e cinquenta sistemas rodando neste exato momento para manter a operação da cidade. Mais de trezentos e cinquenta. São mais de quinhentas bases de dados rodando em operação continuada, com 99% do tempo em disponibilidade. Então, não cabe falar de um fornecedor, de outro fornecedor. Estamos olhando o ICI como um todo e esse trabalho é que gera o valor necessário para o atendimento da Prefeitura.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Quando o ICI vai fazer uma contratação, para eu entender um pouco melhor, ele vai contratar o serviço de uma empresa que vai fornecer especificamente, desenvolver um software, um programa, vamos chamar assim, para o ICI desenvolver numa área por exemplo, de trânsito ou saúde. O ICI faz um apanhado de preços? Qual é a forma que o ICI cota esses serviços no mercado? E qual é a certeza de que nós, cidadãos, na ponta não temos pago sobre preço a essas empresas que prestam serviço ao ICI que na sequência o município vai contratar esse serviço? Qual é a referência para que seja um preço justo no atendimento? Só para eu entender um pouco o raciocínio.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vou responder. O importante é ficarmos com a imagem seguinte, quem demanda o serviço é o município, é o cliente. Não é o ICI que impõe uma determinada solução ou não. Vou começar por aí, existem vários processos que respondem a sua pergunta, Vereador, mas existem processos dentro do município que são obedecidos para pautar qualquer demanda com relação ao ICI. Existe até uma estrutura dentro da Prefeitura voltada para fiscalizar a realização do contrato de gestão.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na Secretaria de Administração.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Exatamente. Bom, vamos imaginar, uma vez que o município mapeou a necessidade de uma determinada tecnologia, o que acontece? O ICI vai, faz todo o trabalho, avalia todo esse processo com o seu pessoal próprio, estuda, e aquelas situações em que há necessidade de insumos que o ICI propriamente não tem, tem um regimento de compras que estabelece uma série de procedimentos que são, se não me engano, uma exigência da lei das OS, a Lei 8666 também, que faz no mínimo três cotações. Mas acredito inclusive que é o próprio município que faça essas cotações antes de contratar o ICI.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O senhor acredita que é o município? Agora o fato do município receber esse desconto este ano, a partir da gestão do Prefeito Gustavo Fruet, não sei se o senhor estava nesse momento que houve essa negociação com o ICI baixando os custos de contrato. O senhor não tem esse conhecimento de quanto foi e os motivos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Acredito que tenha sido depois da minha saída.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Até o momento, eram essas as perguntas. Agradeço, Sr. Presidente, é isso.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos e passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares.

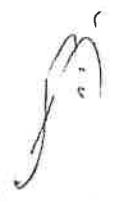
O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou aproveitar esses quinze minutos que tenho e como Vice-relator vou declarar aqui a nossa insatisfação de recebermos a informação de que não teremos aqui os proprietários da Dataprom para a realização da acareação, que para nós seria muito importante até para tirarmos as dúvidas sobre o sistema de bilhetagem. Lamentamos. Era para começarmos essa acareação agora às 10h30, já são 10h45. Lamentamos e fica a nossa indignação e a nossa insatisfação, Sr. Presidente, porque foi feito o convite, transferido três vezes, foi feito também o requerimento do Vereador Chico do Uberaba pedindo informações sobre a Dataprom à Urbs, informações relevantes à questão de um possível adendo na questão do contrato da manutenção do sistema de bilhetagem e nada disso foi respondido.

O SR. PRESIDENTE:- Está suspensa a Sessão por cinco minutos para que o nosso depoente possa ir ao banheiro..

(Está suspensa a Sessão)

O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a Sessão. Passamos a palavra ao Vereador Valdemir Soares para que possa fazer as indagações ao nosso convidado.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, muito obrigado. Voltando ao que havíamos falado. Não posso deixar de expor a indignação, pelo menos da maioria dos integrantes aqui da comissão, que conversamos da ausência da Dataprom para essa acareação que, ao meu ver, seria um dos pontos mais esperados dos nossos interrogatórios aqui. É claro, não teremos como reconvocar. Temos prazo regimental. Inclusive, Sr. Presidente a própria população já cobra o relatório desta CPI, que na verdade já está nas ruas. O relatório já está nas ruas e já foi praticamente copiado por outras instituições que apresentaram relatório semelhante à mesma matéria que discutimos aqui nesta Casa. Copiado digo, porque daqui que saíram declarações de foi aqui que foram apresentados documentos relevantes que embasaram muitos desses relatórios de outras instituições, relatórios já apresentados à sociedade. Falo desta Comissão porque todos os documentos que chegam a esta comissão Sr. Presidente, estão sendo publicizados no site da Câmara, através aqui da imprensa que está sempre presente, através da Rádio On Line que está transmitindo agora esta Sessão, e realmente esta CPI já sinalizou e já sinaliza (x) como será o seu relatório. Já sinaliza e já é público em linhas de outros relatórios, de outras instituições, que por não ter o prazo regimental como nós o temos, apresentaram inclusive conclusões desta CPI, na frente desta CPI. É importante, é bom. Quanto mais público for as informações, ações, as provas que hoje para nós não são mais indícios, mas já são provas concretas, de várias irregularidades, que elas possam sim através desses outros relatórios chegar à população. Então, Sr. Presidente, deixar aqui, mais uma vez, Vereador Chicarelli, nossa satisfação. Estávamos questionando uma questão muito importante que era por que o serviço de manutenção de bilhetagem da nossa capital, estava sendo feito de forma informal, sem contrato, sem formalização, sem nenhum procedimento jurídico. Ou seja, o nosso transporte coletivo não estava nas mãos do poder público,



não estava ou não está, não sabemos se foi feito com a Urbs, não temos a informação oficial desse adendo, desse novo contrato, para que a Dataprom continua fazendo esse procedimento de manutenção do sistema de bilhetagem. Nós o teríamos aqui se eles viessem à acareação. Nós teríamos aqui todas essas informações, pediríamos. Claro, foi nos bandado alguns documentos, nós não tivemos tempo de esmiuçar, são várias folhas, para poder declarar o que recebemos. Faremos juntamente com o Presidente, com o Relator e com os demais membros da comissão no momento oportuno. Mas é uma insatisfação muito grande. Eu sinto que grande parte de um serviço importante para a sociedade está sendo vilipendiado, está sendo deixando de ser trazido à sociedade por causa da omissão e da ausência da Dataprom, e da omissão também das informações da Urbs, pedidas e já citadas aqui pelo Vereador Chico do Uberaba, que foram votadas e aprovadas por todos os membros. Mas muito bem, Sr. Presidente, vamos continuar aqui então as nossas perguntas ao Sr. Renato. Bom dia Renato. Você disse há pouco e nós também já conversamos em outros momentos aqui, com outros diretores do ICI, sobre o trabalho que o Instituto Curitiba de Informática faz. Quantas cidades ele atende e quantos contratos parecidos com esse aqui de Curitiba o ICI tem com outras cidades?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Há fornecimentos de soluções, contratos de atendimento e gestão com municípios do Estado de São Paulo, com a esfera municipal, estadual e até federal. Ok? Dos três poderes. Então, nós temos lá por exemplo contrato de soluções de gestão de inteligência para a Justiça Federal, através do 4º TRF. O Ministério Público do Trabalho também uma parceria tecnológica, para auxiliá-los no seu desenvolvimento institucional aqui, na 9ª circunscrição. Contratos com outros municípios, como: Vitória, Teresina, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Esses são os que me lembro agora.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse faturamento que o senhor citou aqui é referente a todo o trabalho, de todo o Brasil?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Tudo. Exatamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sendo que Curitiba parece que contratou serviços em 2012, que desse total chegaram (R) a cento e dez milhões. Confere?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- É fato.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E como é feito, qual é o entendimento que a estrutura pública em geral tem quando contrata o ICI? O que realmente faz com que prefeituras de outros estados, de outras cidades, de outras capitais, venham e contratem prestação de serviços do ICI? É questão de tecnologia? É ligação política? É a capacidade de atendimento? É tecnologia que as outras empresas não têm? Porque vemos que há uma preferência muito grande de algumas instituições públicas em relação a esse serviço. Eu gostaria que o senhor explicasse. É uma questão técnica, uma questão política, é uma questão de boa relação, é uma questão de relacionamentos...

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu responderei em duas palavras,

Vereador, obrigado pela pergunta. Eu diria que é credibilidade e confiabilidade. O ICI, primeiro, entende do negócio, entende de como desenvolver soluções para a gestão pública, que é um cliente, vamos dizer assim, muito diferenciado, que tem características totalmente diferentes de um projeto com a iniciativa privada qualquer. Então, para atender a gestão pública, tem que pensar em diversas nuances. A bilhetagem, por exemplo. Além dos equipamentos, além do sistema, nós tivemos que nos preocupar com facilidades ao usuário, como por exemplo, a carga embarcada. Antes do sistema entrar em funcionamento, o novo sistema de bilhetagem, o usuário do cartão transporte tinha oito, nove pontos espalhados na cidade para fazer a chamada carga do cartão dele. Ele precisava ir nas regionais da Cidade fazer a carga do cartão e, aí sim, poderia utilizar o ônibus. Uma das inovações do sistema novo, pelo fato de nós colocarmos uma infraestrutura de conectividade adequada, 3G, foi exatamente permitir com que o cidadão, o usuário do transporte, chegue lá e carregue *on line*, no próprio ônibus ou na estação tubo. Segundo aspecto, e daí já vou chegar no ponto que o senhor perguntou, os senhores sabiam que o sistema, hoje, tem já testado e homologado uma coisa chamada "integração temporal"? Essa integração temporal é a capacidade que o usuário tem, se ele descer de um ônibus, ele tem até um tempo X de pegar outro ônibus sem pagar outra passagem. Os senhores sabiam também que o sistema foi preparado para seccionar os usuários até por horário, se quiser? No horário de pico cobra tanto, nas domingueiras cobra tanto. Esse sistema é facilmente configurável. Isso já está disponível, é uma questão só da Urbs se manifestar e colocar no ar. Esse tipo de credibilidade, Vereador, é que causa boa impressão a outros clientes, a outros entes públicos espalhados pelo Brasil e pelo mundo. O ICI já recebeu reconhecimento em revistas no Exterior inclusive.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ele presta serviços também para outras cidades do Exterior?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Não houve a possibilidade ainda de efetivar um contrato oneroso com...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ele teria qualidade institucional e jurídica para isso?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não tenho dúvida, Vereador. Não tenho dúvida. Só na minha gestão, nos dois anos em que me encontro Presidente, já recebemos mais de sessenta prefeituras visitando o ICI para conhecer e para entender, ver como poderia implantar uma solução semelhante nas suas casas, nas suas cidades. Recebemos visitantes da Venezuela, da Colômbia, Estados Unidos. O próprio sistema de mobilidade urbana contou com a visita até de professores do MIT para nos ajudar a entender bem o que é a questão da mobilidade urbana.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor, como técnico, como pessoa especializada no assunto, acredita que com toda estrutura financeira que o Município tem, com toda estrutura de pessoal que a Prefeitura tem, com toda a capacidade de planejamento, (m) a Prefeitura não teria condições de ter a sua própria estrutura de tecnologia, para poder atender a todos esses serviços que o ICI atende todos esses anos? Talvez, Vossa Senhoria diga que no passado não tivesse essa

capacidade, mas hoje, com a grandeza da tecnologia, com a evolução e superação da tecnologia, com a evolução da informatização, com tecnologias aparentemente baratas dentro do mercado, o senhor não acha que a Prefeitura hoje teria condições de ter uma estrutura de tecnologia dela, pública, com equipe da administração pública, administrado tudo pela administração pública? Se sim, por que o senhor acha que a Prefeitura não faz? E se não, por que é que hoje não teria essa capacidade? Como por exemplo, da Prefeitura não depender do ICI, dela estruturar uma estrutura de tecnologia para atender tudo o que o ICI atende hoje.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, a sua pergunta é bastante subjetiva, é difícil...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Na verdade, eu estou perguntando até a título de colaboração, Renato, porque eu sei do seu potencial, da sua capacidade. Há quem diga que não tem como, e há pessoas que digam que tem como, inclusive todas as pessoas que defendem a economia, que defendem uma passagem mais barata. Agora, você conhece os dois lados, você conhece o lado da capacidade, da tecnologia e conhece a estrutura de setecentos e cinquenta técnicos, ou funcionários, que trabalham no sistema de tecnologia que atende Curitiba e algumas cidades do Brasil. Então, não seria possível a administração pública arcar com isso, fazer isso? E se você vê possibilidade, quanto tempo, na sua ótica e ética profissional, poderia apontar que a Prefeitura, pelos seus quadros e pela sua capacidade financeira, teria condição de estruturar isso?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, veja, tecnologia é uma área complexa, é uma área que não basta você ter pessoas, você tem que ter uma capacidade de gestão altíssima, você cresce com maturidade. Hoje, no início da sessão, quando comentava que tinha trabalhado essa questão, tinha estudado processos de desenvolvimento de software lá nos Estados Unidos, a consequência disso é que é difícil você ter uma fábrica de software, é difícil você criar capacidade de conhecimento instalado de profissionais de alto nível. E normalmente esses profissionais de alto nível requerem uma resposta, eles têm um contexto de toda...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Funcionário de alto nível também é caro. É isso que o senhor quer dizer?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Exato.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Também é caro, ficaria caro para o poder público?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Hoje é um custo para a administração pública alto, muito alto. A evidência disso, eu vou dizer para o senhor, todas essas prefeituras, que eu disse para o senhor, que vieram visitar e conhecer o modelo do ICI, o modelo de Curitiba, exatamente estavam pensando no caminho contrário. Eles têm a estrutura própria e estavam vendo como poderiam trabalhar no sentido de dar mais leveza, mais agilidade, porque a tecnologia a cada seis meses evolui e você tem que estar trocando os equipamentos. Para o senhor ter noção, em Curitiba, só no complexo da administração, tínhamos oitenta mil equipamentos instalados: computadores, monitores, impressoras; oitenta mil. Para administrar esses oitenta mil

com o nível de serviço de no máximo oito horas de resolução, tivemos que desenvolver toda uma estrutura de receber o chamado, de ter agilidade, de ter pessoas descentralizadas pela Cidade, pelas regionais, para poder resolver o problema, naquele momento, o mais rápido possível. Software. O que acontece na administração pública, Vereador? Você vai, ao longo dos anos, tendo soluções com tecnologias que vão ficando defasadas; então fica uma colcha de retalhos. Passados aí, sei lá, cinco anos, você tem que ter especialista em tecnologia A, B, C, D, E, F e G. Isso é bastante complexo (1) de se administrar, essa é a razão pela qual... É o contrário, as Prefeituras estão procurando um modelo em que tira de si esse ônus, de ter que manter equipes qualificadas o tempo inteiro, caras e treinadas, sob sua responsabilidade.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor falou cara. Quanto seria um investimento de uma estrutura de tecnologia como a estrutura do ICI? Quanto seria o investimento de uma estrutura de tecnologia como essa e quanto seria a manutenção dessa tecnologia mensal para se poder atender como o ICI atende? Até porque, eu, como muitos Vereadores e muitos cidadãos da nossa cidade, tenho interesse da Prefeitura ter todo esse domínio, da Prefeitura ter toda essa estrutura, ter toda essa capacidade, esses técnicos e nós só precisamos saber qual o caminho. Nós estamos aqui também buscando soluções na cidade para um todo. É claro, a Comissão Parlamentar de Inquérito é referente ao transporte coletivo, mas é claro que nós estamos vendo também, além de querermos futuramente uma estrutura pública do transporte coletivo, uma estrutura onde a frota, a administração, os serviços venham partir da estrutura pública, nós queremos também que outros serviços que hoje não partem da estrutura pública aconteçam na estrutura pública. É claro, nós não queremos que perca a qualidade, seria ruim para a cidade, para o cidadão e jamais pertinente para essa comissão se nós tivéssemos uma estrutura pública de transporte coletivo onde tivéssemos ônibus sucateados, onde não tivéssemos a tecnologia que temos hoje, a integração que temos hoje, onde nós mudássemos a qualidade dos ônibus que nós temos hoje para ônibus inferiores, nós não queremos isso. Então, nós precisamos buscar o caminho, o investimento, buscar a realidade das coisas para que possamos ter essas estruturas, futuramente, estruturas públicas e até mesmo para saber e dimensionar quanto tempo e qual capacidade financeira a estrutura pública precisa para dominar esses serviços. Falei dos serviços de transporte coletivo público e também da tecnologia, porque a tecnologia é algo que para mim tem que estar no poder da estrutura pública. Eu perguntaria para o senhor: o senhor conhece a estrutura da Prefeitura? O senhor tem uma capacidade técnica, administrativa, já deve ter feito essa conta. O que a Prefeitura precisaria desembolsar para ter essa estrutura que atendesse essa questão da tecnologia sem precisar do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Olha, Vereador, desculpe dizer, mas não fiz esse estudo mesmo. Não tenho como responder de bate pronto quanto custaria ao Município criar uma estrutura própria. Só me permita dar mais alguns dados ao senhor, para que possa futuramente estudar essa situação, esse cenário que o senhor mencionou. Infelizmente não posso lhe dar, não tenho como lhe dar de forma confiável essa resposta. Mas, veja bem: quando comparamos o investimento em tecnologia no Município, vamos olhar outras capitais no Brasil. Uma medida que é utilizada para esse comparativo é exatamente a relação investimento com o

orçamento municipal anual. Olha, usualmente, grandes capitais, como São Paulo, Rio, Brasília, são os três primeiros PIBs do Brasil, Vitória, Teresina também, elas utilizam percentual típico que varia entre 3,5% e 4,5% do orçamento municipal, em tecnologia da informação. Em Curitiba, com a consolidação de todas as tecnologias, de todos os sistemas, que já lhe disse, os trezentos e cinquenta sistemas que estão rodando hoje na cidade, todas as bases de dados, todos os equipamentos mantidos funcionando nos "trinqes", o ICI, em 2012, ocupou 2,52% do orçamento municipal. Esse é um número que um gestor público precisa se basear para poder fazer um planejamento dessa questão de tecnologia da informação. Eu vou dar o seguinte exemplo, se você tivesse a possibilidade de levar o seu filho a um posto de saúde, num cantinho remoto da cidade, ou levá-lo no Albert Einstein, em São Paulo, pelo mesmo preço, em qual você levaria? Eu presumo que seja no Albert Einstein. E muito está relacionado ao investimento de tecnologia, à otimização, à qualidade do serviço, à percepção de valor do cidadão com relação a esse sistema.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E hoje essa qualidade não está muito cara? Veja bem, estamos falando, Renato, lá atrás Curitiba foi uma das cidades que tinha mais acesso à internet. A prefeitura de Curitiba foi uma das informatizadas mais rapidamente. Até a gente estranha por que a Urbs não foi. Demorou muito para a Urbs descobrir que o ICI existia, porque demorou muito para eles informatizarem. Mas, hoje o acesso à tecnologia, à informação, o acesso à estrutura da tecnologia é mais amplo. Em cima disso quero perguntar a você qual foi o critério da contratação pelo ICI da Dataprom. Pela seguinte situação, a crítica é que não existe nenhuma tecnologia super fantástica da Dataprom para que ela fizesse a manutenção desse sistema de bilhetagem. Inclusive, outras empresas apareceram, não sei se apareceram na época, mas apareceram aqui na CPI, dizendo que o fariam num valor mais baixo usando a mesma tecnologia. O que aconteceu? Quais foram os critérios que aconteceram para a escolha da Dataprom? E se esses critérios que possam ter sido escolhidos lá atrás, hoje já não estão ultrapassados pelo crescimento da tecnologia, e pelo acesso à tecnologia que faz com que ela fique mais barata. Temos acesso à tecnologia. Quando a tecnologia aparece ela é um valor. Quando ela cresce no mercado, vai diminuindo o valor. Quando ela já está disponível a todos ela fica mais barata ainda. Gostaria que você comentasse em relação a isso, até porque você acompanhou todo o procedimento, você acompanhou a análise das empresas que foram solicitadas para ver a possibilidade de prestar esse serviço.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, vou fazer a resposta em duas partes. Com relação ao que o senhor perguntou primeiro, quais foram os critérios, como foi feita a negociação com a Dataprom. Eu tenho a informar que essa é uma prerrogativa do presidente à época. Nessa época eu era o diretor técnico. Então, nesse caso específico eu não tenho como opinar. Acredito que o meu antecessor tenha respondido essa pergunta na sessão dele. Na questão técnica, sim. Eu participei no contexto de, dada a demanda da Urbs, como transformar isso em solução integrada para a importação da (inaudível) de Curitiba. Quem são os fornecedores? Como é que fazemos? Nós trouxemos gente para nos apoiar na construção do projeto executivo. Com o apoio dos gerentes da Urbs fizemos uma avaliação de potenciais tecnologias que poderiam atender dentro dos requisitos que eles queriam. E olhem só, eu só quero reforçar uma coisa, acho que acertadamente a Urbs impôs condições de qualidade bastante altas.

Não eram simples não. Naquele momento, no Brasil, havia poucas condições e tecnologias que suprissem o que a Urbs queria. Exemplo disso, para os senhores terem noção, o computador de bordo, tivemos muitos problemas durante a implantação, os primeiros momentos do processo. O computador de bordo é um computador que tem que ser adaptado para vibração, calor, (n) estamos falando em alguma coisa de no mínimo cinquenta graus célsius, ele exposto o tempo inteiro, vibração. À noite, quando é feita a limpeza dos ônibus, o funcionário da garagem joga água para tudo quanto é lado, ou seja, o computador tem que aguentar isso. O projeto elétrico dos ônibus para montagem de todo esse processo em cada um dos ônibus teve que ser feito quase que customizado, quase que individual, porque cada carroceria tinha as suas condições e ao longo dos ônibus vai mudando a fiação, a fiação dentro do painel do próprio ônibus é diferente. Então é difícil de fazer. Então, o tempo de resposta, o tempo em que a pessoa passa o cartão no validador tem um tempo máximo de resposta, alguns mili segundos, ou seja, milésimos de segundo tem que ter a resposta, tem que ir na base de dados, voltar e dizer: "Essa pessoa tem crédito para andar!". E outra coisa mais importante, nós somos a base local. Fomos à Fortaleza, ao Rio de Janeiro, a São Paulo, ver como era a implantação desse sistema, do sistema de controle de frota, vamos dizer da ficha do controle veicular - FCV. E uma coisa que a gente reparou: a Urbs era inovadora nesse aspecto de ter para si e para o município de Curitiba a capacidade de fiscalizar o provimento do serviço pelas empresas permissionárias - permissionárias não sei se é o certo; concessionárias. Por quê? Em outras, quem tinha o sistema de bilhetagem, quem operava o sistema de bilhetagem era o sindicato das próprias empresas que operavam o sistema. Isso me parece até deixar a raposa cuidando do galinheiro. Isso também foi uma complexidade diferencial. Por quê? Ter a capacidade de fiscalizar requer com que a própria equipe da Urbs fosse capacitada, todos os operadores, cobradores, motoristas, fossem capacitados ao novo sistema e principalmente os gestores da Urbs.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor conhece o atual Presidente do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sim, é membro do Conselho de Administração do ICI.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ele fazia parte do ICI quando o senhor estava lá?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Ele era membro do Conselho, ele não fazia parte da...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Membro do Conselho e hoje atual Presidente. Então, Renato, veja bem, o Prefeito Gustavo Fruet, com todo esse imbróglio transporte coletivo, questões administrativas contundentes e polêmicas na nossa cidade, ele mesmo se posicionou também favorável até a essa estrutura pública que pudesse administrar essa questão de tecnologia e informática da prefeitura e suas estruturas. Aparentemente sinalizou essa possibilidade de fazer isso imediatamente. E não fez, pelo contrário, nomeou outro Presidente do ICI, o ICI continua prestando os seus serviços para a cidade de Curitiba, questão de contratos foram estendidos e continua o mesmo procedimento. A nossa preocupação aqui, como CPI, como Câmara, é a

seguinte: Nós estamos no caminho certo? Estamos investindo bem o dinheiro, trazendo a tecnologia da forma mais barata para o município? Não fazemos essa estrutura pública por que não temos capacidade ou porque não temos condições financeiras? Mudamos essa situação por que não temos como prestar a sociedade à estrutura pública ao serviço que o ICI presta ou por que não temos capacidade técnica? Enfim, é uma interrogação que fica. Então, a nossa preocupação hoje não queremos apenas só contestar, nós estamos contestando mas queremos entender, porque mediante toda essa contestação as coisas continuam como estão. A estrutura do transporte coletivo é a mesma, a estrutura de informatização e tecnologia para fazer a prefeitura andar na parte de informatização e informação é a mesma. Todos querem, como eu quero que aconteça a estrutura pública de todas essas partes, mas não acontece. A interrogação que fica é "estamos no caminho certo?" Para finalizar, Renato, com toda a sinceridade, não temos hoje como contratar outras empresas para fazer o serviço que a Dataprom faz com um valor mais barato? Você pode me garantir ou vocês garantiram durante todos os nossos interrogatórios que naquele momento foi o que atendia a manutenção do serviço de bilhetagem. Hoje, depois de toda a evolução de tecnologia, a estrutura pública não tem condições de contratar esse mesmo serviço no valor mais barato, de forma que não tenha que se comprometer futuramente em estender esse contrato com a Dataprom?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Olha, Vereador, é uma excelente pergunta e vou responder da melhor maneira possível. Ontem eu vi um anúncio que iria ser montado um grupo de trabalho entre Urbs, empresas de ônibus, prefeitura para fazer um estudo detalhado na questão da bilhetagem para exatamente gerar uma especificação, vamos dizer assim, no sentido de dar essa tranquilidade para eventualmente contratar outros fornecedores. Acho que é possível, com certeza. A tecnologia realmente é uma coisa que muda bastante. Ao longo do tempo ela se moderniza, torna mais fácil mais complexa, tudo depende do problema que você quer resolver. Acho que o município de Curitiba não tem esse dependência de um fornecedor como a Dataprom. Eu acho que não, sinceramente. A prefeitura tem o seu carro, na hora que ela quiser mudar a tecnologia ela pode eventualmente mudar a tecnologia no momento que quiser. O que importa muito são os dados. Os dados de bilhetagem são de propriedade do município. O município tem condições, caso assim o deseje, de contratar outra empresa e ligar nessa base de dados e a partir daí continuar a operação. Não vejo essa dependência. Os equipamentos que foram adquiridos através desse contrato em prol do município, da Urbs serão entregues numa condição muito rápida e simples. O código fonte o Prefeito Gustavo Fruei já anunciou que havia um entendimento claro com relação aos próximos passos desse código fonte. Não vejo dependência. Acho viável sim, acho possível.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Uma pergunta para finalizar, até porque esse é um assunto muito interessante, eu sei, Sr. Presidente, que temos outros inscritos, tem horários também, mas o horário foi estabelecidos e não foram cumpridos porque as pessoas que viriam aqui para a acareação não vieram, então a gente ficou numa situação onde a gente tem um conteúdo muito grande de perguntas de interrogações e não vamos poder fazê-las pela ausência desses que teriam que estar aqui dando depoimento. Aí, aproveitando V.Sa., Dr. Renato, eu

gostaria de saber a seguinte situação; o senhor acredita que houve algum tipo de preferência particular ou preferência política ou indicação política de alguma estrutura pública para que vocês estivessem esse contrato a essa empresa que foi contratada, a Dataprom?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, definitivamente não. Foi feito levantamento de preço de soluções no Brasil, aqui e em Brasília se me lembro bem, fornecedores de soluções semelhantes para compará-las. Não houve favorecimentos. Houve, sim, um comparativo de preço e qualidade e pelo o que entendo a Dataprom atingiu essas duas condições.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Finalizando, esse acordo - o senhor acompanhou esse acordo que o Prefeito fez com o ICI para que a gente estendesse esse prazo para a Dataprom? Eu pergunto para o senhor, porque eu ia perguntar para o pessoal da Dataprom e não vieram e estou com uma interrogação, Sr. Presidente, porque a gente ouviu pela imprensa que houve um acordo inclusive com chancela judicial, mas esta Casa (e) não foi reportada oficialmente. A Urbs não publicou nenhum documento dessa extensão de contrato com a Dataprom, não perguntou a opinião da população. Não sabemos se foi uma determinação totalmente judicial ou se foi uma coesão de necessidades da estrutura pública com a estrutura privada e o Poder Judiciário apenas deu a chancela. Estamos com uma interrogação muito grande aqui Sr. Presidente, porque não sabemos realmente o que está acontecendo. Não sabemos se realmente isso foi formalizado, a Urbs não responde o ofício desta Casa, a Dataprom não vem aqui para a acareação, ninguém nos dá uma informação oficial e ficamos sabendo pela imprensa, que a Prefeitura e o ICI fizeram um acordo com a Dataprom, com chancela jurídica e judicial para que se estendesse o prazo do serviço de manutenção do sistema de bilhetagem da Dataprom. Então Sr. Presidente, essa reunião que fosse feito mais um contato com a Urbs para que a gente possa ter em poder da CPI essa informação oficial. O que está mais interessante nesse momento é saber o por que fizeram, por que deram continuidade a esse serviço da Dataprom, como é que foi dada continuidade, como foi feita essa relação Prefeitura, ICI e Dataprom, para que possamos aí mesmo entender e para que não fiquemos dando murro em ponta de faca. Não sabemos o que aconteceu. O que sabemos que aconteceu é o que qualquer cidadão sabe e vou ser sincero para V. Exa., nós como membros dessa CPI, como membros do Legislativo Municipal não temos essa informação oficial. Nós que estamos investigando tudo isso não fomos nem informados que isso iria acontecer, ficamos sabendo disso pela imprensa. Denunciamos aqui que o serviço estava sendo feito de forma irregular, informal, sem contrato, sem adendo e depois recebemos a informação de que um pacto da Prefeitura, uma ação legal da Prefeitura com o ICI, com sanção legal, foi feito para poder postergar essa contratação, a prestação desse serviço da manutenção do sistema de bilhetagem. Oficialmente não recebemos nada, oficialmente não sabemos de nada e estamos investigando tudo, infelizmente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos e passamos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, quero aqui mais uma vez colocar a minha

indignação, porque nós Vereadores desta CPI podemos dedicar todo o nosso tempo para esse projeto, para uma Curitiba melhor, para um transporte melhor e infelizmente essa empresa Dataprom mais uma vez ri na cara desta CPI, fazendo esse descaso, não comparecendo nesta Casa. Pergunto se tem algum representante da outra parte aqui? Como é o seu nome? E temos algum representante da Enterhelp que viria nessa acareação aqui?

O SR. BIHL ZANETI:- Eu sou advogado da Enterhelp.

O SR. VANDERLEI DOS SANTOS:- Eu sou Diretor da Enterhelp.


O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor foi citado para vir aqui nesta Casa neste dia?

O SR. VANDERLEI DOS SANTOS:- Fui,

O SR. CHICO DO UBERABA:- Obrigado e agradeço em nome da CPI pelo respeito a esta Casa e a esta CPI. Fica mais uma vez a minha indignação senhores, o descaso dessa Dataprom, o porquê se omitir de vir a esta Casa. Quando fiz uma solicitação a Urbs e está aqui a cópia do ofício pedindo de que forma foi feito esse novo contrato tendo em vista que já tinha vencido o contrato com a Dataprom, nesse circuito entre Urbs, ICI e Dataprom, e até o presente momento, Sr. Presidente, (A) o Sr. Gregório não deu a mínima satisfação a esta Casa. Isso me deixa indignado. Nós, sim, temos a obrigação de dar a resposta a Curitiba. Por que essa passagem está cara? Por que tivemos aqui uma invasão de líderes brigando pelo valor do transporte coletivo? Por que o Tribunal de Contas disse que pode chegar a R\$2,25 e pode chegar a domingueira a R\$1,00? Por que o Tribunal de Contas vai lá e bate na tecla que pode abaixar e o prefeito diz que não pode abaixar? Quem é que está falando a verdade? Curitiba precisa saber. Eu quero aqui externar, Sr. Presidente Jorge Bernardi, essa minha indignação, indignação com essa Dataprom de propriedade do Sr. Alberto Abujamra que deveria estar aqui com a gente. Recebe mais de quinhentos mil reais por mês para a manutenção do sistema de bilhetagem eletrônica sendo que pode ser feito pela metade do valor a essa empresa. Contudo esse comprometimento do Sr. Alberto Abujamra, por três vezes convocado nesta Casa e sempre arruma um motivo para não vir, isso só pode ser uma afronta, um desrespeito a essa CPI. Então, fica aqui a minha indignação com respeito a essa empresa.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Só para contribuir. Use o envolvimento da Casa, convoque. Sr. Presidente, como que traz um homem desse? Algemado? Como funciona? Pelo amor de Deus, vamos tocar isso para frente.

O SR. PRESIDENTE:- Quero pedir desculpas aos Vereadores que estão usando a palavra e dizer que em relação a questão da convocação, podemos requisitar que venha sob Vara. Ou seja, vamos solicitar à justiça que determine a detenção desse senhor para que numa outra oportunidade ele venha sob Vara. Mas quero dizer que a Dataprom acabou de encaminhar um documento, temos aqui. E recebemos também um documento da Enterhelp. E há um princípio do Direito de que aquilo que é provado por documentos não precisa de outro tipo de provas. Ou seja, a prova **testemunhal tem um valor inferior a prova em documentos. Então, quero defender aqui junto**



numa reunião administrativa de que suspendamos esta acareação, uma vez que as duas empresas envolvidas no conflito já encaminharam os seus documentos e as suas provas por escrito. Passo a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quero só concluir a minha fala nesse sentido, Sr Presidente, porque quando um Vereador fala aqui todos os demais Vereadores respeitam, eu sempre respeitei todos os Vereadores nesta Casa. O que não pode é a Professora Josete ficar indignada, levantar, virar as costas e sair, isto sim é um desrespeito a esta Casa. Eu fico todo instante e respeito, posso até não concordar, mas respeito a opinião de cada um dos trinta e oito Vereadores desta Casa. Então, eu também exijo respeito nessa situação. Sr. Renato, qual é o período que o senhor participou do ICI como presidente?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Como presidente, do dia 03 de janeiro de 2011 ao dia 30 de abril de 2013.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor participou então de alguma forma dos contratos firmados junto a Urbs no tocante a licitação do transporte coletivo?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, de forma alguma.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas teve acesso, pelo menos, a esses contratos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Com relação a Urbs, não.

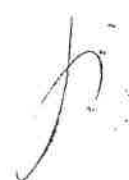
O SR. CHICO DO UBERABA:- A Urbs hoje como as outras, a educação, a saúde é refém do ICI, no sistema de software, na parte técnica (m) da informatização?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, não é refém do ICI. O Município contratou o ICI para executar um serviço e trabalho e armazenar os dados em data center, com a garantia que os dados pertencem ao município, e sejam lá o ICI, guardador e zelador da integridade desses dados. Esse é o contexto de contrato de gestão.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A maioria dos contratos são terceirizados, oriundos da Urbs. Qual a natureza desses contratos? O senhor sabe me falar.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, Vereador eu não concordo com suas observações. Veja o ICI tem um contrato de gestão com o Município de Curitiba, ao qual estão os entes da administração municipal, direta e indireta. Cada administração municipal direta e indireta, tem suas metas e regras do jogo bem claras. O que precisamos cumprir, quanto tempo, como e por quanto. Essas são as regras estabelecidas. Não existe uma relação de subcontratação plena com a Urbs e assim por diante. Se esse for o contexto da pergunta eu não concordo com o senhor.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Qual a natureza jurídica do ICI. É uma US ou não?



O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sim, é um Instituto privado sem fins lucrativos com qualificação de organização social, concedida pelo município de Curitiba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E sendo uma US, ela pode ser terceirizada para serviços junto a Urbs, e outros serviços para a prefeitura?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Terceirizada, não é o termo certo. Existe uma previsão legal dentro da lei 8666, que estabelece a relação entre o Poder Público e as organizações sociais. Artigo 24, Inciso 24. Essa relação estipula regras de possibilidade de contratação de organizações sociais sobre regime de dispensa e licitação.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sendo terceirizada ela, diante de sua natureza jurídica, pode contratar esses serviços com outras empresas ou seja terceirizar os serviços que ela foi solicitada?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI, não realiza terceirização ou terceirização, Vereador. O ICI, realiza um serviço de demanda do Poder Público, de seus clientes do Poder Público. Da gestão pública, sempre que necessário para complementar o pacote de fornecimento dessas soluções integradas que exija equipamentos, soluções que são específicas especializadas e as quais não são produzidas pelo Instituto. O Instituto realiza um processo interno de cotação para a seleção de melhor preço e qualidade.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Já que o ICI é uma empresa que presta serviços de tecnologia a Prefeitura de Curitiba, porque ela terceiriza esse serviço. Não tem funcionário suficiente e preparados para exercer essas atividades?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Tem sim, Vereador. O ICI, até o momento em que eu sei, o ICI tinha uns cento e cinquenta profissionais trabalhando lá, altamente qualificados. Com qualificação específica em todas as áreas de tecnologia da informação e comunicação, necessárias para execução dos serviços. Exemplos o 156, é um serviço que é prestado pelo Instituto ao Município de Curitiba. O município de Curitiba, mantém uma relação contratual, dentro do contrato diz que estabelece condições de atendimento do 156. Outro exemplo, manutenção do sistema de software, implantação de projetos de tecnologia, gestão educacional do município, gestão de recursos humanos da administração pública, impressão de documentos e assim por diante. Esses são os serviços típicos que estão no rol de atividades do Instituto. Mas, o Instituto se coloca como prestador (o) de serviço para o município.

O SR. CHICO DO UBERABA:- E ela cobra por esses serviços ou não? Sabe dizer a porcentagem de lucro dessa cobrança?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- No ICI, Vereador, não se fala em lucro. O ICI, como eu havia lhe dito, é um instituto sem fins lucrativos. O que o ICI auferir na hora que faz o dimensionamento de custos para o município é exatamente atribuir qual é o custo que vai ter da sua prestação de serviço própria. Se estamos falando de uma equipe de dez pessoas,

por exemplo, quinze pessoas, isso tem um custo, e tem os impostos em cima e assim por diante. E caso haja, como eu havia dito antes, ao final do exercício fiscal, um resultado positivo no ICI, esse resultado é previsto no contrato de gestão, ele é revertido em investimento de projetos de interesse do município.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Renato, se porventura o ICI fechasse as portas hoje, como ficariam esses contratos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, não me lembro exatamente quais são todas as cláusulas de garantia que estão previstas no contrato de gestão, mas essas cláusulas são explícitas. Expressamente existe uma relação de proteção para o município com relação a essa questão. Estamos falando da questão de propriedade. Se o ICI fechasse hoje, vamos dizer assim, eu acho que operacionalmente o município de Curitiba iria sentir muito.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor acha que se fechasse as portas, pararia Curitiba hoje, o sistema de saúde, educação, transporte, tecnologia?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Parar eu não sei, Vereador. Se exigiria uma alta capacidade de organização por parte do município para absorver esse serviço em curtíssimo prazo. Não teria problema de propriedade, esse tipo de coisa, porque existem as garantias previstas no contrato de gestão claras, que protegem o interesse público.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O ICI sabe mais ou menos quanto custa um PC de bordo de um VT C2000?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI deve saber, Vereador. Mas eu, honestamente, não sei. Institucionalmente o ICI tem a forma de levantar preço, mas eu •

O SR. CHICO DO UBERABA:- E onde é comprado, o senhor sabe informar?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Existem fornecedores no mundo inteiro, integradores.


O SR. CHICO DO UBERABA:- Na China também existe?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- A China normalmente não produz o aparelho acabado. É necessária internalização no Brasil e a sua localização, esse é o termo certo que é usado.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Taiwan?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Taiwan? Os tigres asiáticos normalmente fornecem componentes eletrônicos dessa ordem.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor falou no início da sua fala que Curitiba já



ganhou até prêmio de referência nacional de cidades digitais. O senhor sabe me dizer hoje como está Curitiba nessa pontuação. Como está a questão digital para Curitiba? Pergunto porque fiz um projeto para Curitiba e iniciei no Uberaba o projeto "Uberaba digital", o único lugar do Brasil que não tem a participação do governo federal, estadual e municipal. E tentei levar para o ICI, só que infelizmente não tive o apoio do ICI. Então, lhe pergunto como estaria esse projeto digital para Curitiba.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:-Obrigado pela pergunta, Vereador. Vou lhe explicar exatamente o que é esse reconhecimento, ok? Foi criado em 2011 por um órgão chamado Fundação Centro de Pesquisa em Telecomunicações, da Fundação CPQD em Campinas, que é um órgão vinculado ao Ministério das Comunicações, hoje ocupado pelo Paulo Bernardo e bastante ligado à Secretaria de Inclusão Digital do governo federal, hoje administrado pela Dra. Lygia Pupatto. Em parceria eles criaram um ranking, uma metodologia de aferição do grau de digitalização das cidades. Digitalização não é meramente quantos computadores você tem na cidade. Não é isso. É qual a sua capacidade de entregar serviços públicos de qualidade através do meio digital. Ou seja, você dá a capacidade de ter o acesso à internet gratuita, você tem ferramentas automatizadas, você integra todos os órgãos da administração pública, todos os prédios da administração pública, você tem uma infraestrutura de comunicação entre esses órgãos e assim por diante. Então, Curitiba foi, na primeira edição desse ranking, ficou em segundo lugar, isso em 2011. No ano passado ela atingiu o primeiro lugar à frente do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre e diversas outras cidades. Foram pesquisadas cem cidades, no mínimo. Foi feita uma auditoria, vieram representantes desses organizadores do prêmio a Curitiba e fizeram uma verificação *in loco*, com relação ao grau de digitalização que o senhor me perguntou. Veja, quando eu saí do ICI havíamos colocado com relação à internet gratuita para a população. Já havia naquele momento mais de quinhentas estações de trabalho disponíveis pra o uso gratuito da população. E implantamos os chamados hot pots, locais de acesso gratuito em oitenta escolas, com o projeto já pronto com expansão na rede completa de escolas municipais, mas oitenta delas já estavam com wifi gratuito iluminando a sala de aula, iluminando o entorno a trezentos metros com relação à Cidade, para que qualquer cidadão curitibano possa utilizar. Além de termos também colocado o wifi gratuito em vários pontos de grande circulação dos munícipes aqui, o Largo da Ordem, por exemplo, as regionais, Jardim Botânico, Praça Espanha. Esses são os locais que me lembro agora. Todos esse locais já atingem mais de noventa e dois pontos de wifi gratuito, estão disponíveis à população.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Renato, eu sei que você também tem problema de horário e têm mais pessoas que querem fazer perguntas, mas quero encerrar com a última aqui, que acho importante e eu sofri até com o próprio ICI, onde eu sinto que fui boicotado. Então, não posso perder essa oportunidade. Curitiba hoje, na rede municipal, tem cento e oitenta escolas. E dessas cento e oitenta tem oitenta já que usufrui desse sistema gratuito para a escola. Bem curta e certa a resposta. Tem como atender a população que mora em torno dessa escola hoje, com a tua experiência técnica no sistema de internet gratuita?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Já está sendo feita Vereador.



Essas oitenta já tem uma iluminação no raio de trezentos metros.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas não está disponível?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Já está.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não. A população não tem conhecimento, e é o mínimo de pessoas que tem. Não tem uma campanha de esclarecimento sobre isso aí. Então, eram essas as minhas perguntas.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Só tenho a esclarecer o seguinte: acho que a divulgação é importante. Isso pertence a um projeto da Secretaria de Administração do Município que faz essa gestão. É um bom lembrete.

O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra a Vereadora Professora Josete.

ASRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos. Primeiramente, Sr. Renato, só para deixar bem claro, o senhor, durante o período, foi diretor técnico e depois o senhor assumiu a presidência. Em que período o senhor foi diretor técnico no ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Maio de 2005 a dezembro de 2010.


A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E de 2010...

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Em janeiro de 2011 a 30 de abril de 2013, que é este ano, presidente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Em relação ao contrato e aos contratos e maneira geral, que o senhor acompanhou nesse período, o que era comum. É uma pergunta bem objetiva. Normalmente quando se contrata uma empresa, como foi o caso da contratação da Dataprom, é comum a empresa, ao assinar o contrato, não ter a obrigação do fornecimento do código fonte?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Acho que depende (E) muito de caso a caso, Vereadora Professora Josete. É sempre uma opção do gestor público, querer alguma plataforma com código fonte ou não. Veja, vou dar um caso bem fácil para a senhora entender. Em alguns casos você tem que comprar uma solução, um banco de dados chamado Oracle. Ok? Uma ferramenta Oracle, como o Windows por exemplo. Nesse caso não cabe você comprar código fonte, você compra a licença, mesmo porque o fabricante nunca venderia. Há situações em que foi negociado efetivamente com o código fonte, ou só a seção de direito de uso, perpétua, que é o caso da bilhetagem.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Normalmente qual é em termos de percentual, lógico que vai depender do valor de cada contrato e do tipo de serviço que está sendo executado, médio do que representa num contrato esse fornecimento do código fonte?



O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Olha, não, varia muito, principalmente varia por causa • Quando falamos em código fonte, Vereadora, normalmente a empresa que vende o código fonte entende que está passando uma propriedade intelectual para frente. Isso às vezes descaracteriza a própria empresa. Por isso, normalmente elas não • O valor é difícil de aferir. Como se estivesse vendendo a própria empresa em alguns casos. Não estou dizendo que esse é o caso da Dataprom, mas isso acontece várias vezes. É muito variável, muito variável mesmo. É variável mesmo. A hora que fosse comprar, seriam alguns milhões dólares. Não sei. Se é que venderia. Entendeu?

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok, mas no caso mais específico desse contrato que foi assinado, entre o ICI e a Dataprom, uma vez que foram comprados equipamentos e realmente são de propriedade da Urbs, mas que exige uma manutenção desse sistema, exige até uma atualização da própria tecnologia. O senhor não acha que seria mais pertinente o contrato prever o fornecimento. Até onde entendo se você encerra o contrato, no caso a Urbs fica dependente se quiser fazer atualizações no sistema. Enfim, não teria a possibilidade de ter autonomia para fazer isso. Então, nesse caso o senhor não acha que seria o mais aconselhável a Urbs ter pensado nisso? Enfim, o ICI enquanto empresa contratada e gestora, ter apontado a necessidade da compra, seja ao final do contrato ou no momento mais adequado desse código fonte?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereadora, foi colocado à disposição da gestão pública, da Urbs, a opção de comprar ou não. Como eu disse à senhora: é opção do gestor público. Às vezes ele não quer, não acha necessário, por quê? O código fonte não é uma chave, como já vi ser vinculado. Não é um código de um cofre que você digita lá e tem acesso. Não é assim. Código fonte é uma listagem, é toda uma listagem como se você recebesse um livro em aramaico, a senhora precisaria de um doutor em aramaico para entender tudo aquilo. Código fonte é a mesma coisa. Mesmo você tendo o código fonte você tem que ter pessoas especialistas para entender. Estamos falando de milhares de linhas de programação.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Sim, claro.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Então, honestamente também não sei como foi. Concordo com a opinião do Vereador Valdemir Soares, porque eu não sei quais foram os detalhes dessa negociação que o Prefeito realizou com o ICI, Dataprom com relação ao código fonte. Só soube através da imprensa também, não tenho detalhes. Mas me parece que pela forma efusiva como foi veiculado, acho que um acordo foi feito com relação a esse código fonte de uma maneira ou de outra. (K) A senhora entendeu? Eu não tenho detalhes em relação a isso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas, de qualquer forma, nós podemos dizer que se esse código-fonte não é fornecido, de alguma forma a empresa que contratou o serviço fica na dependência da empresa contratada, porque ela vai ter que atualizar, enfim, e ela precisa desses dados. Então, há uma dependência.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu vou explicar para a senhora. É




como um carro. O seu carro, por exemplo. Quando a senhora adquire um carro, a senhora não compra junto com ele todo o projeto de engenharia, todos os descritivos do sistema elétrico, sistema mecânico, e assim por diante. Mesmo assim, a senhora tem o direito de usar aquele carro, porque a senhora comprou o carro, é seu, de sua propriedade. Mas, você precisa, necessariamente, contratar, ir a uma concessionária para fazer as manutenções programadas e ter usufruto da garantia. A Urbs tem usufruto dessa garantia durante a vigência do contrato. Ela sempre teve. Quebrou um equipamento, o ICI era comunicado, "Dataprom, vá lá e troque". "O computador está com um risquinho na tela", "vá lá e troque". Entendeu? "Não está funcionando, a Urbs quer mais uma funcionalidade". "Vá lá e implemente!". Isso era bem gerenciado. Então, era como se fosse, no carro, o período de garantia e manutenção. Claro, existe um momento em que termina essa garantia e aí passa a ser proveitoso ou não, e passa a ser uma opção do proprietário, se continua levando na concessionária para fazer a manutenção ou não. Nesse momento ela pode, inclusive, optar se quer uma tecnologia mais moderna. "Vou vender meu carro, comprar outro". Ela não fica refém do fabricante do carro inicial. O mesmo cenário eu vejo nisso. Durante esse período, sim, precisa da Dataprom. Com certeza! Durante esse período que está na manutenção, sim, mas no momento em que se entrega o software, ele precisa estar funcional. não pode dar problema, tem garantia. Se a partir daí a Urbs, dentro desse estudo que eu vi sendo anunciado ontem, optar por, "queremos outro fornecedor agora", "já venceu o tempo de vida útil", os dados são sempre do Município, os dados são da Urbs. A Urbs pode requisitar esses dados a qualquer momento, se é que já não pediu. Eles estão no Datacenter da própria Urbs. Essa é a plataforma para você colocar o software e bilhetagem à disposição do Município, sem dependência de fornecedor. Espero que tenha respondido a senhora.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, foi uma opção, na época, da Urbs, não foi uma relação direta entre o ICI e a Dataprom?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Foi uma opção da Urbs. Uma opção do gestor.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o gestor participou da construção desse contrato.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Boa pergunta. Eu vou explicar e vai ficar bem claro para a senhora. A Urbs, como eu já expliquei, mapeou a demanda, a necessidade de modernizar o sistema, chamou o ICI, convocou o ICI, oficiou ao ICI a necessidade de fazer um levantamento e um projeto. O ICI fez a contratação de fornecedor, e nesse momento nós oferecemos uma proposta de custo, de valor e técnica para a Prefeitura, para a Urbs. "Olha, para implantar o sistema de bilhetagem nessas condições que você precisa, assim por diante, custa trinta e dois milhões, e as condições de fornecimento são essas, essas e essas". E foi feito assim. E nesse momento foi oferecido, "caso você também queira que negociemos com a entrega de código-fonte, foi-se levantado que haveria um ônus adicional sobre isso". E isso coube a opção do gestor público.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No caso desse contrato, o senhor acompanhou na época o debate desses valores ou não?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não, isso é sempre... O diretor técnico nesse momento recebe o compromisso para executar. A construção do compromisso contratual não cabe a ele.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A quem caberia essa avaliação do contrato em termos de valores e possível aquisição do código-fonte?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- A equipe de gestores da Urbs tem... É uma proposta complexa, (M) você tem que analisar os aspectos técnicos, ver se a parte técnica da proposta está Ok, se a parte financeira está Ok, e eu acredito que é a área financeira da própria Urbs, e a diretoria.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não. Mas dentro do ICI. Porque o ICI, digamos, é a empresa contratada para viabilizar a melhor opção, até onde eu entendo, tecnológica.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Exatamente.


A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas quem era a pessoa responsável, então, dentro do ICI por essa análise?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- A assinatura do contrato, na verdade.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- É, a assinatura e a própria análise financeira do contrato, da possibilidade ou não; como o senhor disse, código-fonte às vezes pode significar a "compra da empresa", entre aspas. Não é o caso. Então, eu acho que o ICI é que tem a expertise para essa avaliação. Qual seria o setor responsável por isso dentro do ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Área técnica, eu era responsável pela área técnica, diretor técnico. A área técnica é composta por várias subáreas, vamos dizer assim. Então, temos área de projetos, de elaboração de projetos, área de software, área de datacenter. Essas linguagens, se não forem familiares para a senhora, eu explico, tá? Cada uma delas teve a sua contribuição no sentido de ir a uma determinada cidade para ver como é que funcionava lá, avaliar e homologar equipamentos e fornecedores, nós tínhamos um laboratório conjunto inclusive com a própria Urbs para testar equipamentos. A senhora entendeu? Então, antes de colocar isso em produção, de colocar instalado no local, eram feitas baterias de testes.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá. Mas, assim, eu quero que seja objetivo: quem efetivamente tem... Alguém assinou o contrato, que, nesse caso, era o presidente à época, mas, dentro do setor técnico, quem auxiliou nessa avaliação do valor do contrato, do código-fonte? Qual era o setor responsável, e que deve ser ainda, né, dentro da organização do ICI?



O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- É uma área chamada implantação de projetos lá.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Implantação de projetos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Isso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas que fazia parte da sua diretoria?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sim Exatamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, o senhor não avaliava diretamente, mas essa área desse setor de projetos é que passava esses dados e essas informações ao senhor?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Fato.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Ok. E, finalizando, só em relação ao que já foi colocado, o fato de existir em 98, a partir do momento em que é criada essa "OS", servidores que são cedidos do Ippuc; esses servidores cedidos pelo Ippuc, o trabalho deles está limitado a contratos do ICI com a Prefeitura Municipal de Curitiba, ou esses servidores cedidos também fazem trabalhos para outras cidades ou outros órgãos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Esses servidores pertencem, estão alocados, é o termo que usamos, alocados ao contrato de gestão com o Município de Curitiba. Ok? Então, toda prestação de contas que é feita, toda a avaliação deles, todo trabalho deles é feito, pelo contrato de gestão, para Curitiba.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, eles não executam nenhum trabalho fora disso? O trabalho deles não tem nenhuma vinculação com outros municípios, com outras empresas que não o Município de Curitiba?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu vou ser um pouco mais prudente com a senhora, eu estou respondendo isso, claro, assumindo o prazo que eu estava lá. Ok? Mas não é política do ICI fazer isso. Entendeu? Eles estão lá para atender o Município de Curitiba. Eles estão vinculados à questão de recursos humanos, o sistema de RH daqui, do Município, né? Gestão educacional, o 156. Tá? Aí é que eles estão alocados.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá Ok. Obrigada.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na sequência, com a palavra o Vereador Chicarelli. Antes, o convidado está solicitando uma pausa para ir ao banheiro, então suspenderemos a reunião por alguns minutos. Pode ser, Vereador? (Assentimento).

(Está suspensa a reunião)




O SR. PRESIDENTE:- Está reaberta a reunião. (L) Com a palavra o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Renato, bom dia novamente. Na realidade, eu vou pedir mais contribuições do que perguntas, alguns questionamentos. Foi valioso e está sendo muito valioso o trabalho da CPI, principalmente para mostrar algumas circunstâncias, alguns fatos que se forem divulgados, o contrato não foi de uma forma que a CPI agora está divulgando. Até penso, lógico, vai depender de apoio de treze colegas, após essa CPI, talvez esse ano ou janeiro, fevereiro do ano que vem, quando começarem os trabalhos, procurar recolher assinaturas para uma nova CPI. Eu acho que é importante, queira ou não o resultado, quantas coisas a CPI tem mostrado para Curitiba? Aí eu incluo o ICI, questão dos alvarás de Curitiba e shoppings, questão da Cohab que agora vem um fundo muito grande para ser votado aqui, eu acho que nós não podemos nos isentar de prolongar esses debates, nem que demore um semestre do ano que vem. Começarei o trabalho nesse sentido. E um deles certamente já foi mostrado por essa CPI, o Jorge Bernardi, parabéns, mostrou um escândalo agora que já é um fato, onde uma empresa detém praticamente metade, ou empresas do mesmo grupo, do dinheiro que a Prefeitura paga ao ICI. Eu pergunto: se o senhor fosse um Vereador o senhor assinaria hoje comigo uma CPI do ICI e das empresas que prestam serviço ao ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, desculpe, com todo respeito, eu não conheço como deveria a extensão do trabalhos dos senhores. Fico devendo a resposta.

O SR. CHICARELLI:- Certamente, vou procurar ver a mesma resposta do ano que vem dos meus colegas Vereadores nesta Casa também, porque o que tem me parecido é que o ICI e as empresas passam a ser hoje uma possível caixa-preta também de Curitiba. Aí eu pergunto: como os senhores no ICI publicizavam esses contratos milionários que eram feitos entre a Prefeitura e o ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Boa pergunta, obrigado. Eu acho que isso passa pela forma como o ICI é fiscalizado. Acho que está bem ligado à sua pergunta. O ICI é amplamente fiscalizado e começa a gestão do ICI pelo próprio conselho de administração. É o primeiro controle interno ao qual a gestão do Instituto é submetido. Por que digo isso? Porque ali há quatro conselheiros representando a Prefeitura. Normalmente o Secretário de Administração, o Secretário de Finanças, o Procurador Geral do Município e Secretário de Governo. Por quê? Para que a visão política, a visão administrativa, a visão financeira e a visão jurídica sejam salvaguardados para os interesses do Município. Esse é o primeiro grau de fiscalização que é feito. O segundo grau feito: a Secretaria de Administração, especificamente, mantém uma estrutura dentro da Secretaria voltada exclusivamente para fiscalizar mensalmente as atividades do ICI, não há fatura, não há nota fiscal do ICI que seja apresentada que não acompanhe um calhamaço de informações com toda abertura de informações do Instituto. O terceiro, Tribunal de Contas. **Diferentemente do que acredita, o ICI desde 2005 vem prestando**



contas ao Tribunal de Contas porque ele é considerado uma unidade orçamentaria do Município e nós tivemos todas as contas aprovadas. Ministério Público Estadual também mantém uma relação próxima de fiscalização e controle com relação ao Instituto. Tanto que várias vezes nós recebemos pedidos de esclarecimentos, mas um esclarecimento mais *ad hoc*, mais pontual do interesse deles.


(1) Mas ele está sim bastante ciente do trabalho do instituto.

O SR. CHICARELLI:- Entendi. Focalizou bastante fiscalização. Mas eu pergunto, hoje o ICI mantém o site que divulga esses contratos terceirizados, ou obriga as empresas a divulgarem? Falo isso porque em face a tantos problemas que estão aparecendo na CPI, especialmente na Câmara, que eu indiquei no começo do ano alguns problemas de compras. Até uns problemas pequenos, inclusive um rack que foi comprado de uma empresa, a qual me deu o orçamento de mil e setecentos, e vendeu para a câmara por três mil e quatrocentos. Um valor muito pequeno, lógico, perto dos valores bilionários que vemos por aí. Mas onde se passa um boi, passa uma boiada, o senhor sabe disso. Desculpe-me pela falta de conhecimento do site do ICI, foi culpa minha não ter olhado isso aí, mas o ICI mostra em seu site algum ícone que abre para toda sociedade, estudantes, universitários, gestores públicos, esses contratos, embora o senhor tenha falado que não é nada ilegal, é tudo fiscalizado?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- A lei que pauta essa nossa transparência é a lei de acesso à informação. A lei de acesso à informação tem algumas regras específicas para o setor público, para OS, e assim por diante. Seguimos o que estabelece a lei de acesso à informação com relação às OS. Sim, é acessível através do site.

O SR. CHICARELLI:- Eu só pergunto isso porque estou tentando avançar nesta Casa algumas leis que obrigam as empresas, os prestadores de serviços, a exporem os seus sites. Porque eu duvido que a questão que o Vereador Jorge Bernardi levantou muito bem aqui, se fosse explorada pelos observadores de internet, ou chegado nesta Câmara, e desculpe eu falar, mas no passado teve omissão aqui, ou não dar foco a esse trabalho, eu duvido que essas empresas iam levar tão adiante valores tão grandes, "cartelizando" e impedindo uma concorrência para que outras empresas também dividissem esse bolo. É a minha opinião. Como o senhor disse, o senhor ficou até abril no ICI. Porque uma coisa é descer a lenha no passado, que a administração anterior fazia sem contrato, ou aproveitava de aditivos com o ICI. Uma coisa é ver se essa administração também está fazendo a mesma conduta. Eu já vi lá na Urbs que a administração atual também se beneficia do contrato com o ICI para comprar alguns componentes de alguma empresa na área de informática. Até abril, essa gestão também se utilizou de alguns contratos do ICI para comprar alguns produtos sem licitação, ou só tomada de preço, como é o caso? Eu quero saber isso do senhor.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vamos falar do período entre 1 de janeiro até abril, na gestão Gustavo Fruet. O que aconteceu nessa gestão, até a minha saída, é continuidade do contrato de gestão e dos projetos que estavam em andamento. E os projetos que estão em andamento, eu tenho que reforçar, por exemplo, o 156. É óbvio que um dos criadores do 156 foi o pai do atual prefeito, na década de 80. É natural manter o 156. O sistema de gestão de



recursos humanos, toda a operação foi mantida. É claro, aí iniciou um processo de vamos avaliar o que essa gestão entende como prioritário ou não prioritário. Eu entendo que isso está acontecendo agora lá no ICI, na prefeitura. Houve continuidade, houve o processo de pagamentos, de faturamentos, assim por diante, nessa gestão sim.

O SR. CHICARELLI:- Eu pergunto, alguns contratos (u) de aditivos para comprar alguns equipamentos, igual eu achei na Urbs lá um contrato, o valor é pequeno, quando fala cento e vinte mil reais, foi logo que o senhor saiu em julho, o ICI indicou uma empresa, a Ceficista, inclusive a que venda computadores para a Câmara também, o senhor deve conhecer, a Ceficista se aproveitou do ICI - não sei se é a palavra certa para fornecer algum equipamento para a Urbs nessa nova gestão já. O senhor lembra de outros casos?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não. Um esclarecimento, Vereador, é importante para o senhor calibrar bem a palavra. Se me permite, estou querendo contribuir com o senhor.

O SR. CHICARELLI:- Sempre, estou em um processo de aprendizagem.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Veja bem. O ICI não fornece equipamentos, ele não comprava máquina e dava máquina. "Comprei cinco e pague seis!", isso não existia, não existe. Não é o papel do ICI isso. Quem faz essas licitações diretas de equipamentos normalmente é a Secretaria de Administração ou os órgãos de administração direta ou os órgãos de administração indireta mesmo. Por exemplo, eu não vejo um cenário em que o ICI ia comprar dez computadores e entregar dez computadores para a Urbs. O que a gente faz são soluções integradas, a gente só coloca o computador junto quando é necessário para operar aquele serviço. Essa é a diferença do (Inaudível). Eu conheço essa empresa, eu não conheço os donos mas me é familiar esse nome.

O SR. CHICARELLI:- É uma empresa muito familiar. Eu tenho acompanhado as empresas, são as mesmas empresas que trabalham no setor de venda de informática aqui, no Tribunal de Contas. O setor de informática hoje, o Vereador Jorge Bernardi sabe disso, passa por medidas nacionais investigativas, vem de Brasília um processo que tem que ser mudado na administração pública. Não sei se é um problema das empresas ou das pessoas que fazem as compras. O senhor me respondeu bem, porque até nesse contrato do ICI lá tinha um indicativo para a Ceficista e provavelmente foi um processo de compras mais abrangente de outra Secretaria. Obrigado.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- De nada.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra para o último Vereador inscrito, Vereador Mauro Ignacio.

O SR. MAURO IGNACIO:- Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom, Sr. Renato.



O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Bom dia.

O SR. MAURO IGNACIO:- Os últimos serão os primeiros. Já estamos aqui quase a três horas, seria até dez horas o seu depoimento, porém, como a Dataprom não apareceu, a gente acabou estendendo e estamos chegando a meio-dia e trinta cinco. Bom, queria iniciar, Renato, perguntando o seguinte: você falou trezentos programas que o ICI presta para a prefeitura.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sim.

O SR. MAURO IGNACIO:- Entre eles está o 156.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Sim

O SR. MAURO IGNACIO:- Como se processa resumidamente este trabalho do 156 para a prefeitura?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O 156 se opera através de uma central, um call center, uma equipe de tele atendentes que ficam no prédio do ICI, costuma ser entre cento e vinte e cento e trinta pessoas, atendendo por ano algo em torno de dois milhões de chamados da população. Essas pessoas recebem a ligação do cidadão e pelo sistema informatizado ele automaticamente se comunica com a Secretaria de destino daquela solicitação. Se é iluminação pública, tem uma lâmpada queimada...

O SR. MAURO IGNACIO:- Se a Urbs, por exemplo,...


O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Se é a Urbs por exemplo, já é direcionado para o setor de iluminação, da Urbs competente. E lá começa a contar prazo. O 156 começa a contar, começa disparar um relóginho que estabelece um tempo máximo de resposta ao cidadão. Ou seja, quando lá, no órgão fim, é resolvido o assunto ele também lá clica em um botãozinho e diz: Já resolvi. Volta para o 156 e o 156 liga para o cidadão e fala: "A sua solicitação já foi atendida!"

O SR. MAURO IGNACIO:- Então, vocês só fazem a ponte. Então, no caso específico da Urbs uma questão ônibus quebrado, atraso da linha, isso chega para o ICI lá no 156, isso é repassado para a Urbs.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Isso.

O SR. MAURO IGNACIO:- E a Urbs vai dar a resposta e vocês voltam até o cidadão.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Isso. Especificamente sobre a questão de ônibus, só para complementar, existe a central de controle operacional que a gente inaugurou ano passado. Ela tem a responsabilidade de dar, dos operadores de lá se o ônibus quebrou ou não, se tem o botão de pânico acionado, se o ônibus está atrasado.



O SR. MAURO IGNACIO:- Independente do 156, (A) a Urbs tem esse acompanhamento?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Tem, ela tem a central para isso.

O SR. MAURO IGNACIO:- Correto. Então só queria reforçar, com o depoimento do Sr. Renato, que eu fiz um pedido para a Urbs já há três meses sobre as reclamações que chegam sobre o sistema de transporte e satisfação do usuário. Há mais de três meses! Exatamente porque a Prefeitura pagou recentemente 3% e entre os indicadores tinha a satisfação do usuário. Considerando que essas informações estão disponíveis através do ICI e também em paralelo na Urbs, acho que três meses é um tempo além do necessário para que tenhamos essas informações.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- V. Exa. tem toda a razão.

O SR. MAURO IGNACIO:- Uma outra questão que o senhor mencionou aqui, que nos chama a atenção também, é integração temporal. Como é que isso se processa? Isso já pode ser utilizado em Curitiba?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Durante o período de implantação do sistema de bilhetagem já testamos e viabilizamos durante um bom tempo de homologação de testes em campo a possibilidade do cidadão, do usuário da rede de transporte, através do seu cartão, descer de um ônibus e ter um tempo máximo para ir até outro ônibus fora do terminal. Se no terminal fica mais fácil, mas ele desceu aqui na frente da Câmara e precisa pegar ônibus lá na Silva Jardim, é disso que trata a integração.

O SR. MAURO IGNACIO:- Mesmo do ponto de ônibus também?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- É essa a ideia. Se a pessoa desce aqui na Visconde de Guarapuava e precisa pegar um ônibus na Silva Jardim, teoricamente teria que pagar duas passagens e com essa integração temporal você tem um tempo durante o qual você...


O SR. MAURO IGNACIO:- O sistema está pronto! Não precisa de funcionário, não precisa de nada?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Precisa a Urbs ativar isso aí que já está disponível no sistema.

O SR. MAURO IGNACIO:- Por exemplo, ali em Santa Felicidade tem uma feira, ao lado da Praça São Marcos e pela catraca o cidadão pode sair, ficar na feira, imagino que seja duas horas, ele pode voltar sem pagar passagem.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Acredito que seja só uma questão operacional dela planejar, se é meia hora, uma hora ou duas horas é uma questão do impacto.

O SR. MAURO IGNACIO:- Quer dizer, isso hoje está pronto e basta a vontade política da Urbs poder operacionalizar?



O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Sim.

O SR. MAURO IGNACIO:- Não vou chamar de isenção, mas essa possibilidade de ele usar outro ônibus sem pagar a passagem. E com relação as câmeras no interior dos ônibus, como aconteceu no Rio de Janeiro. O que o ICI pode contribuir para que Curitiba tenha essa instalação de câmeras dentro dos ônibus? Isso já é possível, depende do quê?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Uma análise bem feita dessa solução, Vereador, passar por compartilhar custos com os empresários. Não há acréscimo de custos para o poder público, entendeu? Atuar na política pública no sentido de garantir que os donos das empresas coloquem as câmeras. A infraestrutura, quer dizer, o jeito de transferir o sinal para uma central, isso já demos o primeiro passo com essa bilhetagem eletrônica. A bilhetagem eletrônica não é só passar o cartão e contar a passagem. Já colocamos computador e GPS junto, exatamente para saber que o ônibus tal nesse local aqui está com o botão pânico e já liga a câmera na hora. Através do 3G já consegue ver no CCO da Urbs, aqui na Rodoferroviária.

O SR. MAURO IGNACIO:- Não precisaria ficar filmando o tempo todo, na hora do pânico, do assalto, por exemplo, o cobrador poderia acionar o botão de pânico e naquele momento a câmera poderia começar a filmar.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Exatamente. Operacionalmente já demos um passo grande nesse sentido.

O SR. MAURO IGNACIO:- Isso está disponível, quer dizer, essa tecnologia já existe hoje pronta para ser utilizada?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Sim. Só não tenho a informação e isso não foi aprofundado em tempo, levantar os custos de quanto custaria ao município isso.

O SR. MAURO IGNACIO:- Mas seria o que? Mais uma câmera em cada ônibus?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA:- Seriam mais dificuldades operacionais. Como tivemos dificuldade em instalar o GPS e os computadores de bordo, tenho certeza absoluta (A) também de que o projeto tem que ser bem minucioso. Um ônibus é um ambiente razoavelmente hostil, porque ele é muito sujeito a vibração, a calor, a sujeira, a água, a vandalismo. Então, tem que ser um projeto bem feito.

O SR. MAURO IGNÁCIO:- Tem que ser pensado. Mas é uma tendência, até porque hoje, esta semana debatemos, o Vereador Tiago Gevert quer colocar câmera em táxis. Então, é uma tendência até pela questão da segurança, de podermos buscar, de motorista assaltado, cobrador, estação tubo é assaltada. Enfim, estamos hoje a mercê da violência em qualquer lugar e dentro dos ônibus inclusive, mas era só para conhecimento. Eu acho, Sr. Presidente, do que já foi perguntado, da disposição do Sr. Renato, já foi esclarecido, as minhas dúvidas eram estas. Só ressaltando essa preocupação com a Urbs em responder essa questão das reclamações. Eu acho que agora que o

nosso relator vai contribuir, fazer o relatório final, é essencial que essa informação conste no relatório também. Muito obrigado.


O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos. E temos mais algumas perguntas aqui, Sr. Renato. Quais são as empresas...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, vou ter que me ausentar, vou ter que voltar para a segunda parte e vai ter a Sessão.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor faz as perguntas, então, Vereador Geovane Fernandes.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Na realidade, Sr. Presidente, as minhas perguntas foram contempladas. Mas cheguei a uma conclusão, que o ICI é por trabalhar na Regional do Boqueirão há dois anos, e tudo passava pelo 156, as regionais não funcionam hoje sem o 156, tudo que é pedido pela população sai um relatório, o gestor vai até um encontro com os moradores para resolver a situação. Eu gostaria de perguntar ao Sr. Renato, hoje o valor pago ao ICI é pago, porque pode se afirmar que o Poder Público de Curitiba transferiu quase toda a responsabilidade ao ICI para administrar as empresas de ônibus, administrar o sistema de informática tudo que tem em Curitiba. Então, no meu ponto de vista o ICI deve ser uma empresa super preparada para atender toda essa demanda que tem em Curitiba. Agora, se o valor é justo pela cobrança, sim ou não, cabe também aos parlamentares, aos Vereadores da CPI discutir na frente nos relatórios. Gostaria que o senhor afirmasse, Curitiba para sem ICI hoje?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Respondendo a primeira parte da sua pergunta. Não é viável afirmar que o município passou todas as responsabilidades para o Instituto. Eu diria que o ICI executa aquilo que a Prefeitura contratou o Instituto para fazer, dentro das condições e assim por diante. Mas em nenhum momento a Prefeitura se destituiu do dever de fiscalizar, de manter uma estrutura para fiscalizar à míude e detalhadamente cada atividade do Instituto. Isso a administração sempre pesou por manter extremamente sério esse acompanhamento. Realmente, mensalmente o ICI preenche um caderno de informações, um relatório de atividades detalhados meta a meta, resultado a resultado, mensurável, e disponibiliza para a própria Secretaria de Administração uma tela em que ele pode acompanhar exatamente todos os milhares de chamados e de pedidos que são feitos para a execução de determinados serviços, a adequação de um software, uma manutenção de um computador. Para o senhor ter noção, hoje o acordo contratual que existe entre o ICI e a Prefeitura é de atender no máximo em seis horas qualquer lugar da cidade no complexo da saúde, se algum computador deu uma pane, uma impressora deu uma pane e essa impressora pertencer ao inventário gerenciado pelo Instituto, o ICI tem seis horas não é para atender ao telefone e dizer que vai resolver daqui a dois meses, são seis horas para resolver o problema, é para substituir a máquina, trocar tudo, passar o antivírus, reinstalar tudo e assim por diante. Esse tipo de maturidade (m) é que acabou trazendo a Curitiba esse benefício de ter o uso e a tecnologia em prol do cidadão mesmo. Não é simplesmente uma disponibilização de um computador para usar Internet gratuita. Não, é realmente uma integração para evitar com que o cidadão perca tempo. Hoje, na minha época menos de 3% que um cidadão



tinha de necessidade em relação ao Poder Público Municipal, requeria que ele fosse ao Palácio 29 de Março para ser atendido. Resolve pela Internet, 156 como o senhor bem colocou. Então a gente procurou esperar nesse sentido. Isso é uma coisa que os senhores não precisam se preocupa, porque Curitiba vai receber esse título de Cidade, mais digital do Brasil.

O SR. PRESIDENTE:- Temos mais uma pergunta ao Senhor. Quais são as empresas do Sr. Aroldo Jacobowski, que operam dentro do ICI. O senhor lembra o nome.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu lembro um, Minauro.

O SR. PRESIDENTE:- A Sisteplan, também opera, pertence ao Sr. Aroldo?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Acredito que pertence. Eu não lembro com certeza absoluta, qual é a composição societária. Mas, tem alguma participação.

O SR. PRESIDENTE:- A Performan Informática, também?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Também.

O SR. PRESIDENTE:- A Orizon Software também ?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Não me recordo da composição societária da Orizon.

O SR. PRESIDENTE:- Mas, ela opera no ICI?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Opera.

O SR. PRESIDENTE:- essas empresas do grupo do Dr. Aroldo, recebem em torno de sessenta milhões por ano do ICI. Dos cento e sessenta milhões de faturamento do ICI, esses sessenta milhões, são do Sr. Aroldo. Eu gostaria de saber quanto é operado pelo próprio ICI, para manter toda sua estrutura, seus setecentos e cinquenta funcionários, aluguel de prédio, luz, enfim todos os detalhes. Tem essa informação?

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Vereador, é um dado importante. Nós temos outros contratos, com outros municípios, o ICI

O SR. PRESIDENTE:- O senhor falou que eram cento e dez milhões, para o município de Curitiba.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- O ICI, realmente não tem ao final do período do exercício, uma questão, o lucro financeiro. Então, o senhor pode partir pela diferença. Essa diferença que o ICI, investe em pessoas, compra de insumos, impostos e despesas gerais. Detalhes não lembro mesmo.

O SR. PRESIDENTE:- Eu pergunto aos Srs. Vereadores, se em mais alguma pergunta?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu só queria, dizer que cometi uma injustiça no início. Quando parabenizei toda a estrutura da Casa, da Câmara de Vereadores. Naquela relação importante dos manifestantes no dia de ontem para sua desocupação. Esqueci de agradecer e citar todo o apoio que a imprensa desta Casa, os funcionários tiveram também durante todo o dia. Assim como nós também, ficamos concentrados, "acampados", também aqui durante todo o dia. Toda equipe de Jornalismo, Taquigrafia, equipe de apoio, de Redação, estiveram conosco até o último momento, foi muito importante para que tudo acontecesse da forma que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE:- Faço meu seus comentários, e acredito de todos os membros desta CPI. Obrigado. Agradecemos o Sr. Renato e deixamos a palavra para o senhor fazer as considerações finais.

O SR. RENATO JOSÉ DE ALMEIDA RODRIGUES:- Eu quero agradecer pelo ambiente receptivo. Quero também parabenizar o trabalho dos senhores. (c) Vejo com bons olhos o trabalho que vocês estão desenvolvendo e me senti necessário ao vir aqui para esclarecer alguns detalhes que eu vi que não haviam sido comentados ainda e que poderiam estar gerando más interpretações. Espero que a minha contribuição técnica tenha dado mais subsídios.


O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos, Sr. Renato. Perguntamos ao seu advogado se ele tem algum comentário a fazer. (Pausa). Então, agradecemos a sua contribuição. Encerramos esta reunião e já convocamos outra para às 14h quando ouviremos o Sr. Celso Bernardo, gerente financeiro da Urbs. Está encerrada a reunião. Muito obrigado pela presença de todos.

(Início da segunda parte)

O SR. PRESIDENTE:- (v) Invocamos a proteção e as bênçãos de Deus para declararmos aberta esta segunda parte da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o Transporte Coletivo na Cidade de Curitiba. Passo a palavra ao nosso relator para que ele possa registrar as pessoas que nos acompanham nesta tarde.

O SR. BRUNO PESSUTTI:- Agradecemos a presença do Sr. Henrique Credídio, assessor técnico do Setransp, Sr. Solon Brasil Junior, Procurador Geral da Urbs, Sr. Celso Bernardo, funcionário da Urbs, Cássia Aragão, funcionária da Urbs e Sr. Valmir Mombak, da Setransp..

O SR. PRESIDENTE:- Convidamos, então, o Sr. Celso Bernardo para tomar assento na Mesa e se o advogado desejar também. Sr. Celso Bernardo, o senhor será ouvido na condição de testemunha de acordo com o Artigo 203 do Código de Processo Penal (Lê Artigo). Como esta Sessão está sendo transmitida pela Rádio Web e também pela TV Web, o seu depoimento será



disponibilizado no site da Câmara, então esses dados referentes a sua qualificação pessoal e dados pessoais estaremos pedindo por escrito. Então, faço a seguinte pergunta: o senhor jura dizer a verdade, somente a verdade, nada mais que a verdade?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim

O SR. PRESIDENTE:- Quero lembrá-lo que a partir deste momento o senhor está sob juramento, e se faltar com a verdade poderá sofrer processo por falso testemunho. Disponibilizo a palavra para o senhor fazer a saudação ou algumas considerações iniciais que deseje a esta CPI.

O SR. CELSO BERNARDO:- Primeiro quero agradecer a presença de vocês e estou aqui para responder dentro daquilo que eu tenho conhecimento, às perguntas dos Srs. Vereadores.

OS R. PRESIDENTE:- Então, esta Presidência vai começar os requerimentos. O Senhor é funcionário da Urbs há quantos anos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Trinta e seis anos.

O SR. PRESIDENTE:- Qual a sua qualificação profissional?

O SR. CELSO BERNARDO:- Economista.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor é funcionário concursado da Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Qual a área que o senhor trabalha atualmente na Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- Na área financeira.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor é o gerente financeiro da Urbs atualmente?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.


O SR. PRESIDENTE:- Quais as atribuições do seu cargo de gerente financeiro?

O SR. CELSO BERNARDO:- Minhas atribuições basicamente são de planejamento financeiro e na parte operacional efetuar os pagamentos depois de autorizados pela direção da empresa.

O SR. PRESIDENTE:- O Senhor é autoridade máxima da Urbs na área financeira ou tem outra autoridade a qual o senhor está submisso?

O SR. CELSO BERNARDO:- Estou subordinado ao diretor administrativo e financeiro.

O SR. PRESIDENTE:- Tirando o diretor administrativo e financeiro, a área financeira **está sob sua responsabilidade?**



O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- No processo de licitação do transporte coletivo, o senhor fazia parte da área financeira da Urbs

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor recebia ordens de alguma outra autoridade, do diretor financeiro ou do presidente da Urbs ou do Prefeito durante o processo de licitação.

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que o senhor nos informasse se a gerência financeira é o órgão responsável pelo pagamento das empresas do transporte coletivo?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não senhor.

O SR. PRESIDENTE:- Ah, não é?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Qual é a área então que faz o pagamento do transporte coletivo?

O SR. CELSO BERNARDO:- Quem faz é a área financeira, mas ela não era responsável. Por quê? Porque somos meros executores. Todos os pagamentos tem um processo que passou pelo gestor, pelo fiscal de contrato. Depois de estar tudo ok, é apropriado na contabilidade. Aí na hora de efetuar o pagamento a área financeira, que é a tesouraria, que faz isso. Ela programa os pagamentos, emite os documentos e só depois de duas assinaturas, do diretor administrativo financeiro e mais um outro diretor, que por estatuto da empresa é dessa forma que deve ser procedido, depois de autorizado é efetuado os pagamentos.

O SR. PRESIDENTE:- Esse procedimento é feito diariamente?


O SR. CELSO BERNARDO:- Diariamente.

O SR. PRESIDENTE:- Para as onze empresas que operam o sistema?

O SR. CELSO BERNARDO:- Todas as empresas, inclusive os fornecedores também é o mesmo processo.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O senhor disse que tem um gestor do contrato, então o transporte coletivo tem um gestor para cada contrato que é feito pela Urbs com as empresas?

O SR. CELSO BERNARDO:- No caso do contrato do transporte coletivo existe mais de um gestor.



O SR. PRESIDENTE:- Quem são esses gestores de contrato?

O SR. CELSO BERNARDO:- Tem o Berlezi que faz a parte de fiscalização, o Fila que faz a parte de programação, o Elcio Kara faz a parte de vistorias, o Wilson Químio faz a parte de informática e eu a parte financeira.

O SR. PRESIDENTE:- Esses gestores de contratos todos eles assinam esse documento para que o senhor faça o pagamento?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não, porque o gestor do contrato específico disso aí é o diretor de transporte.

O SR. PRESIDENTE:- Ah, sim. Então, seria o diretor de transportes?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor está há quantos anos nesse cargo de gerente financeiro/

O SR. CELSO BERNARDO:- Desde março de 2009.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Esses pagamentos para as empresas, todos saem pelo Fundo de Urbanização de Curitiba?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim, 100%.

O SR. PRESIDENTE:- Todos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Todos.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor participou da comissão que elaborou o edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Eu participei da comissão de julgamento, não da elaboração.

O SR. PRESIDENTE:- Ah, o senhor participou da comissão de julgamento.

O SR. CELSO BERNARDO:- De julgamento, num item específico que é regularidade fiscal.

O SR. PRESIDENTE:- Na comissão para recebimento das propostas conta o seu nome lá como membro pela área financeira. Mas então o senhor não teve nenhuma participação da elaboração do edital, nem posteriormente das alterações do edital?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Nenhuma?



O SR. CELSO BERNARDO:- Nenhuma.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Essa comissão de recebimento de propostas, ela só se reuniu após a publicação do edital?

O SR. CELSO BERNARDO:- Só.

O SR. PRESIDENTE:- Antes não teve?

O SR. CELSO BERNARDO:- Tão somente.

O SR. PRESIDENTE:- E aquela comissão preparatória, aquela comissão que foi constituída para subsidiar a comissão, o senhor tem conhecimento de que ela efetivamente se reuniu?

O SR. CELSO BERNARDO:- Tenho conhecimento que existiu, mas não tenho conhecimento do procedimento deles.

O SR. PRESIDENTE:- Se houveram reuniões?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Nessa comissão de julgamento, eu gostaria que o senhor nos informasse qual foi a participação de cada um desses membros na aprovação do edital que foi publicado em 29 de dezembro de 2009. Qual foi o papel do Sr. Fernando Guinone?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não, não conheço. Eu sei que ela era o presidente da comissão, e ele é quem coordenava as atividades.

O SR. PRESIDENTE:- Antes do dia 29 de dezembro, essa comissão de licitação não se reuniu então? (M)

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Antes da publicação do edital.

O SR. CELSO BERNARDO:- Na que eu participei, não. Na que eu participei, só participamos para recebimento e julgamento daquele item de regularidade fiscal e de contrato.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Então, o papel do Sr. Fernando Ghignone, o senhor não sabe o papel anterior ao momento em que vocês passaram a receber as propostas?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor Luiz Filla, será que ele participou da elaboração, ele chegou a participar da elaboração do edital?



O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço, Vereador, a que nível. Porque tinha essa comissão técnica, e eles é que...

O SR. PRESIDENTE:- Ah, tinha uma comissão técnica preparatória anteriormente então? O senhor não lembra?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei.

O SR. PRESIDENTE:- Tá. Bom, então, o Sr. Manika também o senhor não sabe qual foi a participação dele?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Nem o Sr. André Gustavo Reis Fialho?

O SR. CELSO BERNARDO:- Também não.

O SR. PRESIDENTE:- E o Sr. Saulo de Oliveira Miranda, também não?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor tinha consciência de que havia um parecer jurídico, esse parecer de nº 100/09, que informava que o processo licitatório não poderia prosseguir enquanto não fossem sanadas inconformidades que foram encontradas na minuta desse processo, nesse edital? O senhor tinha conhecimento?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Nenhum.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O senhor poderia informar se sabe quais foram as razões que levaram o presidente da comissão de licitação, o Sr. Fernando Ghignone, a não obedecer as determinações do parecer jurídico da Urbs, sobre a análise da minuta do edital de licitação, que foi assinada pelo atual diretor de transportes, na época advogado da Urbs, o Sr. Rodrigo Grevetti?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Desconheço.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor participou como o responsável economista pela área financeira do estabelecimento do valor da outorga do sistema de transporte coletivo, somando os três lotes, no valor de duzentos e cinquenta e dois milhões? Foi o senhor que definiu esse valor?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Foi a única licitação, Sr. Celso, que o senhor participou na Urbs? Ou o senhor participou em outras licitações como membro da área jurídica da Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Eu participei de várias licitações, inclusive como



pregoeiro, mas não de... Depois que assumi a área financeira, tive muito poucas participações.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Gostaria que o senhor nos explicasse como é feito o pagamento para as empresas. Então, diariamente se pegam os dados do sistema de bilhetagem automática e ali se faz um processo?

O SR. CELSO BERNARDO:- Faz-se um processo de pagamento, basicamente da seguinte forma: todos os usuários do sistema, tanto pago como não pago, o sistema registra, passou pela catraca, ele registra; esse registro está no sistema de bilhetagem eletrônica, a qual temos os relatórios, e nós fazemos esse relatório de todos os passageiros pagantes, que é o que nos interessa, no caso o financeiro, né, fazemos a quantidade de passageiro pagante equivalente, que por dia útil está em torno de um milhão e cinquenta mais ou menos; multiplicado pela tarifa técnica, dá a receita total do sistema; retira-se os 4% e aplica-se os 2% de Imposto Sobre Serviços, que está previsto que a Urbs deve provisionar; provisionamos numa conta específica, a partir agora de outubro, porque ele também tem essa, na planilha, ele tem uma planilha desse valor; e esses 96% do total da receita (1) que é pago diariamente às empresas.

O SR. PRESIDENTE:- Os 2% do ISS ficam recolhidos no cofre da Urbs ou são repassados também para as empresas?

O SR. CELSO BERNARDO:- Ele fica provisionado em conta corrente do fundo, a Urbs é mera administradora do fundo, com aplicação financeira.

O SR. PRESIDENTE:- Os 2% do ISS?

O SR. CELSO BERNARDO:- os 2% do ISS. Os 4% vai para a Urbs;

O SR. PRESIDENTE:- Há uma auditoria da Prefeitura, na Secretaria de Finanças, que apurou que no período de 2008, 2009 e parte de 2010 não foram calculados os 2% do ISS sobre alguns tributos federais, entre os quais o PIS e Cofins. O senhor sabe como é que ocorreu esse procedimento e por que foi assim?

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço.

O SR. PRESIDENTE:- Tem uma pessoa específica lá dentro da Urbs que faz esse provisionamento para o ISS?

O SR. CELSO BERNARDO:- São dois tempo diferentes, vamos chamar assim. Tem o contrato que era de permissão de uso, que foi até 06 de novembro de 2010, esse contrato era feito por pagamento de quilômetro rodado, que a Urbs também tinha 100% desse controle, com o advento dessa licitação, o contrato prevê o pagamento por passageiro pagante equivalente. Pega o total da receita e divide pelo número de passageiros, pela tarifa técnica...

O SR. PRESIDENTE:- Pela tarifa técnica a partir da licitação.



O SR. CELSO BERNARDO:- Aí, até 06 de novembro de 2010 era feito um balanço, chamávamos balanço, na verdade, porque quando calculamos por quilômetro rodado, nem sempre aquela quantidade programada era a quantidade executada. Por exemplo, o ônibus não foi porque furou o pneu, porque o motorista faltou ou também acontecia "olha vamos ter que colocar mais ônibus, que vai ter vestibular, etc". Uma atividade qualquer, jogo de futebol que é comum você crescer naquela linha, naquele local, quantidade de ônibus. Ora, se tem contrato de ônibus tem quilômetro rodado a maior. Isso era feito um balanço, até o dia 10 do mês seguinte, que gerava os valores a serem descontados daquele provisionado, daquele previsto ou acrescido. Em cima disso e que não era a área financeira que fazia. Quem fazia era área de programação do transporte.

O SR. PRESIDENTE:- Então, provisionava 2% sobre isso.

O SR. CELSO BERNARDO:- E inclusive a questão do ISS. Não era a área financeira, então, eu desconheço os procedimentos internos.

O SR. PRESIDENTE:- Só para lhe esclarecer, porque a partir do momento em que se passou a pagar pela tarifa técnica não foi detectada...

O SR. CELSO BERNARDO:- Aí a área financeira que faz.

O SR. PRESIDENTE:- Ah, tá. Então, o senhor calcula que esse erro aconteceu lá na outra área, então?

O SR. CELSO BERNARDO:- Se é que houve, eu não sei.

O SR. PRESIDENTE:- Sim, porque um dos objetos da CPI é o não recolhimento correto do ISS, e a auditoria lá da Secretaria de Finanças apontou que não foram recolhidos corretamente durante o período desses três anos que eu citei ao senhor. Então, tem um setor específico, há uma pessoa que fez esses cálculos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- Eu gostaria de perguntar para o senhor, evidentemente que esse sistema de informática tem alguns códigos, algumas chaves. Quem são as pessoas que detém essa chave, esses códigos para chegar os dados reais. Uma dessas pessoas seria o senhor?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não senhor. Agora nós teremos, eu e o Wilhelm, a partir de dois meses para cá, o código de alimentar a quantidade de cartões de vales-transporte a serem vendidos.

O SR. PRESIDENTE:- E esse sistema de informática que é objeto dessa investigação, como vocês acessam esses dados?

O SR. CELSO BERNARDO:- Vou falar pela linha área. Por exemplo, eu tenho acesso, o único, exclusivo para alimentar o sistema, que sempre são duas assinaturas, a minha e do Wilhele

Eduard. O financeiro, tem gente lá meramente para controle de estoque, outros para tirar relatórios financeiros. Por exemplo, tem uma pessoa que faz só esse levantamento de todo consolidado do sistema. São cinco mil e poucos pontos, ou seja, catracas existentes no sistema, que nós chamamos de seções. São cinco mil e quinhentas seções, mais ou menos, por dia. O sistema consolida essas seções e tem um funcionário que faz só esse trabalho lá comigo. Ele faz análise de quanto consolidou, quanto não consolidou e tal. Então, ele tem acesso a essa parte financeira. Cada funcionário tem uma alçada, vamos chamar assim, específica para aquele trabalho que ele desempenha, através de uma senha exclusiva dele.

O SR. PRESIDENTE:- Alguém pode entrar nesse sistema e colocar dados, desviar, digamos, recursos para, vamos imaginar, um consórcio, como eu poderia dizer, um consórcio zumbi. É possível isso ou não?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Porque as contas, os recursos são destinados diretamente para as contas das empresas ou dos consórcios?

O SR. CELSO BERNARDO:- Os recursos do sistema são 100% públicos. Ou seja, ele é recurso do Fundo...

O SR. PRESIDENTE:- Mas na hora do pagamento, como que é feito? O senhor vai autorizar o pagamento, o senhor autoriza num documento ou num código que determina o banco X que repasse aquele dinheiro para determinada empresa?

O SR. CELSO BERNARDO:- O pagamento das operadoras?

O SR. PRESIDENTE:- Isso, dos dias... Por exemplo, agora é de um dia para outro que é feito o pagamento. Todo dia é feito...

O SR. CELSO BERNARDO:- Todo dia é feito pagamento, sempre de dois dias anteriores. Por exemplo, hoje, quinta-feira, nós estamos pagando terça-feira. Por quê? Porque o sistema está programado para esse parâmetro. À zero hora, às 23h59 ele encerra e durante a madrugada ele vai consolidar todos os fatos ocorridos entre a zero hora e aquela hora, 23h59. Ele consolida aquilo. Ele consolidando, no outro dia de manhã nós vamos conferir toda essa programação, fazer os empenhos, etc., para pagar no dia seguinte. Então, quarenta e oito horas após o recebimento.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Celso, eu queria saber como é que o senhor autoriza o pagamento para a empresa X, por exemplo. É um código bancário que vocês autorizam...

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Eu diria assim, é bem simples o procedimento. Por quê? Uma vez feito esse levantamento desse consolidado, nós vamos definir, através da câmara de compensação, já está definido qual é o percentual deste bolo do sistema. Por exemplo, o sistema dá hoje, mais ou menos, três milhões e trezentos/dia. Desses três milhões e trezentos, só para

deixar bem claro, bem simples, você tem a parte do Fundo, a parte retida do ISS, e daí vai reter os 2% das empresas urbanas. Então, cada uma das empresas tem um percentual que cabe a ela, do metropolitano. Do urbano, é o consórcio. Nós temos contrato com o consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- E daí o dinheiro vai para o consórcio ou vai para a empresa?

O SR. CELSO BERNARDO:- Vai para o consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- Daí o consórcio faz a divisão para as empresas?

O SR. CELSO BERNARDO:- O consórcio faz a divisão para as empresas, e também já está definido o percentual de cada empresa participante do consórcio.

O SR. PRESIDENTE:- Mas o senhor manda uma ordem bancária? Como é que o senhor faz?

O SR. CELSO BERNARDO:- É transferência eletrônica após autorização da direção da empresa.

O SR. PRESIDENTE:- Há uma transferência eletrônica.

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso.

O SR. PRESIDENTE:- Lá do seu computador, por exemplo.

O SR. CELSO BERNARDO:- Do computador da tesouraria.

O SR. PRESIDENTE:- Esse trabalho é feito pelo senhor ou tem alguém lá que faz isso?

O SR. CELSO BERNARDO:- É feito pelo tesoureiro e um assistente do tesoureiro. São duas assinaturas eletrônicas. E ele só pode efetuar a segunda assinatura eletrônica após a autorização da direção da empresa.

O SR. PRESIDENTE:- Nós recebemos a informação aqui no CPI de que até dezembro do ano passado esses dados antes de serem consolidados lá pela Urbs eles passavam por um sistema da Dataprom. Confere essa informação?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Eles passam 100% pelo sistema da Urbs.

O SR. PRESIDENTE:- Sempre foi pela Urbs. Ele não faz uma parada estratégica, por exemplo, lá no sistema da Dataprom? Alguma coisa assim?

O SR. CELSO BERNARDO:- Olha, eu não saberia lhe responder. O que eu posso dizer, com certeza, desde que eu estou na área financeira, é que o sistema de bilhetagem eletrônica nós

temos ele *off line*, ou seja, eles se comunicam, os ônibus passam lá no principal da garagem e comunica para nós. Eu posso até saber *on line* onde está, desde que ele esteja conectado. E sempre foi dessa forma.

O SR. PRESIDENTE:- Na semana passada houve um alerta da Urbs que alguns marginais estavam desviando boletos das contas do fundo para contas particulares. Eu gostaria que o senhor explicasse o que foi que aconteceu, e como aconteceu esse tipo de crime.

O SR. CELSO BERNARDO:- Tecnicamente eu não sei explicar porque é a parte de informática. O que eu sei na prática é que ele estava desviando a conta bancária apenas.

O SR. PRESIDENTE:- A conta bancária. Então, quando você imprime o boleto aparece outra conta bancária?

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso. No nosso caso foi insignificante, tivemos três casos de valores pequenos.

O SR. PRESIDENTE:- Certo.

O SR. CELSO BERNARDO:- E só ocorreu, tão somente, não pelo sistema que nós temos, e sim pelo vírus do computador. Tanto é que foram empresas pequenas. Um era um motelzinho, o outro era uma lanchonete pequena, de duzentos e poucos reais que ela comprou de vale transporte para os funcionários. Ou seja, são computadores que não tinham nenhum antivírus, segundo a informática nos passou.


O SR. PRESIDENTE:- Voltando à questão da licitação. O senhor é um profissional da área de economia, atua há trinta e seis anos na Urbs, tem toda uma história profissional. Quando o senhor recebeu as propostas das empresas, o senhor como um especialista na área, o senhor não notou que o desconto dado pelas empresas, pelos consórcios, era muito pequeno? Por exemplo, o consórcio Pioneiro deu um desconto na tarifa de 0,01%, ou seja, quatrocentos e trinta e dois milésimos de centavos. O consórcio Transbus deu um desconto de 0,01. E o consórcio Pontual foi o que deu um desconto um pouquinho maior, de 0,02. O senhor não notou um aspecto meio estranho, que o desconto foi tão insignificante, foi menos de meio centavo por tarifa?

O SR. CELSO BERNARDO:- A minha participação ficou limitada à regularidade fiscal. Essa questão da análise das planilhas era feita pela comissão técnica, o que não era o nosso caso.

O SR. PRESIDENTE:- Sim. O senhor não chegou a examinar esse aspecto?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O senhor confia plenamente nesse sistema de bilhetagem eletrônica? É totalmente confiável? Eu pergunto isso, o senhor acabou de nos dizer que houve



uma fraude, embora parece que ela tenha partido do sistema do computador do usuário, lá na ponta, um vírus. Mas alguma vez foi feita uma auditoria profunda nesse sistema para confirmar que ele é realmente confiável?

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu posso lhe responder da seguinte forma, nós acreditamos no sistema. Toda vez que temos qualquer tipo de denúncia, esse caso por exemplo do vírus, é passado para a informática imediatamente. No caso do usuário, que aí a área financeira tem acesso, que é uma pessoa só, não é qualquer um, é o Gilberto, ele tem acesso a rastrear, como o Berleze tem lá da área dele, a área de monitoramento constante do cartão, porque o próprio sistema tem relatórios de tipos de ocorrências. Por exemplo, a pessoa diz: eu comprei (n) e não entrou o dinheiro no cartão, ou entrou e sumiu o dinheiro do cartão. Todas essas ocorrências são feitas e dadas as explicações convincentes. Ou seja, nunca tivemos nenhum caso improvado de que a pessoa tinha vale a mais ou a menos. Então, essa auditoria é feita.

O SR. PRESIDENTE:- Nós recebemos pela manhã o Sr. Renato Almeida e ele falou que em tese nenhum sistema de informática é perfeito e a gente lembra que a Nasa foi invadida por hackers, o pentágono nos Estados Unidos, a Casa Branca, o Palácio do Planalto. Nunca houve nenhum caso de fraude que tenha sido detectado dentro do sistema de vocês?

O SR. CELSO BERNARDO:- Que eu conheça não.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Tem uma outra questão que nos intriga, parece que tem um crédito em torno de cento e setenta milhões de reais no FUC que não foram utilizados pelos usuários. Eles compraram essas passagens mas não usaram. Esses cento e setenta milhões existem ainda no FUC ou eles desapareceram, sumiram? Até o Prefeito Gustavo Fruet, alguns meses atrás, twittou que tinham que descobrir onde estavam esse dinheiro. O que o senhor tem a explicar a esse respeito?

O SR. CELSO BERNARDO:- Olha, isso é verdade. Ou seja, o que existe... porque as pessoas compram o vale transporte e nem sempre, por 'n' razões, por exemplo, a pessoa faleceu, a pessoa mudou, ou a pessoa perdeu, etc., esquece lá, a empresa comprou e deixou lá. Então, existe um percentual pequeno, evidentemente,...

O SR. PRESIDENTE:- Isso seria em torno de quanto? Quanto seria esse valor de crédito que as pessoas, chegam aos cento e setenta milhões de reais?

O SR. CELSO BERNARDO:- Chega.

O SR. PRESIDENTE:- Cento e setenta milhões.

O SR. CELSO BERNARDO:- No começo do ano estava em cento e cinquenta milhões.

O SR. PRESIDENTE:- E agora está em cento e setenta milhões. E não foram usados?

O SR. CELSO BERNARDO:- Que não são usados. Esse dinheiro entra para o fundo e faz

parte de um subsídio, vamos chamar assim, de quando você tem uma tarifa técnica, você tem o usuário que tem passagem a dois e vinte, a dois e trinta e nós estamos pagando três.

O SR. PRESIDENTE:- Só me diz uma coisa, mas esse dinheiro está lá no FUC fisicamente, numericamente, mas está lá?

O SR. CELSO BERNARDO:- Está no sistema como crédito.

O SR. PRESIDENTE:- Está no sistema.

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso, a quantidade de passagens multiplicado pelo seu valor e demonstra isso claramente.

O SR. PRESIDENTE:- E esse dinheiro está depositado nos bancos que operam o FUC?


O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Esse dinheiro é pago o déficit do sistema.

O SR. PRESIDENTE:- Mas como o senhor explica essa diferença entre o valor nominal e o valor real do dinheiro ali dentro? Qual a sua explicação como economista? Está difícil de nós entendermos isso, o que aconteceu com esse dinheiro?

O SR. CELSO BERNARDO:- Ele é usado no déficit do sistema. Por exemplo, a passagem deveria ser aumentada no dia 26 de fevereiro deste ano. Todos os anos são iguais, como agora é tarifa técnica, tarifa técnica, passageiro pagante equivalente, passou passageiro tem que pagar. Antes era quilômetro, então andou paga. Agora não, passou passageiro paga. E com toda a sinceridade acho melhor esse sistema de hoje.

O SR. PRESIDENTE:- O senhor acha mais justo?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei se é mais justo, mas é mais prático para a gente trabalhar. O outro era muito complicado para explicar. Esse é muito simples, passou paga, não passou não paga, ponto. E se a empresa não cumprir a programação ela deve ser punida. Muito bem. Mas, voltando à explicação, dia 26, o contrato reajusta dia 25. Todo ano ele vence dia 25 de cada mês. Por essas questões, que não vêm ao caso, elas não são aumentadas no dia 26. Até porque não fecharam o acordo coletivo, porque isso, porque aquilo. E também o poder público demora para dar o reajuste. O que as pessoas fazem, sabendo que vai haver o reajuste? Vão lá e compram. Quanto mais pessoas compram, mais probabilidade, sem a real necessidade de usar, de não usar. Mas tem o especulador também. O especulador vai lá e compra, especulador que eu digo assim até bem intencionado. "Vou comprar duzentos vales, que vão custar setecentos reais e vou ganhar dez por cento, três por cento", sei lá, um percentual em cima. Muito bem, as pessoas compram essa quantidade de vales a dois e sessenta e nós pagamos às empresas três e doze, porque agora está em três com as despesas. Essa é a diferença. Agora, tenho feito umas brincadeiras, não tem maquininha de fazer dinheiro. Ou seja, se a empresa recebe um determinado valor e paga outro valor tem que ter o dinheiro.



O SR. PRESIDENTE:- O senhor aponta como uma falha o vale transporte não ser em moeda corrente ao invés de....

O SR. CELSO BERNARDO:- Não aponto como falha porque tudo tem seu lado positivo e seu lado negativo, mas aponto como uma necessidade de transformarmos de forma urgente em reais. Por quê? Porque agora o usuário está sendo prejudicado porque comprou a dois e oitenta e cinco e hoje é dois e setenta. Só que para o sistema não importa se é vantagem ou não é vantagem. Tem que ser o que é justo. E o que é justo? O preço que está definido. Ponto.

O SR. PRESIDENTE:- E na domingueira, que a pessoa pagou dois e setenta e paga um e cinquenta?

O SR. CELSO BERNARDO:- Está sendo prejudicado. Por isso defendo intransigentemente que deve ser feito em reais a carga. Por quê? Porque acaba inclusive com esse estoque de valor que não existe. É contábil. A lei do vale transporte diz trinta dias, depois acabou. Então, trinta dias depois tem desconto de uma passagem dele. Quanto é uma passagem? Pode ser dois e oitenta, dois e cinquenta, três, sei lá. Pode se fazer outras opções de custos porque hoje, queira ou não queira, o sistema urbano subsidia o metropolitano. O mesmo ligeirinho que sai lá de Almirante Tamandaré e vai para Fazenda Rio Grande tem um custo. E a pessoa pega o ônibus e vai até Fazenda Rio Grande com dois e setenta, que custa três reais. Três reais, vamos chamar assim, o custo efetivo. É uma questão de opção do poder público em definir se vai aumentar o vale... Sempre tenho dito o seguinte, temos que pegar esses números e tomar as decisões em cima deles.

O SR. PRESIDENTE:- Sr. Celso, ontem quanto tinha no FUC, que é o Fundo de Urbanização de Curitiba, em moeda corrente real? Ontem foi dia 16. Vamos pegar dia 15, quanto tinha lá, trinta milhões, vinte milhões, dez milhões, cinco milhões? Quanto tinha efetivamente no caixa?

O SR. CELSO BERNARDO:- Estamos zerados praticamente. Assim, Vereador, para não deixar uma coisa negativa...

O SR. PRESIDENTE:- O FUC está zerado então? Podemos afirmar isso? Zera todo dia?

O SR. CELSO BERNARDO:- Está equilibrado eu diria.

O SR. PRESIDENTE:- Todos os dias o fundo não tem recurso nenhum?

O SR. CELSO BERNARDO:- Tem! Vamos explicar melhor. Meio de mês para o sistema de transporte coletivo é o período mais crítico em nível de caixa. Em nível de sistema é igual tanto um dia como o outro. Porque no começo, lá pelo dia 20, 25, as empresas começam a comprar vale-transporte para distribuir para os seus funcionários. E o caixa no começo do mês está lá com quinze, dezesseis, dezessete milhões. As pessoas vão usando durante o decorrer do mês essa compra antecipada que ele fez. Quando chega no meio do mês, entre o dia quinze e o dia vinte,

que são os piores dias, em nível de caixa, que não tem nada a ver com a operação do sistema. Ele está equilibrado.

O SR. PRESIDENTE:- O equilibrado significa não ter nada em caixa?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Equilibrado quer dizer o seguinte, se os recursos previstos dos subsídios forem depositados nos dias corretos, serão honrados todos os pagamentos contratados, sem nenhum problema até o final do ano.

O SR. PRESIDENTE:- Uma última pergunta, só para eu entender. Então nominalmente há cento e setenta milhões de reais no FUC, contabilmente?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sempre no dia trinta eu faço o levantamento, no último dia útil.

O SR. PRESIDENTE:- Só que esse dinheiro efetivamente não existe?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Então efetivamente esses cento e setenta milhões não existem?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não, pelas razões que eu expliquei.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. Muito obrigado pelos seus esclarecimentos. Concedemos a palavra ao Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Boa tarde, Celso. Se a Urbs fosse um banco, onde as pessoas pudessem sacar esse direito que elas têm de cento e setenta milhões, elas não poderiam efetuar esse saque, é essa a resposta?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei te responder. Esse é um crédito que você compra uma passagem de avião, por exemplo, e você tem um período para usar, se não usar tem que zerar na contabilidade. Nós, por sermos públicos, nunca fizemos esses apertos que deveriam ter sido feitos, por isso defendo intransigentemente que deve ser transformado em reais e não em passagem e a pessoa não usando naquele período não vai ficar. Esse é um processo que enquanto não se tomar medida nenhuma ele vai se acumulando. Felizmente esse dinheiro só está lá porque ele é público, porque no sistema não público ele não existe nem na contabilidade, e fica de lucro para os operadores.

O SR. BRUNO PESSUTI:- É nesse sentido que quero fazer a pergunta.

O SR. CELSO BERNARDO:- E esse lucro de ter uma passagem menor que faz com que ele apareça aí.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Qual é o percentual de passagens que é comprada pelos empresários para fornecimento aos funcionários como se fosse um vale-transporte?

O SR. CELSO BERNARDO:- Mais ou menos 87% do sistema de compra antecipada.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Isso representa aproximadamente quanto? Um milhão e cem passageiros pagantes por dia 87% seria...

O SR. CELSO BERNARDO:- 52% e dos 52% oitenta e sete é vale transporte.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Entendi. Então, uma proposta, uma sugestão que a gente faz é que quando houver essa compra para vale-transporte, já que é um benefício, isso tem um prazo de um mês. O Vereador Mauro Ignacio hoje perguntou e o ICI confirmou que é possível fazer uma integração temporal.

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Então poderia haver um vale transporte mensal no sistema de bilhetagem de Curitiba?

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso já é possível fazer hoje porque isso já geraria antecipadamente uma receita de aproximadamente sessenta milhões de reais todos os meses.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O empresário compraria o vale-transporte, 50% dos um milhão e cem aproximadamente que dá sessenta milhões... Então, 50% são seiscentos mil vezes cento e vinte reais aproximadamente mês, que é o valor do vale-transporte, quarenta e quatro tarifas, vinte e dois dias úteis.

O SR. CELSO BERNARDO:- São vinte e cinco milhões mês, médio, destes vinte e cinco, cinquenta e dois é compra antecipada...

O SR. BRUNO PESSUTI:- É uma sugestão que vamos fazer. A participação sua no edital foi somente a avaliação das propostas? Como foi a sua participação no edital?

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu não participei do edital, eu participei da Comissão de Julgamento referente a regularidade fiscal e dos contratos das empresas para analisar, ver se aquele representante estava no contrato social, se não estava, meramente isso.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Teve alguma empresa que auxiliou essa avaliação das propostas na época?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não em hipótese nenhuma, esses documentos foram recebidos pela comissão, lacrados e analisados em sessão reservada.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Uma outra pergunta, mudando de assunto. Se a Urbs cobra uma taxa de 4% das receitas do fundo, previsto em lei, essa receita da Urbs são os 4% do FUC, uma das receitas do FUC, de que forma a empresa busca a redução da tarifa do transporte, já que cada vez que aumenta a tarifa consequentemente aumenta o percentual que ela recebe na tarifa dos

4%, já que aumenta proporcionalmente o dinheiro que entra no Fundo, consequentemente, aumenta a receita da Urbs. De que forma que a empresa luta para uma tarifa mais módica, visto que cada vez que aumenta a passagem ela também ganha mais dinheiro? Tem a possibilidade, ao invés de cobrar uma taxa mensal, a taxa do valor que entra, a Urbs estipular um orçamento anual que seja diferente dos 4%, para que isso possa representar, quem sabe, numa redução da tarifa?

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu acho que tudo é possível, depende de opção. Por exemplo, o Poder Público... (inaudível) o município colocando trinta milhões em cima de um subsídio, poderia pôr esses trinta milhões talvez num investimento, mas é o que a sociedade...

O SR. BRUNO PESSUTI:- É o que é possível fazer?


O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei. Eu acho que a Urbs como gerenciadora do sistema ela não pode pensar nesse nível, em aumentar a tarifa para complementar o ganho. Eu acho que não. Estou falando pessoalmente, não sou eu que decido, nem tenho participação nesse nível. Então, não sei nem responder. Estou falando como economista, eu acho que seria um absurdo pensar nesse nível, só em pensar. A Urbs não visa lucro, a Urbs é uma prestadora de serviços públicos, e como tal não pode pensar dessa forma.

O SR. BRUNO PESSUTI:- É que o Tribunal de Contas questiona muito isso e também partiu esse questionamento da CPI. A Urbs é uma empresa de economia mista que visa o lucro. Uma empresa pode dar prejuízo e pode dar lucro, mas por ser empresa deve sempre visar o lucro.

O SR. CELSO BERNARDO:- A Urbs nunca visa o lucro, a diferença é que ela pode ter lucro pela característica de personagem jurídica, mas ela não tem essa função, nem no seu estatuto de distribuição de lucro e ter lucro e prestar contas ao acionista que não seja o público. Então, é nessa linha de raciocínio.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Nesse sentido, o senhor com trinta e seis anos de casa, é uma pergunta mais pessoal, seria possível transformar a Urbs de uma empresa de economia mista para uma autarquia?

O SR. CELSO BERNARDO:- Tudo é possível, acontece que se você transformar a Urbs numa autarquia, primeiro tem os problemas de transformação contratual, todos os funcionários da Urbs, 100% são CLTs, na medida em que você transforma em autarquia passa a ser estatutário. E aí você passa a vincular exclusivamente ao orçamento. Hoje tenho dito lá sempre assim, quando o diretor entra novo aqui, aqui você vai ter muito trabalho, porque aqui tem começo, meio e fim. Tudo aqui com vocês. Quando você transforma numa autarquia, aí você diz, estou com problemas financeiro. Conversa com a Secretaria de Finanças. A eu estou com problema de licitação. Conversa com a Secretaria de Administração, responsável no caso do município. E você descentraliza de tal forma, que os serviços ficam tão burocrático. Mas, se a decisão for essa, tudo é possível. As economias mistas, são criadas para agilidade de seus processos, na medida em que você deixa o Poder Público. Então, faz uma Secretaria, porque autarquia. Já que é para deixar **burocratizado e descentralizado as decisões, você descentraliza as decisões. E, aí é muito fácil.**



O SR. BRUNO PESSUTI:- Sem nenhuma, para criar o raciocínio também, no sentido de que se ela fosse e uma autarquia ou secretaria, a taxa dela seria automaticamente um subsídio que a Prefeitura....

O SR. CELSO BERNARDO:- Ai não precisa tentar, você vai direto ao Tesouro... (conversas paralelas).

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor tem conhecimento como funciona, as empresas pagam salário dos funcionários das empresas todos os dias, uma vez ao mês, uma vez a cada quinze dias?

O SR. CELSO BERNARDO:- O que eu tenho informação, é que ela faz um adiantamento todo dia 20 e faz o pagamento no quinto dia útil. Mas, não é do meu conhecimento a prática lá.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Imagino que não seja . Mas, na sua opinião será que eles pagam todos os dias o combustível, a rodagem, as peças ou só uma vez ao mês? A pergunta que eu faço, se as empresas fazem o repasses, apenas uma vez ao mês o salário, as peças, combustível, porque a Urbs, pega esse dinheiro e paga elas todos os dias. Ela não segura esse dinheiro com ela, aplicando num recurso que poderia dar em 15 a 20 dias, um percentual pequeno de lucro. Mas, poderia ser utilizado na multicidade tarifária e faz esse repasse diariamente do valor, capital, dinheiro real, a vista para as empresas. Sendo que ela poderia somente fazer isso na efetivação do pagamento e despesa.

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço. O que eu sei responder é que está previsto no contrato que em 48h nós temos que pagar. Após fechamento do dia.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas, na sua opinião poderia até ser facilitado se fosse feito um repasse quinzenal ou mensal, visto que não seria necessário o computador do tesoureiro, cada dia emitir uma assinatura eletrônica.


O SR. CELSO BERNARDO:- Facilitaria muito o nosso trabalho. Mas, não é essa prática.

O SR. BRUNO PESSUTI:- O senhor também disse que houve uma modificação de quilometragem rodada para passageiro pagante, tarifa técnica, na implementação da tarifa técnica.

O SR. CELSO BERNARDO:- Houve alteração no procedimento. Só.

O SR. BRUNO PESSUTI:- E como fica a explicação a respeito da quilometragem ociosa, já que na quilometragem ociosa, ela é adicionada a quilometragem total. Nesse instante não tem absolutamente nenhum passageiro, sendo transportado no sistema. Ele está apenas se deslocando da garagem até o início do itinerário. Seria nesse caso um pagamento por quilômetro rodado?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. O pagamento é exclusivamente sobre passageiro pagante.



O SR. BRUNO PESSUTI:- Haveria uma possibilidade de considerar a quilometragem ociosa como despesa? Ao invés de adicionar essa quilometragem no sistema, com 6% a 8% que é atualmente praticado. Se ele fosse visto como uma despesa da mesma forma que a gente olha para os custos de pendentos e vê lá uma despesa. Essa quilometragem ociosa poderia ser considerada uma despesa, também?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei te responder dessa forma. O que eu posso afirmar é que se tem um custo. E esse custo, mais os lucros vai dar um resultado. Se você vai tirar, é possível tirar na planilha, maravilha.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu pergunto se é possível fazer essa reavaliação?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não sei, porque não conheço.


O SR. BRUNO PESSUTI:- Agradeço Sr. Celso.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Serginho.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Boa tarde a todos. Eu tenho apenas quatro perguntas, se possível o senhor nos responder. No ano de 2009 a 2012, (E) o Fundo de Urbanização de Curitiba repassou ao ICI um montante de cinco milhões duzentos e sessenta, duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e um centavos. E a partir de 2010 à 2012 houve uma transferência diretamente do fundo para a Dataprom. Eu gostaria, se o senhor pudesse nos esclarecer, porque o ICI é quem fez a contratação da Dataprom, e sempre a transferência desses recursos referentes a manutenções, ajustes de software, serviços de manutenção preventiva, serviço de informática, locação de equipamentos, provavelmente a Urbs transferiu ao Instituto, e o Instituto pagava à Dataprom. Nesses anos de 2010 à 2012, o pagamento referente a fornecimentos de serviço de manutenção e outros, prestação de serviço, foi pago diretamente do fundo. O senhor sabe dizer por que essa modalidade?

O SR. CELSO BERNARDO:- O Fundo de Urbanização tinha dois grandes negócios dentro dele, públicos: trânsito e transporte. Certo? O transporte coletivo, não sei quais são os recursos, a origem desses recursos, mas provavelmente, pelo que o senhor está dizendo e com certeza é, foi dada essa informação, a Dataprom tinha negócios diretamente com a Urbs através do fundo. Exemplo: manutenção semaforica, quem faz? Dataprom. Quem paga? Pagava o fundo até 2011. Não, 2012 né? Não, 2011, em 2012 entrou já a Setran. Esse contrato foi transferido, então não tem mais. Tem manutenção semaforica, tinha... Não é nesse ano de 2012, é 2013 que teve grandes contratos com a Dataprom também no SIM - Sistema Integrado de Monitoramento.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Era só para esclarecimento, então já ficou esclarecido sobre esses contratos. Outra pergunta, Sr. Celso, a Urbs realizou um pregão eletrônico nº 013012 que contratou a empresa Recors Tecnologia da Informação, para gerenciamento do banco de dados da Urbs, no valor de quinhentos e dez mil reais. O senhor pode esclarecer para nós



que tipo de serviço que essa empresa forneceu à Urbs, sendo que existia um contrato de trinta e dois milhões Urbs - ICI? Se não estava incluso esse banco de dados.

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu não sei responder. Mas o que eu tenho de informação, que ela faz administração do banco de dados, que não tem nada haver com o sistema de software.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Não tem referência ao contrato.

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Perfeito. Minha última pergunta, serei bem objetivo: a Urbs faz a retenção do cálculo do ISS para pagamento da Prefeitura, e efetivamente executa o pagamento para a Prefeitura do ISS. Pergunto: se está havendo uma auditoria por parte do departamento de ISS da Prefeitura, e se houveram possíveis erros de cálculo, ou as empresas com possíveis equívocos na hora de fazer o recolhimento, o senhor acredita que a responsabilidade seria da Urbs, das empresas ou acredita que apenas a Urbs seria solidária nesse processo se houve qualquer equívoco na hora da cobrança do ISS das empresas?

O SR. CELSO BERNARDO:- Só posso responder da minha responsabilidade para cá, de 2011. Nós somos os responsáveis.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Vocês seriam os responsáveis.

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Eram essas as perguntas. Agradeço a atenção. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos. Concedemos a palavra ao Vereador Valdemir Soares.


O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado Sr. Presidente. Vou tentar ser o mais sucinto, até pela questão da Sessão Plenária. Gosto de estruturar bem, comentar, dar prosseguimento, fazer réplica, tréplica, quádrupla. Só que não é o caso de hoje (x) em virtude da Sessão Plenária. Boa tarde, Celso.

O SR. CELSO BERNARDO:- Boa tarde.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor que é da área financeira, sabe como se chegou ao valor de duzentos e cinquenta e dois milhões de reais para outorga dos três lotes da licitação do TC?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Como é que foi feito isso? O senhor acompanhou? O senhor sabe? O senhor teve alguma informação, alguma participação?



O SR. CELSO BERNARDO:- Não senhor.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nenhum?

O SR. CELSO BERNARDO:- Nenhuma!

O SR. VALDEMIR SOARES:- E, nesse íterim, qual era o papel do senhor na comissão de licitação? O senhor tinha alguma função, alguma atribuição, alguma responsabilidade presente, atual ou futura naquele procedimento?

O SR. CELSO BERNARDO:- A minha atuação foi limitada após o recebimento dos envelopes.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E qual foi o procedimento?

O SR. CELSO BERNARDO:- Regularidade fiscal. Julgamento... (Ininteligível). Participar da comissão nesses julgamentos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Desculpe, eu não consegui entender.

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu fiz parte da comissão de recebimento e julgamento. E o item básico que nós analisamos foi a regularidade fiscal. Ou seja, •

O SR. VALDEMIR SOARES:- O que o senhor fazia nessa comissão?

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu olhava a certidão do INSS, a certidão negativa. "Está OK da empresa tal?", "está OK!", "o FGTS?", "está OK".

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor fazia verificação de documentos? Análise de documentos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Somente isso. Só da regularidade fiscal.

O SR. VALDEMIR SOARES:- O senhor está nesta função há cinco anos? É isso?


O SR. CELSO BERNARDO:- Na área financeira, desde março de 2009.

O SR. VALDEMIR SOARES:- No caso, seria então quatro anos e sete meses.

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Dentro desse íterim da licitação o senhor só teve essa responsabilidade?

O SR. CELSO BERNARDO:- Só colaborei nesse item específico e dentro do tempo que eu pude colaborar.



O SR. VALDEMIR SOARES:- Na questão dos pagamentos à empresa, qual é o trabalho que o senhor executa? Na questão do pagamento às empresas?

O SR. CELSO BERNARDO:- No pagamento é feita a autorização, e fazer os pagamentos tão somente. Da minha área. Não sou eu que faço.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Os pagamentos são eletrônicos?

O SR. CELSO BERNARDO:- São pagamentos eletrônicos. Mas, pagamento eletrônico após a assinatura em papel real.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Certo. O senhor faz o procedimental, não é?

O SR. CELSO BERNARDO:- Só o procedimental, exclusivamente.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, diante do que eu já perguntei, eu me sinto satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Concedemos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Celso, o senhor poderia falar um pouquinho mais sobre o FUC? Eu ouvi dizer que o FUC está no negativo. Procede essa informação?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como é a situação do FUC hoje? O senhor saberia me responder?

O SR. CELSO BERNARDO:- O FUC, para 2013, está 100% equilibrado.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O que o senhor chama de equilibrado? Qual é o montante trabalhado nesse momento, com esse equilibrado?

O SR. CELSO BERNARDO:- O senhor quer saber qual é o orçamento previsto para 2013?

O SR. CHICO DO UBERABA:- Isso.

O SR. CELSO BERNARDO:- Em torno de novecentos e cinquenta milhões, que é o que nós esperamos de receber e esperamos de pagar.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor saberia me explicar o que é geração de crédito?

O SR. CELSO BERNARDO:- No cartão?



O SR. CHICO DO UBERABA:- Isso.

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O que é geração de crédito?

O SR. CELSO BERNARDO:- Geração de crédito são duas assinaturas, como eu disse há pouco, que atualmente sou eu e o diretor administrativo que fazemos essa geração dos créditos no sistema para que as pessoas possam comprar. Ou seja, você carrega uma quantidade que eles... É reposição de estoque, vamos chamar assim, de uma maneira simples.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. Quem controla os pagamentos na Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- Controla os pagamentos, tem *n* responsáveis. Por exemplo, começa autorização lá, vindo do fiscal, do gestor do contrato. Passa para a contabilidade, apropriação, vê se estão apropriados corretamente os recursos, passa o financeiro, que faz a programação, passa para a diretoria, de uma maneira simples, certo?, passa para a diretoria, que autoriza. Autorizando, efetua. Não autorizou, não efetua. Só isso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Foi sempre a Urbs que gerou os créditos ou o senhor tem conhecimento que era gerado por outra instituição que não a Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- Que eu saiba, somente e unicamente a Urbs, e pessoas autorizadas pela direção da empresa, através de senhas específicas e, no mínimo, duas assinaturas.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Depois que mudou a gestão da Urbs, mudou a forma de geração de crédito?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não! Está igual. Só mudou os responsáveis, só isso.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Certo. A Dataprom tem ou tinha acesso a geração de créditos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço. Que eu saiba, não.


O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não tem conhecimento?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O usuário da Dataprom tem acesso à rotina de geração de crédito, com permissão de alterar, excluir ou modificar valores gerados?

O SR. CELSO BERNARDO:- Que eu saiba, não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- As empresas do transporte coletivo de Curitiba podem ter acesso de visualização aos créditos gerados durante o mês?



O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Aliás, é um sonho deles.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que é que não têm, qual o motivo?

O SR. CELSO BERNARDO:- Porque não interessa a eles, interessa ao poder público, entendo eu. Interessa a eles saber quantos passageiros estão transportando; isso interessa, o resto não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Quem cria as permissões para acompanhar as gerações de crédito na Urbs?

O SR. CELSO BERNARDO:- A área de informática é que dá as alçadas, vamos chamar assim, de acordo com o que for autorizado por escrito para eles.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Há possibilidade de existir a geração de boletos falsos?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Pelo menos até hoje não tivemos.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Nunca houve?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Como o suposto boleto falso pode liberar o crédito para o cartão, sendo que o crédito só é liberado após o arquivo retorno do banco?

O SR. CELSO BERNARDO:- Olha, eu até já expliquei em outra oportunidade, mas vou explicar novamente, nós temos certeza de que o nosso sistema é confiável. Tanto é que esse dinheiro que não entrou na conta, tivemos três casos, certo? Não entrou, ele não ficou com o vale. Pronto.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Mas é feita alguma conciliação para apurar irregularidades?

O SR. CELSO BERNARDO:- Todos os dias.


O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor tem conhecimento de que o administrador do banco de dados é terceirizado pela empresa do Sr. Luiz Schwab Junior?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não, não tenho esse conhecimento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor conhece o Sr. Luiz Schwab Junior?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- O senhor não o conhece, mas pelo menos já ouviu falar no nome dele, ou não?



O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não. Eu só vi na minha convocação que tinha esse nome que o senhor está citando, que eu nem sei quem é.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Essas eram as minhas perguntas, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço V.Exa. Concedemos a palavra ao Vereador Chicarelli.


O SR. CHICARELLI:- Boa tarde ao entrevistado, Sr. Celso. Parabéns pela forma bem transparente como você transmite tudo, a atenção que você está dando à CPI, e especialmente a atenção que tive de você quando fui à Urbs, tive quase que mandar você embora do meu lado, senão você não estaria com tanta vontade de mostrar e explicar.

O SR. CELSO BERNARDO:- É nossa obrigação, Vereador,

O SR. CHICARELLI:- Então, quero agradecer. Não o conhecia, só de vista, lógico, mas quero te agradecer em público. Sobre o que o Sérgio falou, você sabe, eu fiquei a tarde toda lá, olhando a planilha, do que faz parte da CPI, do trabalho do Vereador. Eu sempre brinco que sou um dentista, mas consegui entender razoavelmente ali, né, a questão dos pagamentos das empresas, do que sai do FUC, as questões que o Sérgio levantou, que são fontes diferentes, que vem aviso da Caixa Econômica e vai direto para a Dataprom, outros contratos, que você já falou. Eu tive oportunidade de ver e é realmente assim que acontece lá, né? Passa pelo FUC, mas são fontes diferentes e, se eu posso usar essa palavra, eu consegui conferir e verificar que bastante coisas são desse jeito mesmo lá. Então, por que é que eu estou fazendo toda essa introdução? (u) Para você me responder o seguinte: por exemplo, perguntei até para outros entrevistados, daqueles que vêm ali e saem do FUC, algumas verbas para a Sial, para conservação de outros contratos que, são fontes da Caixa Econômica, 013, são fontes diferentes de origem. Mas eu pergunto: esses contratos foram feitos porque foram incumbidos para fazer a licitação pela Urbs, pelo FUC, provavelmente uma dinâmica do Município, eu quero as contrapartidas, foram tiradas algumas coisas, lá não consegui ver todas as planilhas dos meses que foram efetuados os contratos. Eu queria saber, esses pagamentos mensais são outras fontes, mas as contrapartidas ou algumas coisas desse contrato, especialmente em rodoviárias, alguns contratos, saía algum dinheiro do transporte, do FUC, ou veio também...

O SR. CELSO BERNARDO:- Nem um centavo, posso lhe garantir.

O SR. CHICARELLI:- Acho que era isso mesmo que tinham me informado lá. Também vi que tudo que passa pelo FUC, entra e sai ali, algumas despesas grandes tipo o contrato do Sial, novecentos e oitenta mil por mês, que eu tive vendo ali, algumas despesas pequenas de **conservação dos tubos...**



O SR. CELSO BERNARDO:- Dos tubos já é RIT.

O SR. CHICARELLI:- Já é? Dos tubos, conservação, despesas pequenas, vidros quebrados, eu queria saber além dessas despesas, eu já andei vendo, você pode citar mais algumas coisas do transporte que são colocadas no FUC e tiradas do dinheiro do transporte?

O SR. CELSO BERNARDO:- Na verdade, tem tudo aquilo que esteja no orçamento. Por exemplo: despesas das operadoras, que é a maior parte, as despesas da administração da Urbs, que são os 4%, do ISS, 2%, e tem outras despesas pequenas, como manutenção dos terminais e manutenção das estações tubo. Só e tão somente só.

O SR. CHICARELLI:- Porque eu vi praticamente isso, achei bem pouco, então é isso mesmo? Vi com meus próprios olhos, igual você falou. Então, para complementar, desse bolo todo que entra com dinheiro de arrecadação de pagamento de passagens, o dinheiro das vendas antecipadas das passagens vai tudo para um bolo, para uma conta centralizadora. Você me explicou que de início sai 96% para as empresas, desse bolo agora que se reúnem outras despesas, como venda antecipada de passagem, quanto mais ou menos as empresas ficariam desse bolo no final?

O SR. CELSO BERNARDO:- As empresas não tem nada a ver com esse bolo. As empresas recebem por passageiro pagante, ponto.

O SR. CHICARELLI:- Tudo bem, mas qual porcentagem elas teriam da arrecadação mensal?


O SR. CELSO BERNARDO:- Em tese até 96%.

O SR. CHICARELLI:- Não, mas diariamente, do que é pago, você me explicou, do que é pago no sistema.

O SR. CELSO BERNARDO:- É que não tem nada a ver com arrecadação, porque veja bem...

O SR. CHICARELLI:- Deixa eu fazer você entender. Entra todo esse dinheiro, entrou cem milhões, tira os 4%, só aí já dá, não dá os 96% que você falou, que é tirado diário. Eu acredito que as empresas vão ficar com 80% de todo o resultado financeiro?

O SR. CELSO BERNARDO:- Só explicando novamente. A receita das empresas é a multiplicação do passageiro pagante pela tarifa técnica. Certo? Então, essa é a receita delas, ponto. Independente, se nós recebermos, por exemplo, no mês de março com a expectativa de subir a tarifa, as pessoas vão lá e compram mais crédito no cartão, esse crédito fica na conta do fundo que fica remunerado, que fica um percentual que vai... Em princípio é isso, não tem nada a ver, se nós tivermos assim mais dinheiro no fundo ou menos dinheiro no fundo, não interessa, interessa para eles, como eu afirmei há pouco, que é número de passageiros pagantes que eles transportaram



vezes a tarifa técnica. Se o fundo não tem dinheiro para pagar, o que nós fazemos? Os Municípios subsidiam uma parte, porque ele diminuiu a tarifa, e o Estado subsidia outra, como pode ser o Governo Federal, (1) como pode ser outro meio qualquer de financiamento. Agora, para o empresário não interessa. Alguém fez uma pergunta, não me lembro qual vereador, ele quer saber da questão de quanto tem lá. Não interessa para ele. Interessa para ele que ele tem os passageiros que ele vai transportar.

O SR. CHICARELLI:- Então, o que vai sobrando, vai se acumulando, até que chegou aos sessenta milhões, na teoria?

O SR. CELSO BERNARDO:- Isso, que são recursos públicos.

O SR. CHICARELLI:- Desses recursos públicos que você falou, na gestão anterior ele foi um salvador da pátria. Porque sempre que houve o déficit acabou usando esse recurso público, que era o salvador da pátria, e que o Gustavo deu um alarde que o dinheiro desapareceu. Colocou na imprensa no começo do ano: dinheiro do FUC, cento e cinquenta milhões, onde que estão? Então, você está me dando uma explicação, que era uma prática que a gestão anterior se utilizava disso. Essa gestão também teve os problemas do começo do ano, o mesmo problema que tiveram, de defasagem, demorou repassar o dinheiro, demorou chegar o subsídio, e ela também se utilizou desse dinheiro. A isso aí que eu quero chegar, uma pergunta: ela também está se utilizando desse dinheiro?

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. CHICARELLI:- Então, isso que eu quero colocar e deixar bem claro, porque senão aparece, pode ser vereador, pode ser tudo, e começam a falar umas coisas que tem que mudar, mudar, e não se muda, entendeu? Essa questão de transformar, aí eu quero chegar com você, passa a ser uma política interessante para o município manter o vale transporte com cargas e créditos.

O SR. CELSO BERNARDO:- Sim.

O SR. CHICARELLI:- A mudança por dinheiro não é vantajosa para o município?

O SR. CELSO BERNARDO:- É extremamente vantajosa, eu acho.

O SR. CHICARELLI:- Mas aí vai sobrar dinheiro?

O SR. CELSO BERNARDO:- Mas não é questão de sobrar.

O SR. CHICARELLI:- Porque está sobrando um crédito que as pessoas não estão usando, e que o município está se beneficiando disso.

O SR. CELSO BERNARDO:- Eu só gostaria de dar uma opinião pessoal para facilitar o raciocínio. Entendo que temos que ter em reais, limitar o tempo para que as pessoas evitem de comprar para efeito de especulação, certo, que isso todo mundo ganha. Ou, poderíamos, o jurídico

está aqui ao meu lado, não permite, tínhamos que estabelecer prazo. Você vai usar? Não. Porque toda vez que nós facilitamos as pessoas exageram na ânsia de ter lá uma vantagem financeira naquele momento e compram demais. E depois, acabam esquecendo, acaba ficando lá. Nós, por princípio, não tiramos isso da contabilidade, ele continua lá no sistema, porque todos os sistemas particulares estão zerados. Quando muito, trinta dias depois eles vão lá e zeram, e eles tem grande interesse, inclusive, de ficar com isso aí, só que não aparece. Então, o nosso aparece, porque o nosso é público. Nós temos 100% da administração pública.

O SR. CHICARELLI:- Só para frisar e para deixar bem certo, e me corrija se eu estiver errado, não precisa me responder, fala sim ou não. Esse dinheiro foi o salvador da pátria na gestão anterior, e continuou salvando a pátria nessa gestão também, essa questão dessa diferença, que chegou até cento e setenta milhões de dinheiro que entrou, mas teoricamente não tem mais.

O SR. CELSO BERNARDO:- Prefiro não me manifestar nesse sentido, me desculpe.

O SR. CHICARELLI:- Porque senão aparecemos aqui com um discurso de vereadores... Eu não estou para defender a gestão anterior, mas estou para igualar as práticas que se faziam no passado às atuais, que eram necessárias, ou tão necessárias, e continuam sendo feitas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Eu já fui contemplada com a maioria dos questionamentos. Talvez o senhor já tenha respondido, Sr. Celso, e como são muitas perguntas às vezes nos perdemos. Mas só para ter uma noção em relação justamente a esses créditos que não foram utilizados. Existe um controle de quando esse crédito foi...

O SR. CELSO BERNARDO:- Existe.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, tem um relatório, digamos, desde que esse sistema foi implantado, de qual o saldo de cada período, ou não. Como é que funciona? (u)

O SR. CELSO BERNARDO:- Temos, de 2006 para cá e de 2010 nós temos por valor.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E do que eu entendi na sua fala legalmente não teria como limitar um período de tempo a utilização desse crédito.

O SR. CELSO BERNARDO:- Não, é ao contrário. Legalmente tem, a questão é política de você tomar a decisão e dizer: "É assim, ponto". Porque as pessoas se sintam prejudicadas, você compra a passagem de avião, como eu citei o exemplo, e se não usou dentro de determinado período você vai perder, mas lá é privado e fica tudo resolvido. E no poder público fica e não se toma, porque "putz, imagine!", aí o jurídico vai: "Oh, tenho direito!" e não sei o quê.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas é uma opção, na verdade é isso.

O SR. CELSO BERNARDO:- É uma opção.



A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Tá certo. Obrigada.


O SR. PRESIDENTE:- Consulto aos Vereadores se tem mais alguma pergunta a fazer? Vereador Bruno Pessuti.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Celso, eu fiz recentemente um requerimento, acho que o requerimento 62 aqui na CPI em que eu solicitava dados históricos desde 1995 com a compra de passagens com o valor orçado e o que foi efetivamente pago às empresas. A Urbs respondeu que eram cálculos demasiadamente longos e difícil de se contemplar num primeiro momento. Eu até entendo dessa forma, visto que temos um prazo na CPI e outros funcionários da Urbs têm trabalhado em outras funções que não fica exclusivamente para fazer um cálculo estatístico do que foi realizado ao longo dos anos. Mas volto a pedir que esse requerimento seja feito, esses dados sejam passados, verificados até mesmo para que a gente possa, o senhor já estava lá desde a época em que eu fiz o cálculo em 1995, mostrar como foi a evolução do sistema do transporte coletivo na cidade de Curitiba. Para que a gente possa enxergar em um gráfico como se comportou a venda de vale transporte e houve ou não um incremento percentual. Por exemplo, hoje 52%, como o senhor falou, se algum momento da história foi 30% ou foi 80%, de que forma se comportou? Até mesmo no sentido de mostrar para desvendar essas informações que durante muito tempo chamaram da tal caixa preta da Urbs, para que seja mostrado quem sabe até em um documento, todos os dados estatísticos e contábeis, financeiros que mostrem a evolução do sistema do transporte coletivo de Curitiba. Para que a gente possa, avaliando dessa forma, entender como se comportou desde 1995 para cá. O senhor recebeu esse documento?

O SR. CELSO BERNARDO:- Não.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Eu recebi uma resposta do Presidente neste sentido. Então, novamente vou encaminhar a Urbs para que ela possa dessa forma trabalhar... não precisa agora, até o final da CPI não vai acrescentar essa informação no sentido de que vai averiguar a solução do problema. Mas fica importante não só para a Câmara de Vereadores, fica até importante para a CPI, ficaria se fosse possível, mas para toda a sociedade curitibana para que desmistifique de verdade se houve ou não, se existe ou não a tal da caixa preta, porque esses dados são fundamentais desde os ônibus, para onde foi, quantos quilômetros rodados, fazer um anuário estatístico desde 1995 para cá. Isso que foi pedido.

O SR. CELSO BERNARDO:- Exa., gostaria de colocar que o sistema de informática um *up grade* em 2010. Então, esse *up grade* nos possibilitou a ter condições de saber quantos vale transporte temos de dois e vinte, a dois e cinquenta, a dois e sessenta, a dois e oitenta e cinco. De 2010 para trás, até 2006, nós temos pelo montante. Então, não tem relatórios específicos. De 2005 para trás não tem informação sistematizada através do sistema de bilhetagem, porque volto a dizer são cinco mil, quinhentas sessões por dia multiplicado isso por trinta, por ano, por doze, então só explicando que talvez fazer um estudo do período que tem dados confiáveis, daí você já pode ter...



Porque na verdade o sistema não tem mudado, o que tem mudado foi a forma, que é o quilômetro rodado de 1986 a 2011, e de 2011 para cá por passageiro pagante equivalente, o resto é tudo igual.

(P)

O SR. BRUNO PESSUTI:- Entendo e por isso não questionei a questão da demora, porque sei que é um cálculo muito difícil de ser realizado, mas seria interessante porque este ano a Urbs completa cinquenta anos e poderia dar isso de presente para Curitiba para mostrar que através desses cálculos seria possível enxergar, para quem está de fora, para quem não é especialista, como se procedeu o cálculo da outorga, em que momento que houve uma cessão, uma quebra no sistema que mostrou por exemplo os quarenta e cinco milhões que são devidos das fichas, dos vales-transporte falsificados. Isso tudo ficaria bem demonstrado num sistema gráfico, com anuário estatístico de forma bem ampla. É só um pedido que faço novamente nesse sentido e até vou encaminhar ao Gregório, porque seria interessante para que fosse dado a maior transparência possível para uma empresa que a gente respeita e que espera que seja cada vez mais transparente e melhor para o serviço público da cidade.

O SR. PRESIDENTE:- Pergunto se há mais algum Vereador que tem questionamentos. Tenho algumas perguntas aqui Sr. Celso. O senhor evidentemente sabe que esta CPI só existe em função de problemas e esta CPI tem quatro finalidade. A primeira é investigar o lucro exagerado as empresas, a segunda é com relação a indícios de fraude no processo licitatório. A terceira a questão da tarifa e o quarto é o não pagamento corretamente do ISS. Eu pergunto, o que o senhor sabe de irregularidades do processo de licitação do transporte coletivo de Curitiba e que o senhor gostaria de dizer a esta CPI.

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço qualquer irregularidade.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O Vereador Bruno Pessuti falou há pouco da fraude do vale-transporte, que até hoje não foi resolvida. O que o senhor sabe sobre fraudes no passado, antes da sua gestão como gestor financeiro e gerente da Urbs e que o senhor gostaria de dizer? Sabe alguma coisa que poderia contribuir com esta CPI?

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço. A única coisa que o relatório que tinha os fabricantes (inaudível), que o sistema de catraca não pegava. Por isso que informatizamos para evitar esse problema, que foi solucionado com a informatização.

O SR. PRESIDENTE:- Certo. O que o senhor sabe de irregularidades que ocorreram na administração passada na Urbs e que o senhor gostaria de informar a esta CPI? Alguma irregularidade? Alguma coisa que se comentou nos corredores que o senhor gostaria de nos informar.

O SR. CELSO BERNARDO:- Desconheço e inclusive nunca foi comentado nada nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE:- Muito bem. Mais algum Vereador tem perguntas a fazer? Então,

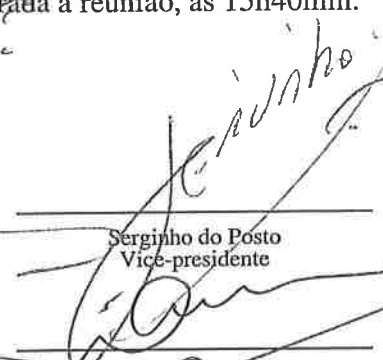
concedemos a palavra ao senhor para que faça as suas considerações finais.

O SR. CELSO BERNARDO:- Só gostaria de agradecer a oportunidade e nos colocar à disposição sempre que precisar, para ir lá e verificar. Apenas isso.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria de perguntar ao seu advogado se ele teria alguma consideração a fazer. Então queremos agradecer ao Sr. Celso Bernardo pelas contribuições que deu a esta CPI. Declaramos encerrada esta reunião, convocando outra para a próxima quinta-feira, às 9h. Muito obrigado. Está encerrada a reunião, às 15h40min.



Jorge Bernardi
Presidente



Serginho do Posto
Vice-presidente




Bruno Pessuti
Relator(a)



Valdemir Soares
Vice-relator(a)



Chicarelly
Membro



Chico do Uberaba
Membro



Cristiano Santos
Membro



Geovane Fernandes
Membro

Mauro Ignacio
Membro



Noemia Rocha
Membro



Paulo Rink
Membro

Professora Josete
Membro



Tiago Gevert
Membro

Pi



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 14ª/2013 de 17/10/2013

Data / Hora da Notificação: 05/11/2013 - 11:50

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 11ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia **trinta de setembro** de dois mil e treze, às doze horas e trinta minutos, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Serginho do Posto, Chico do Uberaba, Chicarelli, Professora Josete, Paulo Rink, Mauro Ignacio, Tiago Gevert e Noemia Rocha.- A seguir, foram discutidos, votados e **aprovados** os requerimentos dos diversos Vereadores, n°s: 410.00087.2013, 410.00086.2013 e 410.00088.2013 e do Vereador Chicarelli n°s 410.00084.2013 e 410.00085.2013.- O Vereador Bruno Pessuti procedeu a leitura do Projeto de Lei sobre o Passe Livre de autoria da Frente de Luta pelo Transporte Público, recebido por esta CPI e propôs que o referido Projeto seja encaminhado à Comissão de Participação Legislativa.- O Senhor Presidente informou que na próxima quinta-feira, dia três de outubro, comparecerão a esta CPI para esclarecimentos, os ex-Presidentes do Instituto Curitiba de Informática, Senhores: Jackson Carvalho Leite e Renato Almeida Rodrigues.- O Vereador Chico do Uberaba procedeu a entrega do Relatório sobre diligência efetuada na empresa Dataprom.- Não havendo mais matéria, o Senhor Presidente encerrou a reunião administrativa.- E o que para constar, nós, Jacqueline M. Durand e Rosimeri M. Baglioli, Redatoras, lavramos a presente Ata, a qual depois de lida, será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(E) ATA DA 11ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA
PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA
NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A

3

PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI,
PRESIDENTE.

Às 12h30min, inicia-se a reunião, com a presença dos Vereadores: Jorge Bernardi; Bruno Pessuti; Serginho do Posto; Paulo Rink; Professora Josete; Chicarelli; Cristiano Santos; Mauro Ignacio; Noemia Rocha; Tiago Gevert; Chicarelli; Valdemir Soares; Chico do Uberaba, e com ausência não justificada do Vereador Geovane Fernandes.

O SR. PRESIDENTE:- Invocando as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião administrativa da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Convido todos os Vereadores que compõem a CPI para fazerem parte da Mesa. (Pausa). Solicitamos ao Sr. Relator, Vereador Bruno Pessuti, para fazer a leitura do primeiro requerimento em pauta.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00087.2013, de diversos Vereadores, que requerem à Comissão Parlamentar de Inquérito a URBS documentos referentes a Comissão Técnica Incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da Comissão Especial de Licitação do transporte coletivo.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00086.2013, de diversos Vereadores, que requerem à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo o encaminhamento de ofício à URBS - Companhia de Urbanização de Curitiba requerendo cópia dos contratos de prestação de serviço de transporte coletivo de Curitiba.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00084.2013, do Vereador Chicarelli, que requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, o valor pago a cada empresa e/ou consórcio mensalmente por meio do FUC de julho/2012 a julho/2013.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00085.2013, do Vereador Chicarelli, que requer à Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte, todas as despesas contidas na planilha de gastos pagos pelo FUC de julho/2012 até julho/2013.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento nº 410.00088.2013, de diversos Vereadores, que requerem à CPI do Transporte Coletivo, seja encaminhado ofício à Confederação Nacional dos Usuários de Transportes Coletivos, Rodoviários, Ferroviários, Metroviários, Hidroviários e Aéreos, convidando seu Presidente Sr. José Severino da Silva Felinto para depor a

3

esta CPI.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. (K) Sr. Relator, deixaram na Comissão da CPI um Projeto de passe livre. Eu pediria que V.Exa. lesse a primeira parte. E também já quero propor que seja encaminhado esse Projeto para a Comissão de Participação Legislativa.

O SR. RELATOR:- (Lê) Projeto de Passe Livre.

O SR. PRESIDENTE:- Pois bem, esta Frente do Passe Livre deixou esse documento na Comissão, então, esta Presidência propõe que seja encaminhado este requerimento à Comissão de Participação Legislativa, porque tem um anteprojeto de lei. Em discussão esse encaminhamento proposto pela Mesa. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Eu quero comunicar à Casa (rr), que na próxima reunião Ordinária na quinta feira, às 9h, ouviremos o ex-presidente do ICI Sr. Jacson Carvalho Leite e na parte da tarde ouviremos o Sr. Renato de Almeida Rodrigues ex-presidente que ficou até maio ou junho deste ano. Vai faltar ouvirmos o atual Presidente, que marcaremos numa outra data. Na última quinta feira também não ouvimos a Sra. Cassia Aragão, responsável pelas Comissões de Licitação da Urbs, pessoa chave nesse processo. Temos duas datas quarta feira, a partir das 18h. Então, teríamos, ou quarta feira à noite ou sexta de manhã Sexta feira de manhã também não dá, teríamos ou quarta feira à noite ou deixaríamos para a próxima semana numa outra data.

O Sr. Mauro Ignacio:- Sr. Presidente, à questão de um mês atrás, numa reunião administrativa, deliberarmos de se fazer um calendário e colocar as prioridades de quem seria ouvido pela comissão e até o momento não recebi esta listagem.

O SR. PRESIDENTE:- Temos os nomes e pela ótica temos que ouvir o ICI que é um órgão fundamental.

O Mauro Ignacio:- Quantos mais serão chamados e quantos dias mais serão necessários, considerando que tem mais um mês de CPI?

O SR. PRESIDENTE:- V.Exa tem toda razão, vamos ter que nos reunir, fazer um calendário, porque hoje já foi aprovado mais um nome.

O Sr. Mauro Ignacio:- Mais todos os dias chegam dois, três nomes e vamos ficar até dezembro aqui.

O SR. PRESIDENTE:- V.Exa tem razão, talvez tenhamos que priorizar. Vamos pegar todas as datas que tem um espaço vago aqui e vamos propor um calendário na próxima quinta feira.

O Sr. Mauro Ignacio:- Temos mais seis quintas feiras até o final do mês?

O SR. PRESIDENTE:- Exatamente! Por isso, que estamos agilizando. Temos que marcar

uma extraordinária para a Sra. Cassia Aragão.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Temos a acareação entre a Datapron e a Enter Help também

O SR. PRESIDENTE:- Temos uma série de coisas para fazer.

O Sr. Mauro Ignacio:- Sr. Presidente, temos que fazer essa reunião e ver o que é prioridade. A consenso de adiarmos a vinda da Sra. Cassia Aragão e essa semana concentrarmos em cima do ICI?

O SR. VALDEMIR SOARES:- No caso é não adiarmos é transferirmos.

O SR. PRESIDENTE:- É que quinta feira à tarde vai vir o pessoal do ICI de novo. Esta presidência deixa para deliberarmos quinta feira quando, em conjunto com os relatores e Vereadores que puderem participar, faremos um calendário até o final com tudo que temos. Concordam? Na última sexta feira foi feita uma diligencia e pergunto ao Vereador Chico do Uberaba, se tem o resultado? Concedo a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- (Lê relatório sobre a diligencia realizada pela CPI do Transporte Coletivo de Curitiba). O que gostaria de deixar registrado é que no termino dos trabalhos fomos muito bem recebidos. Como faltava equipamentos o Diretor Jurídico Marcelo ficou de mandar um relatório de onde estavam esses materiais, inclusive, foi uma conversa aberta, junto com os Vereadores e em seguida a minha assessoria entrou em contato com ele que mudou o tom da conversa, que só iria liberar esse relatório mediante solicitação da CPI. Então, acho que não há necessidade, podemos colocar o que está no nosso relatório e prestar contas. Recebemos um officio da STP 083/2013 enviado e protocolado a essa CPI ao qual vamos passar, junto com esse relatório, às mãos da CPI. Fiz endereçado à Urbs Protocolo nº 04-045967/2013.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o relatório. Então, este relatório vai para o relator e para a CPI.

O SR. CHICARELLI:- Sr. Presidente, só para deixar claro, queria até avançar no assunto com a Eleonora Fruet, mas os Vereadores estavam cobrando o tempo, o senhor tem informação que os balanços da Urbs já apontam - me corrija se estou errado - já apontam valores negativos de dez, quinze milhões ?

O SR. PRESIDENTE:- Eu não tenho essa informação. Acredito que deveríamos fazer um Pedido de Informação e até sugiro a V.Exa e a Vereadora Noemia Rocha, que providenciem este requerimento. Só para esclarecer ao Vereador Mauro Ignacio, por um levantamento que fizemos aqui, ainda faltam cinco pessoas para deporem e a acareação. Então, acredito que conseguiremos aprovar, ouvir todos no mês de outubro. Temos para depor, à pedido do Vereador Chicarelli, o atual diretor de Rendas Mobiliárias Daniel Mauricio, segundo a proposta podemos dispensá-lo

O SR. CHICARELLI:- Retiro!

3

O SR. PRESIDENTE:- Daí V.Exa vai fazer a retirada. Temos, à pedido da Vereadora Noemia Rocha, os representantes do ICI que virão na próxima quinta feira. Esse aqui já está resolvido. Temos, à pedido da Vereadora Professora Josete o Sr. Carlos Pimenta - Presidente da Volvo; a pedido de diversos Vereadores a Sra. Cassia Aragão, que não veio a semana passada, à pedido do Vereador Valdemir Soares a área jurídica do Setransp que já ouvimos, que seria o Sr. Sacha Reck (n).

Ic300901 Izabel/

O SR. PRESIDENTE:- • mas o Sacha já foi ouvido. E o Romeu não sei se seria interessante, vamos consultar o Vereador Valdemir Soares, porque o Sacha já foi ouvido. Temos também, a pedido de vários vereadores, o Sr. Lubomir Ficinski. E a pedido do Vereador Chico do Uberaba, temos o Sr. Celso Bernardo, e o Sr. Luís Alberto Júnior, e agora temos o Sr. Felinto. Então, faltam poucas pessoas para ouvirmos.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente, abro mão do Romeu. Eu queria só pedir, até pode ser deliberado verbalmente, que nessa acareação entre a Dataprom e a Interhelp esteja presente um representante da Setransp. Porque a Setransp faz algumas alegações em relação ao valor das empresas.

O SR. PRESIDENTE:- Eu sugiro a V.Exa. que proponha a vinda do Presidente do Setransp, Sr. Dante Gulin, porque daí nós vamos fazer uma convocação explícita. Senão, virá o Sacha Reck e será a mesma situação de antes.

O SR. VALDEMIR SOARES:- V.Exa. tem toda a razão. Faremos esse requerimento, se tivermos aqui a aprovação de todos os membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE:- Não dá para fazer por escrito e nós aprovarmos na quinta-feira?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Claro que sim, faremos por escrito. Mas eu gostaria de saber se teremos a aprovação de todos os membros da Comissão.




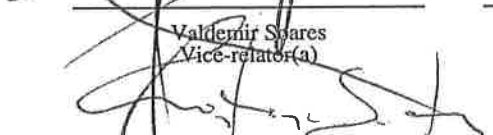


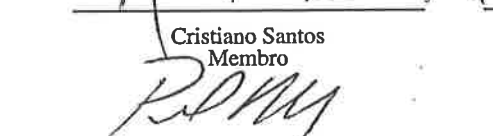
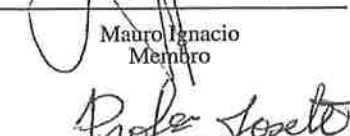
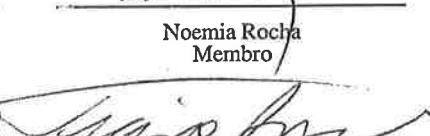
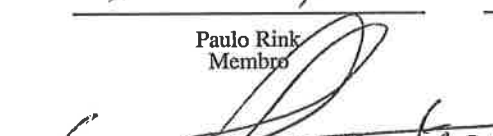
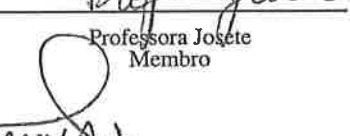

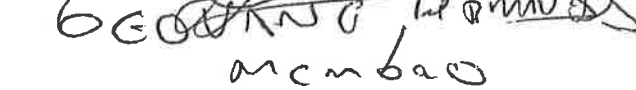
O SR. PRESIDENTE:- Acredito que sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É um mal necessário, porque acusações serão pontuadas, posições serão pontuadas por ambas as empresas.

O SR. PRESIDENTE:- Na acareação não pode ser, Vereador Valdemir Soares, porque tecnicamente a acareação é entre dois.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Mas não foi isso o que eu pedi aqui. Eu pedi a presença de um representante da Setransp, que caso solicitado por algum integrante da CPI possa contra-argumentar qualquer uma das posições das partes, tanto da Interhelp como da Dataprom.

O SR. PRESIDENTE:- Está certo, está correto, entendi. Continua livre a palavra.(Pausa).
Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, damos por encerrada a presente reunião,
convocando outra para quinta-feira, às nove horas da manhã, quando ouviremos o representante
do ICI. Está encerrada a reunião.

 _____ Jorge Bernatti Presidente	 _____ Serginho do Posto Vice-presidente	 _____ Bruno Pessuti Relator(a)
 _____ Valdemir Soares Vice-relator(a)	 _____ Chicarelli Membro	 _____ Chico do Uberaba Membro
 _____ Cristiano Santos Membro	 _____ Mauro Ignacio Membro	 _____ Noemia Rocha Membro
 _____ Paulo Rink Membro	 _____ Professora Josete Membro	 _____ Tiago Gevert Membro
 _____ Geovane Gomes membro		



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 11ª/2013 de 30/09/2013

Data / Hora da Notificação: 16/10/2013 - 16:34

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.



Câmara Municipal de Curitiba

ATAS DAS REUNIÕES

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO
ORDINÁRIA DA COMISSÃO
PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO
TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA

Ata da 11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito do Transporte Coletivo, realizada no dia vinte e seis de setembro de dois mil e treze, às nove horas, sob a presidência do Vereador Jorge Bernardi, Presidente.- Foi declarada aberta a reunião, com a presença dos Vereadores integrantes da Comissão: Jorge Bernardi, Serginho do Posto, Bruno Pessuti, Valdemir Soares, Geovane Fernandes, Chicarelli, Chico do Uberaba, Tiago Gevert, Professora Josete, Mauro Ignacio, Paulo Rink.- O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes, e passou a palavra ao Vereador Bruno Pessuti, Relator, que registrou a presença da Doutora Marilena Indira Winter, Procuradora do Município que será ouvida na presente Reunião, e dos seguintes integrantes da Procuradoria do Município de Curitiba: Rosa Maria Pedroso, Raquel Gaidex, Claudine Bettes, Joel Macedo Neto, Vera Lúcia Bittencourt, Paulo de Tarso e Carlos Augusto Vieira da Costa; além de Solon Brasil Júnior, Procurador da Urbs; Eduardo Rocha de Carvalho e Heloisa Corvello, representando a OAB/PR; Rodrigo Grevetti, Diretor de Transporte da Urbs; Roberto Fonseca, representando o Fórum Nacional contra o Pedágio e de Pio Santana, da Assessoria da Prefeitura Municipal de Curitiba.- A seguir, o Vice-Presidente, Vereador Serginho do Posto, colocou em votação a ata da 9ª Reunião que foi aprovada.- O Senhor Presidente registrou que a presente reunião tem por objetivo ouvir, na condição de testemunha, a Doutora Marilena Indira Winter, e passou-lhe a palavra.- A Doutora Marilena Indira Winter afirmou que não poderá prestar o juramento, em virtude do que consta no Art. 207 do Código de Processo Penal e da Lei 8.906 de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil; por fim, registrou que o seu compromisso é com a verdade.- O Senhor Presidente suspendeu a reunião para deliberação dos integrantes da CPI.- Reaberta a reunião, fez uso da palavra o Doutor Rodrigo Campos Baptista, que esclareceu o posicionamento da Procuradoria deste Legislativo.- O Senhor Presidente declarou que a Doutora Marilena Indira Winter será ouvida na condição de investigada, e passou a palavra ao Doutor Eduardo Rocha de Carvalho, da Comissão de Prerrogativas da Seccional da OAB do Paraná.- O Doutor Eduardo Rocha de Carvalho demonstrou sua preocupação em relação à decisão do Senhor Presidente da CPI, citando o Art. 133 da Constituição da República, os Artigos 207 e 214 do Código de Processo Penal e o Art. 25 do Código de Ética e Disciplina do Advogado.- O Senhor Presidente suspendeu a reunião para deliberação dos integrantes da CPI.- Reaberta a reunião, o Senhor Presidente declarou que a Doutora Marilena Indira Winter será ouvida na condição de informante.- Ato contínuo, a Doutora **Marilena Indira Winter foi inquirida pelos Vereadores: Jorge Bernardi, Bruno Pessuti,**

Valdemir Soares, Chico do Uberaba, Chicarelli, Geovane Fernandes, Professora Josete, Tiago Gevert e Paulo Rink.- O Vereador Bruno Pessuti leu o Requerimento nº410.00032.2013, do Vereador Chico do Uberaba, cujo objeto é a realização de diligência desta CPI à empresa Dataprom, que foi aprovado.- O Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, convocando outra, Ordinária, para quinta-feira, dia três de outubro, às 9 horas.- Do que para constar, nós, Carlos Barbosa e Soeli Rocha Cristo Biesczad, Redatores, lavramos a presente Ata, que depois de lida e votada será assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS:

(0) ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, CONVOCADA PARA APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NO TRANSPORTE COLETIVO DE CURITIBA, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2013, SOB A PRESIDÊNCIA DO VEREADOR JORGE BERNARDI, PRESIDENTE.

Às 09h55min. inicia-se a reunião com a presença dos Vereadores Jorge Bernardi, Bruno Pessuti, Serginho do Posto, Geovane Fernandes, Professora Josete, Chicarelli, Mauro Ignácio, Tiago Gevert, Valdemir Soares, Chico do Uberaba e Cristiano Santos, contanto ainda com a presença do Vereador Rogério Campos.

O SR. PRESIDENTE:- Invocamos as bênçãos e a proteção de Deus para declararmos aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o transporte coletivo de Curitiba. Passo a palavra ao Sr. Relator para alguns comunicados e processos para deliberar.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Bom dia a todos. Registramos a presença do Sr. Paulo de Tarso, Procurador do Município; Vera Bitencourt, Procuradora do Município; Marilena Indira Winter, Procuradora do Município, e ex diretora jurídica da Urbs; Rodrigo Grevetti, diretor de transporte da Urbs; Edward Rocha de Carvalho, da OAB, que acompanhará o depoimento da Sra. Marilena; Mauro, da Central de Movimentos Populares de Curitiba; Carlos Augusto Vieira da Costa, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de Curitiba; Solon Brasil Júnior, Procurador Geral da Urbs; Heloísa Curvelo, da OAB, Comissão de Advocacia Pública; Roberto Fonseca, representante do fórum nacional contra o pedágio; Pio Santana, da Assessoria da Prefeitura Municipal de Curitiba; Joel Macedo Neto, Procurador Geral do Município; Claudine

Betes; ex Procuradora Geral do Município de Curitiba; Franciele Baumel, da Secretaria Extraordinária de Relações Institucionais; Raquel Gaidex, Procuradora do Município; Rosa Maria Pedroso, Procuradora do Município de Curitiba.



O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra para o Sr. Vice Presidente.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. A ata da nona reunião já foi enviada a todos os vereadores membros da Comissão, e pedimos a ratificação.

O SR. PRESIDENTE:- Como essa ata já foi encaminhada a todos os senhores vereadores por via digital, passamos à discussão e à votação da ata. Em discussão.(Pausa). Em votação.(Pausa). APROVADA. A reunião de hoje tem como objetivo ouvirmos na condição de testemunha a Sra. Marilena Indira Winter. Essa presidência recebeu a informação do Dr. Edward Rocha de Carvalho, da Ordem dos Advogados do Brasil, mas queremos esclarecer que aqui nesse fórum, nessa CPI, quem representa a Ordem dos Advogados é o Dr. Luciano Reis, com quem acabamos de conversar. Mas o Dr. Edward Rocha de Carvalho representa as prerrogativas dos advogados. E segundo o Dr. Edward, a Dra. Marilena Indira Winter não deseja prestar o depoimento a essa CPI na condição de testemunha. Pergunto a Dra. Marilena, a senhora não pretende prestar depoimento na condição de testemunha, uma vez que a senhora exercia o cargo de diretora jurídica da Urbs, que é uma empresa de economia mista, onde o acionista majoritário é o município de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Bom dia Sr. Presidente, Srs. Vereadores integrantes da comissão. Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer que não se trata de um desejo meu, eu não teria como deliberar pessoalmente sobre isso, mas existe uma proibição legal ao advogado de prestar depoimento como testemunha sobre fatos que tenha tido acesso por conta do exercício da profissão de advogado. Essa proibição é expressa no Código de Processo Penal, no Artigo 207 ^o, é expressa no Código de Processo Civil no Artigo 406, senão me engano, e é também uma vedação do Estatuto de Ética do advogado ao qual me submeto na condição de advogada. Então, a questão aqui é que atuei como advogada neste processo e também, na condição de Procuradora do Município, é possível que eu venha atuar, em tese, é possível que o Procurador Municipal seja, por atribuição do cargo, instado a se pronunciar, proferir parecer nesse tipo de processo. Mas quero deixar muito claro, Presidente, que eu vim, atendi a convocação de pronto que o meu compromisso é um compromisso com a verdade, apenas que estou proibida legalmente de prestar depoimento na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE:- O Artigo 37, da Constituição Federal, diz que a administração pública direta e indireta de qualquer um dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e elenca uma série de situações. Esta CPI esteve reunida e nós temos um posicionamento baseado no parecer do nosso departamento jurídico, da Procuradoria, e gostaríamos de ouvir as palavras do nosso Procurador Dr. Rodrigo, a respeito desse posicionamento e posteriormente decidiremos a forma como ouviremos o depoimento de V.Sa.



O SR. RODRIGO:- Srs. membros da Comissão os quais cumprimento na pessoa do Sr. Presidente, Vereador Jorge Bernardi, Srs. Procuradores, cumprimento a pessoa do Sr. Procurador Chefe, sras. e srs. cidadãos, bom dia. Presidente, o que traz a questão aqui é uma situação que não é simples, perpassa por toda uma gama que veio desde a construção do nosso estado democrático do direito, pós época militar, do sigilo profissional que foi estatuir na Constituição da República e é algo de imprescindível valor. Valores esses que hoje estamos vendo que foram muito importantes pra construir o que a gente tem hoje. Então, trata de um princípio também constitucional. Por outra lado também é interesse público da questão da função em si que exerce a Sra. Procuradora, perpassa também pela questão de interesse público em que haja o conhecimento de todos os atos, de todos aqueles noz que estamos dentro do poder público, seja como agentes políticos, servidores públicos, etc. Então a situação que foi trazida, inclusive que fui informado a respeito de um julgado do Supremo Tribunal Federal que ainda não tenho acesso, porque começamos a fazer a pesquisa por agora nesta questão específica, é exatamente nessa ponderação de valores. O que deve prevalecer? O sigilo profissional ou esta abertura decorrente dessa interpretação do dever do interesse público. É uma questão extremamente complicada, Presidente. Isso perpassa por ponderações de valores que desde de Robert Alexy entre outros, há anos e anos, sendo estudo e discutido e que infelizmente não posso trazer agora uma resposta definitiva. É algo que deverá ser feita uma avaliação bem mais apurada, bem mais aprofundada, e essa avaliação pode ser feita em debate aqui pelos senhores e sendo trazida a jurisprudência que foi falada que em, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição do Dr. Rodrigo e como deliberação anterior da CPI ouviremos, então, a Dra. Marilena Winter na condição de investigada. Nesta condição a senhora poderá se calar quando produzir o seu depoimento poderá produzir provas contra V.Sa. Então, consulto o nosso relator se ele deseja iniciar as perguntas?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra o Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu só gostaria de colocar aqui uma posição dos membros da CPI, que vamos deliberar com V. Exa. que a convocada seja ouvida como investigada e não como testemunha. Mas queremos aqui dizer que já ouvimos outros advogados que trabalham e trabalharam na Urbs, o próprio Dr. Rodrigo que está aqui. Fizeram o juramento, não teve nenhuma contestação, contribuíram com a instituição pública. Esta CPI zela pela questão pública. Acho que perdemos um tempo, não vamos abrir mão desse tempo, vamos usá-lo no período da tarde e da noite, se necessário. Em outras vezes outras testemunhas que são advogados o fizeram sem nenhum tipo de dificuldade, sem nenhum tipo de contestação como aconteceu no dia de hoje. É para deixar o registro.



O SR. PRESIDENTE:- Agradeço as colocações do Vereador Valdemir Soares. Dra. Marilena nós passaremos... O senhor deseja a palavra?

O SR. EDWARD ROCHA DE CARVALHO:- Sim, Excelência. Pela Ordem dos

Advogados do Brasil suscito uma questão de ordem de extrema relevância. V. Exa. me concede a palavra?

O SR. PRESIDENTE:- Com certeza.

O SR. EDWARD ROCHA DE CARVALHO:- Com grande apoio que a Ordem dos Advogados manifesta à atividade legislativa e à atividade investigativa que é conferida pela Constituição a V. Exas. A questão que a Dra. Marilena suscitou é uma questão importante, que vem desde a Constituição no seu Artigo 133 que coloca o advogado como indispensável a administração da justiça. É uma questão institucional de defesa da ordem democrática pela Ordem dos Advogados do Brasil e uma questão de defesa da legislação tanto pelos advogados quanto pela própria Ordem. A questão suscitada diz respeito ao Artigo 207 do Código de Processo Penal, que trata da impossibilidade de prestar compromisso das pessoas que em razão da profissão devam guardar sigilo e do Artigo 214 do Código de Processo Penal que estabelece a proibição da autoridade tomar compromisso e depoimento de pessoa que é obrigada ao sigilo. O Artigo 25 do Código de Ética e Disciplina da OAB, que estabelece uma obrigação a qualquer advogado, atuando ele na atividade privada ou na atividade pública e sigilo em relação as informações que saiba em decorrência das suas atividades como advogado, pouco importando o cliente que esteja sendo protegido por esse sigilo. Ainda que o cliente queira abrir mão do sigilo, o advogado tem a prerrogativa de não abrir mão do sigilo, de não prestar o compromisso e deixar de falar o que entender que seja abrangido por esse sigilo. É uma posição não só da Ordem dos Advogados, ela é reforçada por todos os Tribunais do país. Existem precedentes em todos os Tribunais do País sobre essa matéria, estabelecendo o direito do advogado. A Ordem dos Advogados nesse função está aqui para garantir e eu como Presidente da Comissão de Prerrogativas estou aqui para garantir o direito e a prerrogativa da Dra. Marilena, de qualquer outro Procurador ou de qualquer outro advogado que venha a prestar depoimento aqui de ter seus direitos e garantias assegurados, tanto é que vim a pedido do próprio Presidente Juliano Breda levar adiante essa garantia. A outra questão que suscito a V. Exa. depois de pedir essa reconsideração em relação a obrigação legal, porque é uma imposição, a lei não estabelece uma faculdade e sim uma imposição a todos nós. Em relação a forma, foi feito um convite para a Dra. Marilena prestar depoimento. Todos os atos da administração tem que ser fundamentados, todos os atos da administração mais do que fundamentados têm que atender a Constituição e a própria lei. Na medida em que ela não foi convocada e sim convidada a prestar esclarecimentos se trata de uma faculdade. Ela não foi chamada como investigada, o *status* jurídico dela agora de investigada, no entender da Ordem dos Advogados do Brasil, foi conferido a ela como forma de punição e que, por outro lado, também assegura a ela uma série de direitos e garantias, por uma questão que absolutamente não tem a ver com o objeto investigado na CPI. Estou falando enquanto Ordem dos Advogados do Brasil, preocupado com essa situação de que a pessoa por manifestar um direito constitucional, uma obrigação legal imposta a ela de atender a lei e de cumprir a lei (A) seja agora transformada em investigada sem nenhuma motivação aparente, Sr. Presidente. A OAB manifesta uma preocupação



extrema em relação a isso, entende, compreende e respeita a posição de V.Exa., mas manifesta uma preocupação extrema com o que está acontecendo aqui, Sr. Presidente. Ainda mais sendo V.Exa. advogado, bacharel em direito formado e advogado.

O SR. PRESIDENTE:- Quero agradecer a lembrança de Vossa Senhoria. Formalmente vamos convocá-la na condição de investigada. Neste momento, então, suspendemos esta reunião. Vamos nos reunir novamente, apenas os membros dessa CPI com o corpo jurídico desta Casa. Solicitamos a Dra. Marilena que permaneça aqui enquanto vamos formalizar por escrito a convocação dela como investigada. Está suspensa a reunião.

O SR. PRESIDENTE:- Reabrimos a Comissão Parlamentar de Inquérito. A Comissão decidiu ouvir a Dra. Marilena Winter na condição de informante. Isto não altera qualquer convocação posterior que possa ocorrer se em outras condições, como no caso investigada, se não ficarmos satisfeitos com o seu depoimento. Então, a senhora está sendo ouvida agora na condição de informante a esta CPI. Pergunto aos Srs. Vereadores se tem alguma colocação a fazer? (Todos respondem que não). Iniciarei as perguntas nesta manhã. Dra. Marilena Winter, a senhora é Procuradora do Município de Curitiba há quanto tempo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sou Procuradora do Município de Curitiba desde 1992, há 21 anos.

O SR. PRESIDENTE:- Em qual área a senhora atua na Procuradoria: área judicial, área administrativa, área tributária?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Atualmente na área judicial, Procuradoria Judicial do Município.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora atuou na área administrativa, na área tributária ou não?


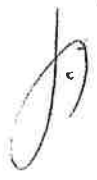
A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu exerci a função de Consultora Jurídica do município. Também quando ingressei na carreira em 1992 atuei como Procuradora na consultoria, portanto, na área consultiva e exerci a função de Procuradora na Procuradoria de Recursos Humanos, no contencioso também e na Procuradoria Judicial.

O SR. PRESIDENTE:- Qual foi o período que a senhora trabalhou na Urbs?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na Urbs trabalhei de setembro de 2009 até janeiro de 2012.

O SR. PRESIDENTE:- Quais eram as suas atribuições ou atribuições do cargo que a senhora exerceu na Urbs?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na Urbs exerci a função de Diretora Jurídica e a atribuição era justamente a direção do departamento jurídico da empresa.



O SR. PRESIDENTE:- A senhora era autoridade máxima da Urbs na Diretoria Jurídica daquela empresa ou estava submissa a alguma outra autoridade ou mesmo ao Prefeito?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na verdade exerci um cargo de direção. Um cargo de direção ele pertence a uma estrutura administrativa e, como tal, ele compõe o quadro geral que é a diretoria. Então, existe um presidente e outros diretores. E uma sociedade de economia mista, segundo a estrutura que está prevista na Lei Orgânica do Município, ela tem autonomia: autonomia administrativa, autonomia financeira, e ela se subordina na linha de tutela ao chefe do Executivo. A estrutura administrativa se dá dessa forma.

O SR. PRESIDENTE:- A diretoria jurídica da Urbs era o órgão responsável pela elaboração dos editais de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Gostaria que a senhora nos informasse quem trabalhava com a senhora no Departamento Jurídico da Urbs naquela oportunidade.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Os advogados do quadro da Urbs, os advogados de carreira (m), eram os Drs. Rodrigo Grevetti, Sólon Brasil, Amãnda Fava, Ivo Maciel Petri, Paulo e Heloísa Ribeiro.

O SR. PRESIDENTE:- Eu pergunto a senhora, quem elaborava as minutas dos editais de licitação na Urbs, no período em que a senhora trabalhou lá ?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Existe uma área de licitações, os editais e minutas eram feitas por essa área.

O SR. PRESIDENTE:- Quem eram as pessoas que compunham essa área, tinham advogados , pessoas da área jurídica, nessa área?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na área de licitações, eu lembro da Cássia Aragão que trabalhava nessa área, existia a Dra. Daniele que também trabalhou nessa área, durante um período, que é advogada. Mas, se não me engano, ela não estava alocada, nesse setor como advogada. Não estava exercendo função de advogada, estava exercendo a função administrativa. Os outros nomes, lamento, mas não me recordo.

O SR. PRESIDENTE:- É correto, afirmar que a licitação doo transporte coletivo de Curitiba, ocorrida no período em que a senhora era Diretora Jurídica da Urbs, foi a licitação, mais importante que naquele órgãos e período?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Concordo.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora participou da elaboração do edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, participei.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora aprovou o parecer da análise jurídica do processo administrativo sem 2009, ou o encaminhamento em 18 de dezembro de 2009?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- O parecer de 18 de dezembro de 2009, e a senhora aprovou e assinou, colocou o seu, de acordo, no referido parecer na mesma data, no dia 18 de dezembro de 2009?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Correto.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora participou da elaboração desse parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, porque na verdade essas questões eram bastante discutidas, internamente. As questões jurídicas do departamento eram plenamente debatidas e dialogadas com os advogados.

O SR. PRESIDENTE:- Quem mais participou da elaboração desse parecer, além da senhora?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O autor do parecer que é o Dr. Rodrigo Grevetti.

O SR. PRESIDENTE:- Por ser um parecer tão importante, a senhora considera que o tempo para analisá-lo, ou seja, no mesmo dia em que ele foi elaborado, foi suficiente para fazer uma análise dos inúmeros autos daquele processo de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Plenamente suficiente, porque na verdade, essa análise foi feita ao longo do tempo, porque na medida como afirmei anteriormente, nós acompanhamos esse processo, até então.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora se recorda do que dizia o parecer, o encaminhamento do parecer denº 100, 2009 nas suas conclusões?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não tenho de memória exatamente ou textualmente qual era o conteúdo. Mas, o objetivo desse parecer como todo parecer, proferido na licitação. Ele é verificar a questão da legalidade, do edital e como compete ao setor jurídico, prestar orientações, solicitar esclarecimentos, fazer encaminhamentos. Então, esse parecer especificamente ele fez isso. Analisamos alguns pontos (c) do edital. O edital foi plenamente analisado pelo jurídico, mas alguns pontos foram formalmente registrados no parecer e sobre alguns aspectos especificamente foram solicitados encaminhamentos à área de licitações.

O SR. PRESIDENTE:- Vou ler para a senhora as conclusões do parecer que tem o seu

despacho. (Lê: "Conclusões. Ante a tudo o que foi exposto, conclui-se que, até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito NÃO poderá lograr prosseguimento. É o parecer". Rodrigo Binotto Grevetti.) Foi isso mesmo que a senhora homologou?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora poderia nos dizer um sinônimo de inconformidade? O que significa o termo inconformidade levantado aqui pelo Dr. Rodrigo Binotto com o despacho favorável de V.Sa.?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pois não. Inconformidade é aquilo que de alguma maneira não atende ou a alguma formalidade ou a alguma prescrição normativa.

O SR. PRESIDENTE:- Em termos jurídicos é correto afirmar que inconformidade significa irregularidades, algo que está errado, distorcido, divergências, falta de cumprimento de requisito obrigatório?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, pode significar isso.

O SR. PRESIDENTE:- Pergunto a senhora, o que é uma licitação?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- É um procedimento administrativo para estabelecer regras atinentes a algum tipo de contratação de bens ou serviços pelo qual se instaure a concorrência por um objeto contratado ou a ser contratado pela administração pública. Em linhas muito gerais.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço. Pergunto também o que é um parecer na sua essência, conforme exige o Artigo 38, Parágrafo Único da Lei 8666, de 1994, a Lei das Licitações.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O artigo que V.Exa. cita é o parecer jurídico da assessoria. Um parecer é um opinativo técnico jurídico que tem por escopo orientar o gestor público, podendo também solicitar providências e apontar as características legais desse edital. Esse artigo especificamente refere-se a um parecer jurídico proferido no processo licitatório.

O SR. PRESIDENTE:- Dra. Marilena, é correto afirmar que qualquer alteração no edital de licitação do transporte coletivo de Curitiba foi irregular, aquele que foi publicado, por não passar pela análise e aprovação jurídica do departamento jurídico da Urbs e que essas alterações feriram a Lei 8666, no seu Artigo 38, Parágrafo Único?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Alterações realizadas no edital após a análise jurídica deveriam ser submetidas novamente ao departamento jurídico, com certeza. E isso também constitui algum descumprimento dessa formalidade, especificamente do Artigo 38 da Lei 8666.



O SR. PRESIDENTE:- Seria uma irregularidade, uma inconformidade, conforme apontou o Dr. Rodrigo Grevetti e V.Sa. subscreveu?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, é uma desconformidade. Uma não conformidade, para ser mais exata. Agora, eu gostaria só de fazer um apontamento aqui, que essa desconformidade implica no descumprimento de uma formalidade legal. Isso é importante que se diga. E é importante que se diga também que o fato em si (v) não foi analisado neste parecer. Só faço este esclarecimento porque V.Exa faz a colocação que eu ratifiquei, mas mas este fato em si não foi objeto desse parecer.

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar que qualquer alteração na minuta deveria ser acompanhada de uma análise de aprovação jurídica. A senhora já disse isso na outra pergunta mas gostaria de reiterá-la. Qualquer alteração no edital que foi publicado deveria ser acompanhado de um parecer jurídico sobre essa..

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Deveria ser submetido a uma nova análise jurídica sim.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. A senhora sabe as razões pelas quais o Presidente da Comissão de Licitação não obedeceu a determinação do parecer jurídico da Urbs sobre a análise da minuta do edital de licitação, assinada pelo advogado Dr. Rodrigo Grevetti? A senhora sabe por que não foram obedecidas essas alterações?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sr. Presidente, desconheço essas razões. Apenas o que eu vi até, pelo jornais, o depoimento do presidente da comissão, declarou que entendeu que o parecer apontava caminhos e entendeu que, por conta disso, se adotasse aquelas indicações, atendesse as solicitações do parecer, teria então cumprido todas aquelas exigências.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora afirmou de que essa licitação foi a mais importante que ocorreu no período em que a senhora foi diretora jurídica da Urbs. A senhora admite que na minuta do edital analisado não havia valor de outorga e que o edital que foi publicado se estabeleceu uma outorga de duzentos e cinquenta e dois milhões de reais para empresas que desejassem ou que se submetessem a esse processo licitatório?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, essa era uma complementação necessária. Inclusive o que me recordo, ela foi apontada no parecer jurídico.

O SR. PRESIDENTE:- Do mesmo modo, por que a senhora admite que o parecer jurídico perguntou que a comprovação e a idoneidade financeira das concorrentes deveriam vir acompanhadas de estudos técnicos que demonstrassem serem eles condizentes com o vulto do objeto licitado. A senhora se recorda desse item do parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- A senhora tem alguma informação, conhecimento ou ouviu falar

alguma coisa do porquê essa recomendação do parecer jurídico não foi observada pelo Comissão de Licitação no momento em que publicou o edital no dia 29 de dezembro de 2009?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE:- Quem era o Procurador do Município à época da licitação do transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Quem era o Procurador Geral? Dr. Ivan Bonilha.

O SR. PRESIDENTE:- Ele ou alguém a mando dele participou, interferiu no edital de licitação ou na minuta analisada e posteriormente publicada com alterações?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Bom, na verdade o Dr. Ivan Bonilha pessoalmente, que me conste, não praticou nenhum ato nesse processo. Agora, eu na condição de Procuradora que fui cedida para o Urbs, tive um diálogo permanente com o Procurador Geral nesse período.

O SR. PRESIDENTE:- E a senhora informou de que eles publicaram sem cumprir com aquelas determinações do parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na verdade, Sr. Presidente, não tive conhecimento prévio disso. Na verdade somente tivemos acesso à versão do edital depois dela publicada. Então, não informei.

O SR. PRESIDENTE:- Relevante a sua informação. Segundo Eli Lopes Meirelles, a licitação deve obedecer regras como o procedimento formal^(B) em obediência à legislação, no caso a Lei nº 8.666 de 1994. A senhora concorda que a licitação deve obedecer regras formais e estabelecidas em lei?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, certamente.

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar que qualquer desobediência à lei das licitações, fere o princípio da igualdade entre os licitantes?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não creio que essa seja uma regra absoluta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- É correto afirmar que qualquer coisa que seja feita de forma contrária às formalidades estabelecidas em lei, no processo licitatório, no caso o transporte coletivo que foi licitado, vicia, macula e frustra o processo licitatório?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sr. Presidente, não há uma resposta muito absoluta para essa pergunta. Peço aqui licença para explicar por quê.



O SR. PRESIDENTE:- Fique à vontade.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A compreensão do direito mais contemporâneo, no que diz respeito a essas não conformidades, ou a expressão técnica aqui que se utiliza, que é vício, em relação aos vícios, é no sentido de que existem diferentes graus de irregularidades, ou vícios dentro de um procedimento. É um atendimento bastante assente na jurisprudência, na doutrina, enfim na jurisprudência administrativa também, de que os vícios formais tem um grau muito menor, impactam de uma forma muito menos grave, do que determinados tipos de desconformidades que desatendam por exemplo a valores do direito administrativo. Então, V. Exa. me faz uma pergunta se qualquer tipo de irregularidade ou descumprimento de formalidade represente algum comprometimento do processo licitatório. Acho que o entendimento é praticamente unânime, não sei se unânime, mas pelo menos predominante é no sentido de que a prevalência é sobre o aproveitamento dos atos. Isso tanto no direito privado, como no direito público. Portanto, eu citaria aqui o próprio Marçal Justo e Filho que é um grande administrativista, no sentido de dizer que as desconformidades que representem meros descumprimentos de formalidades não tem o impacto tão grave quanto outros descumprimentos que violem valores do direito administrativo. Isso significa dizer que é possível sim que se constate algum tipo de irregularidade dentro de um processo, e que ele não acarrete na expressão que V. Exa. usou, que seria •

O SR. PRESIDENTE:- Que fere o princípio da igualdade.



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A desobediência, ou ferir o princípio da igualdade.

O SR. PRESIDENTE:- A lei do processo licitatório vicia, macula, frustra o processo administrativo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Existem diferentes níveis de vícios que podem, que devem ser analisados num caso concreto. Por que isso? Porque há que se atentar que um procedimento licitatório, como V. Exa. me pergunta no início do meu depoimento, deve atender ao interesse público. A administração aqui no caso é detentora do interesse público primário. Então, muitas vezes um vício, num processo, pode acarretar uma invalidação do processo, ou pode gerar a convalidação ao longo desse mesmo processo. Então, por isso que lhe respondo, excelência, que essa não é uma resposta absoluta, que qualquer tipo de vício pode...

O SR. PRESIDENTE:- Que grau a senhora atribui aos vícios encontrados no processo licitatório do transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não tenho aqui elementos em mãos para elencar os vícios encontrados. Não tenho em mãos elementos para dizer de que vícios V. Exa. está tratando, ou de quais questões pontuais estão sendo tratadas. (R). Então, essa é uma questão que deve ser analisada nesse momento pelos órgãos de controle externo, ou mesmo a sindicabilidade **interna desse procedimento não se encerra. Então, não preclui a possibilidade da administração, no**



exercício da autotutela, fazer essa investigação. Eu mesma não tenho condições de dizê-lo aqui, nesse momento, sem elementos de análise ou da descrição daquilo que V.Exa. está se referindo como vícios no sentido genérico.

O SR. PRESIDENTE:- Eu agradeço a contribuição de V.Exa. E gostaria de perguntar se é correto afirmar que frustrar ou fraudar a licitude do processo licitatório é crime previsto na Lei 8666?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

O SR. PRESIDENTE:- E é correto afirmar que o vício que macule ou frustre a licitude do processo licitatório de uma licitação é uma improbidade administrativa?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pela Lei sim. Em tese, Excelência.

O SR. PRESIDENTE:- Certo, em tese. É correto afirmar que houve, por parte daqueles que participaram da comissão de licitação, e alteraram e não cumpriram determinações do parecer nº100/09 podem, em tese, ser enquadrados nos crimes previstos pela Lei de Licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não tenho elementos para afirmar isso, Excelência. Como V.Exa. afirmou, em tese as incorreções no procedimento podem gerar repercussões de eficácia jurídica em graus bastante variados. Então, acredito que apenas a única possibilidade de se chegar a uma conclusão fundamentada, com grande responsabilidade inclusive, seria analisando criteriosamente caso a caso do que está se tratando. Como eu afirmei anteriormente, não há uma regra geral de que a constatação de uma desconformidade formal possa levar a esse tipo de consequência jurídica.

O SR. PRESIDENTE:- Eu quero, Dra. Marilena Winter, agradecer a sua contribuição a essa CPI. Muito obrigado.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pois não, eu agradeço.



O SR. PRESIDENTE:- Passo a palavra ao Relator, Vereador Bruno Pessuti.

O SR. RELATOR:- Bom dia, Marilena, tudo bom?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Bom dia, Vereador.

O SR. RELATOR:- Depois de tanta demora, vamos às perguntas. Eu vou tentar ser breve, até para abrir a possibilidade de todos os membros da CPI perguntarem, já que são treze integrantes. A pergunta que eu faço é simples. Decorridos três anos do início da operação, da licitação, a senhora tem orgulho de ter participado desse processo licitatório?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sr. Vereador, quero dizer que eu me sinto muito honrada de ter trabalhado com a equipe técnica da Urbs. Quero dizer que para mim foi um



grande aprendizado enquanto advogada pública, trabalhei com profissionais de extrema competência, e quero dizer que neste contexto o acompanhamento desse procedimento que fiz, juntamente com a equipe técnica da Urbs, foi no sentido de buscar, assegurar mais perto possível da perfeição técnica e formal desse grande desafio que foi realizar essa licitação, por tudo que ela representa no contexto da Cidade de Curitiba. Eu gostaria de acrescentar também, aproveitando que V.Exa. me pergunta uma questão bastante subjetiva, de dizer que nessa ocasião testemunhei também o grande valor que a empresa, e principalmente a sua maior riqueza que é a inteligência, a expertise no tratamento do transporte coletivo, representou para a Cidade de Curitiba. Então, nesse sentido eu posso afirmar a V.Exa. que trabalhar durante esse brevíssimo espaço de tempo me contribuir para a realização de um processo que se fazia necessário, justamente para regularizar uma situação que até então estava irregular, que eram as permissões, me traz uma grande sensação de cumprimento de dever e uma honra, na qualidade de advogada pública.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A licitação ocorreu devido a uma orientação do Ministério Público ou uma orientação da própria Urbs?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu fui convocada a participar desse procedimento porque naquela ocasião o então diretor jurídico da empresa, que era o Dr. Ivo, encontrava-se afastado por motivos de saúde. Então, o convite me foi feito, inclusive em caráter até bastante temporário, como uma substituição, apenas para fazer o acompanhamento, para monitorar todos os procedimentos. Essa é uma licitação de grande complexidade, inclusive complexidade técnica, que demandava várias ações paralelas. Por exemplo, era necessário primeiramente encerrar as permissões que estavam vigentes, era necessário adotar todos os procedimentos administrativos preparatórios para a abertura da concorrência. Então, quando fui convocada, fui convocada para essa função, em substituição ao diretor jurídico, mas o quadro que me foi colocado foi esse. Primeiro, nós tínhamos até então uma obrigação constitucional de regularizar essas concessões, porque elas estavam vigentes há bastante tempo sem o antecedente processo licitatório. Segundo, a lei das concessões, a Lei 8987, continha um prazo, que era até o final de 2010, para regularização dessas concessões. Terceiro, existia uma ação do Ministério Público determinando a realização dessas licitações, e até então o prazo também era final de 2010. E tudo isso convergiu, digamos assim, para a decisão, de alguma maneira, de realizar esse procedimento.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Em nenhum momento houve um pensamento dentro da Urbs de que ela fosse a concessionária e fizesse somente a licitação da operação do transporte coletivo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não tenho essa informação. Por mim não passou essa discussão.

O SR. BRUNO PESSUTI:- É do seu conhecimento se esse edital foi realmente feito dentro da Urbs, ou foi feito fora da Urbs e colocado dentro da Urbs por pessoas terceiras?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não, o conhecimento que eu tenho é que foi **feito dentro da Urbs.**

O SR. BRUNO PESSUTI:- As alterações feitas no edital, como o item 4.2.8, que suprime a expressão "ainda que" para aquela questão das empresas... Deixa eu achar aqui só para ler ele inteiro. Só um momento. (Lê) Item 4.2.8. Essa alteração foi feita no...? Esse edital foi submetido a parecer, porém, o que foi publicado suprimia essa condição de "ainda que para lotes distintos", e nós temos hoje, comprovadas, na Cidade de Curitiba, participações societárias com mais de 70% de uma família, por exemplo, dentro de todo o sistema de transporte coletivo. A alteração desse item no edital que não foi passado por um parecer jurídico, ela macula a questão da concorrência ampla e plena entre os participantes?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu só tive a oportunidade de analisar a questão do edital sem essa consideração. Portanto, analisar a repercussão dessa inclusão aqui demandaria efetivamente uma análise mais acurada. Eu peço perdão a V.Exa., mas não analisei essa questão propriamente dita. Agora, o que eu posso dizer é que esse aspecto especificamente foi aprovado, digamos assim, (L) no parecer, ou foi mencionado de uma forma distinta, então, a análise foi feita daquela maneira, eu teria que refletir melhor sobre essa consideração que V.Exa. me faz.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A senhora participou do processo de homologação do valor da outorga dos créditos que as empresas tinham?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Porque há quarenta e cinco milhões de reais de um processo que ainda corre na justiça, uma confissão de dívida.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Recordo que existe essa pendência.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Essa pendência foi corretamente creditada ou deveria ser necessário aguardar o fim do processo judicial para que fosse considerada?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O edital contempla essa possibilidade de fazer a compensação, obviamente dentro daquilo que, naturalmente, tanto o código civil quanto a legislação autorizam as legislações. Então, o que foi incluído como possibilidade de compensação, pelo que me recordo, se deveu ao fato de que há uma exigência legal que no encerramento das permissões, deveriam ser zeradas todas as dívidas havidas entre as então permissionárias e o Poder Público e que esse pagamento deveria ser realizado antes mesmo, ou consentaneamente ao momento em que se abria a licitação. Então, eu tenho a convicção de que a inserção desses valores decorre justamente dessa determinação legal.

O SR. BRUNO PESSUTI:- Mas a senhora não participou desse processo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Do processo da decisão dos valores? Ele foi um processo amplamente discutido internamente, mas eu gostaria até de explicitar aqui que não é **função do jurídico praticar atos administrativos, até o Sr. Presidente: quando me pergunta o que é**

um parecer jurídico, recordando até minha fala anterior, é importante que se diga que parecer jurídico não é ato administrativo, são coisas distintas. Então, quando V.Exa. Me pergunta se participei da deliberação sobre esse aspecto, quero lhe dizer que houve um acompanhamento do jurídico no processo como um todo, mas as decisões administrativas ficaram a cargo dos gestores respaldadas, até onde sei e até onde nós exigimos no parecer, em pareceres técnicos contábeis.

O SR. BRUNO PESSUTI:- A semana passada tivemos duas declarações semelhantes, dizendo o seguinte: Um segundo parecer não era necessário. Essa informação é correta?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Um segundo parecer sobre o quê?

O SR. BRUNO PESSUTI:- Sobre o edital, que não foi feito.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Que não seria necessário? Eu entendo que o segundo parecer que se está tratando aqui, na verdade, seria uma reanálise caso houvesse alguma alteração. O que eu tenho para mim é que essa função do controle da legalidade foi exercida plenamente pelo jurídico, então, foi emitido um parecer. Então, a análise sobre a legalidade daquele edital foi realmente efetivada. Então, a sindicabilidade necessária foi praticada. Se houve alteração posterior, o natural era que retornasse ao jurídico para um novo parecer. Eu me recordo também, do que declarei ao Presidente, no sentido de que o Presidente da comissão de licitação externou uma interpretação sua a cerca do cumprimento das exigências do parecer jurídico. E isso, tecnicamente, Sr. Vereador, não destoa daquilo que jurisprudência tem dito, que o que importa efetivamente, o essencial é compreender a lisura do procedimento. Então, a existência ou ausência de um parecer jurídico deve ser interpretada nessa medida. Ela pode sim representar o malferimento a uma formalidade do processo. E o descumprimento formal do processo não afasta também, não torna preclusa a possibilidade da administração realizar essa análise de mérito a qualquer momento, tanto que a própria lei 8666 confere ao Poder Público a autotutela sobre os contratos depois de firmados. Então, esse controle de legalidade pode ser realizado a qualquer momento (r). Mesmo depois dos contratos assinados. Só que isso deve ser demandado do departamento jurídico, isso deve ser submetido. Então, objetivamente, respondendo à pergunta de V.Exa., deveria ter se submetido ao jurídico sim, certamente que sim.

O SR. PRESIDENTE:- Passamos a palavra ao Vereador Serginho do Posto.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Bom dia a todos. Eu tenho três perguntas e são baseadas na auditoria designada pela portaria 704 do Tribunal de Contas do Estado. Nessa análise da auditoria, no 2.31, eles colocam " como ausência de acompanhamento dos contratos pela Urbs." Na fala, e o que está escrito por esse parecer, diz que "a comissão durante a realização dos trabalhos de auditoria constatou que a Urbs não realiza o controle dos itens que compõem os custos da planilha tarifária e por conseguinte os contratos." Quando questionada a respeito, a Urbs assim se manifestou: "a Urbs não evidenciou a presença de elementos documentais que demonstrem o cumprimento das metas previstas no item 7.1.5 do edital. Em razão disso, instaurará procedimento formal através do qual requererá aos contratantes que demonstrem o **cumprimento das metas.**" **A pergunta que eu faço é que alguns relatórios, de acordo com o item**



7.1, as empresas não estavam fazendo essa entrega à Urbs. Essa discussão era feita juntamente com o departamento jurídico, ou apenas na diretoria administrativa e operacional?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu lamento, mas acho que a minha resposta fica prejudicada porque eu saí da empresa em 2012, não acompanhei essa execução. Eu não teria elementos para responder essa questão.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Após esse período da implantação do edital, e os contratos já sendo assinados, há um entendimento agora, com a evolução da sociedade, no sentido de exercer efetivamente a cidadania plena e em participar ativamente do controle social. A prerrogativa de fiscalizar é obrigação do ente concedente e do serviço público, cuja postura alerta e pró ativo o elemento entre si. Nesse sentido, eu gostaria de perguntar se algumas ações por parte da operação da Urbs em fazer o sistema de transporte, vocês tinham uma consulta de outros departamentos para implantar uma maior fiscalização sobre as empresas que operam o serviço de transporte? Sempre havia uma consulta ao departamento jurídico?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na execução dos contratos?

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Na execução dos contratos.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Veja, o que eu me recordo do período em que fiquei lá, que foi um período curto, é que sempre as outras diretorias, os departamentos técnicos procuravam se reportar às orientações jurídicas quando isso se fazia necessário. Então, sempre que isso envolvia algum mérito jurídico, ou alguma questão de responsabilidade, eu diria que também na execução dos contratos, de uma forma bastante generalizada, sim, sempre houve um diálogo com o departamento jurídico. Mas essa é uma questão que lhe respondo de uma forma bastante generalizada. Eu observei que o funcionamento, a dinâmica da empresa sempre privilegiava as orientações prévias, o departamento jurídico, sempre que o departamento entendesse que isso implicava em alguma questão técnico jurídica. Respondo isso de uma forma bastante genérica em relação aos contratos de uma forma geral. Os departamentos técnicos tinham esse procedimento de uma forma genérica, mas não posso lhe responder se isso acontecia sempre, ou se acontece hoje, não me sinto assim com elementos suficientes para exaurir essa questão.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- (u) Especificamente na compra dos ônibus híbridos, não sei se neste período a senhora estava...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não participei desse procedimento.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Então, fica prejudicada essa minha pergunta. No entendimento jurídico, quando as empresas participaram do certame, a senhora poderia nos dizer se há um entendimento, a Urbs entendeu que havia uma caracterização das empresas de ônibus? Tinha esse apontamento ou juridicamente se via essa condição?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Essa questão nunca passou por nós em



momento algum.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- Então, tá bom. Eram essas as perguntas. Na verdade a pergunta que eu fiz especificamente da compra dos ônibus híbridos, a senhora não pode responder porque na época não estava, é que houve um aditamento do contrato e aí foi feita uma compra sem licitação, através de uma melhoria de uma tecnologia a ser oferecida pelo serviço de sistema de transporte. Então, foi nesse sentido que perguntei e nesse momento me dou por satisfeito as suas perguntas. Agradeço. Era isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Serginho do Posto e passamos a palavra ao vice-relator, Vereador Valdemir Soares.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Muito obrigado, nobre Presidente. Bom dia a todos. primeiro, como sempre faço, gostaria de fazer uma introdução em relação a reunião de hoje, até porque fizemos um requerimento com convite à Dra. Marilena e também da Dra. Cássia. Nós entendemos que sempre uma Diretoria Jurídica, numa instituição pública, tem a responsabilidade de avaliar legalmente documentos, licitações, procedimentos internos desta instituição. Tive a oportunidade de ser Presidente da Cohab em 2005 e 2006 e não despachávamos em RD, em reunião de Diretoria, Vereador Chicarelli, nenhum documento sem antes termos o aval legal da Diretoria Jurídica, na época ainda assessoria jurídica. Isso é praxe, até pela questão de segurança da própria instituição pública. Ouvindo aqui as perguntas dos meus companheiros, ficou uma interrogação muito grande, analisando esse parecer jurídico de conclusão em relação a licitação. Aqui na última frase desse parecer, tivemos a oportunidade de lê-lo todo, diz o seguinte: "Até que sejam sanadas as inconformidades manifestadas no presente parecer, o presente feito, no caso o processo licitatório, não poderá lograr prosseguimento". Esta frase está toda sublinhada e o não desta frase do "não poderá lograr prosseguimento" está em letra maiúsculo. O que entendi? Entendi que enquanto não fosse sanadas as inconformidades daquele edital a licitação não poderia ser feita por orientação do departamento jurídico. Isso não aconteceu. Não consegui entender como o departamento jurídico diz que o procedimento não pode lograr êxito, não pode lograr prosseguimento, e ele é alterado sem um novo parecer jurídico. Gostaria que a senhora me explicasse mais detalhadamente essa questão, porque eu não consegui entender. Dentro dessa recomendação assinada pelo Dr. Rodrigo, assinado pela senhora, houve uma mudança de rumo. A senhora poderia me explicar mais detalhadamente? Eu não consegui entender ainda, por que um departamento jurídico diz que não pode haver prosseguimento do certame, há prosseguimento, há licitação, esse parecer foi ignorado?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O parecer contém as orientações para que a área de licitação, enfim, os gestores, adotassem os procedimentos aí indicados, corrigindo aquilo que entendeu ou complementando aquilo que entendemos suficiente ou corrigindo aquilo que entendeu incorreto (e). Essa orientações foram passadas. Acho que V. Exa. diz com muita propriedade que a função de um Departamento Jurídico é assegurar ou garantir a segurança jurídica não só do procedimento como um todo, mas também do próprio gestão. Essa é a função desse parecer e o objetivo dessas orientações vem justamente dentro dessa ordem de ideias, ou seja,



tornar claro para o gestão aquilo que constatou como necessário no sentido de regularizar ou de tornar perfeito, do ponto de vista legal, esse procedimento. Essa é a orientação. V. Exa. me pergunta o porquê e as razões explicitadas no próprio parecer, o porquê apontamos essas necessidades. Justificamos a necessidade de fundamentos técnicos, esclarecimentos e a orientação no sentido de que não poderia prosseguir sem serem cumpridas essas observações. Esse foi o encaminhamento. A realização dos atos subsequentes foi efetivada exclusivamente pelas áreas competentes. A decisão de publicar o edital tal como foi publicado foi uma decisão de gestão, foi uma decisão que até onde pude acompanhar os gestores que trabalharam nesse procedimento ou que tomaram essa decisão administrativa, explicaram seus motivos. Os motivos que explicaram, até onde me consta, dizem respeito a uma compreensão de que atenderam as orientações do parecer e essa é uma decisão que lhes competia, como de fato acabaram decidindo. Quando V. Exa. me pergunta o motivo porque foi feito assim, realmente não tenho uma justificativa para lhe explicitar nesse momento, a não ser aquela que o próprio gestor já deu, que foi a de dizer que entendeu cumpridas as exigências e entendeu desnecessária a nova remessa ao Departamento Jurídico.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não houve um segundo parecer depois dessas alterações. A senhora está dizendo que a senhora não tem uma justificativa? Houve um erro no processo de não cumprir o parecer jurídico ou não pedir um parecer jurídico final depois dessa justificativa da direção administrativa do procedimento administrativo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Exa. na realidade há um segundo parecer jurídico nesse processo que foi proferido pelo Dr. Adilson Dallari, salvo engando, em fevereiro de 2010. O Dr. Adilson Dallari, quem é e é da área jurídica aqui certamente há de concordar comigo que é uma das maiores autoridades jurídicas do Brasil sobre esse assunto. V. Exa. me pergunta se houve um outro parecer jurídico? Houve e ele está nos autos, está disponível.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Depois da licitação?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Depois da publicação do edital, Excelência.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Antes do processo de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- No curso do processo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora não acha que houve uma precipitação, não houve uma ignorância administrativa de chegar e passar por cima de um parecer que diz claramente que até que sejam sanadas as inconformidades e não foram sanadas, manifestadas no presente parecer, o presente feito não, em letras maiúsculas, poderá lograr prosseguimento.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Penso que houve uma decisão administrativa e que essa decisão realmente deixou de cumprir uma formalidade do processo, como afirmei anteriormente, e o gestor assumiu aí a responsabilidade por isso, na medida em que entendeu cumpridas as exigência. Se V. Exa. me pergunta se entendo que deveria ter voltado para o Jurídico



(A). Na linha daquilo que eu disse agora a pouco, partindo até de uma lembrança muito oportuna de V.Exa., de que em nome de uma maior segurança jurídica, sim, certamente seria melhor para o próprio gestor, para o próprio processo que tivesse havido essa reanálise. Com certeza que sim. Agora quanto a pergunta que V.Exa. faz se há um outro parecer jurídico nos autos. Sim, há um outro parecer jurídico. E existe também uma decisão, aliás, existem três decisões judiciais ao longo desse processo que investigam sobre o mérito do edital. Essas decisões são: uma decisão de primeira instância...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Qual é a data?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Exa., eu peço perdão, eu não saberia dizer a data.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É depois do processo licitatório?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- É no curso do processo. A decisão de primeiro grau ela foi no curso do processo, que julgou uma ação popular, salvo engano, entendendo que havia legalidade, que o edital era regular, houve recurso dessa decisão, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná numa decisão colegiada unânime também decidiu o mérito dessa questão e reafirmou que não havia ilegalidade nesse edital. Eu acho que pesa aqui também, Vereador, o fato de que esse edital foi publicado. Ele esteve, por assim dizer, no banco de provas durante todo o período em que se manteve publicado. Quer dizer, ele esteve sujeito aos questionamentos, as indagações de possíveis interessados, da sociedade, enfim, eu acho que tudo isso não pode ser ignorado. Então, realmente há uma desconsideração de uma formalidade em não ter retornado para o jurídico no segundo momento. Mas existem elementos ao longo do processo licitatório que acabam entrando no mérito sobre a questão da legalidade desse edital. Eu acho que é importante que se registre.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora sabe que da forma como está aqui existem muitas possibilidades de contestações em relação ao certame.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Claro, imagino que sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Havia uma comissão técnica que acompanhava, fazia estudos voltados para subsidiar a atuação da Comissão Especial de Licitação. Quem fazia parte dessa comissão técnica e qual era o papel dessa comissão técnica de subsidiar essa Comissão de Licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A comissão técnica foi designada pelo Presidente, se não me engano. Não me lembro se foi pelo presidente da comissão de licitação ou pelo presidente da empresa, mas certamente deve ter sido pelo presidente da companhia. Mas me lembro que fazia parte dela a equipe de transportes da Urbs, dentre eles, me recordo do Engenheiro Fila. Acredito que talvez outros funcionários da empresa também desse departamento. A função de uma comissão técnica, isso é previsto em lei...



O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora só lembra de um nome dessa comissão?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Quantos integrantes tinham?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não me lembro, mas acredito que isso esteja nos autos no processo. Agora, a designação de uma comissão técnica ela é necessária nas licitações de grande complexidade porque não seria razoável exigir nem de um funcionário administrativo e até mesmo de um advogado...

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora fazia parte dessa comissão?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não, excelência.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Nós temos aqui um documento que diz que a senhora fazia parte da comissão técnica, comissão técnica da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da Comissão Especial de Licitação. A senhora está como membro: Marilena Indira Winter, Ismael Bagatin França.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- É o ato do Presidente?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sim. É uma informação oficial dessa gestão em relação a esse questionamento dessa comissão técnica enviado pela Urbs (m), assinado pelo atual Presidente.



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Mas, esse não é o documento que designa a comissão.

O SR. VALDEMIR SOARES:- É a informação da Urbs de quem eram os integrantes da comissão a senhora está inclusa aqui. A Urbs está informando que a senhora fazia parte.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu posso talvez, o que eu posso explicar é o seguinte. A comissão técnica, com essa expressão, inclusive está no processo administrativo de licitação. Ela está designada, composta por três ou quatro membros. É uma comissão técnica no processo de licitação, é uma comissão que serve de apoio a comissão de licitação. Como é comum acontecer em qualquer processo licitatório.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eram dez componentes e não três ou quatro.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não me recorro, se está nos autos. Essa é uma situação. O que eu participei da forma como respondi ao Vereador Jorge Bernardi, participei do procedimento desde o início. O que aconteceu ao longo desse processo licitatório foi que nós nos reunimos várias vezes, antes mesmo da elaboração de qualquer ato formal o Dr. Rodrigo Grevetti, Luiz Fila e Eu, para estabelecer os elementos mínimos que deveriam compor um edital de licitação, discutir, debater. Para estabelecer estratégias necessárias ao processamento das ações,



pertinentes a licitação, então o processo licitatório ao ser aberto, ele demandava uma série de ações, até concomitantes como expliquei no início e, ai sim. Se pudermos chamar de comissão, ela de fato existiu, fazia parte de uma atribuição minha. E, atuei nessa comissão. Confesso a V.Exa., que não me recordo de ter tido um ato formal de designação disso. Mas, ela foi uma comissão de trabalho, e teve por escopo, exatamente isso que eu expliquei. É uma forma de trabalho para que juntamente com o setor técnico, com as demandas que seriam necessárias, serem contempladas no processo licitatório, nós pudemos estabelecer todas as estratégias compatíveis com o processo, com a transparência, garantia.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Eu estou achando que a senhora, não trabalhou na comissão, porque o Luiz Fila, não fazia parte dessa Comissão.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Como lhe disse, é uma comissão informal, isso aconteceu. Luiz Fila, Rodrigo Grevetti e Marilena Winter, são as três pessoas. Essa outra comissão que V.Exa., está mencionando eu gostaria de ver esse documento, porque não me recordo.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A informação do Presidente, vou ler para a senhora: "Essa comissão incumbida de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação, assinado inclusive por ele, Dr.



Roberto Gregório, tinha como membros, a Senhora, Doutor Rodrigo, na época Advogado, atualmente Diretor de Transporte, Ismael França, Coordenador da Unidade de Programação de Operações, Elço Luís Caras, Gestor da Área de Tecnologia de Esportes, Edson Luís, Gestor da Área e Fiscalização do Transporte Coletivo, José Adirsen, Profissional de Nível Superior José Álvaro, Dabradowski, representante, do Ippuc, Alfredo Vicente de Castro Trindade, Representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Edgar Lopes Júnior, Representante da Secretaria Municipal de Finanças. Conflita essa resposta oficial da Urbs, com o que aconteceu?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu diria no mínimo conflita com a minha memória, porque não me recordo de nenhuma comissão para qual eu tenha sido designada. Eu posso lhe pedir um esclarecimento de qual ato está mencionado nessa informação.

O SR. VALDEMIR SOARES:- isso aqui é um pedido de informações.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Mas, eu digo, quando ele menciona esses nomes (c) , ele se refere a algum ato de designação?

O SR. VALDEMIR SOARES:- Esse aqui é um pedido da Vereadora Professora Josete. Foi protocolado na Urbs pedindo informação dos funcionários integrantes das comissões responsáveis pela elaboração do edital de licitação do transporte coletivo. Foi enviado a relação da comissão especial de recebimento, análise e julgamento da licitação, da qual o presidente



Fernando Ghignone é o presidente, e foi enviado também a lista de nomes da comissão técnica incumbida da promoção de estudos voltados a subsidiar a atuação da comissão especial de licitação.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Perfeito, Vereador. Eu realmente acho que seria necessário esclarecer porque não tenho nenhuma memória de ter sido designada a alguma comissão.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Possivelmente, Presidente, vamos ter que pedir que alguns outros nomes citados nesse documento possam vir prestar esclarecimento porque me estranha a Urbs mandar uma informação oficial que conflita com a informação dada pela diretoria jurídica desse processo licitatório tão importante.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Excelência, me permite um esclarecimento? (Assentimento). Acabou de chegar em mãos aqui o documento e a informação do Sr. Presidente é no sentido de que haveria uma comissão técnica incumbida da promoção de estudos •



O SR. VALDEMIR SOARES:- Foi o que eu disse. Foi o que eu lhe perguntei.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim. E como eu dizia anteriormente, meu nome está citado aqui na condição de diretora jurídica. Então, reafirmo ao lhe dizer que em termos de uma comissão técnica aconteceu a minha participação na qualidade de diretora jurídica num grupo de trabalho informal. Se isso foi designado como comissão técnica ou não me parece que não muda nada e realmente participei dos estudos nessa condição, Excelência.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Ok. É que acreditamos que por fazer parte da diretoria jurídica e ainda fazer parte da comissão técnica, a senhora poderia ter reforçado esse parecer. Porque a meu ver, e é claro isso pode ser contestado, pode ser uma opinião minha, mas a meu ver foi relevante a posição jurídica do parecer jurídico de que o processo licitatório não poderia lograr prosseguimento sem sanar as inconformidades. O que não aconteceu. Mas, enfim, em cima disso eu não poderia deixar de comentar, o Tribunal de Contas fez uma auditoria com auditores da própria instituição e alegou várias irregularidades no processo licitatório do qual a senhora foi diretora jurídica. Inclusive o Tribunal, nesse relatório, pede nova licitação em doze meses e responsabilização dos envolvidos e da diretoria da Urbs na época. E aqui ele fala sobre várias situações. Fala sobre indícios de carteirização, trinta e sete problemas, inclusive questões relacionadas a esse parecer jurídico. Como a senhora avalia esse relatório do Tribunal?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, tenho conhecimento da existência desse relatório. Não tive oportunidade de ler na íntegra ainda as suas conclusões. Vejo que é um documento interno produzido por uma comissão técnica, até onde eu sei, e eu...

O SR. VALDEMIR SOARES:- É relevante para a senhora um relatório de auditores do Tribunal de Contas?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Acho que quem deve deliberar sobre isso são os conselheiros do Tribunal de Contas. Esse é um documento interno. Ele não tem eficácia nenhuma externa, nem em face de terceiros e mesmo em face de pessoas citadas nesse parecer, porque é fundamento da República o princípio da ampla defesa e do contraditório. Então, acredito que qualquer eficácia jurídica que eventualmente possa ser atribuída a qualquer parte desse relatório, não falo nem na íntegra dele, só será manifestada oportunamente pelo próprio Tribunal de Contas. Porque sei até que essa comissão até deu publicidade ao relatório...

O SR. VALDEMIR SOARES:- Não foi esta comissão (v). Foi toda a imprensa e todas as instituições importantes da nossa Cidade receberam este relatório. Não foi só o trabalho dos vereadores que reconheceram, porque para nós é irrelevante, para nós um relatório de auditores do Tribunal de Contas numa investigação Parlamentar de Inquérito é irrelevante.,

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Perdão, não me referi a "esta" comissão. Referi-me a "essa" comissão. Eu falava da Comissão Técnica do Tribunal de Contas. Creio que houve um mau entendido na minha fala. Eu disse essa comissão, me referindo à Comissão do Tribunal de Contas, ela deu publicidade ao seu relatório antes dele se tornar oficial. Então, penso isso, que certamente o Tribunal de Contas atribuirá a relevância que entende que ela tenha e oportunamente haverá condição de manifestação uma vez que decidido por aquela corte de contas.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora se considera responsável jurídica pela licitação do transporte coletivo, sendo a senhora diretora jurídica da Urbs durante o processo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na verdade me considero responsável pela atuação do Departamento Jurídico da Urbs no processo de licitação, nos limites do que a lei atribui como competência e função do Departamento Jurídico.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E quem a senhora - a senhora abriu aí um parêntese ou uma interrogação - quem teria também a responsabilidade no aspecto jurídico além da senhora.



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu. Eu mesma, como diretora.

O SR. VALDEMIR SOARES:- A senhora então tem total responsabilidade jurídica?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pelo Departamento Jurídico sim. Isso está no descritivo das minhas atribuições.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Sim. Sem dúvida. Em relação à licitação do transporte coletivo, a senhora tem toda responsabilidade jurídica ou a senhora divide a responsabilidade jurídica com outros juristas que se envolveram no processo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu assumo integralmente a responsabilidade pelos atos do Departamento Jurídico - DJU - Diretoria Jurídica. A licitação em si é como toda e qualquer licitação de responsabilidade do Poder Público que realizou ou do órgão que realizou essa licitação. Então, essa é uma questão bastante nítida e clara. A competência do Departamento



Jurídico é estar delineada e delimitada aos atos que praticou ao longo dessa licitação. Existem manifestações jurídicas além do departamento, tanto do Tribunal de Justiça do Paraná, como um parecerista, a Lei de Licitações 8.666 autoriza e determina a inclusão dos pareceres dentro do processo. A responsabilidade pela assessoria jurídica, que é o que consta expressamente no Artigo 38 da Lei 8.666 era da DJU.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Temos aqui algumas informações externas, inclusive a CPI tem recebido durante a semana várias informações externas, não somente este vereador como os demais vereadores que fazem parte da Comissão, de que houve influência de juristas da Setransp na formação desse edital. Gostaria de uma opinião da senhora. Houve, a senhora ficou sabendo se houve, a senhora por acaso atendeu, conversou nesse interim, com qualquer representante jurídico da Setransp ou que representasse os consórcios ou as empresas envolvidas nos consórcios ganhadores do certame?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não, excelência.

O SR. VALDEMIR SOARES:- Seria isso, Sr. Presidente. No momento, deixo as minhas perguntas para a segunda rodada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a contribuição do Vereador Valdemir, Vice-relator destas CPI. Passamos a palavra ao Vereador Chico do Uberaba.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Nesse processo licitatório tinha alguém que conduzia a Comissão de Licitação dando as diretrizes de como deveria atuar e quem era? (B)

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não participei da comissão de licitação. Acredito que o presidente da comissão.

O SR. CHICO DO UBERABA:- No caso de divergência, embora acabasse voltando para o departamento jurídico, como eram direcionados os casos em que havia divergência na comissão de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Como lhe disse Vereador, no âmbito da comissão de licitação eu não teria como responder essa pergunta, eu não participei da comissão.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A senhora acompanhou o parecer jurídico que informava que havia irregularidades no edital?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, aprovei o parecer.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A senhora aprovou o parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.



O SR. CHICO DO UBERABA:- Depois de aprovado, qual foi a sua orientação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Encaminhamento para as providências que estão descritas no parecer.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Na sequência houve outro parecer, ou foi feita a licitação sem outro parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não houve outro parecer.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Não houve outro parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. Do departamento jurídico não.

O SR. CHICO DO UBERABA:- De que forma foram sanados os problemas identificados no edital?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Existem me parece dois laudos técnicos que o gestor administrativo da época entendeu que foi a forma de sanar aquelas exigências do parecer.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Por que as correções dos problemas que haviam sido apresentadas pela Procuradoria Jurídica no edital não foram levadas novamente a esse setor para uma reanálise?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Essa questão não foi esclarecida. Essa decisão não era minha.

O SR. CHICO DO UBERABA:- A senhora acompanhou recentemente o parecer do Tribunal de Contas, sobre esse processo, ou não?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. Eu tive acesso a informação de que existe um parecer, uma manifestação, um relatório, acho que a expressão é essa, de uma comissão técnica do Tribunal de Contas. Mas não acompanhei.


O SR. CHICO DO UBERABA:- A senhora se sente segura das respostas que está dando aqui, para esta CPI?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Plenamente.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Na sequência ouviremos o Vereador Chicarelli.

O SR. CHICARELLI:- Bom dia a todos. Vou começar com algumas perguntas sobre a licitação, depois outras sobre o ICI, e algumas outras que podemos seguir, seguindo a linha que tenho adotado aqui, de tentar enxugar a planilha do transporte coletivo. A senhora tem informação



de quem redigiu esse edital, no final de tudo? Quem foi a pessoa?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O edital está rubricado pelo Presidente da Urbs.

O SR. CHICARELLI:- A senhora informações de quem alterou essas informações? Foi o Presidente da Urbs, o Prefeito, ou alguma influência do sindicato? Ou de forma alguma, a senhora volta a afirmar? Não sabe?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não, não sei.

O SR. CHICARELLI:- De jeito nenhum. Bom, são várias pergunta que tentei unir em uma só aqui. Essa licitação foi feita em que modalidade mesmo?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Concorrência, melhor técnica e menor custo tarifário.

O SR. CHICARELLI:- É correto afirmar também • Houve uma carta convite para as concorrentes participarem, ou não? (Pausa). Não né, não houve. É correto afirmar que as mesmas empresas, com raríssimas exceções, após a licitação ficaram (κ) praticamente com o mesmo lote que operaram antes da licitação, caracterizando-se numa continuidade de operação do sistema de transporte coletivo? Então, é correto afirmar que as mesmas empresas, quase todas que estavam operando antes, depois continuaram operando no sistema de transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, isso é o que consta objetivamente no processo. O resultado da licitação.

O SR. CHICARELLI:- Sobre aquele contrato que foi bastante explorado na CPI, de trinta e dois milhões com o ICI. Embora feito sem licitação, ocorreram todos os pareceres favoráveis para o Jurídico? Não sei se naquela época você estava, ou não. Acho que há quarenta e oito meses V.Exa. ...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não, Excelência, esse contrato não passou por mim.

O SR. CHICARELLI:- Não é da sua época?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. Não passou por mim nem quando eu estava no Jurídico.

O SR. CHICARELLI:- Vamos a outro tipo de perguntas agora. Eu estive observando as planilhas de custo do transporte coletivo e acho que V.Sa. pode dar alguma contribuição para a minha linha de pensamento. Existe a Lei do FUC, que você deve conhecer bem, o que pode ser colocado e pago pelo FUC, e em contrapartida tirado do custo do transporte coletivo, das entradas, de passagem. Por exemplo: conservação de terminais. Isso está incluído e sai do transporte

Handwritten signature and initials, possibly 'B' or '3', located at the bottom right of the page.

coletivo, do custo. Aquele contrato com a empresa que faz a conservação dos terminais, de mais ou menos oitocentos e setenta é um mil mensais. Porque a minha intenção é enxugar essa planilha. Então, qual o seu entendimento, baseada na lei e pessoal, do que podemos, já citei dois exemplos, a conservação do estado das estações tubo, que poderiam ser de uma forma ou outra abraçado pelo Município, e essa conservação dos terminais, que também foi feita uma licitação. Qual o seu entendimento jurídico e talvez até pessoal nesse sentido?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu tenho para mim que essa não é uma questão jurídica, é uma questão de planilha. Então, eu penso que a única forma de se discutir esse assunto é baseado no estudo efetivo sobre essas planilhas e o seu impacto, porque ela tem natureza econômico-financeira. O que eu posso dizer apenas é que na legislação municipal, e também na legislação federal existe uma lei que estabelece diretrizes de mobilidade urbana. E no plano nacional ela prevê, e a licitação aqui em Curitiba também previu, as fontes alternativas de receita. A inserção dessa fonte tem por escopo justamente a busca de um menor custo da tarifa. Então, do ponto de vista jurídico eu posso recordar aqui algo além daquilo que V.Exa. citou.

O SR. CHICARELLI:- Mas esse contrato, por exemplo, com a empresa Socicam, não me lembro bem o nome dela, recebeu parecer jurídico, não é? A licitação e...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não sei que empresa é essa, Vereador.

O SR. CHICARELLI:- Empresa que faz limpeza e conservação dos terminais, Socicam.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não me recordo. Não saberia informar.

O SR. CHICARELLI:- Quando se faz outras despesas, por exemplo, que tem outras fontes. Por exemplo, uma época recente, a reforma da rodoferroviária, que também foi uma licitação. Essa despesa é autorizada, é cobrada no Fundo também, porém, provavelmente com outra fonte, como você está se referindo. Esse contrato passou pelo Jurídico também, acredito. Não houve nada de tirado da planilha do custo do transporte coletivo nesse contrato?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A rodoferroviária é outro tipo de transporte, não é transporte urbano.

O SR. CHICARELLI:- Mas é pago pelo FUC. Eu vi os pagamentos...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não participei dessa licitação da reforma da rodoferroviária. Esse dado eu não tenho, mas posso lhe dizer que a rodoferroviária é transporte interestadual, não tem nada a ver com...

O SR. CHICARELLI:- Eu entendo perfeitamente, mas os contratos foram analisados (m) pelo jurídico.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não na minha época.

O SR. CHICARELLI:- Mas não foi 2011 e 2012?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- É. Mas essa licitação eu não me recordo de ter participado.

O SR. CHICARELLI:- Mas Vossa Senhoria não era diretora?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A reforma da rododferroviária não passou por mim, e penso até que não passou nem pela Urbs, Excelência. É obra, né? Deve ter sido realizada pelo Município de Curitiba. E, aí, as licitações do Município de Curitiba são independentes das licitações da Urbs.

O SR. CHICARELLI:- Mas o papel do jurídico qual seria? Só liberar contratos? Não analisa os pagamentos também, a veracidade do que sai e do que entra no FUC?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- V.Exa. tem aí a informação de quem licitou essa reforma?

O SR. CHICARELLI:- Não, eu só...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Porque não foi a Urbs. Pelo que me está sendo esclarecido aqui, não foi a Urbs que fez essa licitação. Então, o jurídico da Urbs não tem nenhuma atuação.

O SR. CHICARELLI:- É que eu pedi os contratos, entendeu?, todos. Eu também me preocupei muito com as receitas que saíam do Fundo. Teve um contrato, vou pedir agora informação do contrato.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Pois não.

O SR. CHICARELLI:- Eu vi o contrato com o ICI, de conectividade, 19804(dezenove e oitocentos e quatro). Você tem informações dele?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Esse contrato não passou por análise do jurídico.

O SR. CHICARELLI:- Não passou?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. Que eu me recorde, não passou.

O SR. CHICARELLI:- Porque é pago um valor mensal grande, e sai do transporte coletivo também. Eu falo isso, senhores, porque essa gestão continua pagando essas custas, foram custas contratuais, mas podem ser muito bem enxugadas da planilha e diminuir o custo do transporte coletivo. Entendeu? Então, esse contrato também não passou pelo jurídico?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.



O SR. CHICARELLI:- Também foi um contrato que o ICI recebe da Urbs diretamente, através do FUC, e certamente a Dataprom recebe do ICI também. Então, essas despesas do que poderia entrar, ser pago com o dinheiro do FUC ou da planilha, o jurídico não poderia dar o parecer, não dava o parecer?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu penso que a questão do FUC está totalmente prevista em lei. Então, a questão das receitas e das despesas tem que se pautar estritamente naquilo que prevê a lei. Digamos assim, vamos colocar as coisas desse modo, a previsão legal tem que estar clara, objetiva na lei, e o jurídico não tem o condão de criar ou ampliar isso, a não ser aquilo que está nesse limite, no limite legal. Essa seria a única possibilidade.

O SR. CHICARELLI:- E o que diz a lei atual, para o meu conhecimento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu teria que ler aqui o texto, Excelência.

O SR. CHICARELLI:- E em visões gerais, a senhora não tem conhecimento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não teria condições de dizer, assim, de memória.

O SR. CHICARELLI:- Está certo. Agradeço. Vou deixar para a segunda rodada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Na sequência, o Vereador Geovane Fernandes.



O SR. GEOVANE FERNANDES:- Bom dia a todos; bom dia Dra. Marilena. Vou fazer poucas perguntas. É correto afirmar que o Prefeito estava no topo da hierarquia da Urbs, por ser chefe do Executivo Municipal? O Município, como todos sabemos, é acionista majoritário da Urbs; é correto afirmar?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu penso que há um texto da Lei Orgânica, não fala em hierarquia, eu teria que consultar isso agora, mas eu penso que o texto da Lei Orgânica, quando fala da estrutura administrativa, administração direta e indireta, não coloca a sociedade de economia mista na linha hierárquica de submissão ao chefe do Executivo, ele coloca na linha de tutela.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- O Prefeito dava as ordens, sim ou não, para alterar o edital de licitação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Desconheço. Prejudicada essa pergunta.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A senhora confirma que foi o Sacha Reck que compôs a alteração no edital para beneficiar as empresas que ele, como advogado, defendia?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- A senhora pode nos esclarecer o que é uma formação de cartel?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A formação de cartel seria uma prática vedada (a) pelo ordenamento e que há concentração de poder econômico na mão de algumas empresas.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- É correto afirmar que a união das empresas em consórcio na licitação praticamente eliminou a concorrência, já que os consórcios não competiram entre si, constituindo sim um monopólio de mercado?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu discordo, porque no que diz respeito estritamente à licitação não houve outras interessadas. Então, nesse aspecto estritamente, eu penso que não.

O SR. GEOVANE FERNANDES:- Muito obrigado, estou satisfeito.



O SR. PRESIDENTE:- Com a palavra a Vereadora Professora Josete.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Bom dia a todos. Vários dos questionamentos que eu já havia colocado foram de certa forma esclarecidos, então, num primeiro momento eu gostaria da sua opinião, na verdade, em relação à algumas alterações que ocorreram no primeiro edital com a publicação, digamos, do edital que respaldou todo processo licitatório. Um dos aspectos que eu gostaria de colocar, e que gostaria de saber a sua opinião sobre isso para que nós possamos acumular elementos para que no nosso relatório final nós tenhamos um embasamento bastante correto acerca das nossas conclusões, um dos questionamentos que nós levantamos é em relação ao item 32.1, que trata do prazo de concessão. No edital que passou pela análise do setor jurídico, esse item tinha o seguinte teor: (Lê item) Só para situar, na verdade o item trata da possibilidade de prorrogação do prazo de concessão de quinze para vinte e cinco anos. No edital publicado a redação é a seguinte: (Lê) Então, o que nós verificamos, na verdade, houve uma redução para essa condição de possibilidade de renovação do edital. Se eu tenho lá lotes que variam de setenta, oitenta, aproximadamente noventa milhões, e eu coloco a outorga e, no segundo edital, é colocado um valor de quarenta milhões, no meu entendimento você de alguma forma acho que facilita que as empresas que operam o sistema possam renovar esse prazo de concessão. Qual o seu entendimento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereadora, a senhora acaba de ler para mim um texto que não havia um valor determinado.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Não, era o valor atualizado da outorga.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Ah, sim. Eu penso que essa questão especificamente foi examinada já, eu tenho para mim que a questão da prorrogação foi avaliada no parecer jurídico que consta do Adilson Dallari e também foi submetido ao crivo aí do do Poder



Judiciário (n)Então, Vereadora, eu teria que analisar detidamente se isso constitui ou não algum tipo de alteração com uma implicação mais séria sobre o edital, porque em princípio o que se coloca é que a prorrogação não é obrigatória, ela não vincula à administração, de forma nenhuma. De qualquer maneira o que se tem é que, oportunamente se vier a acontecer um pedido e houver conveniência/oportunidade na prorrogação, será analisada tecnicamente inclusive pelo departamento jurídico. Portanto, eu penso que essa é uma questão que não se exaure apenas no edital. Então, esse controle de legalidade pode ser feito em qualquer momento e mais ainda ficaria submetido a condições que podem ou não vir a acontecer. Então, a minha opinião é essa, é que esse valor por si só nada representaria em termos de mudar a vinculação ou não da administração a essa prorrogação.

A SRA PROFESSORA JOSETE:- Ok. Entendo isso, claro. Isso não liga imediatamente a uma prorrogação do prazo de concessão, mas que você diminui a exigência de investimentos nas empresas diminui. Porque se você considera elevados investimentos, em um primeiro momento, o valor atualizado da outorga que aí varia de setenta e noventa milhões, conforme o lote.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Objetivamente sim

A SRA PROFESSORA JOSETE:- Objetivamente é isso e isso com valor atualizado. E você, depois no segundo edital, aponta para quarenta milhões sem atualização é uma exigência digamos menor em termos de investimento das empresas.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

A SRA PROFESSORA JOSETE:- Outro aspecto que nós apontamos aqui também, é no item 4.2.9 - Sobre as condições de participação. O edital, no primeiro texto analisado através do parecer, coloca o seguinte: 4.2 - "Será vedado participação de empresas individualmente ou em consórcios nas seguintes condições" - então, está estabelecendo condições: 4.2.9 coloca o seguinte: "Participação em consórcios distintos de uma empresa diretamente ou por controladora, controlada ou coligada ou empresas pertencentes a um mesmo grupo empresarial para concorrer ao mesmo lote". Então, há uma vedação. No edital publicado a redação é alterada para: participação de empresa consorciada no mesmo lote, através de mais de um consórcio ou isoladamente. No seu entendimento isso também, de alguma forma, também não pode estar favorecendo de alguma forma a carterização?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu repito até o que já respondi anteriormente, nós analisamos o edital com aquele texto original. Então, não tive sequer a oportunidade de analisar um possível impacto dessa alteração. Essa é uma questão que acredito que, pelo o que se delineia no texto, ela precisaria melhor analisada do por que disso. E também saber se na prática, no caso concreto isso aconteceu ou não aconteceu. Esses são todos os dados, elementos que a gente não tem aqui para fazer uma análise no momento desse texto.

A SRA PROFESSORA JOSETE:- Ok. Existe também um outro item que diz respeito a questão da idoneidade financeira das empresas. Então, no primeiro edital é colocado no item D,

6.1 item D - "Comprovação de possuir patrimônio líquido de no mínimo 2,85 centésimos por cento do valor total estimado do contrato para o respectivo lote". Aí, indo direto para o de um - "No caso de consórcios será admitido somatório dos valores dos patrimônios líquidos de cada consorciado" (P), na proporção de sua respectiva participação para a comprovação do patrimônio líquido mínimo exigido nesse item". E a alteração na verdade ia significar um valor...já localizo o valor. Só colocando agora a alteração que foi realizada no edital publicado. A alteração realizada também estabeleceu um valor nominal de dez milhões e pelos cálculos do que está nos contratos você teria um total do valor estimado do contrato em torno de oito bilhões, então nesse sentido você teria duzentos e vinte e oito milhões como exigência. Essa exigência passou no edital para dez milhões. Na sua opinião isso também de alguma forma não favorece que determinadas, quer dizer, é uma exigência que diminuiu uma exigência inicial. A senhora acha que isso também não é passível de questionamento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereadora, essa situação que V. Exa. está colocando nesse momento, ela pode também ser lida de uma outra forma, que diminuir uma exigência pode representar ampliar a possibilidade de concorrência. Em tese, da mesma forma como o critério anterior em si essa alteração não representaria uma restrição, ao contrário, quando diminui a exigência o efeito dela é de ampliar a concorrência e não o contrário.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- São apenas alguns itens que levantei aqui, sendo que não houve um parecer jurídico a partir dessas modificações.



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Evidentemente essa situação pode ser interpretada dessa forma, isso é uma ilação bastante simples, decorre logicamente até desse raciocínio. Também há que se ter a fundamentação para isso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas no seu entendimento, pegando esse item e claro que tem que analisar na totalidade as alterações que aconteceram nesse segundo edital, no edital que efetivamente foi publicado. Mas nos estranha que nesse caso você ampliou a possibilidade. De alguma forma isso não teve uma repercussão, porque se você não teve a participação de outras empresas, se essa era uma tentativa no edital de haver a possibilidade da participação de mais empresas isso acabou não acontecendo na prática. Acho que essa é uma constatação. A senhora acha que há outros itens que foram alterados no Edital que podem ter levado a diminuição dessa concorrência?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No seu entendimento não. No edital alterado que não passou por um parecer jurídico?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Exatamente. Eu insisto em dizer o seguinte, uma pergunta assim genericamente formulada ela demandaria um estudo sobre isso. As instâncias



competentes devem se pronunciar, ser consultadas, inclusive as próprias instâncias jurídicas devem se pronunciar sobre esse mérito. O que tenho condições de lhe responder agora, daquilo que V. Exa. citou aqui não vi pelo menos nenhum indício nesse sentido.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Qual foi o período em que a senhora esteve presente, respondendo pela Diretoria Jurídica da Urbs em que período? (A)

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Foi do final de 2009 ao começo de 2012.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas anteriormente a isso a senhora teve a oportunidade, no exercício da sua função no Município de Curitiba, de acompanhar outros procedimentos licitatórios?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu atuei durante quatro anos na consultoria jurídica. Então, atuávamos no controle da legalidade. Então, a função da consultoria jurídica era justamente analisar possíveis questões relacionadas a editais também.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A senhora não estranhou o fato de, o que a senhora disse que só teve conhecimento das alterações no edital depois da publicação, isso lhe causou estranheza de alguma forma, o fato de não haver retornado uma novo edital à assessoria jurídica que obviamente era a senhora que estava a frente naquele momento na direção, não lhe causou estranheza isso?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- A decisão coube exclusivamente ao gestor naquele momento. Então, o gestor quando decidiu publicar, decidiu sem encaminhar para o departamento jurídico. Evidentemente como eu disse aqui o esperado é que ele voltasse. Agora, houve um entendimento no sentido diferente desse de que as exigências foram cumpridas porque se tratava de formalidades é daí a publicação do edital sem retornar para o jurídico. Agora, certamente o esperado era que retornasse.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, na sua experiência anterior era este o procedimento de praxe. A senhora tem conhecimento das pessoas, quem foram as pessoas que realizaram as alterações na minuta do edital ou que foram ouvidas para realizar essas alterações?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Isso não chegou ao seu conhecimento. Nesse sentido quando a senhora teve o conhecimento da publicação do edital com essas alterações, a senhora tomou alguma medida, questionou naquele momento, por exemplo, o Presidente da Comissão de Licitação, o Sr. Fernando Ghignone?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na ocasião a publicação do edital se deu, como eu disse, independente da participação do jurídico. Portanto, não participei dessa decisão, essa é uma decisão, é um ato administrativo que compete exclusivamente ao gestor, não é um ato jurídico, isso é importante que fique claro. Então, a decisão de publicar naquele momento foi do



gestor e assim foi feito. Então, quando se deu publicidade a essa segunda minuta do edital a explicação que me foi dada pelo, então, presidente da companhia era no sentido de que estava tudo mantido correto. Então, quero dizer aqui que não houve uma segunda análise jurídica sobre alterações desse edital, não houve uma consideração sobre item a item dessas alterações e quando publicado esse edital, evidentemente estávamos todos aqui confiando que o edital seria publicado nos termos em que foram analisados. Constatados que não foi exatamente isso, percebemos apenas algumas incorreções técnicas, algumas alterações técnicas, não fizemos uma segunda análise desse edital. Então, não houve exatamente uma consideração a cerca de mudanças de mérito desse edital. Essa análise jurídica não aconteceu. A explicação dada naquele momento é de que estava tudo correto e que se houve alguma mudança era alguma mudança apenas no sentido de alterar alguma questão técnica, corrigir alguma questão de numeração, alguma coisa nesse sentido.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Então, nesse sentido essas informações foram dadas pelo Sr. Fernando Ghignone.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Verbalmente pelo Presidente da empresa.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Pelo Sr. Marcos Isfer. Então, de alguma forma houve uma preocupação da senhora no sentido de ter havido alterações sem um parecer jurídico e verbalmente essa foi a resposta que lhe foi dada?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A senhora já falou isso de alguma forma, mas eu gostaria de ressaltar, acho que é importante. A senhora acabou de dizer que houve uma resposta do então Presidente Marcos Isfer, que foram correções técnicas. Mas, a senhora acha que com essas alterações pode ter havido de alguma forma um direcionamento para que determinadas empresas fossem as vencedoras do pleito.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. Em nenhum momento eu acreditei nisso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- E hoje com a consolidação. Eu não sei qual foi na sequência o tipo de acompanhamento que o setor jurídico fez. Mas a gente observa nos contratos que há lotes, onde das cinco empresas que compõem o lote três pertencem a mesma família. A senhora não acha que isso de alguma forma pode apontar para um direcionamento.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereadora, eu penso que essa é uma questão necessariamente que deve ser analisada pelos órgãos de controle externo, claro. Mas, também pelo jurídico da empresa. Acho que não me cabe nesse momento fazer uma análise técnica, jurídica, sobre esse tema. Naquela oportunidade, essa avaliação não aconteceu, porque não houve a devolução para o jurídico. Neste momento eu penso que não é mais da minha competência, até porque, hoje ocupo a função de procuradora do município, me pronunciar sobre esse tema, porque se isso estiver em discussão, sob julgamento ela deve ser analisada fundamentada e embasada.



Não apenas no texto do edital, que eu não disponho aqui neste momento, como também nas evidências do processo que também não estão aqui neste momento para serem analisadas. Também todo o embasamento legal e teórico. Essa é uma afirmação bastante grave que eu acho que deve ser feita oportunamente por quem tiver competência neste momento para fazer. Mas, principalmente levando em consideração que esse é um efeito jurídico, bastante grave. Ele tem que ser ponderado inclusive no que diz respeito ao interesse público que está envolvido aqui. Então, essa não é uma simples opinião que eu possa emitir neste momento, sem ter condições plenas, amplas para proferir esse julgamento. Volto a lembrar aqui, que nós procuradores do município podemos ser inclusive nos pronunciar oficialmente sobre esse assunto. Então, esse é um tema que acredito não deva ser concluído apodadamente.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- No processo, na sequência do parecer jurídico emitido pelo Dr. Rodrigo Grevetti, e tendo a sua ciência, a sua preocupação, existe um documento que é assinado pelo Sr. Sila, que é um funcionário de carreira da Diretoria, que até onde a gente tem informação há época, compunha a diretoria de transporte e que faz alguns apontamento ali. A senhora chegou a ter acesso a esse documento há época ou não.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na época não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Porque esse documento é dirigido a Comissão de Licitação. Então, o setor Jurídico da Casa, há época, não teve acesso a esse documento.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu não tive.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- esse documento, apontava algumas explicações acerca do que o parecer jurídico emitido, analisou e solicitou as correções necessários. Então, isso não retornou à diretoria jurídica?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A senhora não acha que como presidente da comissão de licitação não seria absolutamente necessário que o senhor Ghignone tivesse levado esse documento ao conhecimento dessa diretoria e do setor jurídico da casa?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Essa é uma avaliação que competia a ele naquele momento. Ele entendeu que não era necessário porque tinha um parecer escrito, que V.Exa. está citando, da área técnica e, segundo a compreensão dele, isso satisfazia uma exigência do parecer jurídico.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- Mas nesse sentido, como alguém que é da área do direito e estava à frente dessa diretoria jurídica, a senhora não entende que, óbvio estamos fazendo ilações aqui, mas é para que realmente possamos ter a clareza de tudo o que ocorreu naquele

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

momento, se eu tenho uma resposta de um técnico do setor de transportes que de alguma maneira responde a questões levantadas pelo setor jurídico, o mais adequado é que isso seja remetido ao setor jurídico?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Na linha daquilo que eu falava ainda há pouco, a função do parecer jurídico justamente é garantir a segurança jurídica do próprio gestor. Então, o próprio gestor abriu mão dessa segurança jurídica ao não ter reenviado para o jurídico, entendendo ele que aquilo satisfazia a uma exigência. Então, o esperado era que ele reenviasse? Afirmar aqui já e reafirmo que sim. O esperado. Se V.Exa. me perguntasse se eu fosse a presidente da comissão de licitação, eu teria reencaminhado. Para a minha segurança também, para ouvir o opinativo jurídico, para saber se satisfazia. Não foi o que aconteceu. As razões que levaram a isso ele explicou aqui, ele disse. Se essas informações são satisfatórias ou não, eu entendo que também não me cabe aqui julgar. Mas a função de um parecer jurídico justamente é isso, é resguardar, tem um caráter preventivo, digamos assim, até para que não se retardem as discussões jurídicas, para não se postergar as discussões jurídicas para um momento posterior, como está acontecendo neste momento. Então, acho que essa foi uma decisão do gestor, foi uma decisão da comissão de licitação. E ao fazer isso, digamos, chamou para si...

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A responsabilidade sem ter um...

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu diria até a eficácia dessa decisão. Então, há um parecer jurídico sim, ele existe, todavia há alterações em maior ou menor grau posteriores que não foram submetidas. Mas também não se pode ignorar que o processo licitatório não se exauriu aqui e ao longo desse processo licitatório outras manifestações aconteceram no sentido de corroborar a validade desse edital, inclusive uma decisão judicial confirmada pelo Poder Judiciário. Isso é algo que não se pode aqui simplesmente desconhecer ou ignorar. Há um segundo parecer jurídico de um consultor também que não aponta para alguma irregularidade nesse sentido. Agora, se formos nós deter ao ato em si, ao fato de não ter voltado, não, ele não voltou. Agora, qual é o efeito jurídico disso? Isso há que ser analisado com muita cautela, com muita parcimônia, sob pena até de se levar a um resultado que pode em si mesmo causar maiores prejuízos do que a convalidação do ato. Os atos que são convalidados, a doutrina, a jurisprudência, entende de maneira bastante predominante no sentido de que devem ser convalidados, se for esse o caso.

A SRA. PROFESSORA JOSETE:- A senhora acompanhou esse procedimento (v) e do porquê a definição da direção da Urbs naquele momento em solicitar um parecer jurídico de uma assessoria externa?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Em virtude da grandiosidade, da licitação que se relativa. Essa era apenas uma consultoria. Isso é plenamente previsto na legislação. Isso é algo que está contemplado, poderia ou não poderia ter esse parecer, foi uma decisão no sentido de assegurar mais ainda essa transparência essa licitude do processo.

A SRA. PROFESSORA JOSETE: Está ok. Eu me inscrevo para a segunda rodada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a Professora Josete e passamos a palavra ao Vereador Tiago Gevert e ao último inscrito, Vereador Paulo Rink.

O SR. TIAGO GEVERT:- Agradeço, nobre Presidente. Quero ser sucinto, rápido. Gostaria de saber de S.Exa. Marilena, primeiramente bom dia, um Mandato de Segurança nº 24.584 de relatório do Ministro Marco Aurélio, decidiu-se o TSE que o advogado público poderia responder solidariamente pela aprovação ou ratificação de documento pactual. Diferente do que ocorre com a emissão de parecer opinativo, Já que o administrador decide apoiado na manifestação do setor técnico competente. Artigo 38 Lei 8.666, de 93. Diante disso é possível afirmar que a ausência do parecer jurídico após as alterações retira a responsabilidade legal sobre o edital?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Perdão,. Não compreendi a pergunta. Se retira a responsabilidade legal sobre o edital? Com base nesse mandado de segurança que V.Exa citou a responsabilidade solidária do advogado estaria supostamente presente quando ele deu embasamento técnico para a decisão administrativa na linha de ideia que o parecer e o ato administrativo não se confundem. Essa é uma parte da decisão. O importante é compreender quer a questão da responsabilidade do advogado só se faz presente em situações em que há erro grave, dolo, culpa do advogado. Fora dessas situações realmente não há o que se cogitar responsabilidade do advogado pelo parecer proferido.

O Sr. TIAGO GEVERT:- A doutora sabe se o edital da licitação do transporte coletivo foi aprovado pelo Conselho de Administração da Urbs?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não teria essa informação neste momento.

O SR. TIAGO GEVERT:- Sr. Presidente, me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE:- Agradeço ao Vereador Tiago. Passo a palavra ao Vereador Paulo Rink.

O SR. PAULO RINKI:- Bom dia a todos. Bom dia Sra. Marilena. Tenho um questionamento bem tranquilo. A senhora já falou sobre o assunto até, mas não me ficou claro., gostaria de citar só da licitação, a questão da outorga, mais uma vez para que ficasse bem entendido a todos desta Comissão, integrantes e quem está acompanhando. Vejo o item 2.3, outorga tem que ser paga no valor à vista, ali citados os valores: 2.31: oitenta e um milhões pelo lote um, setenta e quatro milhões pelo lote dois e noventa e seis milhões pelo lote três. Só reformulando, pela outorga da concessão as futuras concessionárias deverão pagar à Urbs os seguintes valores, está em negrito a palavra "à vista" neste ponto. Eu queria saber se esse pagamento foi feito dessa outorga para a Urbs, dessas concessionárias.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- O edital também previu a possibilidade de compensação desses valores, em função da liquidação de haveres recíprocos por conta daquelas



questões que já expliquei aqui para o Vereador. Então, foi aplicada aí a compensação naquilo que coube. Fora isso que me conste houve pagamento (R) por parte das concessionárias.

O SR. PAULO RINK:- Então, essa compensação tiraria essa palavra vista, no caso?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não. A compensação é imediata também.

O SR. PAULO RINK:- Porque se a questão é à vista, aí teria o questionamento se a licitação seria • É outra parte, foi pago em valores absolutos ou só em •?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Acredito que sim.

O SR. PAULO RINK:- E se não foi pago, a licitação estaria anulada, nessa questão? Já tem aqui especificado o valor à vista, e os valores especificados?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Eu acho que é necessário aí fazer um levantamento correto desses valores. É preciso saber se houve a liquidação nos termos do que o edital está exigindo. Então, se não houve o pagamento, como V. Exa. está cogitando, há que se saber qual a repercussão disso. Em tese, esse pagamento poderia ser exigido a qualquer momento, inclusive poderia e deveria ser feito a qualquer momento.

O SR. PAULO RINK:- Exatamente, é isso que me chamou atenção, em tese está escrito à vista em não foi cumprido. Então, em tese teríamos problema na licitação, ter-se exigido.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não sei se é o caso de se cogitar em anulação. Volto a afirmar aqui, essa questão de anular essa licitação •

O SR. PAULO RINK:- Em tese, estamos falando.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Sim, mas ela foi levantada em algumas arguições aqui se é o caso de anular ou não. Tenho uma convicção pessoal que anular simplesmente não é a melhor solução, desde que estejamos diante de vícios ou situações que podem ser convalidadas. Então, é isso que tem que ser aferido. Se há uma cobrança a ser feita, se essa cobrança pode ser feita, deve ser feita. Até em prol da conversação do ato. Não estou aqui falando em nomes, não estou aqui falando em subjetividades, estou falando aquilo que é para o bem do interesse público. V. Exa. certamente também já deve ter ponderado que os efeitos de uma anulação são bastantes graves, inclusive as transições disso são bastante complicadas. Então, é uma convicção pessoal minha de que anulação do certame não deve ser encarada como primeira solução para nada. Nem nessa licitação, nem em outra qualquer. Penso que isso deve ser examinado nesse contexto.

O SR. PAULO RINK:- Exatamente. Agradeço a resposta sobre esse assunto. Até condiz com o que venho pensando aqui. Mesmo tendo esses problemas que possam estar acontecendo a população pode ser deixada na mão nesse momento. Mas isso facilitaria, talvez, para uma segunda rodada de negociações, com uma negociação mais transparente para a questão da solução do

transporte coletivo. Pensando nisso, Dona Marilena, fiz aqui uma proposta para esta Comissão, e queria um parecer, mesmo que hipoteticamente, jurídico se existem algum impedimento, saindo da questão da licitação do transporte, fiz um pedido ao Presidente desta Comissão, Vereador Jorge Bernardi, que pudéssemos colocar propaganda nos ônibus, na parte de fora. Sei que a Urbs detém a questão jurídica. Então, se teria algum impedimento jurídico, na sua opinião, para que isso fosse realmente um benefício para a população. Que esse valor absoluto que entrasse, fosse colocado para ajudar os valores tarifários. Quero saber se ficou clara minha pergunta, da questão da propaganda nos ônibus de Curitiba para baratear um pouco o transporte coletivo, existe algum impedimento jurídico, da questão da licitação, no seu entendimento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não me consta que exista esse impedimento. As concessões públicas e a do transporte, particularmente, prevê a fonte alternativa de receita. O que é fonte alternativa de receita? É aquilo que não advém nem da tarifa, nem do subsídio. O edital mesmo prevê essa possibilidade. Terá que ser estudado concretamente, mas em princípio impedimento assim, *a priori*, não vislumbro.

O SR. PAULO RINK:- Se já existe por que nunca usamos? Era uma diretriz da Cidade de não poluição? A senhora tem esse conhecimento?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Essa é uma decisão que compete a diretoria da Urbs e ao conselho.

O SR. PAULO RINK:- Certo. Protocolei nesta Casa, Presidente, a questão da intenção de que esses valores sejam absolutos e líquidos para tentar reduzir a tarifa. A última coisa, mencionar, já foi falado ontem na Sessão, Sr. Presidente, entregar os documentos daquela questão do convite da empresa que foi feito. Acho bom ressaltar (κ) que nesse momento a empresa RBSS fez um convite para esta Comissão para fazermos um comparativo de bilhetagem eletrônica da Cidade de Bogotá, com quase três milhões e setecentos mil passageiros diários, etc. Eu acho importante entregar a esta Comissão esse documento, mas também importante frisar que se há interesse de alguém mostrar, que venham a Curitiba, não há necessidade de uma viagem internacional. A solução é aqui em Curitiba, será usado aqui em Curitiba, então, eles que se movimentem aqui para Curitiba. Dra. Marilena, agradeço a pergunta, a sua opinião sobre propaganda. É uma intenção que nós temos com a Comissão de tentar baratear a passagem para a população, como a senhora mesma falou. E sobre a licitação, a única coisa que me chamou mais atenção foi a questão da outorga, que eu gostaria de deixar, mais uma vez, ratificada essa questão que pode ter uma solução plausível para todos os lados, para que a população não seja prejudicada. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos o Vereador Paulo Rink. Por favor, gostaríamos que V.Exa. nos trouxesse os documentos.

(O Vereador Paulo Rink faz a entrega dos documentos à Presidência)

O SR. PRESIDENTE:- Passamos agora para mais uma rodada de perguntas dos Srs. Vereadores. Alguma dúvida que tenha ficado? (Pausa). Vereador Chicarelli, Vereadora Professora Josete, Vereador Valdemir Soares, Vereador Chico do Uberaba, alguma pergunta a fazer? (Pausa). Temos que deliberar também um requerimento do Vereador Chico do Uberaba. Como ninguém se inscreveu, eu tenho mais algumas perguntas para a senhora, Dra. Marilena. Eu gostaria de reiterar uma pergunta que foi feita aqui, mas que não ficou muito bem esclarecida, se diante do resultado da licitação, a senhora, como Diretora Jurídica da Urbs, e como os lotes ficaram praticamente iguais àqueles que eram operados anteriormente pelas empresas, a senhora fez algum alerta à Diretoria da Urbs que poderia haver indícios de formação de cartel, Dra. Marilena?



A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Não.

O SR. PRESIDENTE:- Obrigado. Quando a senhora viu o resultado e observou que o desconto oferecido na passagem, pelos consórcios, era insignificante e que de acordo com a definição que a senhora deu aqui do que é um processo licitatório, praticamente podemos afirmar de que não houve licitação, que a licitação foi uma fraude, foi um arranjo, a senhora comunicou esses dados, essa impressão, à Diretoria da Urbs?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, essa questão que V.Exa. está colocando nesse momento não foi trazida à consideração da Diretoria Jurídica em nenhum momento. E a questão do desconto deveria ser analisada pela Comissão de Licitação em cotejo com as propostas apresentadas. Então, eu creio até que essa situação não surgiu naquela época por conta da inexistência de outros interessados que tivessem ocorrido ao procedimento.

O SR. PRESIDENTE:- Eu faço a pergunta, Dra. Marilena: A senhora ocupa uma função pública das mais honradas, é Procuradora do Município de Curitiba, e tem a obrigação legal e constitucional de defender os interesses do Município de Curitiba (M) e, por consequência, da população de Curitiba, que é quem se organiza politicamente na forma de Município? A senhora, como procuradora, qual foi a impressão que a senhora teve dessa licitação? Foi uma licitação ou foi um arranjo para resolver uma situação jurídica envolvendo empresas que operavam há décadas, sem licitação, o sistema de transporte coletivo de Curitiba?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu participei do procedimento exatamente nos termos em que consta no processo. O meu pronunciamento está escrito no parecer jurídico que tive oportunidade de ratificar, e os atos que se seguiram a isso foram inteiramente praticados pela comissão de licitação dentro das formalidades que foram aqui amplamente debatidas e discutidas. Então, eu quero dizer que a minha opinião técnica e jurídica é aquela que está consignada no parecer, e que, posteriormente a isso, outras manifestações também jurídicas corroboraram esse edital, e o procedimento terminou nesses termos. Quero dizer que o trabalho da diretoria jurídica da Urbs na época foi realizado plenamente, satisfatoriamente, com todo um empenho para cumprir essas atribuições que V.Exa. descreve, e que também são atribuições dos





advogados da sociedade de economia mista, do departamento jurídico da empresa, e que todo o esforço nosso e que todo o empenho foi realizado no sentido de assegurar em todos os seus termos justamente o princípio da segurança jurídica e da legalidade.

O SR. PRESIDENTE:- Chegou até esta Comissão a informação de que a senhora ficou indignada quando viu publicado, no dia 29 de dezembro de 2009, o edital com todas aquelas alterações, com todas aquelas mudanças, que favoreceram as empresas que operavam o sistema de Curitiba e foram apontadas pelo Tribunal de Contas. É verdadeira essa afirmação?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, eu nunca fiz essa declaração pessoalmente a ninguém. E eu posso assegurar a V.Exa. que realmente a publicação do edital não passou pelo jurídico, como eu disse aqui, a expectativa era de que tivesse passado no segundo momento, e nesse sentido também o nosso posicionamento é no sentido de que as repercussões disso devem ser seriamente, plenamente avaliadas, inclusive no que diz respeito ao que pode trazer de efeitos para a população. Então, o advogado tem o dever, a missão de cumprir fielmente o seu compromisso, o controle de legalidade, e é notório que, se por algum motivo entende que isso não tenha acontecido, isso lhe cause indignação.

O SR. PRESIDENTE:- Dra. Marilena, a senhora afirmou aqui que as alterações deveriam ter passado novamente pelo jurídico, conforme parecer do Dr. Rodrigo, que ele colocou lá claramente que não poderia ter prosseguimento sem cumprir com aquelas determinações do parecer, parecer este que a senhora subscreveu. Eu faço uma outra pergunta: diante dos indícios de que houve manipulação do edital, alteração de itens, para beneficiar as empresas, enfim, de toda essa frustração ao processo licitatório, a senhora que tem mais de vinte anos de carreira como procuradora do Município, e a opinião que manifestaram a esta CPI é que a senhora é uma profissional bastante competente, gostaria de perguntar se a sua participação nessa licitação, a forma como a senhora foi desprezada pelos dirigentes da Urbs e a forma como eles não obedeceram a orientação jurídica, ou, se isso desprestigia ou mancha a sua carreira profissional de alguma maneira?

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Vereador, isso é um juízo de valor que não me cabe. Eu acho que é algo que provavelmente o futuro dirá ou também o meu histórico como profissional pode revelar exatamente que tipo de profissional, de advogada eu sou, tenho sido e continuarei sendo. Eu não tenho domínio nenhum sobre a opinião alheia a respeito disso, mas tenho plena convicção, tranquilidade, serenidade e estou muito segura que o trabalho do jurídico nesse processo foi realizado a contento. E ele está sujeito ao crivo dos órgãos de controle externo justamente pela publicidade que ele tem. Todos os atos praticados pelo jurídico estão formalizados nos autos, as coisas se passaram exatamente da forma como o processo revela, não há nenhuma ilação a ser feita a respeito disso, não há nenhuma margem de elucubração fora daquilo que consta no processo, portanto, quanto a isso eu fico muito tranquila, muito segura, o papel do advogado público é justamente apontar as condições concretas, orientar o administrador público, dar o assessoramento necessário e a decisão administrativa, o ato administrativo que se concretiza posteriormente não é responsabilidade do advogado.



O SR. PRESIDENTE:- Agradeço suas respostas e consulto os Vereadores se há mais alguma pergunta. Temos dois requerimentos do Vereador Chico do Uberaba

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê requerimento)

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão o requerimento que acaba de ser lido. Eu peço ao Vereador Chico do Uberaba que exponha os motivos desse requerimento.

O SR. CHICO DO UBERABA:- Essa diligência é só para inspecionarmos alguns equipamentos que estão à disposição hoje da Dataprom e, durante a diligência, nós voltamos a conversar.

O SR. PRESIDENTE:- Está em discussão o requerimento que acaba de ser lido. O Vereador Chico do Uberaba ficará responsável e depois fará um relatório a esta CPI do resultado da diligência. Creio que está em boas mãos com a liderança do Vereador Chico do Uberaba. Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO.

O SR. BRUNO PESSUTI:- (Lê) Requerimento 410083/2013.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Para encaminhar, Sr. Presidente. (Assentimento). Só queria pedir ao autor que explicasse o motivo desse encaminhamento e quem são de fato essas pessoas que vão vir, caso seja aprovado esse requerimento.

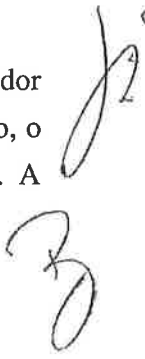
O SR. CHICO DO UBERABA:- O Sr. Luiz Alberto Schuab faz o trabalho de gerenciamento e o Sr. Celso Bernardo é do departamento financeiro da Urbs. Então, nesse momento, é muito importante para que possamos chamar.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa).

O SR. VALDEMIR SOARES:- Pelo o que entendi, Vereador Chico do Uberaba, o gestor financeiro da Urbs atual e o Sr. Celso Bernardo e o Sr. Luiz Alberto Schuab Júnior é de uma empresa terceirizada que faz trabalho de tecnologia de informação para Urbs, para a Dataprom. É bom que fique esclarecido. Então, vou acompanhar o pedido do Vereador Chico do Uberaba, acho interessante ouvi-los, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:- Em discussão. (Pausa). Em votação. (Pausa). APROVADO. Passo a palavra ao Vereador Serginho do Posto que tem um comunicado a fazer.

O SR. SERGINHO DO POSTO:- O Dr. Edson Abdala ligou para o gabinete do Vereador Presidente Jorge Bernardi solicitando adiamento da oitiva da sua cliente, a Sra. Cássia Aragão, o motivo é de viagem e a testemunha estará disponível a partir de sexta-feira, dia 27/09. A confirmar, deixou o telefone celular de contato. Seria isso.



O SR. PRESIDENTE:- O Dr. Rodrigo, Diretor desta Casa, Diretor Jurídico, ligou para o Dr. Edson Abdala que informou que vai formalizar... (P) amanhã, porque ele como advogado tinha um compromisso fora de Curitiba e teve que viajar, então ele estará trazendo os documentos da viagem, a comprovação da passagem e pede o adiamento. Em consulta aos Vereadores e amanhã temos vários compromissos. Tentei ver na próxima semana qual era o dia em que este Plenário estaria liberado e o próximo dia é só no dia quinze. Então vou convocar uma reunião administrativa para segunda-feira, após a Sessão para deliberarmos sobre a data para ouvirmos a Sra. Aragão, que pode ser a noite, como fizemos já outro dia, e na próxima semana deveremos convocar os representantes do Instituto Curitiba de Informática, justamente para resolvermos essa questão relacionada a bilhetagem eletrônica.

O SR. VALDEMIR SOARES:- E esses requerimentos já foram aprovados? Todos já foram aprovados, inclusive alguns de autoria de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE:- Antes de passar a palavra ao Dr. Edward Rocha de Carvalho, queremos agradecer a presença do Dr. Luciano Reis, que representa a OAB. Muito obrigado pela sua presença, o senhor que acompanha os trabalhos desta CPI desde o início, por indicação da Ordem dos Advogados do Brasil, o senhor e a sua suplente que tem vindo aqui como também representantes da Associação Comercial, do Conselho de Contabilidade, da Fecomercio e outras entidades. Queremos agradecer o Dr. Luciano e passo a palavra ao Dr. Edward Rocha de Carvalho, que também é Conselheiro da OAB e esta aqui dando essa assistência a nossa depoente, da Dra. Marilena Indira Winter. Com a palavra o Dr. Edward e já pedimos desculpas se em algum momento esta Presidência e esta CPI não se comportou de acordo com o esperado pelo Estatuto da Ordem, mas aqui procuramos fazer tudo dentro da legalidade, porque esta CPI... Ontem eu vi o resultado de uma pesquisa de opinião pública e 69% da população de Curitiba está acompanhando a CPI. Como as CPIs de um modo geral não gozam de credibilidade perante a opinião pública, nós procuramos levar como sempre fizemos aqui com a maior seriedade possível, só que também não queremos cometer nenhum abuso de autoridade, nenhuma ilegalidade. Concedo a palavra ao Dr. Edward para as suas considerações.

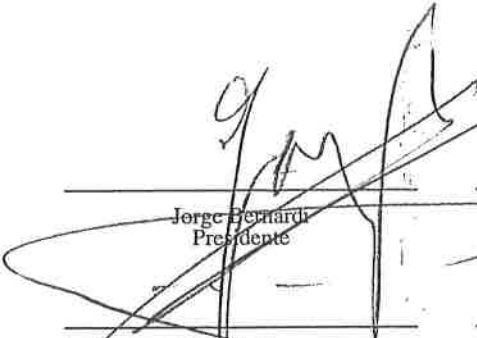

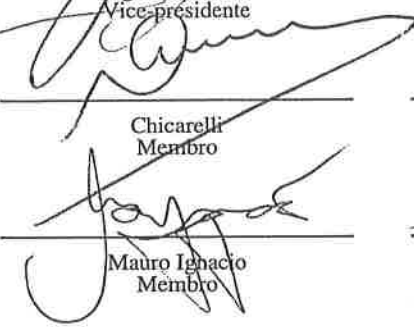
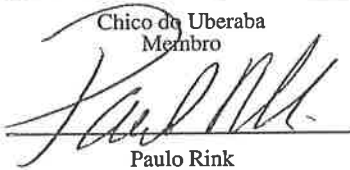

O SR. EDWARD ROCHA DE CARVALHO:- Obrigado, Sr. Presidente. Na verdade, em nome da Ordem dos Advogados, gostaria de agradecer a compreensão de V. Exas. com relação as prerrogativas dos advogados, superado aquele impasse inicial. Dizer que na verdade que o conflito no campo das ideias, como V. Exa. bem disse, só contribui para o aprimoramento da democracia e para o reforço das instituições. É só para formalizar e deixar registrado esse agradecimento. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos. Queremos agradecer também a Dra. Marilena Indira Winter, a quem concedemos a palavra para as suas considerações.

A SRA. MARILENA INDIRA WINTER:- Apenas agradeço e não tenho mais considerações. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE:- Agradecemos a presença de todos e damos por encerrada a

presente reunião, convocando outra, extraordinária, para segunda-feira, dia 30 de setembro de 2013, após o horário da Sessão. Está encerrada esta reunião às 12h40min.

 _____ Jorge Bernardi Presidente	 _____ Serginho do Posto Vice-presidente	 _____ Bruno Pessuti Relator(a)
 _____ Valdemir Soares Vice-Relator(a)	 _____ Chicarelli Membro	 _____ Chico de Uberaba Membro
 _____ Geovane Fernandes Membro	 _____ Mauro Ignacio Membro	 _____ Paulo Rink Membro
 _____ Professora Josete Membro	 _____ Tiago Gevert Membro	



Câmara Municipal de Curitiba

NOTIFICAÇÃO DE VEREADORES

CPI Transporte 11ª/2013 de 26/09/2013

Data / Hora da Notificação: 03/10/2013 - 17:31

Resultado da Notificação:

Sucesso:

Sucesso: email enviado para 'Jorge Bernardi'.
Sucesso: email enviado para 'Chicarelli'.
Sucesso: email enviado para 'Chico do Uberaba'.
Sucesso: email enviado para 'Cristiano Santos'.
Sucesso: email enviado para 'Geovane Fernandes'.
Sucesso: email enviado para 'Mauro Ignacio'.
Sucesso: email enviado para 'Noemia Rocha'.
Sucesso: email enviado para 'Paulo Rink'.
Sucesso: email enviado para 'Professora Josete'.
Sucesso: email enviado para 'Tiago Gevert'.
Sucesso: email enviado para 'Bruno Pessuti'.
Sucesso: email enviado para 'Serginho do Posto'.
Sucesso: email enviado para 'Valdemir Soares'.